

**Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM
Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade**

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E TURISMO SUSTENTÁVEL:
TRILHANDO CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS**

Andréa Rabinovici

**Campinas, SP
Agosto / 2009**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
por Sandra Ferreira Moreira CRB nº 5124**

Rabinovici, Andrea

**R113or Organizações não governamentais e turismo sustentável:
trilhando conceitos de participação e conflitos / Andrea
Rabinovici .- - Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

**Orientador: Lúcia da Costa Ferreira.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Organizações não-governamentais. 2. Turismo. 3. Meio
ambiente – Aspectos sociais. 4. Desenvolvimento sustentável.
I. Ferreira, Lúcia da Costa. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.**

**Título em inglês: NGOS and Sustainable Tourism: tracks concepts of
participation and conflicts**

**Palavras chaves em inglês
(keywords) :**

**Non-governmental organizations
Tourism
Environment –Social aspects
Development sustainable**

Área de Concentração: Aspectos sociais de sustentabilidade e conservação

Titulação: Doutora em Ambiente e Sociedade

**Banca examinadora: Lucia da Costa Ferreira, Renato José Pinto Ortiz,
Marta de Azevedo Irving, Rubens Born**

Data da defesa: 19/08/2009

**Programa de Pós-Graduação: Ambiente e sociedade do Núcleo de Estudos e
pesquisas ambientais/NEPAM/IFCH**

ANDRÉA RABINOVICI

***ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E TURISMO
SUSTENTÁVEL: TRILHANDO CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO E
CONFLITOS***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sob orientação da Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 19 / 08 / 2009.

BANCA

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira (orientadora)

Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Rubens Born

Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (suplente)

Profa. Dra. Suzana Machado Pádua (suplente)

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão (suplente)

AGOSTO/2009

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E TURISMO SUSTENTÁVEL:
TRILHANDO CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sob orientação da Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 19 / 08 / 2009.

BANCA

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira (orientadora)

Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Rubens Harry Born

Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (suplente)

Profa. Dra. Suzana Machado Padua (suplente)

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão (suplente)

AGOSTO/2009

200924613
319126002

Agradecimentos

Essa tese, assim como um dos seus temas, foi feita de maneira bastante participativa. Foi lida, debatida e dialogada com muitas pessoas, presencialmente, à distância, na sua totalidade ou em partes quando exposta em eventos diversos pelo Brasil. Por isso, agradecer a uns e outros resultará em esquecimentos. Assim, um primeiro agradecimento é coletivo e dirigido a todos que compartilharam deste estudo. Que ele possa ser útil nas pesquisas e nas práticas das Organizações Não Governamentais que atuam com Turismo e Sustentabilidade.

Como um estudo que não esgota os temas e nem os meus anseios de pesquisadora das temáticas aqui abordadas, afirmo continuar disposta a dialogar sobre os mesmos, convidando a todos os interessados a fazê-lo comigo.

A tese é dirigida aos colegas que percebem o momento crucial que estamos vivendo, no qual, tanto temos a aprender para poder ajudar, interferir, onde o saber ainda está colocado como forma de acesso, inclusão e diminuição de assimetrias, e não como acumulação de autoridade, especialmente na área do Turismo, da participação, nas quais pouco sabemos.

Assim como dirijo a tese aos comunitários espalhados por esse Brasil, alvo de iniciativas e experiências pioneiras, que, na medida de seu empoderamento, na sua permanência e circulação pelo mundo, nas suas batalhas diárias pela sobrevivência, tanto nos ensinam.

Nominalmente tenho enorme gratidão pela minha orientadora, a Lúcia da Costa Ferreira que é das brilhantes intelectuais do Brasil, provavelmente a mais generosa incentivadora e batalhadora que conheço. Copiando o que ela diz sempre dos outros: *“ela é tudo de bom!!!”*. Cada uma de suas leituras e comentários sobre a tese, em todas as suas etapas, foi crucial para estimular e garantir o que o trabalho tem de qualidade (e essas leituras, a parceria já faz tempo, desde o final da minha graduação...). Todos os momentos nos quais estivemos juntas, incluindo sala de aula, horários especialmente agendados, na praia em Picinguaba, nadando a noite, conversando altas horas, nas trocas de *e-mails*, foram para mim inesquecíveis e importantes como aprendizado intelectual,

criativo, de generosidade, de estímulo, sinceridade entre várias outras coisas importantes, que, me ensinaram muito além de pesquisar e fazer uma tese...). Por tudo o que foi dito, pela convivência de anos, Lúcia para mim, tornou-se modelo de intelectual, professora e pessoa.

Como professores fundamentais no meu trajeto no doutorado agradeço de coração à Leila da Costa Ferreira (além das suas aulas, bate papos importantes e divertidos, a crucial contribuição sua na qualificação e na pré-banca), Carmem Lúcia Rodrigues (Calú) (também fundamental nas suas sugestões importantes durante a qualificação e pelos seus textos inspiradores), Antonio Carlos Diegues (pelas muitas trocas que pudemos ter ao longo do mestrado do qual foi o orientador, e esporadicamente no doutorado, todas elas sempre proveitosas e essenciais), Carlos Alfredo Joly (pelas aulas e apoio dado na elaboração do projeto de pesquisa e em vários outros momentos), Mateus Batistella (em seu empenho durante a fase em que foi meu co-orientador, parceria que infelizmente teve que ser desfeita em razão das alterações de rumo da pesquisa ocorridas em função de mudanças de ordem pessoal minha), Wagner Costa Ribeiro (pela disciplina da qual participei e na qual tanto aprendi, e por todas as conversas que tivemos desde então, nos inúmeros encontros em eventos da área e nas universidades nas quais trabalhamos) e finalmente, mas nem um pouco menos importante, Thomas Lewinsohn (grande mestre, inspirador. Thomas sempre que fala provoca uma avalanche nos meus pensamentos. Aprendo muito e agradeço especialmente por seus comentários críticos sobre alguns tópicos da tese). Agradeço ao Nepam e ao Procam pela oportunidade de estar em contato professores tão especiais.

Meus colegas e amigos de doutorado que compartilharam desta “aventura” comigo, incluindo as viagens de imersão e as caronas SP-Campinas-SP, agradeço especialmente à Eliane Simões (Lica) que leu e interagiu (como grande amiga e como colega) comigo em todas as etapas da tese, desde bebê até sua maturidade contribuindo enormemente com suas sugestões. Além dela agradeço ao Fábio Feldmann que, apesar de nesse doutorado ser meu colega, de ter se tornado grande amigo, em vários momentos se envolveu e participou das minhas

indagações como se fosse meu orientador, tecendo provocações reflexivas, me contando inúmeras histórias sobre o ambientalismo, ajudando a enxergar muitas de suas contradições, além de criar oportunidades me apresentando a pessoas chave para a pesquisa. Aos queridíssimos: Patrícia Faraco, Paula Chamy, Silvia Peres, Marcelo Kinouchi, Renato Cader e demais colegas do doutorado com os quais amadureci reflexões e amizades e pude reviver um clima nostálgico de voltar a ser estudante! Nada mais gostoso que isso!!!

Aos meus entrevistados e/ou sujeitos dos meus estudos e reflexões: Alexandre Curvelo de Almeida Prado, Cecília Junqueira S. Zanotti, Cristiane Orpheu, Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo, Esther Neuhaus, João Meirelles Filho, Profa. Dra. Luzia Neide Coriolano, Mônica Barroso Keel, Nelissa Peralta, Sérgio S. Salvati e Vicente Neves. Além da Comunidade participante do Projeto Ecoturismo em São Lourenço da Serra, especialmente Nátaly Noriler e Hernani Meira de Souza e, finalmente à Gemima e Rubens Born, que, neste processo de estudos e trabalho, tornaram-se grandes e queridos amigos.

Agradeço aos amigos e amigas queridos: Graziela Perosa (um agradecimento especial por tudo o que nossa longa amizade tem de bom e representa e, pelo incentivo em todas as etapas desta tese), Aninha Olinda, Marina Minari, Ana Paula Lolato Secco, José Artur Fernandes, Lúcia Cavalieri, Marisa Cuccio, Elizabeth de Matos, Arilson Favaretto. À Rita Jover, Álvaro Faleiros Lílían Rahal, Lígia Meres, Leandra Fatorelli e Gisele Maria Carvalho (e família) pela amizade, acolhida e hospitalidade em Brasília e Belém durante as idas e vindas que a pesquisa demandou.

À Sirlei, já parte da família, por criar todas as condições de bem estar na minha rotina, fundamentais para poder trabalhar.

À sempre atenciosa e acolhedora equipe do NEPAM, Sueli, Neusa, Gilmar e Carlos com um agradecimento especial à Fátima (Maria de Fátima Rodrigues Moreira) por sua dedicação ímpar, eficiente e carinhosa, ao Programa e a todos os que dele participam.

Aos meus pacientes familiares, que sempre me apoiaram e incentivaram, para os quais meus interesses, o doutorado e minhas reflexões, parecem ou

apresentam-se como um mistério talvez indecifrável! A eles registro aqui meu amor incondicional: Cora e Eva (amores mais incondicionais ainda! Eva ainda apoiou logisticamente e psicologicamente todas as etapas desta empreitada, cuidando amorosamente de mim e da Corinha), Moisés, Beto, Cris e Naná.

Agradeço a interação e as trocas inteligentes com meus colegas da UFSCar, Sorocaba: Cláudia Astorino (inclusive pelo apoio com o espanhol), Fátima Pina, Rita de Cássia Lana, Silvio César Moral Marques, Eliana Cardoso Leite e todos os demais docentes por eles representados. Além deles agradeço aos queridos Regina Miranda e Fábio Zagues que sempre facilitaram o que for possível na minha rotina na UFSCar, sempre com muita gentileza.

Aos colegas da Revista Ambiente & Sociedade, que, no contato quase que diário, me dão enorme oportunidade de trocas, convivência e fonte de aprendizado: Héctor Leis, Pedro Jacobi, Roberto Guimarães, à Lúcia (mais uma vez, agora, pelo convite para participar da Revista) e à Eliana J. Creado.

Também foram pacientes e interlocutores os meus queridos alunos e alunas da UFSCar, *campus* Sorocaba. São mais de 300, e seria injusto citar qualquer nome...

Agradeço os incentivos logísticos dados pelo Instituto Physis – Cultura & Ambiente e à UFSCar. A tese não seria viabilizada sem seus apoios.

Para não precisar repetir seu nome em todas as categorias acima: professor, colega, familiar, orientador, desorientador, interlocutor, incentivador, provocador, meu grande amor, companheiro e cúmplice em absolutamente tudo que fiz(emos) nos últimos 12 anos, dedico a tese - e o que vier depois - ao Zysman. Junto com ele, obviamente o meu maior amor de todos, a paciente Corinha, que, tão novinha, já teve que saber o que é uma tese de doutorado (o que, mesmo com toda a imaginação de uma criança aos seis anos de idade, é quase impossível e improvável de se entender e aprovar), participar de uma série de eventos na área ambiental, dialogar com muitos de seus protagonistas, ao invés de brincar com sua mãe...

DEDICO À CORA E AO ZYSMAN ♥

“No começo de tudo, vinham muitas pessoas de fora. Elas queriam ver os índios, comprar artesanato, passear de barco. Por isso pensamos em um projeto que poderia servir para a comunidade, para o futuro. Então pensamos assim: será que se a gente fizer um projeto pode dar certo? Aí nós nos reunimos, porque aqui a maioria é quase toda de irmãos. Então sentamos numa noite, chamamos o pai, conversamos e decidimos sobre o que é que devia ser feito. Tentar, para ver se dá certo, para melhorar alguma coisa para a comunidade. Nós mesmos, aqui na comunidade, não tínhamos associação. Por isso não poderíamos fazer o nosso projeto diretamente e mandar para quem fosse financiar. Então, buscamos a parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que é uma organização não-governamental. O CTI tem experiência porque já vem trabalhando com os índios há muito tempo, e sabe quais os problemas que os turistas trariam se trabalhássemos com as visitas dentro da aldeia. Porque aqui tem um costume: na nossa cultura, incomoda um pouco quando vêm muitas pessoas de fora. Não estávamos pensando nisso quando falamos do projeto de visita à aldeia. Reunindo com o CTI vimos que teríamos que pensar muito bem, porque os turistas também poderiam trazer problemas para a comunidade. Pensamos, então, em construir uma casa, isto é, um lugar específico só para os visitantes. Tínhamos que pensar em um lugar que fosse afastado das moradias, das nossas casas, pois, assim, seria melhor para nós. Existindo uma casa só para receber os turistas não seríamos mais incomodados em nossas próprias casas” (Libório Da Silva Miri, 2006: 14-15)¹.

Jaguatareí Nhemboé = passear aprendendo ou caminhar conhecendo

¹PDA Jaguatareí Nhemboé: caminhando e aprendendo, comunidade Guarani-Mbya do Aguapeú- SDS – PDA-PPG7 – Brasília: MMA, 2006. 44p.

Do folheto da Bodega, O Nordeste Vivo e Solidário (Aracati, Ceará)
Poeta: Jota Gomes

*Muitos cordéis são escritos
Pra contar coisa engraçada
Histórias de antigos reinos,
Cangaceiro, príncipe e fada
Mais esse tem finalmente
Outra história a ser contada*

*Aqui o verso e a rima
Tem a função de informar
Aos leitores desta obra
De forma espetacular
A história da economia
Solidária e popular*

*Tem a Cáritas Brasileira
Desempenhando a missão
De unir comunidades
No trabalho em mutirão
Pra discutirem problemas
E procurar soluções*

*Com o povo reunido
E a Igreja apoiando
Além de outras entidades
Que aos poucos vão chegando
Interessantes ideias
Começaram despontando*

*Unidas para lutarem
Contra o neoliberalismo
As comunidades buscam
O associativismo
A rede de produção
E o cooperativismo*

*Prá que as pessoas tenham
Mais sustentabilidade
Prestando serviço à vida
Na solidariedade
Enfrentando desafios
Dentro da comunidade*

*Pra isso precisa haver
Gestão participativa
E grupo fortalecido
De maneira coletiva
Trabalhando e ampliando
A sua ação produtiva*

*Buscando a sociedade
Justa e igualitária
As pessoas se organizam
De forma comunitária
Em prol da Economia
Popular e solidária*

*Sabemos que todo mundo
Tem direito de viver
Na mais plena liberdade
Pra se expressar e dizer
Qual o tipo de trabalho
Que gosta de fazer*

*Mais pra que o cidadão
Possa colher esses frutos
Precisa desenvolver
Os seus dons absolutos
Com espaços pra poder
Expor também seus produtos*

*Em uma sociedade
Desumana e egoísta
Onde tudo gira em torno
Do poder capitalista
Quem menos se organiza
Menos espaço conquista*

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AAGEMAM - Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo
ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACVCV - Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros
AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
AMLD - Associação Mico-Leão-Dourado
APA - Área de Proteção Ambiental
ARPA - Projeto Áreas Protegidas da Amazônia
ASJOR - Associação de Moradores de São Jorge
ASPAC - Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BINGOs - *Big International Non Governmental Organizations*
C&T - Ciência e Tecnologia
CBTS - Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CEA - Centro de Educação Ambiental
CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração
CEU - Centro Excursionista Universitário
CI-Br (ou CI) - Conservação Internacional – Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
CONECOTUR - Congresso Nacional de Ecoturismo
COPPE - Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia
COPs - Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CR - *Conflict Resolution*
CRN - Casa Renascer
CT - *Conflict Transformation*
CTI - Centro de Trabalho Indigenista
EACH-USP – Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo
ECOPORÉ - Ação Ecológica Guaporé
Ecoturismo-Br - Rede Brasileira de Ecoturismo
EcoUC - Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação
EMAE – Empresa Metropolitana de Água e Energia S/A
EWI - *Earthwatch Institute*
FAPERJ - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FLONA - Floresta Nacional
FRN (ou RN) - Fazenda Rio Negro
FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FUNDHAM - Fundação Museu do Homem Americano
FVA - Fundação Vitória Amazônica
IAD – *Institutional Analysis and Development*

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBJ - Instituto Baleia Jubarte
IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
IF - Instituto Florestal
ING ONG - Instituto Ing Ong de Planejamento Socioambiental
IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISA – Instituto SócioAmbiental
ISER - Instituto de Estudos da Religião
IUCN - *The World Conservation Union*
IVT-RJ - Instituto Virtual de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
KIT - *Royal Tropical Institute*
LTDS - Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPE - Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo
MTur - Ministério do Turismo
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PADS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável
PB - Projeto Bagagem
PCTS - Programa de Certificação em Turismo Sustentável
PDA - Programa Demonstrativo
PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
PHYSIS – Instituto Physis – Cultura & Ambiente
PNE - Parque Nacional das Emas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG-7 – Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRODETUR - Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
RBEcotur - Revista Brasileira de Ecoturismo
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário
REDTURS - Rede de Destinos de Turismo Comunitário da América Latina Rede
Turisol - Rede de Turismo Solidário Comunitário do Brasil
RESEX - Reservas Extrativistas
Rio-92 - IIª Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Rio+10 – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAPIS - Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
SBEcotur - Sociedade Brasileira de Ecoturismo
SCM - Sociedade Civil Mamirauá
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC- Serviço Social do Comércio
SITS - Seminário Internacional de Turismo Sustentável
SLS - São Lourenço da Serra
SMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SMOs - *Social Movement Organization*
SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
Tamar - Projeto Tartaruga Marinha
TBC - Turismo de Base Comunitária
TIES - *The International Ecotourism Society*
TNC – *The Nature Conservancy*
TS – Turismo Sustentável
UCs - Unidades de Conservação
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UNEP - *United Nations Environment Programme* (Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente)
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USTOA - *United States Tour Operators Association*
VC - Instituto Vitae Civilis
WCF – Instituto *World Childhood Foundation* - Brasil
WCWC - Comitê de Áreas Selvagens do Canadá Ocidental
WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo
WWF – *World Wildlife Fund*
WWF-Br– *World Wildlife Fund* -Brasil

Glossário de siglas e abreviações.....	XI
--	----

Sumário

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
RESUMEN.....	6
Apresentação.....	7
A pesquisa.....	13
I) Objetivo Geral:.....	13
II) Objetivos específicos:.....	13
III) As principais questões que a pesquisa procurará responder são:	13
IV) Hipótese.....	13
V) Métodos e Procedimentos de Pesquisa:.....	14
VI) As ONGs objeto deste estudo.....	17
VII) Entrevistas realizadas e depoimentos coletados:.....	18
Introdução: Os “Turismos” do meio ambiente.....	21
As ciências sociais e o fenômeno turístico.....	21
A emergência da ideia de Turismo Sustentável.....	26
A opção da tese pelo uso do termo Turismo Sustentável	27
Parte I - Ambientalismo, ONGs e Turismo Sustentável.....	37
Capítulo 1: Ambientalismo e institucionalização através das ONGs.....	39
As Organizações Não Governamentais ambientalistas: mediadoras, articuladoras, atores sociais e políticos ou (novo) movimento social?.....	39
1.1. ONGs ambientalistas: definições e lógicas.....	39
1.2 ONGs ambientalistas: interações entre o local e o global.....	41
1.3 As insolúveis contradições, controvérsias e polêmicas acerca das ONGs.....	46
1.3.1 A “emergência” das ONGs.....	46
1.3.2 As reveladoras parcerias das ONGs.....	50
1.3.3 Os projetos de Turismo Sustentável das ONGs transnacionais no Brasil e a proposição de políticas públicas.....	57
1.4 ONGs como alvo preferencial de críticas construtivas e teorias conspiratórias.....	66
1.4.1 As ONGs nas polêmicas sobre Unidades de Conservação e populações 66	
1.4.2 A polêmica em torno da Ciência da Conservação.....	69
1.4.3 Outras polêmicas acerca das ONGs: da forma de pensar à forma de agir, tudo é questionável.....	72
1.5. Como as ONGs se sustentam e como mantém sua autonomia.....	75
Capítulo 2: Autoridade, legitimidade, influência e representatividade das ONGs ambientalistas.....	81
2.1 Autoridade, legitimidade, influência e representatividade das ONGs ambientalistas	82
2.2 ONGs atores e/ou mediadores sociais?.....	88
2.3 A competência tecnocientífica, o aprendizado social e as redes nas arenas e nas articulações sociais.....	96
2.4 Quem avalia as ONGs, ou quais seriam os vigilantes dos vigilantes?.....	100

2.5 As múltiplas identidades das ONGs e suas possibilidades.....	105
Capítulo 3: Ambientalismo e Turismo Sustentável.....	121
3.1 A construção da ideia de sustentabilidade no Turismo.....	122
.....	125
3.2 As ONGs ambientalistas e o Turismo Sustentável.....	126
3.3 As possíveis contribuições das ONGs ambientalistas para o Turismo Sustentável	
.....	133
3.3.1 Controle da qualidade das atividades ecoturísticas	135
3.3.2 Captação de recursos e financiamento do Turismo Sustentável.....	138
3.3.3 Educação Ambiental e sensibilização do turista.....	140
3.3.4 Intercâmbio de informações sobre assuntos relativos ao Turismo entre	
atores de projetos locais, regionais e globais.....	141
3.3.5 Elaboração de diretrizes e de diagnósticos para o Turismo Sustentável	143
3.3.6 Capacitação e apoio à participação comunitária.....	144
3.3.7 Cogestão, influência e apoio às áreas protegidas através de seu	
desenvolvimento econômico pelo Turismo Sustentável	145
3.3.8 Busca de soluções para problemas sociais advindo do Turismo tais como	
a exploração do Turismo sexual e as desigualdades de gênero.....	147
3.3.9 Inovações, reflexões, tendências, questionamentos para a área de Turismo	
em geral.....	148
3.3.10 Pesquisa e difusão de técnicas em Turismo Sustentável	150
3.4 As possíveis contribuições das ONGs ambientalistas para a Insustentabilidade do	
Turismo.....	151
Parte II – As Organizações Não Governamentais pesquisadas.....	165
Capítulo 4: Organizações Não Governamentais atuantes no Turismo, diferenças de visão	
e atuação.....	167
4.1 Conservação Ambiental (CI-Brasil)	169
4.2 O Ecoparque do Una e a Fazenda Rio Negro	171
4.2.1 Contexto da Fazenda Rio Negro.....	171
4.3 Vitae Civilis, São Lourenço da Serra, SP.....	173
4.3.1. Projetos com Turismo Sustentável do Vitae Civilis.....	173
4.3.2. Projeto Ecoturismo São Lourenço da Serra.....	174
4.3.3. Contexto do Projeto de Ecoturismo em São Lourenço da Serra.....	174
O Futuro do Projeto.....	179
4.4. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM.....	180
4.4.1. O Instituto.....	181
4.4.2. O Programa de Ecoturismo em Mamirauá.....	182
4.5. Duas ONGs do Nordeste: Instituto Terramar e Amigos da Prainha do Canto Verde	
.....	186
4.5.1 Terramar.....	186
4.5.2 Amigos da Prainha do Canto Verde.....	187
4.6 Projeto Bagagem.....	192
4.7 Instituto Peabiru.....	196
4.8. WWF – Brasil	203
4.8.1 Ecoturismo e WWF.....	203
4.9 Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC).....	206
4.10 O que as experiências destas ONGs têm em comum?.....	210

Parte III – Conflitos e participação no Turismo Sustentável.....	213
Capítulo 5: Conflitos e Sustentabilidade nos projetos de Turismo realizados por ONGs.....	215
5.1 Os cenários, a tradicionalidade e os conflitos.....	215
5.2 Algumas especificidades do potencial conflituoso do Turismo.....	232
Capítulo 6: Conceitos e estágios de participação e a legitimidade pretendida.....	241
6.1 Os conceitos de participação.....	241
6.2 Os tipos, escalas e os graus de participação.....	257
6.3. As especificidades da participação das ONGs no Turismo Sustentável.....	269
6.4 A falta que fazem os indicadores.....	272
Conclusão: As ONGs em seu diálogo com o Turismo Sustentável. Depois de tantas experiências, o que esperar?.....	281
Referências Bibliográficas.....	292
ANEXO 1 – PERGUNTAS QUE NORTEARAM AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS DA PESQUISA.....	313
APÊNDICE: Algumas observações dos eventos de Turismo Sustentável.....	317
IIº ECOUC e VIº CONECOTUR.....	317
IIº Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS).....	321

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Diversos tipos de participação.....	264
--	-----

LISTA DE QUADROS:

QUADRO 1: OS ENTREVISTADOS(AS) DA PESQUISA.....	19
QUADRO 2: DEPOIMENTOS COLETADOS.....	20

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Programas de criação de uma Rede de Turismo Comunitário do Projeto Bagagem.....	194
--	------------

“Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos”

RESUMO

O Turismo Sustentável (TS) é reconhecido por diversos atores sociais e políticos como uma possibilidade ambientalmente correta de uso dos recursos naturais. O que se observa é que o aumento da prática do TS no Brasil não tem sido proporcional à sustentabilidade ambiental e à melhoria da qualidade de vida nos locais onde ocorre, o que deveria ser uma consequência teórica direta do Turismo realmente sustentável. Uma constante verificada é o aumento de conflitos sociais causados pela maior pressão sobre o uso dos recursos naturais que, por sua vez, provoca a atenção e interferência do ambientalismo, através das Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e transnacionais. Estas interferências promovem a articulação entre diversos segmentos políticos. A criação e/ou acirramento dos conflitos socioambientais decorrentes das práticas conservacionistas e do TS coloca em questão a legitimidade, representatividade, nível e forma de participação das ONGs e suas ações. A busca de diálogo tem forçado a participação dos envolvidos em organizações de caráter político especialmente criadas. Este estudo objetiva verificar e analisar os conflitos socioambientais, em escala local, gerados a partir da implementação de projetos e programas de TS feitos por ONGs nacionais e transnacionais, selecionadas para este estudo, nas diversas localidades do Brasil, onde atuam. Tem como objetivos específicos diagnosticar, conhecer e compreender o momento atual de programas e projetos de TS realizados por ONGs no Brasil; verificar a influência das práticas destas ONGs na governança dos recursos naturais e nas políticas públicas locais; e verificar e analisar os conceitos de sustentabilidade e participação que moldam os programas e projetos de TS promovidos. Esta pesquisa focaliza ONGs diversas com experiências relevantes em programas e projetos de TS. A hipótese norteadora é a de que as ONGs influenciam fortemente o debate local sobre sustentabilidade ambiental podendo gerar novas desigualdades, enclaves e conflitos regionais, bem como novos graus de participação e empoderamento dos atores sociais envolvidos. A pesquisa foi realizada, em sua maior parte, através de investigação bibliográfica e documental, observação direta com registro em diário de campo, complementadas pela pesquisa empírica, com entrevistas semiestruturadas e gravadas a membros de ONGs.

PALAVRAS-CHAVE: Organizações Não Governamentais (ONGs); Turismo Sustentável; Conflitos socioambientais; Participação Comunitária; Sustentabilidade Socioambiental.

“NGOs and Sustainable Tourism: tracks concepts of participation and conflicts”

ABSTRACT

The Sustainable Tourism (ST) is recognized by various social and political actors as an opportunity for environmentally correct use of natural resources. What is observed is that the increased practices of ST in Brazil is not proportional to the environmental sustainability and to the improvement of the quality of life where it occurs, what should theoretically be a direct consequence of the Tourism which is really sustainable. A verified constant is the increase of social conflicts caused by more pressure on the use of natural resources which, in turn, causes the attention and interference of environmentalism, through the national and transnational Non Governmental Organizations (NGOs). These interferences promote the articulation between different political segments. The creation and/or worsening of socio-environmental conflicts arising from practice's conservation and ST bring to light the question of the legitimacy, representativeness, level and the form of participation of NGOs and their actions. The search for dialogue has forced the participation of those involved in organizations of a politics especially created. This study aims to verify and analyze the socio-environmental conflicts locally, resulting from the implementation of projects and programs of ST made by national and transnational NGOs, selected for this study, in different locations in Brazil, where they act. Its specific objectives are to diagnose, know and understand the current moment of programs and projects of ST made by NGOs in Brazil, as well as the influence of the practices of NGOs in relation with natural resources and local public policies, and to monitor and analyze the concepts of sustainability and participation that shape the programs and projects of ST promoted. This research focuses on Miscellaneous NGOs with relevant experience in programs and projects of ST. The guiding hypothesis is that the NGOs strongly influence the local debate on environmental sustainability and are likely to generate new inequalities, enclaves and regional conflicts, and new levels of participation and empowerment of social actors involved. The research, in its most part, was done through direct observation recorded in a field diary, documental and literature search, supplemented by empirical research, drawn from semi-structured and recorded interviews with members of NGOs.

KEY-WORDS: Non-Governmental Organizations (NGOs), Sustainable Tourism, Socio-environmental conflicts, Community Participation, Socio-environmental Sustainability.

“Organizaciones no gubernamentales y el Turismo sostenible: caminando por los senderos de conceptos de participación y conflictos”

RESUMEN

El Turismo Sostenible (TS) es reconocido por diversos actores sociales y políticos como una oportunidad ambientalmente correcta del uso de los recursos naturales. Lo que se observa es que el aumento de prácticas de TS en Brasil no es proporcional a la sostenibilidad ambiental y a mejorar la calidad de vida en los lugares donde ocurre, lo que debería ser una consecuencia teórica directa del Turismo verdaderamente sostenible. Una constante verificada es el aumento de los conflictos sociales causados por una mayor presión sobre el uso de los recursos naturales que, a su vez, provoca la atención y la injerencia del ecologismo, a través de las Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) nacionales y transnacionales. Estas interferencias promoven la articulación entre diversos segmentos políticos. La creación y / o empeoramiento de los conflictos socio-ambientales derivados de las prácticas conservacionistas y del TS pone en jaque la cuestión de la legitimidad, la representatividad, el nivel y la forma de participación de las ONG y de sus acciones. La búsqueda de diálogo ha obligado a la participación de los implicados en las organizaciones de carácter político especialmente creadas. Este estudio tiene como objetivo verificar y analizar los conflictos socioambientales en escala local, como resultado de la ejecución de los proyectos y programas de TS realizados por ONGs nacionales y transnacionales, seleccionadas, para este estudio, en diferentes lugares de Brasil, donde actúan. Sus objetivos específicos diagnosticar, conocer y comprender el momento actual de los programas y proyectos de TS realizados por ONGs de Brasil, averiguar la influencia de las prácticas de estas organizaciones no gubernamentales en la gobernanza de los recursos naturales y en las políticas públicas locales, y supervisar y analizar los conceptos de sostenibilidad y participación que dan forma a los programas y proyectos de TS promovidos. Esta investigación se centra en diversas organizaciones no gubernamentales con experiencias relevantes en programas y proyectos de TS. La hipótesis que direcciona la investigación es que las ONGs locales influyen fuertemente el debate local sobre sostenibilidad ambiental y pueden generar nuevas desigualdades, enclaves y conflictos regionales, como también nuevos grados de participación y de empoderamiento de los actores sociales involucrados. La investigación, en su mayor parte, se hizo a través de la observación directa con registro en un diario de campo, investigación bibliográfica y documental, complementado por la investigación empírica, con entrevistas semi-estructuradas y grabadas a miembros de organizaciones no gubernamentales.

PALABRAS-CLAVE: Organizaciones No Gubernamentales (ONGs), Turismo Sostenible, Conflictos sócio-ambientales, Participación Comunitaria, Sostenibilidad Socioambiental.

Apresentação

Esta tese: a que veio?

Esta tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ambiente & Sociedade tem a pretensão de problematizar alguns conceitos que, embora clássicos nas áreas de ciências sociais, quando trabalhados na esfera ambiental interdisciplinar, assumem configurações distintas e novos desafios para sua definição e usos.

Os conceitos de participação e de conflito são analisados em seu cruzamento a partir da observação de alguns casos emblemáticos de Organizações Não Governamentais (ONGs) que se propõem a trabalhar de forma participativa, com grupos sociais diversos, a implementação de projetos de Turismo sob a ótica da sustentabilidade.

Sabe-se que a qualidade da participação proposta e executada nas parcerias será determinante na geração de novos conflitos, na emancipação comunitária e nos acordos e pactos que poderão ser estabelecidos. A maioria das ações de Turismo executadas ou propostas pelas ONGs nas comunidades evidenciam a necessidade de se refletir sobre os métodos, as ferramentas e as propostas.

Afora isso, o próprio Turismo tem forte potencial de estabelecer conflitos nas comunidades onde está sendo trabalhado (de fato ou enquanto projeto). São conflitos em escala local, na comunidade, e, também fora dela, com os demais atores ou mediadores que com elas dialogam, especialmente as ONGs.

Promessas de salvação são comuns quando se fala em ONGs e em Turismo Sustentável, ambos lidam com a imaginação, com a inércia, comodismo e a apatia do público que transfere a elas as suas frustrações, medos e desejos de mudança. Além disso, nos trabalhos entre ONGs e comunidades, assim como entre turistas e comunidades, ocorrerão trocas de todos os tipos que resultarão em enorme aprendizado social.

Este aprendizado tem potencial para ser fonte moral e de autoridade para as ONGs e comunidades. Assim, novos acordos e pactos poderão surgir para lidar

com a conservação dos recursos naturais. No entanto, quando as ONGs propõem a salvação, podem inviabilizar a existência e os projetos daqueles a quem elas querem salvar. Elas podem criar dependência nas comunidades, especialmente quando recomendam processos impossíveis de serem tocados sem a sua tutela. É comum que, ao sugerirem o Turismo como salvação, as ONGs escamoteiem seus prováveis impactos negativos fato que resultará em outros impactos.

Na tese foram problematizados conceitos como influência, autoridade, legitimidade (Weber) e representatividade (Touraine) todos eles fundamentais para uma leitura atual sobre a significativa expansão das ONGs ambientalistas nos processos decisórios internacionais. Assim, perguntas sobre os limites da atuação das ONGs, as contradições emergentes entre o seu potencial emancipador, democrático e coercitivo precisam estar na pauta das discussões e reflexões, aliados às novas formas de autoridade emergentes, tais como a epistêmica, moral, a mídia e até a ilícita (MOL, 2008)².

É importante o questionamento preventivo sobre como seria o mundo caso houvesse uma eventual mudança de autoridade, na qual as ONGs tivessem, de fato, poder? Resolveriam os problemas ambientais? Seriam democráticas? Teriam mais legitimidade? Autoridade? Influência?

Não se trata de um exercício de futurologia e sim, de uma tentativa mesmo que parcial de enfrentar questões importantes para tentar compreender alguns dos dilemas aos quais as ONGs estão expostas e pelos quais as mesmas têm sido constantemente questionadas em sua legitimidade, representatividade, autoridade, influência e poder.

São necessárias reflexões em torno das possíveis mudanças na constituição da autoridade, inclusive com a formação de estruturas mistas de poder, na medida em que vem ocorrendo uma sensível diminuição do papel do Estado, e parte de suas responsabilidades são assumidas por outros atores, que agem mesmo sem um novo arranjo no sistema de autoridade que respalde e regule essas ações.

²Em comunicação oral realizada durante o IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente & Sociedade (ENANPPAS), realizada em Brasília, DF em 4/05/2008.

As ONGs ambientalistas tem potencial para provocar um debate mais qualificado das questões ambientais, ao mesmo tempo em que suas ações também provocam questionamentos provenientes de outras partes, seja para corroborar suas atuações ou para criticar. Tais problematizações podem incorrer no questionamento da própria existência e da gestão das ONGs.

A popularização das redes tem facilitado as articulações entre todos os atores e potencializado a comunicação e o aprendizado. O processo de aprendizagem social, no entanto, ainda não resolveu uma série de graves problemas enfrentados pelas organizações, especialmente no que diz respeito à transparência na gestão, nas avaliações, nos projetos e propostas das ONGs, nas metodologias e estratégias usadas. Por conta disso, as mesmas começam a ser cada vez mais criticadas, inclusive por meio de teorias conspiratórias. O seu maior trunfo para manter sua popularidade, são os enormes riscos ambientais.

Considera-se neste estudo, a possibilidade de estar ocorrendo uma mudança fundamental nos eixos de poder, a partir da temática ambiental e também por conta da influência das ONGs. Esta hipótese implica estudar as novas formas de autoridade emergentes que se multiplicam frente a pressões provenientes dos riscos ambientais.

Além disso, é chegado o momento de avaliar o equilíbrio de poderes entre Estado, ONGs e grandes corporações empresariais. No momento da redação desta tese, início do século XXI, ainda não se sabe o que esperar dos novos atores sociais, entre eles as ONGs, com um inédito e crescente poder de influência.

Esta tese, despretensiosa em sua totalidade, trata de um tema já muito debatido e para o qual os olhares dos cientistas sociais, turismólogos, ecólogos entre outras várias áreas do conhecimento, já contribuíram sob diversos aspectos. Trata dos impactos, principalmente os conflitos que ocorrem em áreas naturais, protegidas ou não, que têm presença de populações e, ao receberem turistas, ONGs, projetos, passam a conviver com um novo estilo de vida, novas perspectivas, novos conflitos.

Tratar de impactos do Turismo em comunidades não é a novidade desta tese, a qual pretende somente aprofundar e exemplificar algumas mudanças bastante sutis. A contribuição maior aqui é a de trazer à tona um novo momento histórico, de questionamento a respeito do que as ONGs realizaram para mitigar estes impactos ao longo dos últimos vinte anos.

Sabemos que todos os envolvidos com o Turismo Sustentável (TS) estão reavaliando seus trabalhos e os conceitos por trás destes, fato visível nos depoimentos de membros de ONGs ou de associações, coletados para a tese, que evidenciam a realização de apostas em muitas estratégias participativas distintas, sendo que várias delas não se mostraram interessantes. No entanto, ainda, não apontaram novas direções além da crítica e questionamentos.

Assim, esta tese tem como objetivo analisar algumas experiências de ONGs e grupos sociais, que se dedicaram à implementação de projetos voltados ao Turismo Sustentável no Brasil, a partir da década de 1990 até a data do fechamento desta tese, no primeiro semestre de 2009. Em comum, as ONGs e grupos sociais estudados utilizaram estratégias e ferramentas participativas distintas que culminaram, conforme o processo e a qualidade delas, na criação ou acirramento de conflitos sociais. Assim, a descrição desses processos, a tentativa de explicitar as diversas qualidades de participação e os níveis de conflitos ocasionados, servirá para traçar um painel desta situação no Brasil, mostrando padrões que se repetem e que podem ser revistos.

O meu percurso na elaboração desta tese

Do ponto de vista pessoal, o caminho percorrido até chegar a este texto foi cheio de inesperadas mudanças profissionais e pessoais, as quais foram responsáveis por inúmeras modificações, a partir do projeto original, apresentado para o ingresso no NEPAM - UNICAMP.

Foi também uma oportunidade pessoal de rever conceitos, criar novas perguntas, desiludir-me e me encantar. Os temas para mim são apaixonantes tanto profissionalmente, como enquanto pesquisadora, docente, aluna, turista, diretora de ONG, crítica...

Importante frisar que, apesar dos percalços, todo o processo foi de extrema gratificação pessoal, muito aprendizado e fluidez, especialmente no tocante ao grande incentivo, generosidade e competência da minha orientadora Lúcia da Costa Ferreira.

Com um debate acadêmico que se pretende interdisciplinar, o doutorado permitiu um resgate tardio, da minha formação original como antropóloga a qual fora se perdendo com a atuação profissional e de pesquisa em outras áreas de saber, aliada à experiência proveniente do trabalho com o Turismo, os estudos e atuação com a questão ambiental. Foi muito gratificante poder transformar estes anos de estudos e de trabalho em questões que pareciam distantes umas das outras, mas que se integram quando focamos em um determinado tema e tentamos dar conta dele sob diversos pontos de vista e em toda a sua complexidade.

Não há dúvida de que as questões estudadas estão em ascendente evidência e merecem um tratamento sério rumo a um novo momento histórico no qual vivem ONGs que tratam de Turismo. Esperamos contribuir com isso.

De toda forma, a tese, a qual recolheu depoimentos de coordenadores de projetos de Turismo de ONGs, além de outros atores sociais³, buscou propor várias provocações reflexivas, algumas delas minuciosamente trabalhadas, outras apenas citadas para servirem como base a estudos posteriores. Estes poderão ser feitos por quem se sentir provocado, e por aqueles que quiserem pesquisar conosco, uma vez que pretendemos seguir em uma linha de pesquisa que trate de algumas ONGs em específico, buscando conhecer o olhar da comunidade sobre seus projetos, diferente do realizado aqui, onde o ponto de vista abordado é o dos membros das ONGs, especialmente aqueles com poder de decisão. O convite então é duplo: para leitura e compartilhamento das questões e provocações as quais procuramos destrinchar ao longo da tese, e para aquelas que ainda não estão presentes, mas já são perceptíveis, sabendo que ainda há muito caminho a percorrer. A todos, Boa leitura!

³Trechos dos depoimentos dos entrevistados já estão presentes desde a introdução da tese, mas a descrição detalhada de como foram coletados encontram-se mais adiante, nos métodos e procedimentos de pesquisa.

A pesquisa

I) Objetivo Geral:

- Verificar e analisar os conflitos socioambientais, em escala local, gerados a partir da implementação de projetos e programas de Turismo Sustentável realizados por ONGs nacionais e transnacionais selecionadas para este estudo, nas diversas localidades do Brasil onde atuam.

II) Objetivos específicos:

- Diagnosticar, conhecer e compreender o momento atual de programas e projetos de Turismo Sustentável realizados por ONGs no Brasil;
- Verificar a influência das práticas destas ONGs na governança dos recursos naturais e nas políticas públicas locais;
- Verificar e analisar os conceitos de sustentabilidade e participação que moldam os programas e projetos de Turismo Sustentável promovidos pelas diferentes ONGs ambientalistas nacionais e transnacionais objeto deste estudo.

III) As principais questões que a pesquisa procurará responder são:

- Como ONGs diferentes se organizam e desenvolvem programas e projetos de Turismo? Quais conceitos de sustentabilidade e participação (com suas respectivas opções ferramentais) as mesmas operam?
- As comunidades envolvidas nos projetos de Turismo são influenciadas pela atuação das ONGs a ponto de modificar suas práticas e ideários sobre sustentabilidade ambiental? Estas transformações podem gerar novas desigualdades, enclaves e conflitos regionais? Podem alterar eixos de poder e autoridade no tocante à dinâmica de resolução de problemas ambientais?

IV) Hipótese

Entende-se que o ambientalismo nacional e transnacional investe no diálogo e nas articulações com atores locais diferenciados e que o Estado brasileiro e a iniciativa privada pouco investem no Turismo. Diante desse contexto, espera-se que as ONGs influenciem fortemente o debate local sobre

sustentabilidade socioambiental e que essa influência possa vir a gerar novas desigualdades, enclaves e conflitos regionais, bem como novos graus de participação e empoderamento dos atores sociais envolvidos, incluindo-se aí as próprias ONGs e os demais envolvidos com a gestão dos recursos naturais. A convivência com os métodos, ferramentas e conceitos participativos, pode contribuir para desenvolver a crítica a esses processos, bem como permitir a compreensão acerca da heterogeneidade constituinte das entidades ambientalistas, a qual pode dificultar a própria conquista da legitimidade nas suas iniciativas.

V) Métodos e Procedimentos de Pesquisa:

A pesquisa, em sua maioria foi desenvolvida através de investigação bibliográfica e documental **complementada** pela pesquisa empírica, por meio de entrevistas com membros de ONGs (geralmente seus dirigentes ou responsáveis pelos projetos e programas de Turismo) e a observação direta de eventos públicos das áreas de Turismo Sustentável conforme descrevemos a seguir.

Foram realizadas as seguintes atividades:

a) Análise documental (instrumentos de cooperação entre ONGs e comunidades, consulta a relatórios técnicos e documentação afim, artigos e relatos de experiências participativas de planejamento e de gestão do TS produzidos por ONGs e organizações da sociedade civil - publicados em revistas e periódicos ou divulgados por meio eletrônico/digital), além de arquivos das ONGs selecionadas;

A análise documental consistiu na base deste estudo, sendo o principal procedimento para sua concretização. Documentos tais como relatórios técnicos, artigos e relatos de experiências participativas de planejamento e de gestão do TS produzidos por instituições que representam a sociedade civil, além de arquivos das ONGs selecionadas forneceram a fonte necessária para tentar responder às perguntas elaboradas neste estudo e produzir a análise desejada.

Os Projetos e Programas de Turismo Sustentável selecionados possuem *site* na Internet, textos institucionais e, muitas vezes, estudos, escritos por acadêmicos ou consultores, sobre as experiências. Folhetos, documentos de

avaliação e sistematização das ações também foram coletados, analisados e relacionados às questões colocadas por esta pesquisa.

Os documentos coletados corresponderam àqueles produzidos durante a época de desenvolvimento dos projetos e programas escolhidos, em sua maioria, a partir da década de 1990 até o final de 2008. Deste modo, este é o período histórico focalizado nesta pesquisa.

Após a leitura e seleção de dados significativos, somados às entrevistas realizadas, à revisão bibliográfica, o trabalho analítico foi desenvolvido de modo a verificar a hipótese apresentada.

Para realizar a análise foram também identificados atores, instituições e dois relevantes eventos que ocorreram durante o presente estudo, de modo a resgatar a historicidade do processo e os elos que lhe conferiram sentido, atentando-se que o *“documento representa já uma interpretação de fatos reais elaborada por seu autor e, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objetiva e neutra dos fatos”* (PIMENTEL, 2001:183).

b) Levantamento prévio de experiências de Turismo Sustentável realizadas por ONGs no Brasil, de modo a identificar os atores sociais e especialistas para posterior seleção dos entrevistados, com capacidade para dialogar sobre a dimensão conflituosa do assunto. O levantamento foi realizado a partir da experiência de trabalho e pesquisa da autora com o tema Turismo o qual permitiu acesso às fontes bibliográficas, aos documentos, à conversa com membros de ONGs, a presença constante em eventos da área temática em questão, entre outros. Após a seleção, foram feitos contatos pessoais ou via *e-mail* com os selecionados, a partir dos quais foram agendadas e negociadas as entrevistas. Algumas delas, no entanto não se viabilizaram por questões de Agenda ou de logística dos participantes – entrevistado e entrevistadora, fato que justifica a ausência de algumas experiências relevantes;

c) Seleção das ONGs e atores sociais para a entrevista: Após a realização do diagnóstico de experiências emblemáticas de implantação de projetos de Turismo

Sustentável através do uso de estratégias e ferramentas participativas, muitas ONGs espalhadas pelo Brasil foram levantadas e contatadas para entrevista. Alguns membros de ONGs eram pessoas conhecidas da autora da tese e por isso a aproximação foi facilitada.

Devido ao fato de as ONGs estarem espalhadas pelo Brasil e da decisão de que as entrevistas seriam presenciais, o acesso às pessoas foi o fator que definiu a seleção final dos entrevistados visto que não havia recursos financeiros suficientes para o deslocamento da pesquisadora pelos tantos Estados brasileiros, sendo algumas experiências, localizadas em locais de longa distância e difícil acesso para quem está em São Paulo, SP.

Alguns eventos da área de Turismo e meio ambiente foram fundamentais, pois permitiram vários dos encontros para as entrevistas, sem o deslocamento até suas localidades de origem, assim, a presença da autora nos eventos em Itatiaia (RJ)⁴, Brasília (DF)⁵, Belém (PA)⁶ e Fortaleza (CE)⁷ viabilizaram entrevistas que seriam impossíveis devido às distâncias. Algumas entrevistas se deram em São Paulo e São Lourenço da Serra, ambas no Estado de São Paulo;

d) Entrevistas semiestruturadas e gravadas com participantes locais e de ONGs nos projetos e programas sobre TS, além de especialistas no assunto. As questões que nortearam as entrevistas encontram-se no Anexo 1 e os quadros de entrevistas realizadas (Quadro 1) e de depoimentos coletados (Quadro 2) encontram-se no item VII desta sessão de Apresentação da Pesquisa;

⁴Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC) e VIº Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR), 2007.

⁵ IVº ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008.

⁶Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento. Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2008.

⁷Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), 2008.

e) Observação/pesquisa participante⁸ em dois eventos selecionados pelo seu grau de impacto junto à opinião pública, visando complementar a pesquisa: o IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC) e VIº Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) que ocorreram simultaneamente, de 08 à 11 de novembro de 2007, em Itatiaia, RJ e o IIº Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), que ocorreu em 12 a 15 de maio de 2008, em Fortaleza, CE. Os dois eventos foram escolhidos pela temática, abrangência nacional, presença de algumas das ONGs estudadas e com isso a possibilidade de realizar entrevistas significativas durante os mesmos, além de atuar como pesquisadora participante.

Nos eventos utilizou-se a observação direta com participação em reuniões das ONGs selecionadas e demais fóruns pertinentes a este estudo com registro gravado; coleta e registro de depoimentos; observação direta da ação pública e realização de entrevistas semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas. As observações dos eventos aparecem diluídas ao longo do texto e, sistematizadas no Apêndice.

VI) As ONGs objeto deste estudo

Esta pesquisa focou ONGs que instalaram processos participativos de cooperação em torno da conservação ambiental e Turismo Sustentável. As ONGs selecionadas são:

1. Conservação Internacional- Br (CI-Br);
2. Instituto Vitae Civilis (VC);
3. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM);
4. Instituto Terramar e Amigos da Prainha do Canto Verde;
5. Projeto Bagagem (PB);

⁸**Pesquisa Participante:** abarca uma matriz metodológica que aproveita e reorienta o cabedal de técnicas de pesquisa das ciências sociais construído ao longo do tempo. Trata-se de um processo no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes, sendo uma atividade de pesquisa, educacional orientada para a ação. Trata-se de um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação (BRANDÃO, 1986). Na Pesquisa Participante, podem-se empregar métodos tradicionais na coleta de dados, mas enfatizam-se posturas qualitativas e hermenêuticas, e a comunicação interpessoal, num processo coletivo que se traduz em experiência educativa.

6. Instituto Peabiru (Peabiru);
7. *World Wildlife Fund* (WWF) – Brasil; e
8. Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC).

A escolha das ONGs se deu pela existência de Projetos relevantes de Turismo Sustentável desenvolvidos por elas, conforme descrito no Capítulo 4. Além disso, feito o contato inicial com as ONGs, todas mostraram interesse e abertura para participar da pesquisa.

Há uma diferença de ênfase no tratamento dado às ONGs neste estudo. Como a localização e a atuação delas é dispersa, não foi possível uma pesquisa *in loco*, assim, a observação não ocorreu de modo padronizado e longitudinal, foi mais assimétrica do que sistemática quanto à ênfase, aos detalhes e instrumentos comparativos utilizados.

Ressalta-se a constante aparição de novas experiências de ONGs e comunidades com TS. Muitas ainda em fase de projeto. Não há a possibilidade de acompanhar a criação e o propósito de todas. Fato interessante é que, por um lado elas estão sendo impulsionadas por eventos, financiamentos e todo o tipo de oportunidade, inclusive mercadológica; por outro, o crescente interesse e criação de novos projetos tem gerado novas redes de financiamentos e apoiadores.

VII) Entrevistas realizadas e depoimentos coletados:

Entrevistas realizadas

Junto às ONGs selecionadas foram entrevistados os gestores responsáveis pelo Projeto e/ou Programa de Turismo Sustentável, Gerente ou Diretor da ONG, além de especialistas nos temas deste estudo. Importante destacar que nem todas as ONGs estudadas tiveram membros entrevistados, como é o caso do Instituto Mamirauá e Amigos da Prainha do Canto Verde.

QUADRO 1: OS ENTREVISTADOS(AS) DA PESQUISA

NOME ENTREVISTADO	INSTITUIÇÃO	CARGO
Alexandre C. de A. Prado	Conservação Internacional	Gerente de economia da conservação
Cecília Junqueira S. Zanotti	Projeto Bagagem	Diretora
Davis Gruber Sansolo	Universidade Anhembi Morumbi, SP e Laboratório de Tecnologias e Desenvolvimento Social da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	Professor e pesquisador
Esther Neuhaus	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e integrante do Instituto Terramar	Secretária Executiva
João Meirelles Filho	Instituto Peabiru	Diretor Geral
Sérgio S. Salvati	Senac, SP e ex funcionário do WWF-Br	Consultor, coordenador e professor e ex-gerente do Programa de Ecoturismo do WWF-Br
Vicente Neves	ASPAC	Secretário Executivo

Depoimentos coletados:

Além das entrevistas propriamente ditas, foram coletados, em situações distintas, depoimentos de pessoas com as quais houve conversa informal durante eventos ou reuniões de trabalho, como demonstra a relação a seguir:

QUADRO 2: DEPOIMENTOS COLETADOS

NOME DO DEPOENTE	INSTITUIÇÃO	CARGO
Gemima Cabral Born	Instituto Vitae Civilis	Coordenadora de Projetos
Luzia Neide Coriolano	Universidade Estadual do Ceará	Professora
Francisco de Sales Coutinho	Associação Rede Cananeia	Líder comunitário
Maria do Livramento Santos (D. Mentinha)	Comunidade de Curral Velho, Acaraú, Ceará	pescadora, líder comunitária
Rubens Harry Born	Instituto Vitae Civilis	Diretor Presidente

Introdução: Os “Turismos”⁹ do meio ambiente

Nesta introdução pretende-se situar o debate na área do Turismo Sustentável (TS), especificamente a partir da contribuição recente e crescente das ciências sociais aos estudos do Turismo tido como um fenômeno social. É traçado um breve cenário histórico das principais questões estudadas pelas ciências sociais e pelos turismólogos, as quais culminaram na determinação de muitas tipologias de Turismo e na emergência do debate em torno das práticas, preceitos, propostas, conceituação do TS e sua crítica. Pretende-se apresentar a busca por definições que abarquem modalidades da atividade de TS e justificar a opção desta tese por usar este termo genérico que traz consigo uma proposta de Turismo.

As ciências sociais e o fenômeno turístico

As ciências sociais passam a tratar, com ênfase, do Turismo como objeto de estudos a partir da década de 1970, sendo que no Brasil, tais estudos ganham forma e corpo a partir da década de 1990¹⁰. Os conceitos, metodologias e ferramentas das ciências sociais têm sido bastante úteis e, ainda não suficientemente explorados.

Questões como a da tradicionalidade no Turismo ainda carecem de estudos aprofundados, assim como os diversos atores e conflitos produzidos ou provocados a partir do que se pode denominar de turistificação, ou formação de comunidades turísticas ou etnoturísticas ou, ainda, de arenas¹¹ turísticas, as quais,

⁹A palavra Turismos está entre aspas, pois o termo não existe gramaticalmente. Aqui é usado pelo fato de que compreende as diversas formas possíveis de se fazer e entender o conceito de Turismo, as quais serão detalhadas mais adiante.

¹⁰Para conhecer a história e os debates produzidos a partir da produção das ciências sociais aplicadas ao Turismo recomenda-se: BARRETO, M. O imprescindível aporte das *ciências sociais* para o planejamento e a compreensão do *turismo*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.uazuay.edu.ec/bibliotecas/cibercultura/Aporte%20Ciencias%20Sociais%20a%20Planejamento%20e%20Comprensao%20Turismo.pdf> Acessado em 20/01/2006.

¹¹Ostrom, Gardner e Walker (1994) sugerem o conceito de arena como metodologia, para se trabalhar com os *Common Pool Resources* (CPRs) ou, simplesmente *comuns*. O conceito é utilizado na análise de estruturas institucionais, com suporte de ferramentas e estruturas de análise tais como a *Institutional Analysis and Development* (IAD) visando a análise que permita a formulação de modelos explicativos dos comportamentos

segundo Grünewald (2003) são o espaço social no qual ocorrem interações geradas pela atividade turística.

As ciências sociais focam seus estudos sobre o Turismo em localidades nas quais há comunidades que apresentam traços culturais bastante caracterizados e passíveis de serem reconhecidos como atrativos turísticos, por especialistas em seus inventários de planejamento. Assim, comunidades indígenas, quilombolas, de ribeirinhos são facilmente caracterizadas como sendo turísticas, por vezes sem o conhecimento e a aceitação dos próprios membros, fator que por si já é foco de tensão e de possíveis conflitos.

Antropólogos participam da criação das bases para a conceituação e o debate sobre novas modalidades de Turismo especialmente o étnico ou Etnoturismo, o Cultural, o Indígena, de Base Local, Solidário entre outras possíveis denominações.

Os estudiosos geralmente estão preocupados com a questão da sustentabilidade cultural das comunidades e destinos, com a possível aculturação, o realce cultural, as heranças culturais, o auto-reconhecimento, a fetichização, esteriotipiza  o e/ou banalização cultural, das identidades muitas vezes forjadas para o mercado. O choque cultural, a criação de simulacros, de museus abertos, folclore e a imposição de modos de vida fixos, as implicações possíveis de se transformar comunidades em atrativos, a consolidação da identidade local, o renascimento étnico ou revitalização cultural são temas de pesquisas. Também concentrarão esforços na tentativa de determinação do que   autêntico, original ou puro como uma questão ou talvez um falso problema. Há estudos que tentam

individuais nas situações de discussão sobre os bens comuns. Assim, ter-se-ia a possibilidade de identificação e exploração de variáveis relevantes e o fornecimento de uma ampla linguagem para o uso de todos os estudiosos do tema. A arena é a primeira unidade conceitual foco do IAD, na qual as ações e os atores destas ações são analisados em conjunto. As ações se referem ao espaço social de interação dos indivíduos, espaços de troca de serviços e produtos e também de batalhas, conflitos e problemas. Nestes espaços, a maior dificuldade para quem os estuda é o estabelecimento dos limites de quando uma situação termina e outra começa. Neste sentido, o pesquisador teria que encontrar meios de separar, fragmentar essas ações de modo a poder analisá-las. Há sete variáveis que caracterizam uma situação de arena: (1) participantes, (2) posições/cargos/papéis sociais, (3) ações, (4) potenciais resultados, (5) função transformadora e seus potenciais resultados, (6) informação e (7) os custos e benefícios designados para ações e resultados. Considerando que muitos destes elementos são relativamente complexos, a variedade de situações que deles derivam   imensa e por isso, ao mesmo tempo em que possibilitam um trabalho universal, podem funcionar para a análise de combinações únicas.

observar a probabilidade da exotização de culturas, com a indigienização, quilombolização, caipirarização da modernidade (SAHLINS, 1997).

Leigos e especialistas (RUSCHMANN, 1994; BENI, 1997; SWARBROOKE, 2000; WEARING; NEIL, 2001; CEBALLOS-LASCURÁIN, 2001; IRVING, 2002; SALVATI, 2002; MITRAUD, 2003; MEIRELLES FILHO, 2005) além de pessoas ligadas ao mercado do Turismo, e à conservação ambiental, a partir de meados dos anos de 1990, passam a defender o Turismo como alternativa, devido à vulnerabilidade social, econômica e política na qual se encontra a maioria das comunidades locais ou tradicionais, aliado à necessidade de sustentabilidade e participação delas nas esferas globais. Assim, o Turismo passa a ser reconhecido como uma das alternativas menos impactantes para a sobrevivência comunitária.

O benefício à comunidade é o principal fator de sua existência. Sob esta ótica, nas duas últimas décadas do século XX, foi produzida toda uma argumentação que buscava aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável ao Turismo, transformando-o em um empreendimento sustentável, uma oportunidade de aliar empreendedorismo e conservação. Desta forma buscava-se justificar a necessidade de ascensão do mercado turístico como alternativa, desde que este fosse realizado sob os preceitos da sustentabilidade.

Também se pode reconhecer no Turismo a alavanca para recuperar ou motivar a manutenção, recriação ou realce de determinadas práticas culturais ou identitárias na medida em que ocorre motivação para tanto, despertada pela curiosidade dos visitantes, pelo contato entre alteridades e, por fim, por pura necessidade de sobrevivência cultural (PEREIRA *et al*, 2005).

Há uma simpatia e demanda pelo diferente, exótico, único e autêntico que movimenta e justifica o Turismo Étnico e cultural (ARAÚJO, 2001). Esta demanda parte do que se imagina ser estas comunidades, seus símbolos e estereótipos que, por outro lado, são também imaginados pelas comunidades no que diz respeito ao perfil dos que os visitam. Essa imaginação de via dupla é que estabelecerá as bases para o contato.

As comunidades não são passivas como muitos imaginam: elas participam, opinam, e, sempre que podem, decidem seus rumos, sua inserção no sistema

mundial, por vezes reinventando-se nas dinâmicas culturais, no processo histórico e na busca de sua sobrevivência e reprodução.

Para Schwarcz (2009):

“Diante do gatilho do capitalismo, novos passados podem apresentar-se de maneira mais gloriosa do que o presente, assim como a cultura reaparece como um marcador poderoso de identidades: rituais, línguas, parentescos, cosmologias... tudo entra nessa nova agência periférica (...) Não se trata de denunciar a falsidade da operação: mais do que espaços de encenação artificiais, temos aí locais políticos de enunciação e de negociação” (SCHWARCZ, 2009:3).

Para Pires (2004), temos nessas expectativas e no que elas gerarão de consequências, o início de conflitos sérios na medida em que pode ocorrer a perda da base de referência do visitado perante sua cultura, a assimilação de comportamentos dos turistas, a decepção de ambos devido às adaptações que por vezes culminam na falta de autenticidade.

O interesse por culturas diversas, exóticas, o desenraizamento, as dificuldades no tocante à identificação, manutenção de identidades ou a criação ideologizada delas, de forma essencializada e estereotipada para o mercado constitui fonte de conflitos pessoais e coletivos. Isso ocorre em especial quando essas identidades, definidas em função de novos interesses políticos ou econômicos, são apropriadas de formas diferentes por cada membro da comunidade, ou ainda, por cada comunidade de forma específica. Mais complicado é quando na comunidade há um conflito estabelecido por causa desta apropriação, e, atores externos, aparecem para mediar os conflitos. Estes atores podem ser as Organizações Não Governamentais (ONGs). Há que se ressaltar que a forte interferência e mediação do mercado já seriam suficientes como fonte de possíveis conflitos.

Para Sahlins (1997:133) a cultura nativa aos olhos dos não nativos, será apropriada pelas culturas locais como forma de adaptação ao Sistema Mundial, com objetivos claros de sobrevivência ambiental, cultural e econômica. Assim sendo, o Turismo, para o autor tem *“propósitos explicitamente comerciais (como*

na exploração do mercado turístico ávido de danças ‘nativas’, artefatos ou coisa que valha)”. Para Sahlins (1997:133) o processo cultural se faz através do contato, do “intercâmbio dialético do global com o local. Pois ficou bem claro agora que o imperialismo não está lidando com amadores nesse negócio de construção de alteridades ou de produção de identidades”.

Para Grünewald (2003) as arenas turísticas servem para o:

“posicionamento (discursivo) das comunidades étnicas no mundo globalizado. Essas comunidades acabam muitas vezes por fazer dessas arenas os pontos de onde conseguem falar de si ao mundo, um mundo pós-moderno que necessita cada vez mais do primitivo como contraponto estratégico” (GRÜNEWALD, 2003:155).

A identidade criada ou realçada para o mercado não exclui as demais identidades, os outros papéis sociais exercidos pelos sujeitos e dificilmente serão reconhecidos ou assumidos por todos os membros de determinada comunidade como sendo uma identidade única, legítima ou até aceitável (MACHADO, 2004).

“A identidade-para-o-mercado, mais do que uma forma cultural do capitalismo tardio é um mecanismo importante para a construção de identidades sob a égide do capital financeiro. Para, além disso, é uma das variáveis do campo social que permitem a perpetuação do sistema capitalista. Através da identidade-para-o-mercado, o capital perpetua um consenso fundamental, pois o motor de identificação de indivíduos passa necessariamente pelo mercado” (MACHADO, 2004:211).

Os cientistas sociais, grosso modo, preocupam-se com a sobrevivência cultural das comunidades, e, nesse sentido, agem da mesma forma que os ecólogos, preocupados com a extinção de espécies e, muitas vezes utilizando-se dos mesmos preceitos, discursos e métodos. Neste sentido, o TS, por compreender preocupações de ordem social e cultural, além da ambiental, tem sido objeto de estudo de cientistas sociais, muito embora o termo sustentabilidade esteja comumente associado à questão ambiental. Nesta tese, ao denominarmos

o Turismo de sustentável, estamos de fato tratando da sustentabilidade em toda a sua abrangência (ambiental, social, cultural, econômica, ética entre outros).

A emergência da ideia de Turismo Sustentável

No Brasil, Ruschmann (1994) será a pioneira a tratar do assunto Turismo e desenvolvimento sustentável. À época o que se fez fora tentar uma aproximação de um Turismo convencional com o debate ambiental popularizado pela Rio-92, acarretando em um esverdeamento prematuro do tema, que ainda não possuía características próprias descritas e analisadas de um outro tipo de Turismo.

Os turismólogos ou os autores de diversas áreas que estudavam e trabalhavam com Turismo capitanearam a discussão, procurando formular as bases daquilo que viria a ser conhecido como Turismo Sustentável. Assim Beni (1997) começa a traçar uma segmentação na qual insere o Turismo Ecológico e o diferencia do Ecoturismo.

A literatura utilizada para o debate era recém publicada em outros países e logo traduzida para o português, de forma que, quem estudou o tema, leu livros em sua maioria datados de 1993 em diante¹². As primeiras traduções para o português apareceram no ano seguinte (1994) e, o primeiro livro brasileiro a tratar do tema, foi publicado em 1994 por Ruschmann¹³. Beni publica alguns textos sobre a temática a partir de 1997¹⁴.

Ambos serão lidos e muito citados na tentativa de se caracterizar o TS em suas muitas variações conceituais e terminológicas, ao mesmo tempo em que inserem definitivamente a preocupação ambiental, social e cultural no Turismo que se pretende sustentável.

¹²LINDBERG, E. ; HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995. Originalmente publicado em 1993.

¹³RUSCHMANN, D. V. M. . **Turismo e Planejamento Sustentável**. 1. ed. CAMPINAS - SP: PAPIRUS, 1994. v. 1. 199 p.

¹⁴-BENI, M. C. Planejamento Territorial e Dinâmica Local: Bases para o Turismo Sustentável . In: RODRIGUES, B. A. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997. Pp. 87-98

-BENI, M. C. . Política, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável do Turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). **Turismo Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1999.Pp. 165-182.

-BENI, M. C. . Conceituando Turismo Rural, Agroturismo, Turismo Ecológico e Ecoturismo . In: BARRETO, M.; TOMANINI, E.. (Org.). **Redescobrimos a Ecologia no Turismo**. Caxias do Sul: EDUCS - Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2002. Pp. 31-39.

Swarbrooke (2000)¹⁵ faz uma análise histórica do conceito de desenvolvimento sustentável e apresenta as três dimensões que compõem o TS e que servirão de referência aos principais autores e documentos do Ecoturismo. Ceballos-Lascuráin (2001), tido como quem cunhou o termo Ecoturismo, o fez com a intenção explícita de facilitar a associação entre as ideias de Turismo e as de conservação, facilitando assim a popularização do termo. Todas as tentativas de definir os diferentes segmentos do Turismo são responsáveis pelas inúmeras terminologias e esboços dos conceitos em uso e, pela confusão em torno delas, tanto para especialistas quanto para leigos, fato que torna necessário, para esta tese, fazer uma breve apresentação da ideia comum sobre o termo Turismo Sustentável e a opção por utilizarmos o mesmo aqui, não como um conceito na medida em que ele ainda é uma ideia, uma proposta em construção.

A opção da tese pelo uso do termo Turismo Sustentável

“O turismo como importante fenômeno global é, sem sombra de dúvida, um dos maiores responsáveis por grandes impactos ambientais, particularmente nas zonas costeiras do mundo intertropical, onde assume características massivas” (...). “Foi, prioritariamente, com base nesta realidade, que se estruturou um discurso consensual sobre o turismo como depredador do ambiente. Em contrapartida, há uma outra corrente que, de forma apologética, vê no turismo uma forma de salvaguarda do ambiente. Entre estas duas posições extremas há que deixar de lado os radicalismos no sentido de buscar uma compreensão do fenômeno do turismo em diversas escalas geográficas e em territórios precisos, com mais embasamento científico, despojando-se de idéias preconcebidas, expressas por jargões já demais repisados” (RODRIGUES, 2002:10).

As sutilezas são muitas. Para começar o debate, é necessário definir a tipologia de Turismo a ser abordada. São diversos os termos encontrados na

¹⁵SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. Editora Aleph: São Paulo, 2000. O original foi publicado em 1999.

literatura, entre eles: Turismo Sustentável, Comunitário, Solidário, Responsável, Ecoturismo, Ecológico, de Base Local, de Base Comunitária, Ecoturismo de Base Comunitária, Etnoturismo (ou Turismo Étnico) e Turismo Brando, só para citar alguns.

Não é fácil, se é que é possível, a distinção entre eles, na medida em que quem adota determinado rótulo nem sempre espelha, na prática, os seus significados teóricos e vice-versa. Aqui optamos por apresentar definições encontradas na literatura nas quais o Turismo Sustentável, com todas as suas nuances, filia-se ao grande grupo - o do Turismo Alternativo, que abarca todas as definições que se contrapõem ao Turismo de Massa, o qual é associado ao desenvolvimento puramente econômico da atividade e às transformações e impactos negativos nas e para as localidades.

O Turismo Alternativo traz ao segmento turístico a preocupação com os recursos culturais e naturais, com a localidade, a participação e uma série de estratégias visando aumentar os impactos positivos da atividade turística (KRIPPENDORF, 1982; DERNOI, 1981; WEAVER, 1993; FENNELL, 2002).

Na medida em que se somam esforços para criticar o Turismo de Massa e convencional, buscando alternativas (já delineadas) às diversas estratégias, a questão que se coloca é por que não as incorporamos e não extinguímos o Turismo não sustentável? Diversos autores respondem afirmando aspectos econômicos, em primeiro lugar, mas também sociopsicológicos, que apontam para o fato de existirem pessoas que se identificam muito mais com este tipo de Turismo (o de massa) por conta da sua suposta familiaridade e conforto (COHEN, 1987; BUTLER, 1990).

Neste estudo, falamos do Turismo Alternativo realizado em ambientes naturais. Sabemos que TS e as outras definições correlatas podem ocorrer em ambientes urbanos, mas neste texto, referimo-nos ao Turismo que, de fato, ocorre na natureza.

Mediante a dificuldade de se definir os diferentes tipos de Turismo alternativos, e, enfatizando o debate sobre as diversas práticas que ocorrem no Brasil, e não as nuances dos segmentos, optou-se, por aceitar a existência das

várias definições, cunhadas e usadas por leigos e especialistas de acordo com seus interesses. Assim, aproveitamos para chamar a atenção à necessidade de se acrescentar à palavra Turismo adjetivos que se referem geralmente a aspectos dele. Afinal, se todo Turismo deveria ser sustentável na amplitude que a sustentabilidade implica (ambiental, social, econômica, cultural, política, filosófica etc.), é porque, de fato, ele não o é!

Desde a década de 1980, são propostas alternativas para o Turismo e para as questões ambientais. O termo sustentável, segundo Dale (2005) é incorporado, não mais como uma contestação ao Turismo de Massa, passando a servir “*como uma adaptação do sistema contestado, buscando novo posicionamento e sua própria manutenção*” (DALE, 2005:3).

A busca da sustentabilidade aprofunda a prática e a reflexão sobre o fazer turístico, tanto de planejadores como dos seus usuários em geral, os quais se identificam com um ou outro tipo, dificilmente com ambos. O Ecoturista, em tese, segue um estilo de vida incompatível com a do turista de massa.

Dale (2005) indaga sobre qual a necessidade de se fazer tantas e sutis distinções, a medida em que as mesmas são acompanhadas por apropriações dos conceitos e práticas, a seu modo e distintos? Para o autor, cada grupo de interesse terá abordagens diferentes do conceito, e a busca de definições torna-se um exercício de enxergar as diversas apropriações e sentidos, as muitas práticas correspondentes, para os diversos atores sociais, e integrá-los procurando alguma coerência.

O que todas as definições obrigatoriamente devem conter é o que está estabelecido nas *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (1994) que se agrupam em três pontos genéricos: promoção da diversidade, integração harmônica entre povos e sustentabilidade. Esses pontos são tão gerais e adaptáveis que obrigam os segmentos do Turismo, a especificar os aspectos que estão enfatizando. Além disso, flexibilizam a apropriação, adaptação e criação dos conceitos que nortearão as práticas.

À parte das definições, os exemplos concretos de Turismo Alternativo coerentes, convincentes a partir da ótica de quem não faz parte do mesmo, são

raros. Geralmente configuram tentativas localizadas, de atores e instituições que procuram adaptar a proposta conceitual às estratégias próprias para as localidades nas quais se inserem, onde o Turismo, voluntário ou imposto, acontece. Muitas vezes, na própria localidade na qual ocorre certo tipo de Turismo, seus participantes definem-no, enxergam-no e vivenciam-no de formas completamente diferentes. Os discursos e as práticas denunciam a divergência de olhares, expectativas e objetivos dos que o praticam.

Diante de tanta imprecisão optamos neste estudo por trabalhar com o termo e a ideia de Turismo Sustentável¹⁶ que agrupa, por definição, preocupações e práticas dos demais segmentos.

Sendo o TS, conforme definição da Organização Mundial de Turismo (2003),

“Aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida” (OMT, 2003:24).

A difusão de práticas oriundas do debate entre desenvolvimento e sustentabilidade nas atividades turísticas, com o advento do TS, traz ao segmento a possibilidade de contribuir, significativamente, com a questão socioambiental, podendo influenciar uma mudança conceitual importante, dependendo da maneira de condução do debate e das ações.

O ambientalismo é de certa forma responsável pela criação e popularização do TS, conforme atesta o depoimento de Sérgio Salazar Salvati¹⁷ (em entrevista à autora em 2008):

¹⁶Utilizaremos outros termos quando ligados à Projetos e Programas das ONGs, além da Legislação e Instituições que usam outras denominações, as quais manteremos, como se fossem sinônimos.

¹⁷Sérgio Salazar Salvati é consultor de ecoturismo para várias instituições, coordenador e professor do curso de pós-graduação em Turismo Rural do Senac, SP e ex-gerente do Programa de Ecoturismo do WWF-Br, responsável por coordenar inúmeros projetos de Turismo com ONGs locais, dos quais várias publicações que viraram referência na área, resultaram. Para maiores detalhes, seu currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8296111566408016>

“O Turismo é uma coisa que fascina muito as pessoas, os técnicos e, na época, o Ecoturismo estava despontando, então era uma coisa que estava se discutindo bastante no meio acadêmico e ambientalista. Eu vejo que o Ecoturismo nasceu no meio ambientalista, as ONGs começaram a trabalhar com viagens, com forte cunho de educação ambiental, de conscientização na natureza. Acho que isso ajudou a consolidar o tema, o conceito de Ecoturismo então foi visto pelos técnicos na hora que era grande oportunidade aliar o Turismo com a conservação ambiental” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Assim o ambientalismo contribuirá com a redefinição de modelos no Turismo orientando para seu crescimento como uma “indústria potencialmente limpa”¹⁸, capaz de agregar conservação ambiental e lucros.

O TS é um negócio que pode ser lucrativo, mas arriscado sob o ponto de vista dos investimentos. Esse aspecto empresarial, muitas vezes é negligenciado por seus empreendedores e teóricos ambientalistas. Só é viável sob o ponto de vista econômico, se as regras de mercado forem seguidas, como todo e qualquer negócio, e só será sustentável ambientalmente, se equilibrar as dimensões econômicas, sociais e ambientais (MEIRELLES FILHO, 2005).

O TS muitas vezes é considerado a única possibilidade de sobrevivência para comunidades locais residentes em ambientes naturais conservados.

Por todos os motivos citados, as ONGs ambientalistas passam a incorporar o Turismo em suas estratégias de conservação ambiental. Para as ONGs preferencialmente conservacionistas, o Turismo é a mais aceitável das atividades, sendo inclusive, justificativa para a criação de Unidades de Conservação (UCs).

“Os parques são a evidência da relação entre áreas protegidas e Turismo. A evolução da conservação via UCs e o lazer a ele associado fez com que as ONGs vissem o Turismo como estratégia de uso econômico das UCs, com apoio à sua conservação” (SANSOLO em depoimento a autora em 15/05/2008).

¹⁸As aspas se justificam, pois o Turismo como indústria limpa é um discurso que, a partir de 2007, tendo em vista medições de impactos ambientais em algumas de suas atividades (principalmente os transportes), tem sido bastante questionado. Mesmo assim a atividade turística ainda conserva a imagem de ser limpo ou, menos poluidor do que outras indústrias e serviços.

Práticas diversas do TS têm sido responsáveis por ocasionar impactos, tanto negativos como positivos, nas localidades em que ocorrem. Os impactos relacionados às atividades das ONGs serão tratados nos próximos capítulos. Importante ressaltar que os impactos negativos e positivos têm a mesma origem, e, conforme se dá a condução dos trabalhos, terão potencial desestruturador ou estruturador da e na comunidade.

Para tentar dar conta dessa atividade, o governo Brasileiro, ao longo de suas diversas gestões, tem criado tímidos programas e políticas públicas que, por não serem suficientes e estarem devidamente implementados, acabam gerando um espaço vazio o qual tem sido preenchido com iniciativas conduzidas por ONGs transnacionais e nacionais, tais como *World Wildlife Fund* (WWF) e Conservação Internacional (CI), Instituto Vitae Civilis (IVC), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) entre outros, muitas vezes em parceria e com programas governamentais amplos visando à possibilidade de propor estratégias em nível nacional.

A legislação existente é bastante genérica e possibilita inúmeras interpretações e formas de se trabalhar de acordo com o que se compreende do previsto na lei ou, nos seus vazios. Assim, por mais que se questione, ainda não há jurisprudência suficiente para tratar, por exemplo, do Turismo feito por diversos atores não organizados em agências de Turismo e fora do *trade* turístico¹⁹.

Essas brechas existentes na legislação, a possibilidade de lucros financeiros, de sobrevivência econômica de comunidades vulneráveis, a ideia de que o Turismo, através de ações voltadas à conservação de recursos naturais e culturais pode reforçar ou garantir a sustentabilidade de paisagens naturais, comunidades e de Unidades de Conservação faz com que muitos atores se proponham a realizar ou mediar trabalhos de e com Turismo, cada qual guiado por seus interesses e compreensões do que vem a ser a atividade e seus pressupostos.

A possibilidade de muitos e diferentes atores mediar ou trabalharem faz com que seja fundamental uma articulação entre os interessados para que as

¹⁹Vide Lei n.º 11.771, referente à Política Nacional de Turismo, sancionada pela Presidência da República em 17 de setembro de 2008.

estratégias, em sua maioria pulverizadas, tenham a chance de se somar e ganhar força em nível nacional, de forma a se criar uma base de governança e diálogo multiatores, que facilite o sucesso das iniciativas.

De acordo com levantamentos (SALVATI, 2002; 2003; RABINOVICI; LAVINI, 2005) vários dos projetos de TS no Brasil têm em comum a articulação de diversos atores sociais e políticos tais como ONGs, comunidades locais, alguns níveis de governo e cooperação internacional, promovendo debates e diálogos que perpassam do local ao global. Desafios locais unem-se ao ambientalismo global na defesa da bio e sociodiversidade, estabelecendo redes complexas de interação entre os atores, nas diversas escalas, em uma convergência de interesses.

Muitas vezes os interesses caminham em diversas direções, ora a legislação determina tal e qual tipo de atividade pode se estabelecer, ora a comunidade e os atores em diálogo, mediados ou não por ONGs, pesquisadores, partidos, lideranças políticas ou religiosas, encaminham demandas ao poder público, no sentido de regulamentar usos, legislar ou punir. No caso da Reserva Extrativista do Rio Unini, da Reserva Sustentável do Amanã e do Parque Nacional do Jaú, localizados nos municípios de Barcelos e Novo Airão (AM), a Justiça Federal teve que suspender as atividades de pesca esportiva e comercial nas áreas protegidas, enquanto não terminam os estudos de viabilidade da manutenção das atividades pesqueiras na região. No caso em questão, houve denúncia ao Ministério Público Federal de que empresários estrangeiros operavam diretamente com comunidades locais organizadas em associações, em razão de estas receberem benefícios econômicos sob os quais pactuavam e autorizavam a exclusividade na pesca do tucunaré aos turistas, afetando pequenos pescadores comerciais e de subsistência²⁰.

Esse exemplo em nada se assemelha ao que aparece nas definições dadas ao TS em suas ênfases comunitárias.

²⁰Notícia: Justiça suspende pesca esportiva no rio Unini, a pedido do MPF/AM. 24/9/2008. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/justica-suspende-pesca-esportiva-no-rio-unini-a-pedido-do-mpf-am/> acessado em 19 de abril de 2009.

O Turismo conhecido como de base local, comunitária e/ou solidária, que, segundo a Declaração de Fortaleza (2008, s/p.) *“Mais do que modalidades, são expressões da afirmação de práticas turísticas pautadas pela ética da sustentabilidade e da autonomia, construídas coletivamente em contraponto à lógica da dominação economicista”*, para além de ser uma nova fonte de renda para a população é também:

“Uma oportunidade de aprofundamento das relações políticas internas dessas comunidades. Frequentemente encontramos projetos de desenvolvimento do Turismo associados a projetos de conservação ambiental, decorrentes de articulações políticas em diversas escalas” (SANSOLO, 2003:43).

Nesse sentido, processos participativos passam a ser considerados de fundamental importância, visto que é a partir deles que são implementados os projetos e programas de TS e se verifica a busca da legitimidade dos mesmos, em escalas e graus variáveis de participação.

Implantar Turismo, ainda mais o sustentável implica uma série de mudanças conceituais, práticas e teóricas no fazer e no pensar dos envolvidos. São intervenções estruturantes dos grupos sociais e, por isso, todo cuidado é pouco quando se tem preocupação com os impactos que a atividade inserirá na localidade e os novos conflitos que poderão emergir.

As ONGs, bastante diferentes entre si em sua estrutura, abrangência, gerenciamento e diálogo com as comunidades, percorrem caminhos variados na busca de representatividade e legitimidade para os seus projetos e programas.

Conflitos nas comunidades inseridas nos locais onde o TS ocorre, podem explicitar diferentes expectativas e valores entre os envolvidos locais e os agentes externos. Por vezes estas expectativas e diferenças de opinião culminam em conflitos diversos, que podem extrapolar o âmbito local e atrair agentes externos, entre eles as ONGs, as quais se assumem enquanto atores sociais no processo, mediadores dos interesses e conflitos, ou até como representantes ou porta-vozes da comunidade em outras instâncias ou arenas. Estas divergências comunitárias

demandam ampla discussão social que é imprescindível para a construção de eventuais acordos e pactos (RABINOVICI; FERREIRA, 2008:5).

Estes conflitos mobilizam a comunidade, transformando-a em ator social e político. Às vezes, suas aflições são bem percebidas e trabalhadas pelas ONGs, porém é comum que, mediante a intervenção, novos conflitos ocorram, além de desmobilização comunitária em torno dos problemas, que passam aos cuidados e responsabilidade de outros atores, podendo culminar em desmotivação.

Assim, o estudo do fenômeno turístico, a partir das teorias de conflitos sociais pelo uso dos recursos naturais, é imprescindível, visto que o Turismo promove interação entre grupos sociais diversificados, entre alteridades, tendo papel fundamental na constituição de novos olhares. Tem potencial de relativizar as diversas assimetrias, os eixos de poder estabelecidos, possibilitando um esforço para repensar as práticas e comportamentos vigentes de cada um dos atores, bem como os papéis sociais assumidos pelos envolvidos, incluindo-se aí o questionamento dos seus níveis de representatividade e legitimidade.

Parte I - Ambientalismo, ONGs e Turismo Sustentável

“Não tem ONGs atrapalhando nem ajudando, graças a Deus!” (Francisco de Sales Coutinho, Líder comunitário da Associação Rede Cananeia, SP em depoimento à autora durante o SITS, Fortaleza, CE, 2008).

Capítulo 1: Ambientalismo e institucionalização através das ONGs

As Organizações Não Governamentais ambientalistas: mediadoras, articuladoras, atores sociais e políticos ou (novo) movimento social?

O ambientalismo está sempre se reinventando e sendo questionado por estudiosos e pela opinião pública. Leigos e especialistas se perguntam sobre sua origem e sobre suas práticas correntes. A sua institucionalização na forma de ONGs e a possível definição enquanto novo movimento social para alguns teóricos também é uma interessante questão a ser debatida.

Na medida em que há muita publicidade sobre os problemas ambientais, com a escassez dos recursos naturais do planeta, os atores que emergem como defensores da vida, entre eles as ONGs, têm destaque garantido na mídia e, geralmente, provocam simpatia, expectativa e crítica a seus modos de ser e as suas propostas salvadoras.

Neste capítulo contextualizaremos a emergência das ONGs enquanto atores e/ou mediadores sociais. Caracterizaremos sua esfera de atuação com relação à questão socioambiental e o Turismo, em níveis locais e globais e tentaremos situar os questionamentos e acusações que vem sendo atribuídos a elas, inclusive em tons conspiratórios e com possíveis graves consequências políticas. Nesse sentido é realizada uma discussão sobre as formas de manutenção das ONGs, a construção e preservação de sua autonomia, as suas interações entre os níveis locais e globais, as contradições, controvérsias e polêmicas acerca de sua atuação, com especial destaque à questão da existência ou não de uma ciência da conservação produzida especificamente por ONGs.

1.1. ONGs ambientalistas: definições e lógicas

A partir do momento em que se reconhece a falência do Estado Nacional enquanto formador de identidades, incapaz de responder aos problemas e riscos

emergentes, de dar segurança aos cidadãos, cada vez mais politizados em torno das questões ambientais, alternativas passam a ser buscadas (BECK, 1991).

Como pensar a organização e emancipação da sociedade e o consequente reordenamento das relações sociedade/natureza? As ONGs, segundo Ferreira (1996:271), aparecem como alternativa eficaz de contribuir para a *"auto-organização e emancipação da sociedade, ambos os movimentos necessários a um reordenamento das relações sociais frente à natureza"*.

Como definir ONGs no contexto ambiental?

"Pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte dos seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)" (SCHERER-WARREN, 1995:165).

Muitas das entidades ambientalistas contam com capacidade de criar e gerenciar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país. Promovem iniciativas na esfera pública, não realizadas pelo Estado, exercem uma função política na sociedade, são autônomas. As ONGs possuem uma estrutura formal, determinada por lei. São destinadas ao interesse comum e devem declarar em seus estatutos e missões seus objetivos de interesse por parte de algum grupo social, ou de uma minoria com a qual a ONG atua e se solidariza (LE PRESTRE, 2000).

As organizações ambientalistas têm como esfera de atuação a defesa do ambiente, a melhoria da qualidade de vida e o incentivo à sustentabilidade e se diferenciam das outras organizações não governamentais, por tratarem de questões globais, difusas, cuja solução parte de todos os atores sociais, sejam

eles locais, regionais, federais ou internacionais e por trabalharem com assuntos coletivos e não individuais (SVIRSKY; CAPOBIANCO, 1997; LE PRESTRE, 2000).

1.2 ONGs ambientalistas: interações entre o local e o global

A bio e a sociodiversidade brasileiras são objeto de interesse e de intervenções do ambientalismo internacional, sendo os biomas da Mata Atlântica e da Amazônia os principais símbolos do ambientalismo ocidental (ZHOURI, 2001). A ingerência estrangeira crescente, a internacionalização das riquezas, bem como o debate e a politização acerca da necessidade de conservação destes biomas, na arena internacional vêm se acirrando. Muitas são as vozes que se pronunciam em prol da sustentabilidade entre as quais, destacam-se as ações e discursos das ONGs. Estas vêm desenvolvendo projetos e programas com e na temática ambiental, como o TS entre outros.

A politização das questões ambientais projeta o Brasil na arena política transnacional transformando-o em caso emblemático do ambientalismo contemporâneo devido, principalmente, a sua megadiversidade, ainda pouco conhecida por todos os que não residem e/ou exploram nossos biomas. Mesmo não conhecendo, nossas florestas têm papel importante no imaginário dos brasileiros:

“É um território no qual uma comunidade imaginada transnacional (ANDERSON, 1991) é construída e contestada através da formação de alianças, como, por exemplo, aquelas estabelecidas entre as várias ONGs transnacionais, e entre ONGs e habitantes da floresta” (ZHOURI, 2001:3).

Bentes (2005:235), ao se referir às comunidades da Amazônia, afirma que os novos atores sociais transformados pela “visão hollywoodiana das grandes ONGs conservacionistas” em ambientalistas, passam a ter papel secundário no processo decisório, sempre dependentes de instituições governamentais e das ONGs.

Segundo Le Prestre (2000) a emergência de setores marginalizados, sua articulação e presença no debate internacional têm permitido a viabilização de projetos inserindo os ecossistemas brasileiros na Governança Global.

A noção de Governança Global²¹, de acordo com Born (1998:74), é aquela que *“com base na descentralização e desconcentração do poder, direciona a articulação dos principais atores visando regular as atividades humanas com base na cooperação e diálogo para superação de eventuais problemas e conflitos”*. Para o autor, a governança é uma ampliação do conceito de democracia, o qual seria *“articulação e governança dos interesses humanos, sem a eliminação da diversidade e de minorias”* (BORN, 1998:115).

Para Viola e Leis (2002) é a partir do fenômeno da globalização política que passa a existir a governabilidade global, realizada por esferas de decisões compostas por múltiplos atores, em um sistema misto e poliárquico de tomada de decisões. Este multilateralismo estatal que engloba os sistemas político, econômico e social, reorganiza as relações de poder em nível global. Para os autores, *“a construção de governabilidade global demanda dos diversos atores uma visão democrática e cosmopolita realista da política mundial”* (VIOLA; LEIS, 2002:10).

A governança global das questões ambientais, diante de uma agenda de discussões internacionais descentralizada e menos hierarquizada faz com que a gerência desta temática seja assumida por atores diversos que não só o Estado, a chamada sociedade civil internacional, mundial ou global.

Viola e Leis (2002) afirmam que:

“Tanto a governabilidade global como a sustentabilidade global, devem ser pensadas como um processo complexo, integrado por numerosos processos que às vezes

²¹ O Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD) (2003) define governança como sendo um exercício da autoridade econômica, política e administrativa para gerir as questões de Estado em todos os níveis e é realizada por vários atores: o Estado, as organizações da sociedade civil e o setor privado. Governança seria o complexo mecanismo, processos, relações e instituições através dos quais cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercem seus direitos e obrigações e mediam suas diferenças. A governança inclui todos os métodos, bons e ruins, que as sociedades usam para distribuir poder e manejar os recursos públicos, problemas e necessidades sociais. Formas efetivas democráticas de governança demandam participação pública, *accountability* (responsabilização, prestação de contas) e transparência.

convergem, às vezes divergem, dependendo da capacidade dos atores envolvidos para interagir de forma democrática, realista e racional” (VIOLA; LEIS, 2002:10).

Para Hochstetler e Keck (2007) as interações se dão em vários níveis, que vão do teórico ao estritamente pragmático:

“No início, nós identificamos uma série de mecanismos característicos da interação entre atores nacionais e internacionais: difusão, persuasão, influência, suborno, e coerção. Embora exemplos de todos estes foram encontrados, a sua operação nunca foi tão simples, como parece ser no exterior. Interações produtivas sempre envolvem um processo bidirecional, no qual as influências externas são negociadas, transformadas, assimiladas, ou foram descartadas pelos atores nacionais” (HOCHSTETLER; KECK, 2007:229)²².

Estas novas formas de ação englobam práticas, políticas e atores sociais transnacionais (ativistas, ciberativistas, militantes, *campaigners*) que serão parte dos movimentos e das organizações ambientalistas.

Segundo Ribeiro (2000), as entidades ambientalistas, mesmo atuando em nível global, conservam suas particularidades e identidades locais, na medida em que expressam manifestações próprias, particulares, ligadas ao contexto local, mas que dialogam com os demais níveis regionais, nacionais e internacionais e, por isso, são caracterizadas como sendo transnacionais.

Segundo Tavares e Cunha:

“A interdependência multilateral coloca novos e complexos elementos para o debate ambiental. Encarregar instituições multilaterais da criação de redes de políticas públicas globais, não leva necessariamente à perda de soberania. Elas poderiam representar uma maneira coletiva de gestão participativa e monitoramento de regras e padrões ajustados em escala global. Ao garantir parcerias com a sociedade civil e as instituições multilaterais, damos significado prático ao pensar globalmente – agir localmente” (TAVARES; CUNHA, 2004:1).

²²Tradução livre da autora a partir do texto original em inglês

Zhourri (2001) recomenda considerar as especificidades do relacionamento entre os atores globais e locais, bem como as relações de poder e conflitos.

Há diferenças marcantes na forma de pensar e de conduzir as ações por parte das ONGs do Norte e do Sul, conforme Hochstetler e Keck (2007):

“As estratégias dos atores não pode ser dirigida por instituições como se imagina ser na Europa Ocidental e América do Norte, mas sim a partir de seu funcionamento no Brasil. Em outras palavras, os atores têm de aprender a tirar vantagem dos múltiplos níveis nos quais os problemas podem ser abordados e, da combinação de interações formais e informais necessárias para chamar a atenção para um tema. Eles devem estar preparados para detectar e tirar partido de acontecimentos dramáticos que produzem interrupções súbitas do status quo, abrindo um caminho ao redor dos obstáculos comuns para realizar seus objetivos”²³
(HOCHSTETLER; KECK, 2007:226-227).

Para Abdala (2000) a cooperação internacional ambiental tem contribuído para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. No entanto, são poucos os recursos financeiros e tecnológicos propalados pelos diversos órgãos governamentais, ou não. Além disso, a hegemonia liberal e a predominância da lógica do mercado inviabilizam alguns dos pressupostos da conservação sustentável que são a democratização e o reforço da esfera pública, e não a sua substituição pelo setor privado.

Para o autor a consistência dos repasses de recursos externos para o país voltados, quase que exclusivamente, para projetos preservacionistas nem sempre resultam em transferências de tecnologias adequadas e competitivas e fortalecimento institucional das organizações brasileiras (ABDALA, 2007):

“Concluiu-se que apesar da mobilização internacional para tratar da conservação de florestas, seus resultados explicitam mais controvérsias e disputas que convergências políticas, representadas pela reduzida capacidade diplomática em alcançar consensos sobre programas e metas. Por um lado, o predomínio dos fatores de

²³Tradução livre da autora a partir do original em inglês.

liberalização e desregulação econômica global sobrepostas às decisões sobre políticas para conservação e manejo de florestas são fatores-chave para explicar os atuais arranjos internacionais sobre florestas. Por outro lado, os programas nacionais derivados dos regimes internacionais orientados para a conservação florestal têm sido concebidos mais como um exercício de planejamento ambiental, sem considerar adequadamente as causas e dinâmicas do desmatamento. A coordenação com demais setores produtivos e infra-estrutura (agricultura, Turismo, C&T, mineração, transportes, energia) permaneceram limitadas. Daí deriva a maior parte das dificuldades de efetividade aos programas internacionais de proteção floresta” (ABDALA, 2007:5).

No entanto, a transnacionalidade, influenciada pela ideologia da democracia e da descentralização, pode provocar conflitos, ao ameaçar identidades culturais, ideologias e soberanias, contribuindo para uma “*superestrutura político-ideológica internacional-global*” (BARROS, 2006:3).

Esses discursos unem concretamente e imaginariamente, uma elite transnacional, os cidadãos do mundo, preocupados com uma cidadania global, ou até uma diplomacia civil a qual integra, em redes e instituições, indivíduos com objetivos comuns, independentemente de fronteiras políticas.

Para Yearley (1996), a consciência do global advém do aumento da circulação de cultura e informação: quanto mais se homogeneízam, mais as pessoas se percebem enquanto membros de uma comunidade global, e assim participam e/ou apóiam instituições transnacionais.

O ambientalismo pode funcionar ou desempenhar o papel de uma das grandes ideologias transnacionais influentes globalmente. Uma construção discursiva, ideológica e política altamente eficaz, que se baseia em problemas concretos e na ideia de justiça ambiental, reforçando a necessidade da interferência de seus militantes.

Hannigan (1995) afirma que, tais criações ideologizadas terão como consequência o fracasso na captação dos pormenores para o estabelecimento da agenda de políticas públicas.

Tais relações e diálogos entre o global e o local por vezes impedem os projetos locais de serem bem sucedidos, e, pelo mesmo motivo, distanciam os

projetos transnacionais do alcance de seus objetivos. Muitas vezes será por causa das contradições existentes nas diferentes visões de mundo, no estabelecimento de prioridades e até pela ignorância dos proponentes das parcerias sobre o que pretende e pensa o seu público alvo, que fracassarão os projetos conjuntos. Por esse motivo, inúmeros conflitos se estabelecem e, podem inviabilizar os projetos.

1.3 As insolúveis contradições, controvérsias e polêmicas acerca das ONGs

1.3.1 A “emergência”²⁴ das ONGs

A questão da falência dos Estados-nacionais, do poder centralizado e da emergência de novos atores e de um novo modo de fazer política (a sub-política de Beck, 1991) permitem às ONGs atuarem como representantes de interesses coletivos, locais ou transnacionais.

Serão os ecologistas moderados, segundo Leila C. Ferreira (2006) que nos convidarão a repensar a polaridade entre sociedade civil e o Estado como um processo que levaria à transformação de ambos, além da contínua mudança na própria relação entre eles. Com esse diferencial, o foco da análise passa a ser a ação, a relação e o processo contínuo de ação do Estado e dos atores sociais.

A cooperação entre os atores, muitas vezes acontece sem participação e controle estatal. Amiúde, a força crítica e contrária a interesses econômicos e empresariais transnacionais, advinda das ONGs, constitui uma das poucas formas de combate, capaz de orientar mudanças concretas.

As políticas públicas ambientalistas, segundo Bentes (2005),

“não são capazes de dividir o ônus social entre todos e de acordo com a gravidade da agressão ambiental de cada atividade econômica e do consumo individual e coletivo de cada um; condição fundamental para que o nível de diálogo

²⁴ As aspas são uma brincadeira com o termo emergência, aqui usado em dois de seus sentidos: surgimento das ONGs, e a necessidade urgente delas, dependendo do ponto de vista.

e consenso social capaz de tornar as medidas ambientalistas efetivas seja atingido” (BENTES, 2005:235).

Buttel (2001) e Ferreira (1996) alertam que uma teoria abrangente do ambientalismo deve ser capaz de lidar com um número de características centrais do movimento, visto que o mesmo possui estratégias bastante distintas e muitas vezes contraditórias em suas múltiplas facetas.

No caso do TS, os diversos atores e interesses devem negociar, tendo como maior desafio o estabelecimento de contratos de uso, independentes da aplicação da legislação brasileira, muitas vezes impossível de se cumprir.

Ferreira (1996) sugere que

“talvez o desafio atual mais temido, ou o fruto amargo mais difícil de digerir pelas categorias sociais preocupadas direta ou indiretamente com a conservação de florestas, seja enfrentar, mesmo que inadvertidamente, a responsabilidade com o estabelecimento de um novo contrato social em torno da utilização dos recursos naturais” (FERREIRA, 1996:241).

Assim, a arena transnacional com sua universalidade incidirá sobre os interesses locais específicos, muitas vezes desconsiderados:

“Isso porque eles trabalham com a hipótese da baixa eficiência de incorporação das reivindicações ambientalistas por um contingente suficientemente significativo dos movimentos sociais tradicionais, na maior parte das vezes considerados refratários a questões outras que não aquelas ligadas à esfera do trabalho e da produção” (FERREIRA, 1996:255).

As ONGs ambientalistas, na medida do crescimento de sua importância e da abrangência de seus temas, tornaram-se importantes atores nas relações internacionais. As atividades e preocupações transfronteiriças na área ambiental fizeram com que muitas ONGs nacionais fossem internacionalizadas, expandindo-se para outros países, participando da Ecopolítica Internacional, abrindo

escritórios e aceitando associados em vários países, tratando de temas que ultrapassam as fronteiras nacionais (LE PRESTRE, 2000, VILLA, 1999).

Como uma tendência, desde o final dos anos de 1980, observa-se a formação de coalizões nacionais e internacionais que reúnem ONGs em torno de algumas bandeiras, tendo como fatores que explicam o crescimento geral da mobilização internacional em prol da questão ambiental, segundo Le Prestre (2000): o desenvolvimento de meios de comunicação/redes que conectam com velocidade ONGs de todo o mundo; preocupações comuns em esfera global; desenvolvimento de movimentos locais em vários países que se comunicam entre si; iniciativas de algumas entidades de atuar em países em desenvolvimento, constituindo grupos para conhecer, controlar e implementar programas e projetos por eles financiados; a possibilidade das ONGs mobilizarem pessoas em países pouco ou nada democráticos.

Segundo Marzochi (2004),

“é importante atentar para a nomenclatura. No século XIX, as associações e organizações independentes não se autodenominavam ONGs. A afirmação de que essas instituições eram organizações não-governamentais resulta de uma leitura a posteriori, a partir do surgimento das Nações Unidas que precisavam do apoio de associações e organizações como uma de suas fontes de legitimidade. A utilização hoje generalizada do termo ONG se deve, sobretudo, à ONU. Por outro lado, a unificação das associações sob um mesmo nome permite identificar historicamente a metamorfose das ONGs no decorrer do tempo” (MARZOCHI, 2004:132).

Para Villa (1999) a institucionalização e crescimento das ONGs transnacionais deram-se em função de fatores tais como a intensidade da emergência da problemática ambiental com questões ecológicas prementes; necessidade de cooperação e coordenação das atividades de ajuda (Programas e Projetos) em países em desenvolvimento e a facilidade de mobilização das ONGs em situações emergenciais. Para o autor, além das facilidades de comunicação e tecnológicas que permitiram a expansão do diálogo e trabalhos em nível global, o pluralismo político ocidental criou condições para uma maior organização societal.

O número de ONGs transnacionais aumentou muito a partir da II^a Guerra Mundial, porém o ápice de sua expansão se deu na década de 1980. Os dados sobre elas, geralmente duvidosos na medida em que as próprias ONGs os divulgam, impressionam pelos números de recursos mobilizados, de associados e doadores e pela capacidade de produção de conhecimento e de influenciar políticas.

No Brasil, na área ambiental, as principais ONGs transnacionais são: *World Wildlife Fund* (WWF), Conservação Internacional (CI), Amigos da Terra, *The Nature Conservancy* (TNC), União Mundial pela Natureza (IUCN) e *Greenpeace*.

No caso brasileiro, um dos aspectos mais visíveis da expansão do ambientalismo é o crescimento no número, escopo e diversidade das ONGs. Estas, muitas vezes são vistas como elementos estabilizadores e de continuidade dos projetos ambientais investindo, inclusive, na identificação de novos instrumentos de mercado e científicos para a viabilização de estratégias de conservação.

Ao se levar em conta a diversidade de interesses, grau de implantação e profissionalismo, espectro de atuação, torna-se difícil generalizar qualquer coisa a respeito das ONGs. Os diversos papéis que desempenham incluem o monitoramento e a fiscalização do cumprimento de dispositivos legais; cogestão de áreas protegidas com o poder público e a iniciativa privada; capacitação de pessoal, apoio técnico e difusão de tecnologias apropriadas; geração e disseminação de informações; mediação de interesses no uso e conservação de recursos naturais e mobilização de recursos financeiros e humanos.

Há, nas ONGs autodenominadas ambientalistas, a preocupação primeira com a conservação da biodiversidade, que, com o passar dos anos foi se ampliando e passando a priorizar as ações sociais e de desenvolvimento comunitário.

1.3.2 As reveladoras parcerias das ONGs

Várias ONGs têm firmado parcerias na busca de soluções aos problemas ambientais relacionados à proteção dos recursos naturais. Ao firmar parcerias com o setor privado e governamental, as ONGs começam a despertar desconfianças. Ocorre uma apropriação delas pelo mercado, à medida que muitas servem para certificar, qualificar produtos que talvez não consigam avaliar, prestando-se à emissão de selos de qualidade e/ou *marketing* de empresas e governos, de fato atentos às suas responsabilidades ou, muitas vezes, somente preocupados com sua imagem.

Nos projetos em parceria, há o discurso, bastante bem construído, da inclusão social, da responsabilidade ambiental o qual encanta até aos mais atentos e críticos ouvintes. No momento são poucas as provas concretas daquilo que se propaga como boa conduta, como possíveis resultados, no entanto, mesmo assim, poucos questionam. São ilusões sociais, feitas sob encomenda, para o público que busca um futuro melhor para a humanidade. As ONGs, nesse sentido, prestam-se muito bem para o espetáculo que se quer ver e ouvir, muitas, sem profundidade alguma nos seus propósitos. Quem se arrisca a questioná-las?

Questionar ONGs é deveras complicado, ainda mais as ambientalistas. Ao ambientalismo cabe a crítica no sentido de que, para muitos, é tido como uma religião, acrítica, na qual fantasia e realidade se misturam, conceitos como o de salvação reaparecem como sustentabilidade. A ideia de castigo, dentre outras crenças e construções míticas estão presentes.

Ambientalistas ou não, o questionamento às ONGs é recente²⁵. Elas são geralmente associadas às boas causas e intenções, propostas e projetos, ao estilo do bom selvagem rousseauiano, no qual as boas ONGs são vistas com

²⁵Para exemplificar temos:

O artigo *ENVIRONMENT: Globalization of Conservation: A View from the South*. Rodríguez et al. *Science* 10 August 2007: 755-756. DOI: 10.1126/science.1145560;

O livro de DEWAR, E.. *Uma demão de verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios*, São Paulo: Capax Dei, 2007;

e os textos organizados por DIEGUES, A. C. (Org.) *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas*. São Paulo: Nupaub-USP, 2008.

romantismo por parte do grande público. Suas ações ainda são pouco debatidas entre os pesquisadores em parte, talvez, pelo envolvimento e simpatia dos mesmos por estas ONGs.

O enorme leque de problemas ambientais globais gravíssimos, divulgados pela mídia e por pesquisadores, conduz a um sentimento de impotência coletiva e individual. Somos acusados constantemente por sermos responsáveis pelas estatísticas de extinção de espécies e pela finitude dos recursos naturais. Somos levados a acreditar que governos, partidos políticos, corporações dentre outras instituições não querem ou não podem modificar os rumos dos problemas identificados.

As ONGs, nesse cenário, aparecem como possíveis salvadoras, na medida em que adotam um discurso supostamente desinteressado dos lucros monetários e logros políticos. Elas vêm a público como sedutoras *grifes* ambientalistas. Questioná-las, soa, no mínimo, antipático, descabido. Assim, ao se colocar as intenções das ONGs em xeque, estaríamos suscitando controvérsias, reproduzindo críticas isoladas ao ambientalismo, taxadas de retórica sem sentido, pouco fundamentadas, e, por isso, geralmente são comentários malvistas, cujos autores são considerados desqualificados em busca de polêmica (RABINOVICI, 2008b).

Obviamente a defesa da questão ambiental recomenda união de esforços rumo às conquistas que dependem de opinião pública favorável e não de uma crítica dura aos protagonistas institucionalizados que trabalham com o tema. Autores como Diegues (2008), Dewar (2007) entre outros, sabem muito bem disso, e recomendam a ampliação do debate rumo a um avanço qualitativo sem, no entanto, deixar de observar as possíveis armadilhas que tais questionamentos podem acarretar nas mãos de militares, nacionalistas, empresários e políticos interessados em desarticular poderes em ascensão.

Na arena ambiental, curiosamente, os críticos das ONGs, por mais severos que estes sejam, costumam ficar do mesmo lado que elas, quando o assunto é a proteção ambiental, o questionamento às políticas desenvolvimentistas, ou toda e qualquer pauta que ameace as práticas democráticas e participativas e retroceda

as conquistas na esfera legislativa, política e estrutural de defesa do meio ambiente.

Assim, as ONGs se colocaram em evidência, atraindo para si responsabilidades, se autoproclamando guardiãs da natureza, apostando na crença generalizada de que representam a sociedade na luta pela sua sobrevivência. A elas a sociedade dá carta branca, filia-se, doa dinheiro, trabalha e divulga seus projetos voluntariamente. Grande parte dos militantes, numa adesão superficial, dificilmente saberá avaliar a atuação das entidades com as quais está envolvido.

O que preocupa muito é que o pouco estímulo à reflexão aprofundada e a adesão superficial, muitas vezes pela pressão da moda, às ONGs e suas causas, podem adiar as soluções buscadas, à medida que os participantes, satisfeitos por estarem fazendo a sua parte, possam ficar mais passivos, acomodados e silenciados diante dos graves problemas ambientais.

A desconfiança proveniente da visibilidade que as ONGs alcançaram, especialmente as transnacionais, pede investigações de todos os tipos e suscita questões interessantes, algumas delas embaladas por tons conspiratórios, como a publicação *Máfia Verde 1 e 2*²⁶, nas quais os ambientalistas e ONGs são acusados de serem os maiores entraves ao progresso humano (RABINOVICI, 2008d).

No Brasil, vez por outra, políticos de diversos partidos tentam implementar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional, como a instaurada em 2007²⁷, com a missão de se verificar os enormes repasses de recursos públicos a algumas centenas de ONGs. Embora possa haver motivos que justifiquem investigações dos repasses de verba às ONGs por uma CPI, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), em

²⁶Carrasco, L. (Coord.). **Máfia Verde** : o ambientalismo a serviço do Governo Mundial. Rio de Janeiro: Ed. EIR, 2001 e Carrasco, L. (Coord.). **Máfia Verde 2**: ambientalismo, novo colonialismo. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2006

²⁷Em março de 2007, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) protocolou no Senado Federal, o pedido de criação da CPI das ONGs, para a investigação referente a repasses de verbas às ONGs realizados entre os anos de 2003-2006. Fortes justifica a CPI devido ao fato de que a transferência de recursos do governo para as ONGs neste período soma mais de R\$ 1 bilhão. Foi proposta por senadores governistas e acatada a ampliação do período de investigações com o objetivo de incluir os quatro últimos anos de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2006). A presidência da CPI ficou a cargo do senador Raimundo Colombo (DEM-SC).

manifesto público²⁸, contestou o caráter criminalístico que vem sendo dado às ONGs *a priori*. Por ser uma CPI que avaliará questões relativas a irregularidades, que nem sempre retratam má fé no uso do dinheiro público. Assim, eventuais falhas podem ser corrigidas sem a necessidade de CPI, com instrumentos próprios administrativos, na medida em que forem identificadas. Também refutou como sendo uma falsa problematização, o fato de se afirmar que não há instrumentos de regulação dessas entidades, nem de fiscalização do acesso ao dinheiro público.

A ABONG afirma que não é responsabilidade das ONGs o fato de o governo não possuir condições e instrumentos apropriados para fiscalizar os repasses. A grande questão trazida à tona pela Associação é o formato como o debate tem sido travado com uma tônica criminal, generalizadora (tratando todas as ONGs como iguais e, por princípio, criminosas) prejudicando os trabalhos das ONGs sérias, confundindo a opinião pública, sem estimular um diálogo produtivo e democrático, além de estar motivado por disputas político-partidárias e não pelo debate público sobre a melhoria da regulação, controle e fiscalização da sociedade sobre o acesso e uso democrático de recursos públicos.

Dewar (2007) ao investigar sete grandes ONGs Canadenses ou com sede no Canadá (WWF, *Pollution Probe*, Amigos da Terra, Comitê de Áreas Selvagens do Canadá Ocidental (WCWC), Fundação Harmonia, Sobrevivência Cultural e, *Energy Probe Research Foundation/Probe International*), tentou descobrir, as fontes financiadoras e, além disso, o tipo de relacionamento que estabeleciam com seus membros: democrático, representativo e/ou transparente. A autora, decepcionada com as descobertas, chega a conclusões identificando questões muito importantes relatadas a seguir.

As ONGs pesquisadas segundo Dewar (2007) apoiavam ativamente e promoviam facetas diversas da Agenda de Governança Global. Em conjunto, recebiam mais de dez milhões de dólares anuais em doativos, bolsas e outros rendimentos, e, gastavam grande parte, defendendo interesses específicos junto a

²⁸Disponível em: <http://www.terramar.org.br/oktiva.net/1320/nota/28441> postado em 11/12/2006. Informações complementares e propostas de marco legal para as ONGs podem ser encontradas no site da ABONG: www.abong.org.br

governos e ao público em geral; assumiam uma fachada de independência crítica de governos e negócios, a despeito de serem estes os seus doadores.

Para a autora as ONGs não praticavam democracia, participação e transparência em sua gestão e definições políticas; apresentavam relatórios descuidados com declarações financeiras incompletas; recebiam dinheiro de quaisquer doadores (inclusive dos que compram influência política); contrataram pessoas que trabalharam em agências de inteligência; eram dúbias em seus objetivos e missões que podiam ser lidos e interpretados de diversas maneiras; não tinham capacidade de testar os produtos e marcas que endossavam; desorientavam seu público com informações incorretas para obter fundos; tinham como protagonistas sempre as mesmas pessoas, um grupo seletivo e interligado de ambientalistas.

Além disso, Dewar (2007) aponta que muitas das ONGs estudadas mediam sua eficácia pelo número de vezes que apareciam na mídia ou respondiam às suas solicitações; todas apresentavam grande capacidade de arrecadar dinheiro e de se transformar num grupo de ativistas; e constituíam canais para repasse de dinheiro governamental para ONGs menores em outros países, tendo capacidade para apagar as linhas divisórias entre negócios, política e atividades beneficentes.

No Brasil, as ONGs canadenses estudadas por Dewar (2007) funcionavam como membranas permeáveis por meio das quais, governos e empresas podiam fazer acordos com tomadores de decisão, na maior economia da América Latina. Podiam também exercer pressão sobre autoridades, com grandes e pequenas doações, através das quais o seu comportamento podia ser administrado.

Para a Agenda das ONGs canadenses, Dewar (2007) afirma ser importante que os problemas locais fossem desvinculados do debate sobre o ambiente, dando espaço a grandes fenômenos ambientais globais aterrorizantes e impossíveis de serem resolvidos em escala local, tornando necessária as alianças e a relativização das soberanias, e ampliando o poder das instituições supranacionais. Nessa Agenda tiveram espaço atores sociais previamente selecionados, sendo que as ONGs brasileiras, mesmo as maiores, pouquíssimo poder de influência exerceram.

Afora isso, Dewar (2007) e Rabinovici (2008a; 2008d) questionam o significado do que é ser membro de uma ONG, já que uma vez feita doação ou filiação, simplesmente clicando um *link* em um *site* na *internet*, ou usando um cartão de crédito em prol de alguma entidade ou campanha, o colaborador passa a ser considerado membro, sem precisar nunca comparecer a uma reunião ou eleger os membros dirigentes. Tal fato é preocupante, na medida em que a apatia pode ser apontada como um dos grandes problemas da atualidade, distanciando a população do prazer de ser protagonista em busca de soluções e desmobilizando quaisquer aspirações e utopias, especialmente entre os mais jovens (DEWAR, 2007; RABINOVICI, 2008a, 2008d).

As ONGs têm sido acusadas por alguns políticos, empresários, militares, intelectuais e por parcelas da população, de receberem somas enormes de dinheiro que às vezes se perdem na manutenção delas. Também são questionadas por serem cúmplices de Governos e empresas, de não serem democráticas, participativas, transparentes e claras em seus objetivos e resultados, de aplicarem uma ciência conservacionista própria, e, muitas vezes, desfazerem mobilizações locais existentes, com suas metodologias e práticas assistencialistas. Estas práticas não levam necessariamente à emancipação dos assistidos, pois visam à garantia da continuidade dos trabalhos, com a dependência eterna do seu público alvo. Segundo Davis Gruber Sansolo²⁹ (em entrevista à autora em 2008):

“A tutela das ONGs é proposital: tutela metodológica mantém viável a continuidade e manutenção de seus projetos, sua sobrevivência, seus empregos” (SANSOLO em depoimento a autora em 15/05/2008).

A compra de porções de florestas ao redor do mundo ou, o incentivo às modalidades privadas de proteção da natureza são outras questões preocupantes

²⁹Davis Gruber Sansolo é professor Universidade Anhembi Morumbi, SP e pesquisador do Laboratório de Tecnologias e Desenvolvimento Social da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sansolo pesquisou comunidades que atuam com ecoturismo na Amazônia, escreveu sobre o tema, e, foi também consultor do WWF na área de ecoturismo e planejamento participativo na ASPAC, entre outros. Para maiores detalhes, seu currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9763222402206421>

especialmente a partir dos anos 2000, quando começam a se tornar públicas e alvo de uma incipiente legislação, que deve culminar na criação de um marco legal para dar conta da situação.

Muitas ONGs dividem entre si os territórios a serem protegidos – isso fica claro no depoimento dado por Salvati (em entrevista à autora em 2008), do qual destacamos o trecho a seguir:

“Eu não tenho acompanhado tão de perto o trabalho das ONGs. Enquanto eu trabalhava como contratado no WWF eu tinha contato diário com as ONGs e acompanhava de perto o trabalho até pra não replicar ou não repetir, competir ou coisa parecida – existe uma política de boa vizinhança entre a maioria das ONGs, existe certa ética, o WWF, por exemplo, mapeava, fazia um mapa das ações prioritárias de conservação e procurava atuar onde não havia intervenção do governo, ou havia baixa intervenção do governo ou oportunidade de atuação junto ao governo e onde não havia presença de outras ONGs, até porque o WWF sabia do poder que ele tinha de captar recursos, o poder de intervenção que o WWF tinha, tinha plena ciência do seu gigantismo, do seu poder de intervenção e ele evitava competir com ONGs menores ou mesmo bater de frente com ONGs maiores ou então fazia parcerias, a gente tinha parcerias com a TNC e até com a CI que é uma grande concorrente não é? A Conservação Internacional saiu de dentro do WWF, há uns 30 anos atrás, é uma espécie de uma dissidência então até hoje tem uma concorrência bastante grande” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Segundo Luzia Neide Coriolano³⁰ (em depoimento à autora em 2008), essa é uma das contradições envolvendo a atuação das ONGs. Elas se empoderaram de tal forma, que reproduzem o que criticam (formas de trabalhar, exclusão, competição, capitalismo neoliberal), muito dinheiro, circulação em nível mundial,

³⁰Luzia Neide Coriolano é Professora da Universidade Estadual do Ceará. Tem atuação com pesquisa, ensino nas áreas de Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Meio Ambiente Turismo e Educação a Distância, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, território, desenvolvimento local, ecoturismo e geografia. Das atividades de pesquisa citadas, resultam inúmeras publicações na área. Para maiores detalhes, seu currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4477795642535596>

alta capacitação da equipe e gestores, sem nenhum diálogo com a academia, de quem inclusive, alimentam preconceitos.

Importante observar que, na medida em que competem umas com as outras, as ONGs podem perder financiamento o que por sua vez gerará novos conflitos nas comunidades com as quais trabalham.

Essas observações dizem respeito a todas as ONGs, porém são mais claras quando se trata das ONGs transnacionais.

1.3.3 Os projetos de Turismo Sustentável das ONGs transnacionais no Brasil e a proposição de políticas públicas

Nas ONGs transnacionais atuantes com Turismo estudadas, a WWF e a CI, observamos, a partir desta tese, a evidente diminuição dos Projetos de TS: há, a partir de meados dos anos 2000, um certo vácuo no que diz respeito a projetos de TS realizados por elas. Se os projetos ainda aparecem nos *sítes* na Internet e discursos, na prática estão se esvaziando e/ou sendo repetidos sem inovações.

Segundo Alexandre Curvelo de Almeida Prado³¹ (em entrevista à autora em 2008), a CI-Washington tem três grandes programas de Turismo: programa de Ecoturismo em áreas protegidas (México, Andes, Madagascar); *Verdeventures* (crédito para investimentos sustentáveis no Peru e em Belize) e grandes empresas (redes hoteleiras, cruzeiros marítimos, Caribe) que são exemplos, mas nenhum deles, ou até projetos inspirados por eles, emplacou no Brasil, segundo ele, por conta de uma agenda que vem pronta, fechada e sem abertura para necessárias adaptações à realidade brasileira. Prado afirma que, embora alguns desses projetos tenham tudo a ver com o Brasil, a *CI-Washington* não os priorizou neste país, em uma tensão interna de interesses, conforme demonstra o depoimento abaixo:

“Às vezes não queremos adotar a agenda deles {CI-Washington} ou às vezes a gente {CI-Brasil} não está na

³¹Alexandre Curvelo de Almeida Prado é Gerente de economia da conservação da ONG Conservação Internacional. Para maiores detalhes, seu currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9483096486174368>.

agenda deles” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Por outro lado, esta distância garante à CI-Brasil bastante autonomia, de modo que esta poderia implementar projetos de Turismo caso os priorizasse.

Sobre uma possível explicação para a diminuição dos projetos em Turismo no Brasil, Prado analisa sob uma perspectiva histórica, a partir dos interesses dos financiadores:

“A minha leitura dos projetos de ONGs com Ecoturismo, em especial, dessas grandes ONGs é porque na década de 90 tinha muita doação externa para projetos de Ecoturismo, tinha muito doador e aí tanto as empresas que tinham doadores interessados, empresas que doam para essas ONGs (...) foi uma época em que o Ecoturismo era a bola da vez. Hoje em dia é serviço ambiental, é carbono, então, como você tinha muito doador para esse tipo de projeto, como se tem hoje pra serviço ambiental e carbono (...). Foi uma década, metade da década [de 1990] até 2002, uma época que foi muito interessante pra projetos de Ecoturismo porque você tinha muitos doadores, como hoje é carbono, você bota mudanças climáticas, é uma obrigação você colocar, porque todo mundo pede, e a minha leitura é que na década de 1990 isso aconteceu com o Ecoturismo, então por isso que deu um boom nessas ONGs até a WCF³², trabalhou com Ecoturismo aqui, a TNC, a WWF, CI, então foi uma década muito interessante” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Para Prado o *"ciclo do Ecoturismo nas ONGs terminou"*. O seu *boom* foi nos anos de 1990 e, devido às dificuldades, resultados julgados inexpressivos, alto custo e novas e mais prementes bandeiras, os financiadores internacionais, doadores dos recursos e definidores das campanhas, eliminaram os aportes financeiros para o TS (no Brasil), o que culminou no abandono do tema.

A pergunta obrigatória aqui é como, neste cenário de descontinuidade de financiamentos, de apoio, de falta de priorização, é possível formular políticas públicas para o Turismo? Qual o papel que teriam as ONGs nesse cenário?

³² Instituto WCF-Brasil, sediado em São Paulo, é uma organização sem fins lucrativos, certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e como Entidade Promotora de Direitos Humanos. É o braço brasileiro da *World Childhood Foundation*, criada pela Rainha Silvia da Suécia.

As políticas públicas são esparsas e descontínuas no Brasil. Em TS, as que têm se destacado são recentes, e partem de iniciativas provenientes da presença de ex-membros de ONGs e profissionais da área ambiental e de Turismo, atuantes no Governo Federal na gestão do presidente Lula entre as quais se destacam alguns editais voltados para Projetos de Turismo de Base Comunitária, especialmente através do Programa Demonstrativo (PDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Uma observação à parte é a constante exigência que fazem os editais de que, a questão científica/acadêmica dos Projetos seja responsabilidade de Universidades parceiras ou de instituições de pesquisa, o que levou Rubens Harry Born³³, em uma reunião de trabalho para preencher um destes editais do PDA, a comentar com a equipe:

“Veja a premissa que está subjacente... é como se as ONGs não tivessem capacidade de pesquisa. É como se as ONGs não fizessem livros, não fizessem pesquisa... É um preconceito enorme!” (BORN em depoimento coletado em 06/02/2008).

Para Neuhaus (em entrevista à autora em 2008):

“A tarefa das ONGs brasileiras é incidir em políticas públicas, do ponto de vista do Fórum (FBOMS) essa é a tarefa porque, em nossa opinião, assim, não adianta ter experiências bonitas esparsas de Turismo comunitário, não adianta, tem que ter políticas públicas” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

³³Rubens H. Born é Diretor Presidente do Instituto Vitae Civilis. Engenheiro civil com especialização em engenharia ambiental; mestre em saúde pública (gestão de águas e re-uso de esgotos) e doutor em saúde pública e ambiental (regimes internacionais ambientais). Coordenador executivo do Vitae Civilis onde está envolvido com projetos de pesquisa, formação de recursos humanos e acompanhamento de políticas de sustentabilidade socioambiental. É também membro da Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 brasileira, do Fórum Brasileiro de Mudança de Clima, coordenador do Grupo de Trabalho de Mudança de Clima do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, e conselheiro do Centro de Apoio Sócio-ambiental (CASA). Foi representante de ONGs junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape; representou e coordenou delegação de ONGs brasileiras nas sessões preparatórias (Prepcom) da Conferências da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), tendo sido também um dos coordenadores da delegação do FBOMS na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (WSSD ou Joanesburgo-2002). Co-autor de vários livros. Para maiores detalhes, seu currículo está no site do IVC: www.vitaecivilis.org.br.

A CI e o WWF não trabalham mais diretamente com o TS e nem mantém profissionais para abordar o assunto no Brasil, mas mantém projetos fora, especialmente a CI, que tem forte projeto de Turismo em países com menor potencial atrativo que o brasileiro. O WWF desenvolveu com a temática, muitos e expressivos trabalhos anteriores, porém, atualmente (desde 2005 especificamente), não se dedica ao tema que, assim como na CI, foi incorporado aos Projetos de apoio ao desenvolvimento sustentável ou de negócios, espalhados entre os demais projetos.

Na opinião de Salvati (em entrevista à autora em 2008):

“O Turismo é muito difícil de trabalhar, dá poucos resultados efetivos em curto prazo, depende do mercado e de um viajante que é muito pouco conhecido (...) como ele vai responder em relação a novos produtos, serviços, principalmente quando o produto tem forte cunho ambientalista ou forte cunho social, a demora desse mercado em responder, quando você investe num projeto, se você faz aquela conta econômica: investi tantos dólares ou tantos reais, e depois de dois anos isso gerou quantos benefícios em termos reais, em termos de novos empregos, de novas oportunidades de renda e enfim, nós não conseguíamos fazer essa conta, era muito demorado, a WWF não tinha essas respostas de forma rápida. Então isso porque depende de um esforço de marketing grande pra você entrar nos mercados, e as ONGs não têm esse poder, ou não têm essa capacidade de fazer um bom marketing, teria que ter parcerias com empresas, muitas vezes as empresas não estão disponíveis para essas parcerias, então as ONGs entenderam que elas podem ter melhores resultados em outras áreas de atuação, é minha interpretação pelo fato do WWF ter extinto o programa de Turismo depois que eu saí, e de eu não ter visto outras grandes ONGs: o ISA, TNC, CI, SOS Mata Atlântica de fato continuando um trabalho ou trabalhando com Turismo de forma mais intensa. Eu acho que um pouco da explicação é que o Turismo é uma coisa muito complicada de se mexer, mover o Turismo é uma coisa que, até pela natureza do Turismo, que mexe com uma gama de fornecedores, interesses e expectativas, que é muito difícil de você controlar, de você trabalhar, então você pode fazer tudo certinho, trabalhar um projeto maravilhoso e o mercado não responder, por uma série de fatores, ou por acesso, ou

porque outros produtos estão disponíveis por um preço melhor” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

A pressa por resultados é uma constante no Turismo. À medida que as ONGs priorizam e reproduzem os moldes estritamente capitalistas de trabalhar, em detrimento a uma visão mais social e conservacionista, mesmo sendo esta a tônica das justificativas dos projetos e programas, os projetos não se viabilizam em termos financeiros e, assim, impedem a continuidade até dos projetos que estejam dando resultados positivos em termos socioambientais.

“O Turismo não é uma coisa que dá resposta imediata, não é um produto que você expõe na prateleira de um mercado está a vista pras pessoas manipularem, o Turismo precisa ser testado, ter o boca a boca e tal, então acho que os financiadores perderam um pouco aquela ideia de que o Turismo era uma oportunidade excelente, e começaram a entender que o Turismo era um item de investimento que tinha uma resposta mais demorada perto de outros tipos de investimentos” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Prado deixa claro que os projetos podem ser muito bem sucedidos na área socioambiental, quando fala sobre o Projeto do Una na Bahia:

“Estava dando prejuízo desde que começou em 97. Até 2003 foram seis anos dando prejuízo financeiro, é óbvio que se você levar em consideração todo o contexto é muito interessante, porque você leva um monte de escolas pra conhecer, então, tirando o contexto financeiro, os projetos de Ecoturismo que são esses que eu conheço, são muito interessantes, pela parte social, pela parte ambiental, você dá visibilidade pra reserva e pra estratégia de conservação” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

“Tirando a questão financeira os projetos são muito interessantes, positivos” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

A questão financeira e mercadológica dos projetos de Turismo será mais bem debatida adiante, no capítulo 5 quando tentaremos mostrar o quanto a reprodução dos moldes do Turismo de massas, em todas as suas nuances, no TS,

além de inviabilizar os projetos, causa grandes impactos nas comunidades nas quais ocorrem.

Por ora temos, além da visão dos membros e ex-colaboradores da CI e do WWF outra tentativa de resposta ao fato observado da diminuição dos projetos de Turismo no Brasil, dada por Esther Neuhaus³⁴ (em entrevista à autora em 2008):

“A sociedade civil no Brasil é mais organizada do que em outros países, com todas as falhas, em outros países eu vejo que não tem nenhuma visão política, aqui ninguém vai conseguir chegar num lugar e desenvolver um projeto com modelo pronto, que eles vão aplicar em tudo quanto é país, mais ou menos igual, aí eles vão chegar lá e entender que não vai funcionar, porque tem um monte de variáveis e vai ter que trabalhar com elas, eles vão ter que se adequar, aqui não é tão simples” (...) além disso: “Muitas comunidades têm resistências e no Brasil tem também uma desconfiança grande diante de ONGs internacionais” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

O conceito ou o preconceito com ONGs inter ou transnacionais é um dado importante que pode ser comprovado pelas constantes declarações na mídia, feitas por políticos, empresários e outros, e que são repetidas inúmeras vezes há anos, especialmente quando se fala em Amazônia e regiões de fronteiras, sobre soberania, internacionalização dentre outros temas. Porém, na fala acima, transparece ao contrário, certo otimismo sobre uma possível identidade, especialmente na arena ambiental, que incorre em uma possível resistência a projetos provenientes de ONGs transnacionais, o que pode ser positivo, quando de fato sabe-se que existem projetos com intenções escusas, ou negativos, os quais podem inviabilizar as boas iniciativas, o que também é comum de ser ver.

Além disso, ocorre que as ONGs, por vezes, formatam projetos para elas mesmas, conforme depoimento de Neuhaus (em entrevista à autora em 2008):

“As ONGs internacionais vêm com pacote fechado, o resultado é muito melhor para a ONG do que para a

³⁴ Esther Neuhaus é Secretária Executiva do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e integrante do Instituto Terramar, CE.

comunidade, aí fica difícil” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

O panorama traçado pelos entrevistados, porém, não põe um fim nos projetos, e sim nos mostra que os mesmos ainda existem, mas sob outro formato, pois as ONGs tratam de priorizar a tentativa de influenciar as políticas públicas, almejando um trabalho mais amplo e macro, e menos pulverizado do que se apresenta no momento desta tese. A alternativa de se trabalhar com políticas públicas, de forma mais macro, é o que explicaria a tendência observada sobre o fim dos trabalhos pontuais das grandes ONGs. Mesmo assim, e talvez para contrabalançar o abandono das iniciativas das ONGs transnacionais, houve uma proliferação de iniciativas de ONGs de pequeno e médio porte, trabalhando com TS, até porque, especialmente a partir dos anos 2000, as ONGs transnacionais passaram a trabalhar em nível local, com parceiros técnicos brasileiros.

“Eu acho que houve uma certa regressão, apesar de que eu vejo muitas pequenas ONGs apresentando projetos de Turismo, trabalhando com Turismo, eu vejo que elas têm pouco poder, são pequenas ONGs, com pouco poder de interferir em políticas públicas de sentar com o governo pra discutir, em ter uma cadeira num COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), sabe, fazer a diferença, não só atuar com intervenção direta, com projetos, que isso é muito importante, acho que isso de fato se proliferou, pulverizou bastante, você pega aquele edital do Ministério {do Turismo} de TBC comunitária, os editais da Petrobras, muitas pequenas ONGs ambientalistas ou sociais não são ONGs especializadas em Turismo que enxergam o Turismo como uma forma de intervenção ou para alcançar benefícios sociais ou ambientais então eu vejo, por esse lado uma evolução: pulverização de pequenas ONGs trabalhando com o Turismo, por outro lado eu vejo poucas ONGs dignas de porte, atuando com Turismo e fazendo políticas públicas com o Turismo e tentando, influenciar governos, empresas, outras entidades, a atuação com Turismo e acho que a ONG tem papel importante, grande nisso, acho que o exercício do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) foi interessante, de agregar empresas, universidades, outras ONGs numa ação articulada, acho que influencia os resultados finais em termos de mercados, de políticas públicas né? Eu vejo poucas ONGs das grandes atuando no

Turismo de um modo geral” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

A importância do trabalho com políticas públicas e o formato que vem sendo assumido pelas ONGs nacionais e transnacionais, aparece em outros depoimentos. Os entrevistados destacam que foram aspectos bastante pragmáticos que conduziram a uma reorientação de estratégias e de prioridades.

Para Salvati (em entrevista à autora em 2008):

“A impressão que eu tenho é que estas ONGs (CI, WWF entre outras) tão trabalhando mais com Políticas Públicas, com grandes ações que enfocavam governo, mercados, consumidores, do que com projetos específicos em localidades...” (...) “Acho que foi uma maneira que as ONGs entenderam que elas podem contribuir, podem ter mais resultados, você pode influenciar mais consumidores e mais empresas do que você atuar com uma empresa ou com um parceiro especificamente, é uma maneira que eu entendi que era mais interessante pra mim atuar no WWF-Br, por conta até do investimento que eu fiz pessoalmente pelo CBTS, eu tentei direcionar os recursos muito pra uma ação mais em nível nacional do que em nível pontual até porque eu era uma pessoa só, tinha pouca equipe pra trabalhar (...) além de ter que fazer todos os relatórios de prestação de contas, acompanhar todos os outros trabalhos que os técnicos do WWF faziam, participar de 200 mil reuniões e receber os financiadores para visitas de campo, tinha que dar atenção para eles, eles tinham que justificar, é uma loucura total, então geralmente eu fazia duas três viagens por mês, ao mesmo tempo em que participava de articulações nacionais, CBTS enfim, e ao mesmo tempo que atendia as demandas internas da WWF, é uma loucura de e-mails, de reuniões, de prestação de contas, financeiras inclusive, e então quando saí procurei deixar um programa montado de Turismo onde ele tinha como grande mote, uma ação mais em nível nacional, mais de políticas públicas mesmo, pra interferir em grandes mercados e grandes consumidores, acho que era uma forma de atingir mais resultados com menos recursos, não tinha uma proposta de investir pontualmente, naquela comunidade, naquele projeto, com pousada, com equipamentos, nós vamos um pouco deixando de lado esse tipo de intervenção” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Salvati (em entrevista a autora em 2008), também avalia que o mesmo processo aconteceu com a CI e com outras ONGs, porém, acrescenta a importância do papel dos financiadores, para além da defesa de investimentos em políticas públicas:

“Acho que o CI percebeu isso também, não é à toa que os projetos de intervenção em Turismo do CI são bastante pontuais, quando têm uma oportunidade com governo, com os parceiros, e o WWF também acho que mantém poucos investimentos em Turismo e entendeu que não precisava mais de um programa para isso, a gente tinha os programas interdisciplinares que eram os de Educação Ambiental, de Turismo, o das políticas públicas e eles atuavam em todos os programas que nós chamávamos de biomáticos que eram os programas Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, os 4 programas biomáticos que tinham suas próprias ações e tinham também as ações do programas interdisciplinares: Turismo, Educação Ambiental, políticas públicas, biogeografia, comércio, enfim, então o Turismo ele ficou restrito à pequenas ações pontuais dentro desses programas biomáticos, o WWF achou que não havia necessidade de ter um programa específico para isso, e isso reflete a falta de interesse dos financiadores em continuar investindo especificamente em Turismo” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Rubens H. Born analisa esse aspecto da seguinte forma (depoimento coletado em 06/02/2008):

“Se você olhar para os últimos 15, 16, 18 anos, pegando o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o PDA quando surgiu, houve sempre uma orientação, a partir dos financiadores e dos bancos estrangeiros, de financiar coisas tangíveis, concretas, palpáveis e localizáveis, para evitar uma politização, inclusive, da cooperação financeira internacional só que isso então pulverizou, agora você tem xis casos de experiência que se somam sem nenhuma mudança política, então agora eles estão com o drama de transformar 15-20 anos de financiamento em mudanças sistêmicas” (BORN em depoimento à autora em 06/02/2008).

Assim, apesar de tantas experiências, não há indicadores e nem indícios de mudança da realidade política, das conjunturas. Formam-se tantos monitores de

Ecoturismo, porém os demais indicadores quantitativos, nem de longe, dão conta de compreender os aspectos qualitativos, os desdobramentos que as capacitações podem ter. Esses, portanto, são grandes desafios: transformar a realidade política, com mudanças sistêmicas de longo prazo e, ao mesmo tempo construir indicadores e avaliação que permitam mensurar isso.

1.4 ONGs como alvo preferencial de críticas construtivas e teorias conspiratórias

1.4.1 As ONGs nas polêmicas sobre Unidades de Conservação e populações

Diegues (2008) afirma que as ONGs têm poder para estabelecer as margens do debate público, e, muitas vezes, como no caso das áreas de proteção sem presença humana, estão por trás de políticas públicas cujos resultados são os exilados da conservação, que, marginalizados podem ocasionar danos muito maiores ao ambiente do que se inseridos nas UCs.

Esses danos provocados pela exclusão de moradores das áreas protegidas podem eventualmente traduzir-se em diversas atitudes e ilícitos que, vez por outra, ocorrem com os envolvidos na atividade turística. Como exemplo, podemos citar guias ou monitores de Turismo conduzindo visitantes por áreas proibidas, guarda-parques permitindo coleta de materiais da natureza, mesmo que tais atitudes provoquem danos irreversíveis à conservação da área sob proteção. Evidentemente que estamos falando de excluídos pela estratégia de conservação mais comum: a criação de áreas protegidas inclusive de seus moradores. Esta é uma das estratégias conservacionistas apoiadas, mas também questionadas pelas ONGs. O posicionamento das ONGs a esse respeito tem variado conforme o contexto histórico, as diferentes realidades verificadas, o amadurecimento do debate, e, por fim, de acordo com o seu perfil.

Igoe e Brockington (2008) escreveram sobre as consequências não estudadas da expulsão da conservação e sobre como essas estratégias conservacionistas foram fortemente influenciadas pelas ONGs em suas

campanhas indiretas sobre o tema. Difícil distinguir padrões de influência nesses relacionamentos, especialmente na medida em que as ações são policêntricas, dificultando a atribuição de responsabilidades.

Há um histórico das estratégias ambientalistas construído por inúmeros atores sociais, instituições governamentais, corporações, no qual as ONGs desempenham papel importante. Este histórico apresenta idas e vindas no tocante à permissão da presença de populações nas áreas a serem protegidas. Cada uma das alternativas conduzirá a estratégias e debates ideológicos, políticos, às vezes experimentais, contraditórios, com consequências distintas. Dentre elas destaca-se a redação de leis, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Não há como negar a forte influência das ONGs neste cenário. Há vários documentos, reuniões, projetos de avaliação das estratégias, apoio às políticas públicas nos quais as ONGs se posicionam e (re)organizam suas estratégias. Parece que estamos longe de um consenso. Ferreira (2004) relatou essas mudanças afirmando que durante quase duas décadas (a partir de 1980) foi hegemônico no debate internacional o modelo que defendia a não exclusão de populações das UCs. Para a autora, a partir deste suposto consenso momentâneo, houve um realinhamento da orientação institucional brasileira. A autora ressalta que nesse período nenhuma ONG ou instituição de financiamento, corroborava com a expulsão das populações para a criação de UCs.

Neste mesmo artigo, Ferreira (2004) afirma que o tempo, estudos, experiências serão fundamentais para um novo redirecionamento, a partir do final da década de 1990. A divulgação de uma avaliação realizada pela ONG *The Nature Conservancy* (TNC) afirma que as atividades de uso sustentável nas UCs foram consideradas insustentáveis e por isso deveriam voltar-se para o entorno delas, único local no qual seriam bem vindas, desde que reguladas por leis próprias, alternativas de viabilização econômica da população. As UCs por sua vez, devem proteger, de fato, seus recursos naturais das ações humanas predatórias. Assim uma nova orientação poderá acarretar como consequência

direta a criação do conceito de mosaicos e a determinação de UCs de proteção integral.

Além disso, sem uma crítica ao modelo vigente de desenvolvimento, a qual figura historicamente na ideologia que justificaria inicialmente a criação das ONGs e que costuma aparecer nos discursos da maior parte delas, todos os esforços e estratégias não são suficientes para se chegar perto de soluções para os dramas ambientais combatidos.

O perigo, segundo a visão de Igoe e Brockington (2008), é o de que, atingidas as metas ideais de áreas protegidas em cada nação, e, neste modelo de conservação, o número de refugiados da conservação seja cada vez maior.

Dowie (2008) traz dados impressionantes sobre os refugiados da conservação que são milhões de pessoas levadas à marginalidade, às periferias e sem resolver muito em termos ambientais. O autor apresenta estudos que comprovam que muitas populações expulsas de suas moradias, podem acabar incrementando a qualidade ambiental dos novos lugares onde se instalam, de modo que o ambiente natural, por vezes, estaria mais bem conservado fora dos parques. Isso especialmente quando consideramos que muitos parques existem somente no papel, os quais, mesmo sem implantação efetiva, são considerados eficazes no tocante à conservação³⁵.

Esse número de refugiados da conservação, somado ao de refugiados ambientais, às populações em estado de vulnerabilidade, de pobreza extrema por um lado, e cidadãos consumistas por outro, constituiriam uma enorme ameaça aos ambientes naturais. Neste cenário, as ONGs conservacionistas, quando

³⁵Conforme estudos noticiados pela imprensa: "Parque 'de papel' barra desmate, mostra estudo". Fonte: Rafael Garcia/ Folha Online). Publicado em 17/04/2009 e disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=44999>. Acessado em 18/04/2009 e a notícia : "Unidades de Conservação e Terras Indígenas ajudam a conter desmatamento na Amazônia Brasileira" Fonte: Dr. Leandro Valle Ferreira, divulgada no portal [ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/artigos/importancia.html). Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/artigos/importancia.html>. Acessada em 25/04/2009.

Ambos citam estudos que comprovam que, mesmo sem uma implementação completa, as UCs, estariam ajudando na conservação dos recursos naturais. As pesquisas citadas são: Áreas protegidas dos parques de papel: A importância de áreas protegidas para a redução do desmatamento na Amazônia brasileira, dos pesquisadores Leandro V. Ferreira, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Eduardo M. Venticinque, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); o trabalho coordenado pelo ecólogo Stuart Pimm, da Universidade Duke, da Carolina do Norte (EUA) e, um estudo de 2006, liderado pelo ecólogo Daniel Nepstad, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) cujos resultados estão publicados na revista "PLOS One"

defendem qualquer espécie do planeta que não seja humana, parecem fazê-lo “contra os homens”³⁶ e por isso muitas vezes são acusadas.

Vale aqui ressaltar brevemente, esse aspecto fundamental sobre as ONGs ambientalistas que é a vinculação direta de sua imagem, mesmo que não corresponda à verdade, à crítica ao desenvolvimentismo. À medida que as ONGs passam a adotar o conceito de desenvolvimento sustentável, mesmo com a perda do radicalismo de suas propostas, já observada por muitos autores³⁷, mantém seus discursos antidesenvolvimentistas e assim são vistas e criticadas, tanto pela sociedade, quanto por políticos e empresários, que as consideram entraves ao desenvolvimento. Também são criticadas por ONGs que mantiveram seu discurso, taxado de radical pelos que adotaram o lema do desenvolvimento sustentável³⁸.

1.4.2 A polêmica em torno da Ciência da Conservação

Diegues (2008) aponta a existência de uma ciência da conservação, criação exclusiva das ONGs, da qual pesquisadores dos países do Sul não participam, a não ser como fornecedores de informações específicas. Para o autor, essa ciência e seus modelos são continuamente ajustados às injunções políticas e de financiamento que pouco têm de científicos e nem sempre são adaptados às situações ecológicas e culturais locais. Um exemplo dessa ciência seriam os *hotspots*³⁹.

³⁶Em uma alusão à famosa frase de Jean Paul Sartre “Quando se amam demais as crianças e os animais a gente os ama contra os homens”.

³⁷Sobre este aspecto recomendamos: ALEXANDRE, A. F. A perda da radicalidade do movimento ambientalista: uma contribuição à crítica do movimento. Florianópolis: Editora da UFSC e Editora da FURB, 2000. 116 p.

³⁸Especialmente a partir da declaração da Década da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a qual suscitou muitas críticas por parte dos ambientalistas antidesenvolvimento.

³⁹De acordo com a CI, o conceito *Hotspot* foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para resolver um dos maiores dilemas dos conservacionistas: quais as áreas mais importantes para preservar a biodiversidade na Terra?. Ao observar que a biodiversidade não está igualmente distribuída no planeta, Myers procurou identificar quais as regiões que concentravam os mais altos níveis de biodiversidade e onde as ações de conservação seriam mais urgentes. Ele chamou essas regiões de *Hotspots*. *Hotspot* é, portanto, toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada *Hotspot* uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original. Fonte: www.conservation.org.br. Acessado em 20/04/2009.

Esta polêmica afirmação pode ser questionada somente pelo uso dado ao conceito de ciência, e, mais especificamente, a da conservação, como sendo uma ciência própria produzida por ONGs. Ora, a ciência da conservação como um todo, tem como realizadores cientistas, pesquisadores, os quais, eventualmente baseiam-se em conhecimentos e dados produzidos por ONGs, às vezes aceitando-os como dados empíricos de pesquisa, outras vezes refutando-os.

De toda forma, ao falarmos de Ciência, com -C- maiúsculo, devemos nos reportar a uma suposta neutralidade, a uma não aceitação da influência de injunções políticas quaisquer. Afora isso, a afirmação de que é uma ciência ideologizada, não se sustenta visto o histórico do desenvolvimento das pesquisas relacionadas com conservação; com o que temos como um arcabouço teórico já construído e reconhecido pelo seu estatuto teórico, elaborado por muitos cientistas de renome. Por fim, como argumento definitivo contra a ideia de que esta ciência é realizada por ONGs, basta verificar a produção considerável desta área de ciência (ecologia e meio ambiente), que se reflete na quantidade e qualidade de publicações nacionais e internacionais existentes, a qual abarca vários tipos de especialistas nas universidades, nos centros tecnológicos e até nas ONGs e que pode ser aplicada por muitos, entre eles, inclusive as ONGs.

Outro dado a ser contestado é a participação dos pesquisadores do Sul como meros informantes: há diversos trabalhos nos quais os cientistas do Sul, entre eles muitos brasileiros com reconhecimento internacional por suas pesquisas e publicações, desenvolvem modelos teóricos, análises de observações comparativas ou longitudinais além de experimentos de campo. Afora isso, muitos deles participam de eventos internacionais científicos contribuindo com suas descobertas.

Indiscutível o fato de haver polêmicas e, talvez, cientistas compromissados com governos, ONGs ou quaisquer outros interesses (que existem em qualquer parte do planeta) os quais anulam a validade e qualidade de suas pesquisas e comprometem a opinião pública com relação às pesquisas sérias. Há também polêmicas diversas que demonstram entre os cientistas divergências de toda

ordem, o que reflete uma área do saber em constante construção e qualificação de debates.

As questões e polêmicas em torno das mudanças climáticas, nas quais os grandes painéis internacionais como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPPC), demonstram claramente os desencontros entre as várias visões existentes, as influências políticas exercidas pelos governos e as muitas possibilidades de se interpretar os resultados das pesquisas. Isso entre os cientistas, o que significa que, ao saírem do ambiente acadêmico, as pesquisas e polêmicas podem e serão reinterpretadas pela mídia, e pelos diversos interesses, entre eles as ONGs, preocupadas com os problemas ambientais, com a captação de recursos, publicidade e assim por diante.

Essa publicidade em torno da questão ambiental, que por si só já é difícil de se fazer entender, aliada à falta de consenso científico, é amplamente utilizada conforme os interesses e a ignorância do público, para atender inclusive a teorias conspiratórias, a objetivos de *marketing* para empresas, eleitorais para governos, captação de recursos ou de visibilidade para as ONGs, tudo isso em detrimento do valor das pesquisas de qualidade existentes e de seus pesquisadores.

De toda forma, embora a ciência da conservação não seja realizada e dominada por ONGs conforme exposto, algumas ONGs como a *The Nature Conservancy* (TNC), por exemplo, explicitam em suas estratégias conservacionistas o uso e a criação de uma ciência própria. No caso da TNC, em português, usam o termo Conservação Planejada, traduzido do *Consevation By Design* para designar uma ciência própria, a qual, segundo o *site* da ONG na Internet⁴⁰, é definida como uma abordagem estratégica própria que irá determinar onde trabalhar, o que conservar, quais as estratégias de ação e os resultados esperados e obtidos⁴¹. É uma abordagem colaborativa, baseada na ciência e com um conjunto de métodos analíticos usados para definir as estratégias de ação nos 30 países nos quais atuam. Essa metodologia da qual se orgulham, está

⁴⁰<http://www.nature.org/aboutus/howwework/cbd/> Acesso em 01/05/2009.

⁴¹O site da TNC internacional tem uma sessão denominada Conservation Science (<http://www.nature.org/tncscience/?src=l10>) na qual está escrito que a ONG realiza uma ciência rigorosa para a conservação e que possui em sua equipe 720 cientistas. Também convida o visitante a conhecer um blog chamado *Cool Green Science* (<http://blog.nature.org/?src=tncscience>). Ambos acessados em 01/05/2009.

explicitada em alguns documentos na Internet os quais estão expostos para serem utilizados por quem quiser replicá-los. A TNC estimula sua reprodução.

ONGs como CI, *Greenpeace*, WWF, SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental, Amigos da Terra entre outras também tentam embasar suas diretrizes e discursos em dados científicos. Visando a aceitação de suas propostas, contratam pesquisadores em suas equipes permanentes ou para trabalhos eventuais de pesquisa, fazem parcerias com institutos de pesquisa, e com isso elaboram relatórios que influenciarão suas exposições ao grande público, em uma tentativa de dar legitimidade às suas ações. Do contrário, governos e pesquisadores também convidam as ONGs a divulgar suas pesquisas e dados, como forma de garantir a simpatia e respostas do público em geral.

Para fins de legitimar-se, obter reconhecimento de todos e poder influenciar políticas ambientais públicas e ONGs locais, algumas ONGs transnacionais promovem ou organizam seminários e também oferecem treinamentos gratuitos para funcionários do poder público, pesquisadores e membros de outras ONGs, nos quais são veiculados seus conceitos e métodos. Com isso possivelmente esperam influenciar a determinação de áreas críticas de conservação dentre outras políticas públicas ambientais.

1.4.3 Outras polêmicas acerca das ONGs: da forma de pensar à forma de agir, tudo é questionável

Autores como Mac Chapin (2008), Ottaway & Stephens (2008), Compagnon (2008), Chimère-Diaw (2008), Dowie Igoe (2008) e Brockington (2008), levantaram muitas outras questões sobre as grandes ONGs transnacionais conservacionistas, Algumas delas estão resumidas a seguir:

Mac Chapin (2008), questiona a rapidez com que as *Big International Non Governmental Organizations* (BINGOs) enriqueceram e cresceram; observa que as metodologias participativas podem estar desaparecendo, de que pode haver uma deterioração da relação entre as ONGs e as comunidades. Afirma que as estratégias e a importância da ciência, em lugar das realidades sociais, estariam

determinando suas agendas e por isso estariam acumulando fracassos e conflitos junto às comunidades.

Constata que a forma de pensar que prevalece nas ONGs é preservacionista, impõe uma agenda já definida, diferente e às vezes oposta à das comunidades.

Ottaway e Stephens (2008) chamam atenção ao fato de que as grandes ONGs conservacionistas têm todas as características das empresas transnacionais: alcance global, foco em grupos de consumo, reuniões com líderes mundiais, *marketing* sofisticado e análise de custo-benefício aplicada à conservação.

Compagnon (2008) trata de um dos maiores problemas das BINGOs: sua representatividade e legitimidade. Na medida em que se constituem como guardiões da natureza, às ONGs é permitido o não questionamento de sua representatividade e legitimidade. Tal questionamento, segundo mostra a avaliação das ONGs, torna-se desnecessário na medida em que transparece sua eficácia (a qual é normalmente medida e divulgada por elas e pela mídia). Em seus discursos há um “*dispositivo semântico de legitimação de muitas formas de ingerência nos países do Sul*” (COMPAGNON, 2008:89) que passa despercebido pela população. É uma liderança autoproclamada que pode livrá-las da prestação de contas.

O reconhecimento internacional de algumas ONGs pode decorrer da participação na legitimação de posturas governamentais apregoadas nos grandes eventos internacionais, nos quais, cada vez mais as ONGs convidadas são chamadas a opinar, com bastante visibilidade, mesmo que sem direito a voto formal, tal como ocorre nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COPs) nas quais as ONGs participam como observadoras⁴². Assim, muitas ONGs atuam como popularizadoras dessas políticas, sem questioná-las, às vezes até ingenuamente; noutras, como tentativa de ampliar a influência e seu poder. Essa participação leva a exagerar sua real

⁴²Desde 1995, quando foi realizada a primeira Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COPs), as ONGs participam como observadoras desses encontros, sem direito a voto. Geralmente as ONGs participam das conferências, das reuniões, podem intervir durante debates, fazer *lobby* junto às delegações e distribuir documentos.

influência nas negociações e também dilui responsabilidades e oposições de outros atores sociais e políticos às políticas oficiais, como comumente ocorre nos grandes eventos internacionais sobre meio ambiente, nos quais as ONGs são convidadas, muitas vezes sem direito a voto, porém sua presença garante visibilidade ao evento e às propostas.

Preocupadas com os ecossistemas, as populações são seus entraves. Todo um arsenal de participação foi criado para tornar as comunidades adeptas ao discurso ambiental, transformando questões sociais em ambientais. As ONGs em suas proposições e ações em defesa da conservação ambiental reconhecem ações humanas predatórias, especialmente o consumismo e o crescimento populacional como prioridades a serem trabalhadas. Assim, com diferentes estratégias, passam a combatê-los.

Estas estratégias, dependendo das prioridades e da forma como forem encaminhadas, serão vistas pelos críticos e pela população afetada, como sendo anti-humanas, biocêntricas ou ecocêntricas, já que lutam em prol de outras espécies tais como árvores e baleias. Em torno disso muitas críticas se avolumam e conduzem a uma visão comum, generalizada, de que várias ONGs conservacionistas priorizam animais e plantas a seres humanos. Também geralmente são taxadas como sendo elitistas, por normalmente serem voltadas às populações de países tidos como subdesenvolvidos e que teriam o direito de se desenvolver.

Esse debate em muito enfraquece o ambientalismo, torna comum críticas e preconceitos amplamente difundidos, que muitas vezes conduzem a falsos dilemas que podem atrapalhar bastante os trabalhos e a consecução dos objetivos dos seus militantes. Afora isso, essas críticas são bem vindas pelos opositoristas ao ambientalismo, desenvolvimentistas em geral, que, com base nessa imagem, posicionam-se contra ambientalistas organizados ou não, muitas vezes ridicularizando-os e mantendo essa imagem sempre na pauta da mídia, a fim de conseguirem a aprovação dos projetos de crescimento e desenvolvimento.

Essa, que parece ser uma estratégia bem sucedida dos agentes econômicos e políticas desenvolvimentistas, aliada ao que Igoe e Brockington

(2008) afirmam ser um silêncio por parte dos conservacionistas, no que eles denominam de ecologia da expulsão, revelado pela pequena quantidade de estudos sobre os impactos que consideram as consequências das estratégias de conservação.

Chimère-Diaw (2008) trata das escalas, da desterritorialização decorrente do trabalho das ONGs em âmbito global, na medida em que, ao invertermos a relação de ação local à global, enfraquecemos os potenciais de atuação locais. O autor reforça a necessidade de reinventar a solidariedade a governança global.

O que se pensa e se fala das ONGs, conduz a um necessário debate menos ideológico, e se traduza em pesquisas sérias, sem cair em simplificações, como por exemplo afirmar que todas as ONGs são iguais, com a perda da real contribuição que muitas delas oferecem, aos humanos ou não.

1.5. Como as ONGs se sustentam e como mantém sua autonomia

Na escala brasileira, as ONGs mais influentes, até hoje, obtêm dinheiro e orientação política (ou ambos) de governos e grandes doadores corporativos internacionais. Às vezes, mesmo com poucos membros e questionável legitimidade junto ao seu público, elas continuam a obter recursos. Por meio de uma constante atividade de propaganda, estabelecem as margens do debate público e suas ideias, muitas vezes, são reconhecidas e trabalhadas pelos governos, mesmo quando as ONGs não são suas parceiras. Estas ONGs são questionadas por grupos de base, associações menores, como entraves a sua existência na medida em que angariam todos os recursos disponíveis para o trabalho com as questões ambientais.

Dewar (2007) é profética ao escrever:

"Ao final de 1991, eu já me tornara altamente cética sobre os motivos dos que estavam no círculo. Eu havia chegado à conclusão de que a poluição trans-fronteiriça estava sendo usada como um instrumento de propaganda para vender aos descrentes a necessidade de níveis regionais e globais de governança. O "pensar globalmente, agir localmente", era

apenas outra frase de efeito propagandística. O público estava sendo persuadido a aceitar a proteção do meio ambiente com base em um modelo de mercado: regulamentos seriam substituídos por leis permitindo o comércio de débitos e créditos de poluição. Se os associados de Strong tivessem sucesso, em breve, os débitos e créditos de poluição estariam sendo comercializados globalmente, da mesma maneira que pernis de porco e derivativos financeiros. Por volta do ano 2000, restariam poucas entidades nacionais independentes capazes de defender as comunidades locais dos leviatãs internacionais. As comunidades locais competiriam entre si pelos favores dos grandes interesses. Aqueles de nós que viéssemos nas margens brutais dessas novas potências mundiais nos veríamos gratos em comercializar com qualquer um a qualquer preço" (DEWAR, 2007:336).

Como então organizações não democráticas podem contribuir para democratizar a governança global? O que exatamente as diferencia de empresas privadas preocupadas com o ambiente?

Yearley (1996) afirma que o potencial de atuação e transformação das ONGs advém dos seguintes motivos: elas são uma força social em crescimento, estimulam a preocupação e participação pública nas questões ambientais, assistem às performances dos governos e de outras instituições, aplaudindo e denunciando suas ações, e, oferecem propostas políticas ou apóiam a formulação destas junto aos governos e demais instituições.

De acordo com Gonçalves (1996), a participação de ONGs nas políticas públicas não passa de uma armadilha, tendo-se em vista que o discurso governamental relacionado à falta de verbas para a viabilização de suas atribuições e o consequente repasse das mesmas para parceiros fez com que as ONGs se assumissem como prestadoras de serviços que são, obrigatoriamente, públicos e que, com isso, comprometem a concepção de direito social, uma vez que a população passa a cobrar das ONGs pelos serviços. Isso vem acarretando uma série de complicações, pois em muitos casos, os recursos utilizados pelas ONGs para cumprir tais demandas, são originários dos fundos governamentais, dado que pode caracterizar tanto o descaso do Estado com relação ao seu papel

constitucional, como a premissa de corresponsabilização cidadã, institucional, característicos de um Estado mínimo.

Coriolano (2006) argumenta que o Estado tem dificuldades na interação com as ONGs, instituições de pesquisa e a sociedade civil, porém aos poucos vai incorporando suas demandas, o que no caso do TS é uma realidade, já que todas as políticas públicas existentes foram demandadas e capitaneadas pela sociedade como um todo, especialmente a partir da gestão do presidente Lula, desde 2002, quando membros de ONGs passam a compor a equipe dos Ministérios do Meio Ambiente e de Turismo que, mesmo com poucos recursos humanos e financeiros, pouca visibilidade e força política, passaram a dialogar, a tentar uma aproximação mais consistente e contínua com a sociedade civil organizada, fato que pode ser exemplificado nos diversos editais existentes no período, entre outros exemplos:

“O Estado evita muitas vezes fazer interlocuções com universidades, ONGs e a própria sociedade civil, por colocar-se acima delas, desvalorizar a teoria, priorizar o pragmatismo e, certamente, por saber que não pode ceder seus pontos de vista e posturas políticas, ficando a serviço dos grupos empresariais, de que faz parte, incorporando, contudo, em seu discurso algumas propostas vindas dessas críticas, como por exemplo, a da inclusão social, do Turismo social, o discurso de comunidades, até como forma de legitimar-se” (CORIOLANO, 2006:104).

Esta postura governamental não se guia somente por uma opção ideológica, mas, também se explica pela exigência, cada vez mais comum por parte dos órgãos financiadores, da participação das comunidades nos projetos. Além disso, as decisões começam a ser necessariamente tomadas em instâncias consultivas e deliberativas com participação comunitária, fato que culminou na criação de conselhos diversos nos quais são debatidos questões de Turismo, de meio ambiente entre outras. Estas exigências, segundo Coriolano (2006) mudaram definitivamente o teor das políticas e das ações, as quais passarão a ter como foco a capacitação comunitária, ao invés da criação de estruturas físicas.

O que se vê na realidade, é que, de fato, houve alteração na legislação, a partir da Constituição Federal de 1988, que se desdobrou em outras tantas leis

nas quais aparece a questão da participação comunitária como obrigatória nas Unidades de Conservação. No entanto, conforme se verá adiante, as nuances do que se entende por participação, aliado à fase ainda experimental de participação tanto para as comunidades quanto para o governo, fazem com que as tentativas sejam incipientes, iniciais e, muitas vezes, mal conduzidas e avaliadas pelos próprios participantes. Isso sem falar do fato de, muitas vezes, tais experiências participativas pelo menos parece fictícias, realizadas às pressas, somente para cumprir a lei.

Parece mais fácil continuar investindo em estruturas físicas e, muitos projetos evidenciam essa prioridade até em seus editais, nos quais fica clara a priorização da criação e manutenção das estruturas físicas, do que em práticas participativas.

Como exemplo de prioridades⁴³, recomenda-se a visita ao *site* do Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica⁴⁴, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no qual a palavra participação sequer aparece e, embora as ações desdobrem em impactos positivos e negativos para a comunidade, obras de infraestrutura são priorizadas no projeto como um todo.

Assim, divergindo de Coriolano (2006), com estes exemplos paulistas verificamos que ainda falta muito para se chegar a uma mudança definitiva no teor e nos focos das políticas e das ações, ao menos na prática. O discurso, com certeza foi modificado, quiçá definitivamente, mas a prática, ainda está longe de ser participativa de fato. Concordando com a autora, houve sim uma mudança nos discursos, observa-se uma absorção de propostas, de argumentos provenientes de especialistas, ONGs, Universidades, com vistas a legitimação das ações perante o público, seja para conseguir recursos financeiros, seja para conquistar eleitores.

Com relação à questão dos recursos captados, Gonçalves (1996) também ressalta o fato de que, com o manuseio de verbas públicas, as ONGs foram

⁴³Há outro exemplo interessante no capítulo 5 desta tese, no item 5.2, sobre o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR).

⁴⁴<http://www.ambiente.sp.gov.br/ecoturismo/mataatlantica/> Acesso 25/04/2009

cobradas por transparência na gestão destes, fato que implica na transformação das organizações em complexas empresas operacionais que, com muitos recursos e projetos a gerir, perdem dinamicidade e passam a desempenhar esse papel sendo reconhecidas por muitos cidadãos como a face operacional do setor público.

Outra consequência apontada por Gonçalves (1996) é a perda da autonomia e independência das ONGs, o que compromete sua capacidade reivindicatória e sua face de mobilização política:

"A multiplicação de alternativas isoladas de atendimento setorial atua no vazio das políticas públicas e termina por justificar a falência proposital dos equipamentos públicos, abrindo caminho para a terceirização. Além disso, a ação pontual e setorializada dessas iniciativas isoladas serve à desvinculação entre as necessidades dos contingentes desassistidos pelo Estado, e serve para escamotear as responsabilidades de uma política social universal, gratuita e estatal - caminho para a cidadania" (GONÇALVES, 1996:57).

"Falem bem ou mal, mas falem!", expressão popular à qual recorreremos para encerrar o capítulo que apresenta a origem e emergência das ONGs enquanto atores globais no tratamento de questões ambientais e, aquilo que pode ser considerado o seu fim: as teorias conspiratórias. Como qualquer ator em evidência e em ascensão, com papéis cada vez mais importantes aliados a pouco tempo de experiência acumulada e muitas contradições a resolver, as ONGs precisam sim ser questionadas. Há uma infinidade de questões teóricas, analíticas, de ordem prática, de gestão, que precisam ser tratadas com seriedade por todos. As teorias conspiratórias pouco ajudam neste sentido, ou, ao menos, nesse momento histórico, de crise ambiental, de ausência do Estado, de cidadãos preocupados.

Entre as questões fundamentais, elencamos a legitimidade, a influência, a autoridade, a representatividade das ONGs para debatermos no próximo capítulo.

Capítulo 2: Autoridade, legitimidade, influência e representatividade das ONGs ambientalistas

Neste capítulo, fundamentados na contribuição das ciências sociais, refletimos sobre a expansão significativa das ONGs ambientalistas nos processos decisórios, com práticas concretas que relacionam os níveis de diálogo local e global. Esse empoderamento das ONGs e a maior relevância obtida pela temática ambiental, estão contribuindo para que ocorram mudanças fundamentais nos eixos de poder, especialmente no que se refere aos conceitos de autoridade, legitimidade, influência e representatividade. Problematicamos os conceitos de autoridade, legitimidade e influência, especialmente com base nas teorias de Weber (1997) e de autores como Villa (1999) e Mol (2008) os quais dialogam com Weber buscando em seus conceitos inspiração para questões atuais tratadas neste estudo. O conceito de representatividade, de acordo com o pensamento de Touraine (1989; 1989a; 1996), também será revisado visando a compreensão da representatividades das ONGs.

A legitimidade das ONGs é avaliada através da questão da moral e da competência tecnocientífica a elas atribuída.

Nesta sessão também distinguimos atores (sociais ou políticos) e mediadores sociais, com base nas teorias que categorizam os agentes sociais e os mediadores, por meio dos conceitos definidos por Laclau (1986).

A mediação, a articulação, a formação de redes e mesmo os conflitos que se estabelecem nas arenas criadas, facilitam o aprendizado social necessário para a formação contínua dos atores e podem resultar em pactos e acordos. No entanto, as múltiplas identidades das ONGs demandam cuidados e ajustes de ordem filosófica e operacional, a fim de ampliar sua legitimidade e diminuir as adversidades.

2.1 Autoridade, legitimidade, influência e representatividade das ONGs ambientalistas

“Parodiando Maquiavel, poder-se-ia expressar que só resta aos modernos profetas sem armas, ao estilo das ONGs, fundamentalmente, o expediente da influência. Assim, a especificidade da influência é equivalente ao que Weber chamou de ação politicamente orientada...” (VILLA, 1999:23)⁴⁵.

As políticas públicas locais, regionais, nacionais, globais têm sido influenciadas por diversos atores sociais e políticos, entre eles as ONGs. Quais seriam os limites reais de sua ação?

A questão da representatividade das ONGs, nas questões socioambientais, especificamente no TS, será abordada em uma tentativa de esboçar reflexões que contribuam para a análise de conflitos provenientes do manejo dos recursos patrimoniais por ONGs.

Com a ampliação crescente do seu poder de influência, através de arenas participativas ampliadas, as ONGs ambientalistas podem promover aumento quantitativo e qualitativo no debate das questões ambientais. A visibilidade e o poder de influência acabam por evidenciar algumas fragilidades das mesmas no tocante à sua legitimidade de atuação bem como sua representatividade. Tais problematizações culminam no questionamento da própria existência e sobre a gestão das ONGs.

Mas o que significa influência para a análise política contemporânea? Dahl define a influência como *“uma relação entre agentes em que um induz outros a agirem de uma forma que de outra maneira não agiriam”* (DAHL, 1966:90). Para Villa (1999) este conceito, diferentemente do de poder, é aplicado às ações das ONGs à medida que as mesmas carecem de forças coercitivas (de poder) e trabalham orientadas pela busca de consensos por meio da influência. A ação

⁴⁵Para Weber (1997) as ações são politicamente orientadas ao tentarem influir em direção ao associativismo político, especialmente quando há a apropriação ou a expropriação na atribuição ou distribuição de poderes governamentais.

política orientada pela busca de consenso caracterizaria as situações de influência nos planos de ordem interna.

No plano global, segundo o autor, o conceito de influência permite compreender o alcance efetivo da ação transnacional no qual os atores não estariam buscando o poder político e sim sua orientação na geração de consensos em torno das suas bandeiras de luta e programas.

Abranches (2007) pergunta:

“Mas de onde sai a legitimidade dessas organizações, para se constituírem em agentes do processo de pesos e contrapesos da democracia e de formulação de políticas públicas em um ambiente deliberativo? Do fato de que elas se constituíram para corrigir uma falha do processo democrático convencional: a ausência de quem faça a defesa dos interesses difusos e da proteção dos 'comuns'. Do patrimônio comum. O processo decisório convencional, seja no Legislativo, seja no Executivo, foi capturado, desde cedo, pelos interesses 'especiais', organizados, corporativistas, setoriais, privados, de categorias específicas, de segmentos da população, de correntes ideológicas. As organizações da sociedade civil aparecem, então, como uma espécie de genérico da política, para defender o interesse geral, o único não representado e o mais crucial. Não por acaso, proliferaram na área ambiental, por ser o meio ambiente, a biodiversidade, o mais desguarnecido dos interesses gerais” (ABRANCHES, 2007:s/p).

O poder político, tido como a capacidade de impor a própria vontade a comportamento alheio, e as estruturas que lhe garantem autoridade nos remetem à necessidade de rever os conceitos de autoridade e legitimidade em Weber. O autor construiu um conceito de legitimidade que permeia todas as discussões atuais importantíssimas para o presente estudo, especialmente no que diz respeito às novas formas de poder que despontam no mundo globalizado.

Considera-se neste estudo que está ocorrendo uma mudança fundamental nos eixos de poder, a partir da temática ambiental e também por conta da influência das ONGs. Novas formas de autoridade aparecem e se multiplicam frente à enorme pressão proveniente dos riscos ambientais. Também estamos em

um momento de re-avaliar o equilíbrio de poderes entre Estado, ONGs e grandes corporações empresariais. Neste início do século XXI, pouco se sabe sobre o que esperar dos novos atores, também denominados *players*⁴⁶, entre eles as ONGs, jamais expostos a tão grande poder de influência, no qual, mesmo questionados, merecem destaque na mídia e contam com simpatia de grande parte da população (VIOLA; PIO, 2003). É nesse sentido que as reflexões iniciais aqui esboçadas, sem pretensão de esgotar o assunto, tratam do tema.

Ao buscar a construção de novas práticas sociais e/ou culturais as ONGs precisam convencer seu público com ideias e valores. É necessário influenciar os outros, seus pensamentos, suas ações e é essa capacidade que Weber denomina de poder com legitimidade.

Tanto o poder, quanto a legitimidade devem ser questionados. É comum que as ONGs estejam trabalhando em prol de alguma demanda governamental ou de um assunto que só possa ser solucionado pela esfera governamental, assim como é constante as ONGs serem remuneradas pelo poder público nos projetos executados. Por estes motivos, transpondo às ONGs o raciocínio que Touraine (1989a) elabora para os partidos políticos, as mesmas ao imporem a sua capacidade de organização às comunidades locais podem enfraquece-las politicamente. Tudo isso em uma complicada teia de relações de poder as quais embora pretendam e discurssem em prol de autonomia e poder comunitário, muitas vezes conduzem à impotência dos mesmos rumo a mudanças significativas de poder, em outras vezes ocorre sim um empoderamento comunitário pelo fato de que para uma comunidade negociar com a ONG pode ser mais simples do que com o Estado.

Em sua obra *Economia e Sociedade*, Weber (edição de 1944) utiliza o conceito de legitimidade para diferenciar os três tipos puros de dominação. A dominação seria a probabilidade de obediência a um determinado mandato. Weber define o conceito de legitimidade como sendo a probabilidade de uma

⁴⁶ O uso do conceito de *player* tem se tornado bastante comum no Brasil, a partir da década de 1990, especialmente entre os autores que trabalham com cooperação internacional. *Player* é usado como sinônimo de ator ou parte das negociações internacionais, assim, as ONGs são consideradas novos *players* nas negociações internacionais principalmente a partir das negociações em torno da Rio-92.

dominação ser efetiva, havendo concordância com a mesma em função da crença em sua autoridade, baseada em sua dominação estável.

Ao desenvolver a sua tipologia, Weber, em sua Obra *Ciência e Política: duas vocações* (edição de 1997) identifica três possíveis fundamentos para a legitimidade da dominação política: a) fundamento tradicional baseado na crença na tradição; b) fundamento carismático baseado na crença em qualidades especiais de uma pessoa; e c) fundamento racional baseado na crença na legalidade.

Os tempos atuais são os da autoridade baseada no fundamento racional que se reveste na legalidade formal, com a positivação do direito e as formas burocráticas dos governos, características da modernidade. A legitimidade revestida de legalidade é formalizada pelo direito positivista, e, ao se legitimar, produz sua autonomia e assim se diferencia dos outros tipos de dominação que dependem de fatores externos para existir.

Repensando as três tipologias de dominação de Weber, Villa (1999) argumenta que os atores, no caso as ONGs transnacionais que estudou, não se fundamentam na tradição, nem no carisma e nem nos mecanismos legais-racionais do Estado Moderno e sim:

“A fonte da 'autoridade' dos atores transnacionais tem que ser procurada antes no caráter quase dramático do debate no qual se articulam: isto é, nas respostas sociais globais que apresentam, em face dos desequilíbrios sistêmicos gerados pelos novos fenômenos transnacionais de segurança, tais como os desajustes globais ecológicos e a forma como aqueles desequilíbrios afetam os aspectos de bem-estar da economia, da saúde, da identidade cultural e da qualidade de vida dos cidadãos em todo o planeta” (VILLA, 1999:24).

Os atores sociais globais, munidos de legitimidade passam a ser as consciências críticas da problemática em questão.

Para Mol (2008)⁴⁷, um dos principais autores da Modernização Ecológica, a autoridade ambiental globalizada está em mudança e se respalda em algum grau de voluntarismo que a legitima. Isso pode ser visto na finalidade social e ambiental abordada em todas as esferas, cuja validade é acatada, com ansiedade, pela opinião pública como uma demanda urgente e para a qual os esforços devem ser canalizados. Mol (2008) chama a atenção para a necessidade de ampliação dos três tipos puros de autoridade desenvolvidos por Weber, sem, no entanto retirar a essência do seu pensamento, ampliando para a incorporação e o reconhecimento de novas formas de autoridade: a epistêmica, moral, a mídia e até a ilícita.

Para Mol (2008), no entanto, a autoridade política permanece vinculada ao domínio público, sendo a autoridade privada impossível, pois a mesma existe para legitimar o mercado, sem autoridade política. No entanto, essa autoridade do mercado pode resultar em perda de soberania, globalização e pressão, com consequente desterritorialização da autoridade.

As ONGs para Mol (2008) seriam uma contra-autoridade, servindo como uma autoridade moral privada, como se fossem atores fora do sistema político e econômico. Assim, bastaria identificar entre as ONGs aquelas com essa capacidade moral e fazer com que elas influenciem as políticas públicas a partir da sua boa aceitação perante a sociedade civil a quem caberia legitimar a autoridade e o poder destas.

A estas entidades com autoridade moral caberão investimentos, lançamento de novos produtos, rotulação, certificação, disseminação de informações de forma rápida, sendo a grande questão a de que esta legitimidade não lhe garante poder, já que a autoridade para Weber seria poder e legitimidade.

De acordo com Mol (2008) estão ocorrendo mudanças na constituição da autoridade, sendo a principal delas a formação de estruturas mistas de autoridade, com a diminuição do papel do Estado, na medida em que outros se apropriam das questões, apesar da autoridade ainda ser legitimada pelo Estado, sem existirem outras autoridades compatíveis. Mesmo assim o autor aponta que a autoridade estatal chegou ao seu limite, na medida em que não tem conseguido dar

⁴⁷Em comunicação oral realizada durante o IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente & Sociedade (ENANPPAS), realizada em Brasília, DF em 4/05/2008.

respostas eficientes aos problemas ambientais. A mudança possível seria a crítica desta autoridade já que não se sabe como reagiriam as ONGs, diante dos sérios riscos ambientais, caso empoderadas. O autor questiona como ficaria a democracia e os diversos atores se houver mudança de autoridade? Será que haveria a superação de interesses conflitantes? Será que haveria respostas e soluções aos problemas ambientais?

Touraine (1996) nos lembra que, assim como os partidos políticos, as ONGs quando aliadas ao poder estatal têm o poder de enfraquecer a capacidade de ação autônoma da comunidade. Para que isso não ocorra, é necessário que haja organização autônoma das comunidades e categorias sociais. A democracia só será representativa se os atores sociais possam dar sentido às suas ações, sem recebê-los de nenhum partido político, de nenhuma ONG.

As ONGs não têm autoridade política, somente a carismática e, talvez a tradicional, de acordo com a divisão de tipos puros de autoridade Weberiana. Será que é desejável a substituição da autoridade do Estado pela das ONGs? Será que em algum momento histórico essa autoridade poderá ser comunitária, na medida em que tecnologias e mídia têm poder (nem sempre bem utilizado, muitas vezes confundindo a população, conforme seus interesses) para ampliar o conhecimento e, por consequência, a autoridade sobre a temática ambiental por parte da população? Haverá espaço para uma nova estrutura de autoridade, surgida a partir da dispersão da autoridade tradicional?

Para Villa (1999), a influência e inserção das ONGs nos processos transnacionais podem ser mensuradas por parâmetros quanti e qualitativos. O primeiro pode ser exemplificado pela ampla participação das ONGs em eventos internacionais e pelo volume de recursos captado e movimentado. No segundo caso, está em jogo o interlocutor. A influência vai variar de acordo com seu tipo, se estatal, supranacional, transnacional. Em todos os casos, há exemplos variados de influência via pesquisas, alianças, negociações, propaganda, disputas, proposição de projetos de desenvolvimento sustentável espalhados pelo mundo, educação, interferindo nos quadros estatais e societais, em arenas transnacionais e descentralizadas.

As estratégias utilizadas pelas ONGs visando consensos e influências são variadas e, segundo Villa (1999) percorrem etapas diversas como a de ser consciência crítica em seus países de origem, ter a percepção de que os problemas ultrapassam as fronteiras nacionais e, comunicar-se pessoal e institucionalmente. A atenção é deslocada para outras nações criando identidades coletivas globais seguidas por estratégias coordenadas de ação política (sensibilização da opinião pública e ação direta nos locais dos problemas). Afora isso, a conquista permanente de espaço nas mídias globais é fundamental para legitimar suas ações, ou o estímulo ao ciberativismo, como o faz, com muita propriedade, o *Greenpeace*, conforme descreve Marzochi (2008):

“É o próprio Greenpeace quem assume o papel do ator político capaz de agir, ser visto através das mídias, levar adiante a palavra e convencer um grande público pela argumentação persuasiva. No mundo do Greenpeace, assim como para os gregos, o espaço da aparência é também o do poder. A condição de espectador dos sócios é acompanhada da atividade das instituições. Desta relativa impotência, a organização retira a sua força. O lugar da ação e da palavra, no entanto, não são apenas os fóruns de encontro e discussão. As ações se desenrolam em qualquer cenário, desde que sejam capazes de produzir imagens” (MARZOCHI, 2008:22).

Produzir imagens e discursos é considerado ação estratégia característica das ONGs enquanto atores políticos. A seguir faremos uma distinção entre atores (sociais ou políticos) e mediadores sociais, outra possível forma de atuação das ONGs (e não somente delas).

2.2 ONGs atores e/ou mediadores sociais?

De acordo com Deponti e Almeida (2008), a mediação social é:

“Um conjunto de saberes, idéias, valores, crenças, conhecimentos, modos de comportamento e visões de

mundo que são transmitidas com o objetivo de construção de novas posições e identidades. A mediação se ancora no reconhecimento de um saber-fazer por parte dos mediados e na troca de conhecimentos ou saberes técnicos e científicos com mediadores” (DEPONTI; ALMEIDA, 2008:1).

Para Deponti e Almeida (2008), a mediação social é uma via de mão dupla, na qual a via é a relação, e os mediados e mediadores são as mãos, de forma que ambos se modificam e se influenciam mutuamente. A mediação, como todo processo pacífico de intervenção, busca compor pactos, acordos ou consensos sobre o(s) tema(s) em tela, muitas vezes escolhidos pelos mediadores, fato comum quando se trata de meio ambiente e Turismo. Assim, pactos, acordos e consensos, construídos talvez sobre pontos de vista antagônicos, dificilmente serão neutros e inclusivos, podendo excluir as diversas formas de pensamento e de orientação rumo a objetivos e prioridades, estes também, nem sempre comuns.

As ONGs, assim como os dirigentes políticos dos quais fala Touraine (1989a) exercem seu poder não por causa de sua representatividade ou competência profissional, mas sim por exercerem o papel de intermediários, mediadores entre comunidades e o poder estatal, o qual configura-se como algo muito distante e inacessível às comunidades e acessado pelas ONGs.

A democracia seria para Touraine (1989, 1989a, 1996) um sistema de mediações políticas entre o Estado e os atores sociais e não um modo racional de gestão da sociedade. Esta gestão passa a ser realizada de forma descentralizada por muitas ONGs, as quais identificarão comunidades que, de acordo com alguns indicadores selecionados demonstrem necessitar de apoio e mediação das ONGs que assim justificam e legitimam suas intervenções, muitas vezes expondo a comunidade como desarticulada, frágil, desorganizada, dependente, carente aos patrocinadores de suas ações.

Sobre o que conversar, quais são as prioridades, como será realizada a mediação, sob quais regras, rumo a qual orientação, sob qual formato e conceito de participação, com quais estratégias e grau de respeito pela diversidade e pluralidade cultural, são as questões fundamentais que se apresentam no processo, nada fácil, de mediação. Qualquer um dos itens acima, quando

desconsiderado, pressupõe um uso de poder e autoritarismo que eliminaria a suposta neutralidade do processo.

Não se pode ser ingênuo. Neutralidade é algo a ser perseguido na mediação, mas improvável de se concretizar na prática. Entre lógicas diferenciadas de compreender e vivenciar o mundo, dos mediadores e mediados entre si e na relação entre as categorias no processo de diálogo, qualquer conciliação implica na transformação das partes, sempre, na medida em que se influenciam mutuamente.

“Os agentes de desenvolvimento rural geralmente estão vinculados a um projeto de desenvolvimento em que as idéias, as previsibilidades e as intenções dos mediados se expressam por um exercício de encontro e de confronto com os objetivos institucionais que os mediadores representam. Forma-se assim uma arena, que é um lugar de confrontações concretas de agentes sociais em interação. Logo, um projeto de desenvolvimento é uma arena que não é neutra, porque apresenta conflitos entre os grupos estratégicos” (DEPONTI; ALMEIDA, 2008:3).

A questão da neutralidade também pode ser questionada, pois, para ser ouvido pela comunidade, o mediador deve expor, de alguma forma, seu poder, já que, do contrário, poderá não ser recebido. Assim, o mediador deverá apresentar-se como pessoa competente para aquilo que se propõe, com poder de fazer a mediação e levá-la adiante. Além disso, deve expor a organização que representa. Isso, por si só, muitas vezes fará com que haja rejeição ou aceitação do mediador, conforme a imagem da organização na comunidade.

Difícil nessa relação é deixar de fazer promessas, e, estas quando realizadas, geralmente possuem teor de salvadoras ou de emancipadoras. Não fosse assim, por qual razão comunidades se reuniriam em torno de um projeto que não fora por elas proposto? E a perspectiva gerada por uma promessa qualquer de melhoria? Quando não cumpridas, as promessas têm o poder de desestimular as comunidades a esta e a outras experiências de mediação e de intervenção quaisquer.

Caberá ao mediador, enquanto agente externo seja ele um extensionista, membro de uma ONG, de uma empresa, governo, Igreja ou de universidade, preparado ou não para a tarefa proposta (muitos sequer conhecem códigos e especificidades do grupo a ser trabalhado), determinar o início do diálogo. Esta intervenção poderá ocorrer às vezes à revelia da comunidade, poucas vezes a convite da mesma, e, por vezes em função de uma crise e vulnerabilidade intensas, as quais por si só pressupõem desigualdade ou desnível de poder, além da falta de alternativas que não sejam as apresentadas pela ONG.

Investido de certo poder emanado do seu vínculo direto com alguma organização, ou uma rede de relações, o mediador tem *status* e uma suposta legitimidade, a qual, segundo Oliveira (2004) está associada aos capitais simbólicos, culturais, políticos e sociais. Os mediadores selecionarão os temas, estratégias, prazos e as principais metas, investidos que estão de poder. Este poder baseia-se em conhecimentos técnicos e científicos, mas também, pode ser derivado do poder advindo das organizações representadas por eles.

Assim observa-se uma contradição entre o que se propõe e o que se sabe serem os objetivos não explicitados das organizações representadas (às vezes de todos os lados, quando mediados possuem também interesses ocultos ou não suficientemente divulgados), com boas ou más intenções, muitas vezes urgentes, sem tempo suficiente para o amadurecimento dos envolvidos.

Outra contradição comum é que, embora seja proposto um diálogo, por vezes as comunidades são desqualificadas pelos proponentes. Isso ocorre até para justificar aos financiadores ou para as próprias organizações por traz da mediação, a necessidade da intervenção.

Todos parecem esquecer que as ONGs assim como os partidos políticos devem estar a serviço de interesses sociais e não de si mesmos (TOURAINÉ, 1996). Ao pretenderem uma intervenção em troca da necessidade da ONG pautada em uma agenda por ela estabelecida, com ações de *marketing*, metas a alcançar e uma série de metodologias por elas utilizadas, muitas vezes atravessam processos comunitários de empoderamento já iniciados desqualificando-os em seu alcance, estratégias, competência.

Em outros casos a própria formação dos mediadores será insuficiente para a função, visto que normalmente os mesmos são formados sob racionalidades distintas, as quais valorizam um tipo de saber e de conhecimento, muitas vezes em detrimento de outros. Quando estas questões são percebidas pela comunidade, ou ainda, quando interpretadas por elas de forma diferente, sob o seu ponto de vista, o diálogo é desfeito, não somente com este mediador, mas também com os próximos que poderão vir, em uma negação, desconfiança e até desqualificação definitiva dos interventores de fora, gerando uma resistência imprevisível aos que vierem depois.

Quando o mediador participa de uma arena, ele passa a ser também um ator específico e contraditório. Sua posição na arena deve ser observada e sua influência, questionada, visto que possivelmente será origem de novos conflitos, na medida de sua força, seu projeto e estratégias geralmente predefinidas.

A presença das ONGs, assim como argumenta Touraine (1989a: 280) com relação aos partidos políticos, pode revelar *“os limites ou as crises do sistema político e não a presença de atores coletivos desejosos e capazes de por em causa a organização social”*.

Outras questões propostas por Deponti e Almeida (2008:11) são relativas à origem da intervenção: o fato de se escolher quem será empoderado, a questão da imposição de *“projetos, práticas, estratégias, ações, identidades, motivações”*; e de *“limites claros no tempo e no espaço, com objetivos pré-definidos”*.

Embora a mediação social pressuponha a emancipação dos mediados, a politização deles e de suas arenas, de fato ocorrerá a partir dos novos movimentos sociais, responsáveis pela democratização. Segundo Laclau (1986) será nas características que definem os novos movimentos, que se abrirá espaço para a articulação e para a mediação, sendo a primeira, a maior responsável pela formação de atores (ou agentes) políticos que farão parte dos novos movimentos.

Segundo Ayres e Irving (2006):

“A construção de um modelo de gestão participativa para áreas protegidas (...) pressupõe um conjunto de princípios e processos, que permita o envolvimento sistemático e significativo de todos os atores sociais (entre eles, o próprio

pesquisador), no processo de tomada de decisões, numa relação de responsabilidade e interdependência. A partir desta leitura, o conflito pode ser interpretado como 'espaço dinâmico de movimento', na interlocução entre os diferentes atores sociais" (AYRES; IRVING, 2006:80).

Laclau (1986) afirma que a partir do final do século XX, quando começou a haver uma multiplicação de pontos de ruptura, com uma crescente burocratização da vida social e acomodação das sociedades industriais ocorreu uma proliferação dos antagonismos sociais, com isso, cada qual criou o seu próprio espaço, politizando as relações sociais. É nesse cenário que o ambientalismo e outros novos movimentos sociais se inserem. Estes, ao invés de assumirem seus interesses específicos em uma determinada esfera política, tratarão de politizar, cada um diretamente o espaço específico no qual foram constituídos. Para o autor:

"O potencial radicalmente democrático dos novos movimentos sociais reside precisamente nisto — em suas exigências implícitas de uma visão indeterminada e radicalmente aberta da sociedade, na medida em que cada arranjo social 'global' representa somente o resultado contingente de operações de barganha entre uma pluralidade de espaços, e não uma categoria básica, a qual determinaria o significado e os limites de cada um destes espaços" (LACLAU, 1986:6).

Desta forma, segundo Laclau (1986), com o fim da identidade dos agentes e dos espaços políticos unificados, a pluralidade de exigências concretas atuais conduzirá a uma proliferação de espaços políticos, reduzindo a distância entre representantes e representados.

Laclau afirma que na contemporaneidade, nos denominados novos movimentos sociais, torna-se cada vez mais difícil identificar um grupo no qual haja um sistema organizado e lógico de posições de sujeitos. Tal constatação resulta na autonomia das posições dos agentes sociais e na indeterminação do tipo de articulação entre as diferentes posições, as quais, não podem mais ser derivadas automaticamente da unidade do grupo ao qual o agente se filia. Este

agente pode assumir diversas posições, nem sempre coerentes e racionais entre si:

“Por último, se a identidade dos agentes sociais não é mais concebida como constituída num único nível da sociedade, a presença desses agentes em outros 'níveis' também não pode mais ser concebida como uma 'representação de interesses'. O modelo de 'representação de interesses' perde assim sua validade. Porém, pela mesma razão, o político deixa de ser um nível do social, tornando-se uma dimensão presente, em maior ou menor escala, ao longo de toda a prática social. O político é uma das formas possíveis de existência social (...). Os novos movimentos sociais têm sido caracterizados por uma crescente politização da vida social (lembrem-se do slogan feminista: 'o fator pessoal é fator político'); mas também é precisamente esse ponto que fez ruir a visão do político como um espaço fechado e homogêneo” (LACLAU, 1986:2).

O ator social, a partir do fim da ideia de subjetividade homogeneamente constituída, não é uma entidade unificada, homogênea e coerente e, sim, deve ser visto como uma pluralidade, constituída por várias posições de sujeito e diversas formações discursivas. Esta nova definição de atores sociais conduz, segundo Laclau (1986), a uma característica que é central para se compreender os novos movimentos sociais. Estes serão caracterizados por ser um conjunto de posições dos sujeitos referentes a vários dos aspectos de sua sociedade, coletividade e cultura que formará o ideário sob o qual o sujeito elaborará suas posições, seus discursos, agendas e lutas, de certa forma autonomamente, sendo ele considerado um agente descentralizado, no qual cada uma de suas posições influenciará a outra, provocando conexões únicas e imprevisíveis.

O esforço para conectar as diferentes posições dos sujeitos se dará por meio do conceito de articulação, que invariavelmente atingirá todas as posições de sujeitos.

“Toda posição de sujeito é assim organizada no âmbito de uma estrutura discursiva essencialmente instável, já que está sujeita a práticas articulatórias as quais, de pontos diferentes de partida, a subvertem e a transformam. Se a conexão entre o anti-racismo e o movimento de militância dos

trabalhadores atingisse o ponto onde cada um implicasse necessariamente no outro, eles teriam ambos se tornado parte de mesma formação discursiva e não representariam mais, portanto, posições diferentes de sujeito, mas, sim, momentos diferenciais de uma posição unificada de sujeito. Neste caso, não haveria espaço para nenhuma prática articulatória. Como não é isto o que ocorre, já que a realidade social nunca atinge tal ponto de fechamento, as posições de sujeito sempre denotam um certo grau de abertura e ambiguidade (em termos técnicos, elas sempre mantêm, em alguma medida, o caráter de 'significantes flutuantes')" (LACLAU, 1986:4).

Articulação e mediação social são conceitos (e práticas) diferentes, visto que articular implica promover novas e por vezes inesperadas sínteses, a partir dos arranjos realizados por sujeitos, identidades e conceitos diversos. O ponto de partida e o de chegada não estão dados, mas serão formados no e durante o processo. Há geralmente um novo resultado ditado por meio de acordos, pactos e negociações realizados nas diversas arenas. A mediação, por sua vez, busca uma síntese lógica, de certa forma, previsível, entre mediados e mediadores. Para Laclau (1986), a identidade criada pela articulação é chamada de discurso.

A arena seria o espaço da mediação. ONGs por vezes serão as mediadoras, noutras serão atores do processo, às vezes ocuparão as duas posições.

Na construção de pactos e acordos entre ONGs e comunidades precisa estar clara a posição a ser ocupada pelos que negociam, para assim poder situar os envolvidos para dialogar com algum grau de representação e de previsibilidade perante os demais atores, e, em torno de temas sobre os quais, a seu modo, têm o que dizer. Assim, estaria de alguma forma, garantido o mínimo de representatividade e de consenso necessários para dialogar.

Isso por si só não é tarefa simples, o que dizer de pactos, articulações que ocorrem na esfera internacional? Como serão formados estes atores? A quem pode ser atribuída a função de mediar? Há qualquer possibilidade de se fazer representar? Ter legitimidade? Vejamos a seguir.

2.3 A competência tecnocientífica, o aprendizado social e as redes nas arenas e nas articulações sociais

A legitimidade baseia-se fundamentalmente na descentralização dos problemas ambientais transnacionais, onde não há controle por parte de um só ator, constituindo ameaça a todos e dependência de novos arranjos globais para a ação. Não há solução isolada viável e as iniciativas das ONGs são aguardadas por todos na medida em que os Estados Nacionais, solitários, demonstram incapacidade de encontrar soluções. Isto legitima a ação das ONGs:

"A expansão do Meio Ambiente como tema e eixo de dinâmicas econômicas, políticas e sociais neste século é inseparável do fenômeno ONG e provavelmente é a área onde esta ligação é mais visceral" (BERNARDO, 1999:236).

Para Ferreira (1999a:46), as formas de atuação das ONGs, que muitas vezes encontram soluções simples para problemas complexos, aumentam *"seus recursos de poder e legitimidade numa intensidade antes inimaginável"*. Para a autora, os discursos contestatórios e de oposição, vão cedendo lugar a um esforço maior que é o da criação de competências técnicas, científicas que sirvam como referência na busca de soluções sustentáveis aos problemas ambientais:

"A reabilitação do conhecimento, seja o conhecimento popular, seja o conhecimento técnico-científico interdisciplinar, através de sua legitimidade crescente, está sendo fundada paulatinamente em justificativas de ordem moral, prática, estética ou política. A atuação das ONGs tem colocado a nu as potencialidades do conhecimento humano na busca da universalidade e, através de uma historicidade perturbadoramente obscura, quem sabe, as ONGs consigam delinear o futuro. Infelizmente não existem ainda dados suficientes para compreender e avaliar os conteúdos dessa nova gramática social, que tenta traçar pontos de referência comuns entre atores pulverizados, níveis diferenciados de ação e múltiplos objetivos, mas já se sabe de antemão que sua atuação tem se mostrado assustadoramente eficaz nessa transmissão mútua de conhecimentos" (FERREIRA, 1999a:47).

Nesta busca de ideias, saberes, informações, conhecimento e crenças, as ONGs aliam-se a vários outros organismos, sejam outras ONGs, governo ou universidades, formando as comunidades epistêmicas ou redes de especialistas baseados em conhecimentos comuns (HAAS, 1992). Estas comunidades, coletivos conectados em redes, perpassam as fronteiras nacionais, sendo forças fundamentais na arena ambiental com grande influência na determinação de políticas públicas locais e globais.

Para Haas (1990:21) a grande questão estaria colocada na maneira como as Organizações que buscam, operam, produzem e divulgam o conhecimento consensual (compreendido como sendo os entendimentos aceitos de forma geral sobre ligações de causa e efeito acerca de qualquer conjunto de fenômenos considerados importantes pela sociedade), conseguem fazer com que ele seja absorvido por atores políticos diversificados e assimétricos a ponto de influenciar os processos decisórios (INOUE, 2003:86-87).

Outra questão que chama a atenção é a capacidade das ONGs de influenciar atores sociais aparentemente marginalizados dos debates. Para Ferreira (1999a; 2000) essa seria uma consequência fundamental na ação das ONGs que dialogam com comunidades das quais participam sujeitos de categorias diferenciadas, muitas vezes completamente assimétricas. ONGs com membros de origem urbana, classes média e alta, intelectualizada dialogando com atores com alguma ou nenhuma experiência de mobilização, sem formação acadêmica ou até escolar, apartados da vida cidadina. Citando Finger (1996), a autora afirma que tais contatos podem provocar situações de aprendizagem intensa e com grande impacto para todos os participantes.

Recorrendo a Milton (1995), Ferreira (1999a) ressalta que, além das trocas intelectuais, nesse aprendizado social *"há uma troca sem precedentes de códigos culturais amplamente diferenciados, mas também uma troca de sonhos, expectativas, crenças, valores, modos de fazer e interpretar o próprio feito, também bastante heterogêneos"* (FERREIRA, 1999a:47).

Desse aprendizado espera-se a elaboração de soluções criativas e inovadoras para as questões ambientais. Nestas, a origem das respostas estaria

nos pactos em torno de responsabilidades conjuntas sobre os problemas (FERREIRA, 1999a).

Além disso, faz-se necessária a criação de novas instituições, funções, formatos de trabalho, de manejo, de participação entre outros, conforme recomendam WWF e IPAM (2006) no manual que contém as lições aprendidas por eles no trabalho com o manejo comunitário da pesca⁴⁸:

“A criação de um sistema de co-manejo formal implica não apenas novas políticas, mas novas instituições, novas funções e a aprendizagem de novas formas de interação entre as partes interessadas” (WWF; IPAM, 2006:8).

Para que haja pactos é necessário o comum acordo sobre problemas e prioridades de modo a haver um tema e atores com quem pactuar. Estas seriam as condições que levariam segundo Touraine (1989a; 1996), a existência de representatividade. Para o autor o ideal máximo (e utópico) da representatividade seria a equalização entre demandas da sociedade civil e a oferta política. Para se chegar a isso ou a algo próximo, precisa haver tentativa de articulação, de agregação e de consenso sobre as demandas sociais. Estas demandas devem ser trabalhadas de forma autônoma pelas diversas categorias sociais que, ao longo do processo vão se constituindo enquanto atores sociais para, somente depois, se formarem e atuarem enquanto atores políticos. Durante esse processo, pode haver a mediação de outros agentes, entre eles as próprias ONGs, com a finalidade de orientar as escolhas e opções.

Touraine (1989a; 1996) é enfático ao afirmar que não existe representatividade se não houver nas bases, atores sociais representáveis. Não se pode imaginar que antes da mediação, articulação, representatividade, houvesse simplesmente o caos. A representatividade pressupõe uma certa organização preliminar de demandas comunitárias e também autonomia da coletividade organizada sob formatos diversos de acordo com suas

⁴⁸ WWF – Brasil; IPAM. Desenvolvimento de sistemas de manejo comunitário para a várzea Amazônica: lições que estamos aprendendo. WWF – Brasil e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. Brasília-DF, Santarém, PA: Radiola Design & Publicidade, 2006, 33p.

características. As demandas ali originadas devem ter identificada como necessidade o desejo de serem representadas em um processo político. Afora isso a representatividade supõe um processo de diálogo minimamente instaurado entre mediado e mediador.

O discurso de representação da sociedade civil teve seu auge no ativismo dos anos de 1980. Tal discurso, segundo Bernardo (1999) não resistiu aos fatos e ao constrangimento de usá-lo. Para a autora:

“A formulação mais consistente que o sucedeu afirma que as ONGs representam causas públicas, no campo dos interesses difusos, que detêm a aprovação da sociedade, manifestada de formas diversas, e legitimam quem se organiza em grupos para defendê-las. Assim, sua ação estaria legitimada não por uma representação em geral da sociedade, mas pelo interesse público expresso em inúmeras causas. Seriam, enfim, associações civis voluntárias, privadas, com fins públicos” (BERNARDO, 1999:215).

O tema constitui um foco de tensões e controvérsias. Há os que afirmam a necessidade de legitimação e respaldo social para as ações das ONGs como fundamental, mesmo que os interesses e temas sejam difusos, ao passo que há os que afirmam que a legitimidade pode ser obtida a partir dos valores e convicções dos proponentes frente às causas defendidas⁴⁹. Para a primeira leitura, o parâmetro é o histórico de ações da entidade, e em uma segunda leitura, o parâmetro de legitimidade vem da demanda dos temas e da legislação, sendo assim, a legitimidade é conferida indiretamente pelo próprio sistema democrático representativo, onde Estado de direito democrático, legitimado pelas eleições, cria políticas de interesse público e permite a associação da sociedade civil e nesta relação se daria a legitimidade, dentro do sistema político e governamental.

Como qualificar a legitimidade? Quem qualificaria? Seria o número de pessoas representadas? Quantidade de membros, ativistas, ciberativistas? Pessoas que visitam o *síte* na Internet da entidade? Seria uma legitimação a

⁴⁹Bons exemplos desta posição são as campanhas do *Greenpeace* e da WWF, que, ao defenderem questões tidas como preocupações unânimes, por tratarem da sobrevivência da biodiversidade planetária, compreendem ser estas prioridades consensuadas entre todos os cidadãos do mundo.

posteriori, mas não baseada na simples autoafirmação de legitimidade? Seria a publicidade das ações para um número grande de pessoas que traria a legitimidade? Seria o fato de que as ONGs defendem interesses coletivos e difusos, representando correntes de pensamento? E suas atividades de TS ou Turismo de base local? A quem cabe avaliar? Ecoturistas? Comunidades? ONGs? Todos? Sob quais critérios?

2.4 Quem avalia as ONGs, ou quais seriam os vigilantes dos vigilantes⁵⁰?

O fato das ONGs e suas finalidades serem extremamente diferentes entre si, afeta a identificação de legitimidade e as prerrogativas que a conferem não necessariamente são as mesmas.

Para Bernardo *“a grande questão, assim, passa a ser: o que impede ou retarda a existência de regras universais e objetivação de conceitos para identificar ONGs com maior precisão?”* (BERNARDO, 1999:218).

Segundo Bernardo (1999):

“De certa forma, as ONGs partilhariam do espaço público clandestino, não pela invisibilidade de seus interesses, mas pela falta de regras universais para sua inserção e pela ausência de cordões umbilicais claros, uma vez que a amplitude conceitual na qual é auto-elaborada sua legitimidade permite abrigar uma gama muito variada de interesses, inclusive extensões de atores sociais radicados no Mercado e no Estado, esferas que, em tese, manteriam com as ONGs – ou o conjunto do terceiro setor – uma relação autônoma” (BERNARDO, 1999:234)⁵¹.

⁵⁰ Tomando de empréstimo a expressão utilizada por Abranches (2008) citada no próximo subitem do capítulo 2.

⁵¹ Bernardo (1999) e Dagnino (2002) citadas nesta tese utilizam-se dos conceitos de espaço público e espaço político. A tese os reproduz aqui quando citados pelas autoras, porém o conceito considerado mais apropriado para a análise dos fenômenos desta tese, é o conceito de arena entendido como um lugar de confrontações concretas de agentes sociais em interação, cada qual movido por interesses próprios, em grande parte sendo construídos durante o processo de diálogo e de construção de acordos. A arena é tratada como uma unidade conceitual na qual as ações e os atores destas ações seriam analisados em conjunto, em sua interação. A arena, portanto constitui espaço de diálogo, de trocas, de batalhas, conflitos e problemas. Para conhecer o conceito de arena, recomenda-se a leitura de: OSTROM, E, GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, games, and common-pool resources**/. Michigan: The University of Michigan Press, 1994

A autora indaga quais avaliações das ONGs baseadas em critérios formais de representação e legitimação podem culminar em juízos morais? Sugere a ampliação do leque analítico para que abarque a ligação das ONGs às matrizes culturais, sociais e políticas nacionais e aos processos globais contemporâneos. Além disso, as experiências concretas das ONGs poderiam dar pistas de explicações sobre sua atuação sob diferentes olhares, inclusive o das próprias ONGs e comunidades.

É fundamental que as avaliações incluam critérios para além dos financeiros, do tempo ou de resultados dos projetos, os quais resultariam em avaliações fragmentadas e incompletas e, muitas vezes descontextualizadas em sua complexidade. Tal fato é comum quando uma ONG é analisada em uma escala na qual o projeto aparece como se o mesmo fosse uma política pública maior ou tivesse a abrangência de uma política pública.

Bernardo (1999) cita um conjunto de dilemas vividos pela maioria das ONGs. Estes permeiam a escolha entre a adoção de um discurso radical e a institucionalização apaziguadora; a busca da visibilidade perante o Estado, o mercado e seu público que acaba por expor suas fragilidades (em termos de estrutura, representatividade e origem de seus meios de sobrevivência); o dilema da relação com o Estado: autonomia ou parceria; profissionalização dos seus quadros ou voluntariado?

A estes dilemas soma-se o do limite de sua atuação nas atribuições tradicionalmente governamentais, podendo em parceria com o Estado, atingir uma escala muito maior de atuação e de resultados, ao mesmo tempo em que se confunde com ele, respondendo por questões que lhe competem. Esse dilema é ampliado quando se trata da esfera global.

Villa e Tostes (2006:97) questionam o fato de que na democracia planetária, temas ambientais são capazes de legitimar as ações de determinados atores e perguntam então, como aplicar os critérios da democracia à atuação dos agentes da sociedade civil internacional? Os autores afirmam desconhecer casos, em nível transnacional, nos quais ocorram os critérios processuais democráticos,

tais como eleições, assembleias que confirmam legitimidade a alguns coletivos, em nome de uma sociedade local ou transnacional. Chamam essa falta de articulação de déficit democrático ainda a ser trabalhado pelas ONGs e movimentos sociais através de uma articulação das demandas destes de forma plural e democrática. Assim, a questão colocada pelos autores é: *“Como é que a democracia transnacional cosmopolita poderia atingir essa promessa não cumprida da democracia liberal?”* (VILLA; TOSTES, 2006:98).

Os autores afirmam ser este um paradoxo das ONGs e movimentos visto que, ao afastarem-se dos critérios da democracia representativa, correm o risco de perder legitimidade já que os mesmos não foram substituídos por outros critérios capazes de conferir legitimidade às suas ações. O que restaria às ONGs como fonte de legitimidade seria exatamente a capacidade das mesmas em solucionar as demandas ambientais e terem seus resultados reconhecidos como legítimos.

Para Abranches (2007) muitos processos levam a cooptação das ONGs e por isso as deslegitimam, já que seus esforços são redirecionados a soluções parciais perdendo o escopo geral do problema e às vezes, até prejudicando interesses comuns, sem avanços significativos.

Bernardo (1999) se pergunta:

“Há alguma coisa que pode ser dita em nome das ONGs ambientalistas? Há alguém que possa dizer coisas em nome desse conjunto tão difuso, diferente? E há uma grande constatação de que é impossível. Que ninguém hoje, nem o Fórum Brasileiro de ONGs consegue afirmar que ele é o porta-voz das ONGs. As ONGs falam por si. E é o que tem acontecido. A perda nesse processo é que o que se pensava no passado é que se podia construir esse espaço de reflexão que servisse de diálogo com uma estrutura governamental. A coisa é fragmentada a tal ponto que vários fatos se cruzam: o Estado coopta parte dessas ONGs, as ONGs chegam à conclusão de que não têm pautas comuns a ponto de criar coletivos fortes; entra um conjunto novo de ONGs que não são ONGs, são empresas, são consultoras; a academia cria nichos-ONG que são locus excelentes muitas vezes para suplementar as verbas públicas para a atividade acadêmica” (BERNARDO, 1999:220).

Para Abranches (2007) a governança política exige credibilidade das ONGs que teriam que lidar com *“engenharia institucional, de consolidação de credibilidade, de criação de mecanismos de accountability das próprias ONGs, transparência, responsabilidade, prestação de contas (não apenas financeiras), capacidade de networking e conectividade”* (ABRANCHES, 2007:s/p).

Como um novo tipo de agente político, as ONGs são parte do sistema vertical de *accountability*, de cobrança de responsabilidade pública e privada e participam na formulação e implementação de políticas públicas.

A ausência de critérios democráticos é o ponto falho no quadro da legitimidade da democracia cosmopolita. Villa e Tostes (2006) apontam que o fato de ser esta uma preocupação menor das ONGs, evidencia a sua conexão ao critério de soberania e ao modelo de autoridade dos Estados modernos dos quais as mesmas reproduzem os critérios usados e tem suas ações mediadas por eles, pelas parcerias existentes com estes. Estes são fatos que apontam para uma série de contradições que refletem em críticas concretas às ONGs que no Brasil tem resultado na criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 2007⁵², apreensão, falta de clareza em torno do alcance das ações da ONGs, da representatividade, legitimidade, capacidade de influenciar e de ser influenciada e na própria legalidade das ONGs ambientalistas.

A falta de legitimidade tem trazido também uma resposta concreta por parte dos financiadores internacionais que tendem a, cada vez mais, praticar o chamado apoio direto, por meio do qual o dinheiro passa diretamente às mãos das populações assistidas, sem intermédio das ONGs, repetindo o que nos anos de 1980 e 90 era realizado com os governos e as ONGs:

"Mas a questão não é definir um lugar para ONGs numa situação preexistente. O que define o quadro é a intensa pressão a que todos os inter-atores estão submetidos, modificando-lhes as culturas profissionais e políticas específicas e abrindo caminho para cultura dominante ainda incógnita, cuja potência para revitalizar o espaço público ou reconfigurá-lo ainda não está clara. Há indicações de sua maleabilidade; parece poder conter vastas possibilidades de negociação, desde a cooptação mais primária até invenções

⁵²Para detalhes ver capítulo 1, subitem 1.3.2 desta tese, em nota de rodapé número 27.

institucionais de significativo peso político" (BERNARDO, 1999:238).

Essa possibilidade fará com que haja necessidade dos pretendentes ao auxílio se articularem para poderem dialogar diretamente, fazendo com que as demandas sejam debatidas localmente, permitindo aos projetos serem mais focados e realistas.

Além disso, há o estabelecimento de prioridades de acordo com uma Agenda ambiental, na qual os temas são escolhidos e substituídos, muitas vezes, com base na mídia, em aspectos relacionados à visibilidade, aos modismos e alarmismos. Quando isso ocorre, o Turismo vira crédito de carbono, soja, madeira, desmatamento ou qualquer outro modismo, dependendo da mídia. Ainda podem ocorrer as más intenções e gestões de algumas ONGs que culminam por criar uma opinião geral negativa sobre elas a qual, por sua vez, poderá diminuir suas receitas e doações.

Assim, são diversas as possibilidades de diálogo e influência entre o local e o global. Como aspecto positivo, os diálogos globais têm esse potencial de promover aprendizagem social, articular saberes entre institucionalização de atores sociais e políticos, em busca de ações que rumem para soluções exemplares. Além de resolver problemas, é possível ampliar o universo de conhecimento e trocas entre os envolvidos e interessados em geral.

A participação comunitária e as parcerias constituem premissa do TS e por isso serão debatidas no capítulo 6 desta tese, mas é possível adiantar, com base no *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária* elaborado pela ONG WWF-Br:

"A participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade, por meio de representantes por eles reconhecidos como tal, é o que confere legitimidade às decisões do grupo, reconhecendo sua pertinência e autoridade nos procedimentos e nas pessoas" (MITRAUD, 2003:393).

A comunicação seria o fator crítico para a manutenção da legitimidade conquistada e deve acontecer de modo a dar publicidade às ações e resultados.

2.5 As múltiplas identidades das ONGs e suas possibilidades

As ONGs podem ser diferenciadas de acordo com o tipo de associativismo, de representação, as formas de manutenção financeira e estrutural que as caracterizam e evidenciam a sua efetiva representatividade.

O que se vê quando da institucionalização dos ambientalistas em ONGs é muitas vezes, o contrário da homogeneidade; observa-se sim a fragmentação e a desintegração, como afirma Touraine (1989):

”Aqueles que são definidos e situados negativamente, só podem criar um desejo de movimento social, com o risco até de produzir o que chamo de um antimovimento social, isto é, uma comunidade integrada e homogênea que traz em si exatamente o inverso do conflito aberto que define um movimento social” (TOURAINÉ, 1989:285).

Estamos longe de poder atribuir às ONGs ambientalistas uma única identidade. A heterogeneidade das suas formas de organização e atuação, talvez seja a única possível característica comum entre elas. Tal liberdade de ser e atuar confunde os membros das ONGs, das comunidades, teóricos, leigos, simpatizantes e aqueles que criticam sua forma de ser. Entre simpatizantes e críticos encontramos durante esta pesquisa os que questionam sua legitimidade, representatividade e clamam por um maior controle das mesmas.

A todos interessa que haja controle e legislação adequados, na forma de um marco teórico que ajude a evitar as supostas irregularidades existentes e, valorize o trabalho efetuado com seriedade por diferentes ONGs. Como isso é possível? A questão da captação e uso dos recursos com certeza é a das mais delicadas, especialmente quando se trata de recursos públicos.

Quatro indicadores foram citados pelos sujeitos desta pesquisa como forma de controle do trabalho de ONGs: o dos financiadores em troca dos recursos obtidos, o dos grupos sociais que receberam os serviços prestados pelas ONGs diretamente e o da opinião pública sobre a credibilidade do trabalho, além é claro, a consecução ou não dos objetivos a que se propuseram. Alguns desses

indicadores possuem forte cunho ideológico, o que torna extremamente complexa a tarefa de analisá-los.

Os vigilantes dos vigilantes segundo Abranches (2007) são:

“A imprensa, os críticos, os militantes, os neomilitantes, que entram no jogo por convencimento e não por oportunismo, os não iniciados, ou seja, uma grande rede de pessoas sintonizadas com o interesse geral, embora não se dediquem exclusivamente àquela e os ‘inconformados’, os utópicos, os imoderados, os exagerados, radicais, que incomodam, mas devem ser vistos como sinalizadores de desvios, que os ‘mais centrados’ podem corrigir a tempo, se quiserem” (ABRANCHES, 2007:s/p).

Scherer-Warren (1995) define e agrupa em quatro tipos ideais as orientações ideológicas e matrizes discursivas que norteiam a trajetória das ONGs latinoamericanas: a neomarxista, a neoanarquista, a teologia da libertação e a articulista. Neste estudo nos detemos somente na matriz articulista e no que se refere à aproximação da mesma aos conceitos de rede e de governança, bastante abordados pelas ONGs ambientalistas.

O setor articulista é definido pela autora como sendo parte de uma nova abordagem da totalidade onde o Estado, o mercado e a sociedade civil são esferas privilegiadas de análise. Nesta tendência, está prevista a expansão da democracia popular e a consequente diminuição e descentralização do Estado.

A articulação pressupõe uma rede feita da troca e somatória de ideais e experiências de diversos atores e setores, onde as ONGs podem assumir diferentes papéis, como, por exemplo, de mediadoras das organizações, mas podem também serem confundidas com movimentos sociais, atores sociais, econômicos, sendo muitas vezes confundidas inclusive com empresas prestadoras de serviços, além de agentes políticos, responsáveis por questões às quais não tem o poder de influenciar e nem sequer de tratar. Essa articulação trabalha em prol do fortalecimento da sociedade civil através da formação de redes, intercâmbios, entre outros, além da participação contínua na elaboração e implementação de políticas públicas:

“O que pode ser entendido por orientação articulista é a possibilidade de as ONGs participarem de um movimento social sob a forma de rede. Isto é, sem abdicar de seu papel histórico - como o comprometimento com a democratização e o direito de cidadania para todos; compromisso com os setores populares, em suas lutas contra a exclusão, desigualdade e discriminação étnica, de gênero e outras - , a ONG, por meio de um novo princípio do pluralismo possível e da diversidade desejável, conjuga-se a outras forças sociais (setores das próprias agências, segmentos dentro do Estado, novas ONGs como as ambientalistas, organizações populares e lideranças formais e informais) na construção de um movimento social mais amplo, que possa visar transformações no âmbito local, regional, nacional e às vezes transnacional” (SCHERER-WARREN, 1995: 175-176).

De acordo com a proposta articulista de Scherer-Warren (1995) que, dialoga com a de Laclau (1986), porém se fixa muito na questão das redes e do uso da tecnologia, há um caminho a ser percorrido que conduzirá a alguma possível homogeneidade de discursos, unindo sociedade civil, governos e mercado, ONGs em redes, parecidas com movimentos sociais, já que, independentemente de diferenças, estão unidas em torno de um projeto comum transformador comum, de abrangência que abarca desde o local à escala global.

Para Touraine (1989) o ambientalismo como um movimento social, tem que ter claramente definidos os interesses, os atores e o campo de disputa através de uma ampla discussão social. Na contemporaneidade, as redes são possíveis instrumentos e até podem ser interpretadas como arenas virtuais com poucos momentos presenciais. As redes embora possam excluir algumas comunidades que não dispõem das ferramentas de acesso e das demais condições de participar das redes, podem, por outro lado, aproximar atores distantes aptos a contribuir com o debate.

Cuidar da inclusão tecnológica de comunidades locais seria a providência capaz de tornar as redes virtuais democráticas e, nesse sentido, viabilizar a articulação em torno de uma mobilização ampla. Tal prática é bastante comum desde os últimos anos do século XX e tem se intensificado nos primeiros anos do século XXI, na medida em que projetos de inclusão digital, de criação de redes

têm recebido atenção e vem se constituindo enquanto fértil ferramenta de diálogo e de mobilização. À medida que a ferramenta é dominada por todos, o passo seguinte é a compreensão de idiomas e culturas diversos tornando possível a comunicação global:

“Os projetos de manejo comunitário fazem parte de uma rede de relações sociais, econômicas, ecológicas, institucionais e jurídicas. Consequentemente, não basta se concentrar na criação de sistemas de manejo comunitário, pois as instituições e políticas existentes simplesmente não são capazes de proporcionar um arcabouço confiável para tais sistemas. Em vez disso, a elaboração de sistemas de manejo participativo sustentáveis requer ação estratégica em áreas diferentes e complementares. Muitas dessas atividades precisam se dar mais ou menos simultaneamente para que as ações de cada área se reforcem mutuamente” (WWF; IPAM, 2006:26).

Os desafios colocados a partir desta visão de rede, de articulações são principalmente: promover o diálogo entre as esferas local com a global, formar uma rede transnacional, aumentar a dimensão reflexiva dos mesmos, buscar maior troca de experiências, articulações políticas e socializações de experiências, assim como a busca por novos espaços para atuação conjunta, sem, no entanto, desvalorizar o papel das experiências locais, aquelas chamadas de comunidades ou populações invisíveis (FURLAN, 2000; GOLDMAN, 1998; SCHMINK; WOOD, 1992).

Viola (1997) concorda com Scherer-Warren (1995) e aprofunda a sua consideração em relação ao aspecto transnacional e de redes:

“Estamos hoje [1997⁵³] num novo tipo de macro-sistema bifurcado. De um lado, temos um subsistema Estado-Cêntrico, onde os Estados-Nações ainda seguem sendo

⁵³Segundo Viola (1998) no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) a globalização da política ambiental no Brasil, iniciada na década de 1990, estava sendo disseminada lentamente nas políticas públicas, no entanto, de modo secundário devido ao predomínio de uma concepção economicista da agenda pública.

Para um detalhamento da globalização da política ambiental na década de 1990 ver:

VIOLA, E. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. Paper preparado para apresentar no "XXI International Congress of the Latin American Studies Association", Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon; Chicago, USA, 24-26 de Setembro de 1998. Brasília, julho de 1998. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Viola.pdf> Acessado em 26/04/2009.

atores do sistema. De outro lado, temos o sub-sistema multicêntrico com uma multitudine de atores, cujos mais conhecidos são as corporações transnacionais. Mas temos também ONGs transnacionalizadas, organizações intergovernamentais, organizações científicas e redes de indivíduos. Estas redes têm a ver com a revolução das capacidades de um estrato importante da humanidade e o aumento da incerteza sistêmica: é um expressivo aumento da capacidade de impacto no sistema global de indivíduos empreendedores, que são super-indivíduos, super-lideranças, que conseguem construir novas redes sociais, participar de arenas de alta complexidade e definir novas agendas" (VIOLA, 1997: 30-31).

Neste mesmo caminho, da formação de uma organização política transnacional, refletido na emergência de ONGs ambientalistas internacionais com atuação em âmbito local e global, a partir dos anos de 1980, Finger (1994) questiona as teorias de Touraine, Offe e Habermas a respeito de movimentos sociais. O autor pergunta se estas teorias são adequadas para a análise dos movimentos e ONGs transnacionais que são independentes de quaisquer sistemas políticos associados aos Estados-Nação⁵⁴.

A esta pergunta Finger (1994) responde afirmando que há necessidade de se desligar destas teorias, à medida que a atual independência do Estado Nação faz com que se perca o seu conteúdo explicativo, já que focalizam a discussão na relação entre os movimentos sociais e o Estado. Também a reflexão sobre os movimentos, baseada no modelo relacionado à modernidade faz com que se obscureça a crise ecológica global, já que adeptos das teorias ditas modernas, estes autores enfatizam a capacidade de transformação do sistema político pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, assim como pelos atores políticos e instituições tradicionais.

Estas análises não reconhecem a importância da atuação das ONGs transnacionais ambientalistas que agem independentemente dos limites das Nações, e que têm alargado sua ação, substituindo, muitas vezes o Estado, formatando parcerias, desenvolvendo pesquisas, e outros para tentar responder à

⁵⁴Para maiores detalhes sobre a abordagem de Finger sobre as teorias dos movimentos sociais e novos movimentos sociais ver: Ferreira (1999a).

chamada crise global. Para Finger (1994), as ONGs seriam os novos agentes de aprendizado social e não somente atores de mudanças políticas. Os desdobramentos possíveis da influência e ação das ONGs transnacionais merecem um estudo aprofundado no que se relaciona à questão da conservação da natureza.

Segundo Ferreira (1999a):

“Mathias Finger (1996) tem razão em apontar a centralidade do papel das ONGs nas mudanças sociais em curso atualmente no mundo. Funcionando como agentes do aprendizado social (FINGER, 1996: 60-65), as ONGs ambientalistas têm contribuído para transmitir o conhecimento técnico-científico interdisciplinar a coletividades anteriormente apartadas do direito a usá-lo em seu benefício. Em um mesmo movimento, sua atuação tem propiciado a pesquisadores e estudiosos uma nova compreensão das metas populares, seus anseios, crenças e interpretações sobre o que seria um futuro viável. E mesmo sem objetivo imediato, muitas delas têm contribuído em grande medida para o delineamento de uma linguagem pactuada entre sujeitos sociais diferenciados que dê conta de uma possível inteligibilidade do mundo contemporâneo” (FERREIRA, 1999a:46-47).

Seguindo o mesmo caminho de crítica às teorias dos movimentos sociais, da internacionalização das ações ambientalistas, devemos citar a importante contribuição de Yearley (1994; 1996) ao falar de *Social Movement Organization (SMOs)*. Para este autor o *novo movimento ambientalista* pode não ser um novo movimento, dentre outros motivos, pelo fato de haver competições políticas e mercadológicas entre os atores sociais que compõem as ONGs e também, pelo fato de que se faz necessária a demonstração empírica de sua capacidade de transformação.

No entanto algumas especificidades podem ser destacadas nos movimentos sociais⁵⁵ as quais seriam: o seu caráter internacional por falta de fronteiras, pelo caráter *cross-national* de sua problemática, possibilidades de

⁵⁵Terminologia que Finger (1994) aceita usar como uma generalização empírica.

cooperação e solidariedade e pelo foco nos *commons*⁵⁶ (OSTROM, 1990), em problemas que ultrapassam fronteiras, territórios e que são aceitos como questões comuns a todos os países, além da influência internacional de decisões.

Outra especificidade do discurso da maioria das organizações ambientalistas é a crítica ao industrialismo produtivo, considerado responsável pelo consumismo, aproveitado amplamente pelo capitalismo. Há neste discurso uma proposição de um novo sistema de valores e de uma sociedade alternativa, ambos constantemente reformulados. As entidades têm uma filosofia política coerente, distintos pontos de vista sobre a economia, uma desafiante ideia de fim da história que fazem com que sejam nomeados e reconhecidos aos olhos da população em geral como um movimento social, no sentido dado por Touraine (1989a) como detentores de um projeto comum de sociedade, atores sociais e seus adversários definidos em um campo de disputa.

A capacidade de transformação é grande, mas tão somente na medida em que há parceria das ONGs com o poder público. Isso está cada vez mais claro e vem sendo normatizado em políticas públicas específicas para viabilizar este relacionamento público-privado, e, entre tantas consequências possíveis, uma delas é a confusão cada vez maior de papéis e de responsabilidades.

A despeito do discurso da inoperância do Estado brasileiro, o mesmo ainda regula sobre todas as questões, das maiores até as menores, e, na área ambiental é reconhecido como uma forte presença em termos de marco regulatório e ações de comando e controle, independente das críticas que se façam a eles. Para citar alguns exemplos de sua presença, temos em São Paulo, SP, o sistema de rodízio de veículos, toda uma regulamentação sobre poluição (sonora, do ar entre outras) e outras tantas intervenções no cotidiano dos paulistanos.

Segundo Dupas (2004):

⁵⁶ Recursos de propriedade comum abrangem os peixes, a vida selvagem, as águas superficiais e subterrâneas, pastagens e florestas. Esses recursos se caracterizam pela exclusividade ou o controle de acesso e pela subtração de usuários. O controle dos recursos de propriedade comum pode ser custoso ou até impossível como, por exemplo, no caso dos recursos migratórios como aves e peixes e águas subterrâneas. A subtração refere-se à capacidade que cada usuário possui para subtrair parte da prosperidade do outro. *Commons* identifica os usuários que são interdependentes e que manejam em conjunto os recursos (OSTROM, 1990; WEBER, 1997).

“Os Estados nacionais vêem-se pressionados em duas frentes: de um lado pelas exigências de um Estado minimalista, onde a autonomia se reduz a opções restritas à aplicação das normas neoliberais; de outro, pela desregulação dos mercados, pela privatização dos serviços e pela deterioração progressiva do quadro social, que exigem um Estado forte e um aparato regulador muito eficiente, até para ter o poder de impor à sociedade civil condições desvantajosas” (DUPAS, 2004:5).

As grandes ONGs brasileiras ou internacionais atuam quase que exclusivamente através da parceria com o Estado e, estão subordinadas aos seus ditames. O que poderia ser chamado de movimento social, só é visível quando organizado em entidades e consegue sobreviver e influenciar políticas públicas na medida em que se alia ao governo e/ou às grandes ONGs.

As respostas aos problemas ambientais dadas pelas ONGs, geralmente são parecidas, concordam entre si com os problemas em maior ou menor escala, e com a maioria das soluções dadas, mesmo apostando em diferentes estratégias de ação. As ênfases podem variar e a expectativa de um para o outro na busca de soluções é sempre uma questão em aberto, a partir dessa confusão de papéis. Tudo isso conduz a iniciativas oportunistas, na medida em que as ações são feitas pelos atores de acordo com suas possibilidades, de forma pulverizada e, muitas vezes com sobreposições de ações, competição ou, no mínimo desarticulação por falta de diálogo.

Laclau (1986) na primeira metade da década de 1980 já dizia que na contemporaneidade é impossível haver um ator social que represente uma só posição, um só papel; pois, a própria articulação democrática dentro do movimento, incorrerá em transformações nas posições políticas dos atores, e, a cada arena da qual participam, aumentará suas escolhas.

O que se instituiu para tentar reverter essa situação de competição e descontrole de iniciativas, conforme descrito anteriormente foram as chamadas redes. Através delas se espera ainda articular ações, dialogar, trabalhar em conjunto. Nesse sentido, muitas redes foram criadas décadas atrás, assim como muitas ONGs. No Turismo existem algumas delas, com atuação nacional e

internacional, mas ainda sem uma avaliação completa dos seus resultados. Como observação empírica apenas, ressalta-se a quase nula eficácia delas, na medida em que reproduzem a criação e a multiplicação de ONGs e movimentos de tal forma que inviabilizam seu sucesso e a concretização dos objetivos.

As redes, muitas vezes reproduzem a lógica das ONGs. Para sobreviver atendem às mesmas regras de manutenção das ONGs, captando recursos em editais, ou buscando o apoio de grandes empresas, ONGs maiores e governo.

Outro aspecto a ser ressaltado é a vertente internacionalista que tem sido amplamente aproveitada pelas ONGs, na forma de estabelecimento de cooperações, parcerias, troca de informações entre outros. As ONGs têm obtido cada vez mais participação e representação internacional, além de, em muitos casos, serem preferidas às instituições públicas, para receber doações, ou serem parceiras de projetos mais duradouros, que extrapolem os períodos curtos das gestões (MCNEELY, 1995; GONÇALVES, 1996).

No caso do TS esse fato é especialmente emblemático, visto que as diretrizes internacionais para a área são conduzidas e formatadas por organizações tais como a Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*UNEP* - sigla em inglês), a Organização Mundial do Turismo (OMT), *The International Ecotourism Society (TIES)*, *The World Conservation Union (IUCN)* e ONGs como a Conservação Internacional.

Um dos aspectos que diferencia os ambientalistas, ressaltados por (YEARLEY, 1994; 1996), é o tipo de conhecimento científico que é utilizado teoricamente e na prática: a maioria das questões relativas ao ambiente só pode ser entendida e traduzida através da ciência, assim como para se justificar determinadas ações do movimento tem-se que demonstrá-las cientificamente, fato que muitas vezes retarda sua dinâmica.

Um aspecto negativo da presença da ciência é o distanciamento dos leigos acerca do entendimento das questões debatidas e, conseqüentemente, dos próprios ativistas. Em contrapartida a necessidade de constante atualização dos dados, estudos e a possibilidade de se vencer qualquer disputa com argumentos sólidos é uma vantagem.

Castells (1997) também chama atenção ao conflito existente entre o ambientalismo, o conhecimento científico e a tecnologia: considera que as ideias ecologistas provêm exatamente da relação entre os temas levantados pelo movimento ambientalista, cuja definição é precisa: o ambientalismo é considerado por ele como o maior movimento social dos nossos tempos, bem como as dimensões fundamentais da nova estrutura social, tais como a sociedade de rede, a ciência e a tecnologia na base da economia e da sociedade, a transformação do espaço, do tempo, redes de comunicação, entre outros.

O autor afirma que há uma ambígua e profunda conexão entre ciência, a tecnologia e o ambientalismo. O ambientalismo depende em grande parte da ciência para fundamentar as questões ambientais; muitos cientistas fazem parte das equipes das ONGs ambientalistas e, vice-versa. Ao mesmo, as consequências do uso de tecnologias e da ciência para o ambiente são conhecidas de longa data, mas precisam ser problematizadas e debatidas constantemente.

Para Castells (1997), o sucesso do ambientalismo se dá, entre outros motivos, pelo domínio da tecnologia por parte dos atores do movimento: o uso de redes de comunicação e mobilização dentro do novo paradigma tecnológico. Para o autor, o interessante deste movimento é o seu caráter local e global: globalizado no manejo do tempo e local na defesa do espaço.

A contribuição de Haas (1990) para o debate em torno da formação de novos atores para a atuação junto às questões sobre sustentabilidade vem com o conceito de comunidade epistêmica. A mesma seria formada por profissionais cujas especializações são reconhecidas e lhes confere autoridade sobre temas de uma determinada área. Essa autoridade é reconhecida pelos demais membros da comunidade quando evocado o tema em questão. A comunidade epistêmica compartilha um conjunto de crenças comuns, uma racionalidade que norteará as ações de determinados grupos e será utilizada na solução de problemas teóricos e práticos, além de critérios intersubjetivos que legitimarão seus discursos em seus campos de atuação.

Para Inouê (2003), o trabalho de Haas (1990) representou:

“(...) um novo desenvolvimento teórico na área de relações internacionais, que ofusca as linhas divisórias entre política doméstica e internacional e traz à luz o papel do conhecimento científico e de redes de ‘especialistas’ (experts) na formação de regimes, através do relacionamento transnacional entre vários profissionais, que por sua vez, têm acesso a canais, que os ligam aos processos decisórios domésticos e intergovernamentais” (INOUE, 2003:84).

Para os casos estudados nesta pesquisa, tal conceito é especialmente relevante à medida que grande parte da legitimidade das ONGs estudadas, especialmente o Instituto de Desenvolvimento Mamirauá, provém da pesquisa e produção do conhecimento pela ONG e seus membros. Esta autoridade faz com que grupos sociais diversos como ribeirinhos, pescadores, pequenos agricultores apostem tanto e aceitem o conhecimento científico como fonte de autoridade (FERREIRA, 2000). É a comunidade epistêmica também que faz com que Governos, universidades e mídia principalmente, cada vez mais busquem conhecimento e inspiração nas pesquisas e conhecimentos gerados pelas ONGs.

Inoue (2003), ao se referir a Rosenau (1990), cita como uma das forças de mudanças globais, a emergência de determinadas questões ambientais globais e o enfraquecimento de sistemas inteiros, que estariam fortalecendo subsistemas, subgrupismo descentralizando o tratamento de temáticas fundamentais, ampliando as capacidades e orientações dos indivíduos:

“As habilidades e orientações dos adultos do mundo, os quais compõem os grupos, os estados e outras coletividades que têm lidado com as novas questões de interdependência e se ajustado às novas tecnologias da ordem pós-industrial. Por isso, os cidadãos comuns têm suas capacidades analíticas expandidas e suas orientações em relação à autoridade mais autoconscientes, sendo que deixaram de ser alheios, ignorantes e manipuláveis em relação às questões mundiais” (INOUE, 2003:75-76).

A autora afirma que as ONGs estariam trabalhando e produzindo novas clivagens e equilíbrios de poder em termos de política mundial e “nesse contexto,

a ciência e indivíduos especialistas em diversas questões também emergem como novas forças” (INOUE, 2003:83).

As comunidades epistêmicas estariam integrando os projetos locais à legislação e políticas públicas em diálogo com o regime global. Nas ONGs estudadas esta integração se dá, de formas diferentes, porém todas contam com presença de comunidades epistêmicas e crenças comuns que conectam e sintonizam-nas com os pensamentos conservacionistas transnacionais e seus paradigmas em constantes mudanças.

No caso das ONGs, sua *expertise*, sua influência ética têm sido reconhecidas por governos e cidadãos nos diversos encontros internacionais que tratam da conservação biológica e de mudanças climáticas e têm legitimado suas decisões, o que, para muitos críticos das ONGs, constitui grande falha, na medida em que as ONGs participantes às vezes são utilizadas para corroborar decisões governamentais, partindo de uma atuação muitas vezes ambígua e sujeita à tentativas de cooptação.

De toda forma, os grandes *players* atuantes na questão ambiental, travestidos pelos interesses próprios de sua sobrevivência, precisam da recuperação do poder estatal para resolver determinadas questões, na medida em que são todos vulneráveis à pressão e não investidos de plena autoridade e de muitas precariedades. Estas vulnerabilidades por vezes inviabilizam quaisquer decisões, na medida em que seus atores muitas vezes estão fragilizados pela luta cotidiana da sobrevivência, incluindo-se aí grande parte da população mundial que passa a atuar com ilícitos que inviabilizam a governança e políticas públicas para conservação socioambiental, por exemplo.

Como o Turismo não é nenhuma prioridade, mesmo em um país como o Brasil, cheio de atrativos e a despeito de ser uma das maiores indústrias do mundo, a vulnerabilidade do setor e os problemas são numerosos. Isso em se tratando do Turismo como um todo. O sustentável é muito mais fragilizado e ocorre em áreas naturais sob pressão. Assim, a ajuda, de onde quer que venha, é comumente bem vinda e pode anular possíveis resistências locais. Embora essa afirmação seja plausível, sabemos dos diversos casos de resistência em

comunidades turísticas vulneráveis, sob o ponto de vista econômico e social, especialmente nas regiões Norte e Nordeste nas quais a questão da posse da terra, em regiões de extrema beleza cênica, fez surgir forte resistência⁵⁷.

Segundo Neuhaus (em entrevista à autora em 2008) o apoio das ONGs internacionais advém de dois lados:

“A importância do Trabalho das ONGs estrangeiras sobre Turismo tem principalmente dois elementos, o primeiro é o financiamento. Além disso, é muito importante o trabalho que elas fazem lá com os turistas, sensibilização pro Turismo comunitário, dizendo que o Turismo pode ter impactos negativos, especialmente a exploração sexual” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

O financiamento das ONGs transnacionais para as nacionais tem sido uma constante. As mesmas deixaram de ir a campo para captar os recursos e passaram a orientar as ações através de seus parceiros técnicos: ONGs locais ou nacionais. Assim, estabelece-se uma relação como a descrita por João Meirelles Filho⁵⁸ (em depoimento à autora em 2008):

“Agora as ONGs pequenas é que executam, nós não temos o acesso aos financiadores que eles têm. Em parte nós dependemos deles mas, no nosso caso [Peabiru], nós desenvolvemos um acesso direto ao mercado via grande empresas” (...) *“Acho que eles teriam que rever os critérios por que esse projeto foi escolhido ou não. Nós temos uma perspectiva de presença em Monte Alegre, Curuçá. Tirando o que é agenda da AgroPalma da Alcoa, que é diferente, é de 70 anos, nós pretendemos ficar 70 anos com eles, porque os nossos ciclos são muito longos, então eu acho que é o seguinte: essas ONGs não têm ciclos longos, eles trabalham em cima de campanhas, então a natureza da captação de recursos deles é uma outra lógica, se eles não fizerem uma*

⁵⁷ Como exemplo desta afirmação, vide o exemplo da Prainha do Canto Verde, CE, no capítulo 4 desta tese, no subitem 4.5.2

⁵⁸ João Meirelles Filho é Diretor Geral do Instituto Peabiru, desde sua criação, em 1998. Autor de livros sobre a Amazônia, sobre turismo ecológico do Brasil, Mobilização de Recursos para o terceiro setor. É ambientalista desde 1985 e trabalhou para a Fundação SOS Mata Atlântica, foi presidente por 8 anos do Instituto de Ecoturismo do Brasil; Colaborou para a Suzano Bahia Sul montar o Instituto Ecofuturo e o Parque das Neblinas, Bertioga SP. Realizou consultorias para WWF, *The Nature Conservancy*, Museu MASP e ONGs na Argentina, Paraguai e Panamá. Foi diretor da Trevisan e da *WhiteWater West Industries*. É administrador de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É líder-parceiro da AVINA, diretor Associação Brasileira dos Captadores de Recursos.

nova campanha eles não captam dinheiro e nós não temos nenhum interesse nesta história, isso não vale pra nós. O que vale é mostrar resultados, por exemplo do mel: é muito mais importante a mulher dizer que melhorou a relação dela com o marido do que produzir mais um quilo de mel ou não... mel é motivo da conversa só, se a associação foi recriada por causa do mel, isso é dez vezes mais importante do que se produzir litros de mel. Na verdade, o Ecoturismo para nós não é importante, o importante é se a sociedade está mais estruturada, se está mais fortalecida para enfrentar o mundo selvagem que nós vivemos, essa perspectiva, não digo que somos os únicos, mas o olhar diferenciado de uma cadeia produtiva permite olhar isso (...)" (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Captação de recursos financeiros, trazidos direta ou indiretamente através dos turistas, formar mentalidades, influenciar políticas públicas são as tímidas tentativas observadas, mas o potencial é bem maior do que isso e dependerá sempre da legitimidade, representatividade e influência como se verá a seguir.

O TS com suas dicotomias (local x global; visitantes x anfitriões; pessoas fixas x cidadãos do mundo, entre outras), muitas vezes coloca em contato ONGs de base local, preocupadas com a proteção dos seus meios de sobrevivência e consequentemente, sua paisagem, e ONGs ambientalistas, que buscam conciliar os interesses de sustentabilidade socioambiental. Muitas delas possuem visões diferentes sobre conservação, Turismo, gestão e modos de se organizar próprios e muitas vezes incompatíveis, resultantes de influências diversas.

Partindo dessas desigualdades passamos às perguntas: como definir objetivos comuns mantendo as especificidades? Como transformar esses objetivos em ações? E ainda, como legitimar tais ações? Atribuir aos parceiros a responsabilidade sobre a conquista da legitimidade? A qualidade da parceria é fundamental para haver condições de sucesso para programas e projetos comuns. Muitas entidades buscam elaborar um marco institucional para a conservação e manejo sustentável que ocorreria através do fortalecimento da colaboração entre organizações sociais diferenciadas. Os projetos e programas de TS verificados nesta tese apresentam potencial para oferecer pistas sobre estas questões.

Sabendo que a questão ambiental é inseparável do fenômeno ONG, como afirmado anteriormente por Bernardo (1999), mas ainda está presa à lógica desenvolvimentista, o TS passa a ser uma possibilidade, amplamente aceita, a partir dos anos de 1990, de atuação das ONGs. O próximo capítulo introduzirá o debate sobre os conceitos e as possibilidades e as críticas a essa atividade.

Capítulo 3: Ambientalismo e Turismo Sustentável

“As mentalidades vindas dos países desenvolvidos sobre o Turismo e dos movimentos ambientalistas, da Eco 92, começaram a incutir ideias na cabeça das pessoas, pela mídia, da necessidade de respeitar as pessoas da comunidade e o meio ambiente e por isso colaborou com a mudança de mentalidade, ao mostrar os efeitos negativos no meio ambiente e na cultura local” (depoimento de líder comunitário de Esteves, CE, 2003 In: CORIOLANO, 2006: 198).

Para Sansolo (em depoimento a autora em 15/05/2008), a IIª Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio-92) potencializou e popularizou o significado das ONGs e ao mesmo tempo gerou o impasse de se ter um peso político, porém sem sustentabilidade operacional. Ele afirma que primeiro foi produzido um discurso sobre o Turismo e a conservação. Com este discurso grifes foram criadas, como o Pólo Ecoturístico do Lagamar (uma das primeiras iniciativas de ONGs no Turismo da SOS Mata Atlântica, que hoje é marca, virou configuração territorial), e a Jureia, SP. No caso da última, segundo Diegues⁵⁹, era o único lugar não habitado da região e que hoje dá a ela e as suas comunidades, o nome, em função de escolhas feitas por ambientalistas envolvidos com a conservação da região. A escolha do nome evidencia o fato de serem escolhas e imposições dos ambientalistas e não das comunidades.

Pensando neste aspecto histórico, aqui faremos: um resgate e discussão sobre o(s) conceito(s) de sustentabilidade aplicado(s) ao Turismo e o histórico deste debate e das práticas no Brasil. Afora isso verificaremos com atenção e detalhadamente as possíveis contribuições das ONGs ambientalistas para o Turismo Sustentável, bem como o seu oposto - as contribuições para a insustentabilidade do Turismo. O capítulo também possui apontamentos sobre eventos na área de TS, com observações sobre o estado da arte dos encontros científicos da área, considerados nesta pesquisa como arenas, as quais foram objeto de análise.

⁵⁹Em comunicação oral para a autora em 2008.

3.1 A construção da ideia de sustentabilidade no Turismo

“O Turismo queira ou não é um comércio, uma indústria, negócio, era pra incentivar até 20% na renda dos envolvidos, e tem gente que já tá vivendo 100% do Turismo, e, de acordo com a sazonalidade fica um problema, tem gente que hoje não consegue mais fazer a sua roça. Isso é impacto negativo” (NEVES em entrevista à autora em 14/05/2008).

Conceitos como o de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável permeiam as reflexões feitas no Turismo e com particular fôlego no Sustentável. Os diversos impactos provenientes das atividades turísticas demandam reflexões atentas que resultem em um salto qualitativo rumo ao aprimoramento do setor em benefício dos envolvidos, no tocante aos aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos. A esta preocupação pode-se facilmente associar os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável adaptados à atividade turística.

Para Irving e colaboradores (2005) a promoção do TS requer uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento amparada por um novo olhar sobre as questões sociais, culturais, ambientais dos destinos e aliadas e em interação com a economia globalizada. A sustentabilidade é tomada como referência.

Segundo Irving e Camphora (2005):

“no Turismo, a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala” (IRVING; CAMPHORA, 2005: 311).

Para ser sustentável o Turismo deve considerar como meta a manutenção da integridade dos processos ecológicos, biológicos, ambientais além de satisfazer as necessidades econômicas, culturais, éticas, estéticas das pessoas e dos ambientes envolvidos (dos visitados e dos visitantes). Como ainda não conhecemos nenhuma localidade onde estas variáveis tenham sido alcançadas,

mesmo que parcialmente, a viabilidade da aplicação do conceito deve ser colocada sob pena de cair em descrédito enquanto conceito e enquanto utopia.

A sustentabilidade assim como o Turismo tem um forte componente simbólico, abstrato e muito forte na promoção de falsas ilusões sociais. Daí a necessidade de que, mesmo relativamente, produza exemplos concretos bem sucedidos nas suas diversas experiências em andamento. Neste sentido é que as diversas vertentes do TS caminham, ora rumo ao discurso da inclusão social, ora da solidariedade, da responsabilidade entre outros. O impacto social de experiências bem sucedidas seria fundamental para continuar atraindo intelectuais e especialistas, pessoas comuns em busca do encantamento via ONGs, comunidades, lugares especiais em termos de significados e beleza cênica.

A sustentabilidade se volta para todos e deve ser assumida por todos os envolvidos na atividade, cada qual com suas responsabilidades. Para cada ator envolvido, os passos rumo à sustentabilidade estão definidos, sempre no intuito de aprimoramento das condições de vida das pessoas e ambientes, por isso, para as empresas do setor são fundamentais práticas coerentes com a minimização dos impactos negativos causados pela atividade em todos os aspectos, a continuidade dos projetos, a ética norteando as relações. Para as comunidades locais é mister a participação na definição dos rumos a serem seguidos em conjunto com os demais atores, na decisão do quanto se quer resgatar e alterar em seu modo de vida. Para os turistas a responsabilidade auto-imposta sobre a sua presença, suas possibilidades de interação e trocas com ambiente natural e cultural visitado e com o coletivo que o espera na sua volta; os demais profissionais, cada qual em suas especialidades, devem pensar e contribuir com a mitigação dos impactos negativos e descobrir as potencialidades e alcances das boas práticas de Turismo.

Para além do gerenciamento dos impactos, Irving e colaboradores (2005) destacam a amplitude do planejamento para a sustentabilidade do Turismo que tem potencial para gerar benefícios muito maiores na medida em que faz uso de muita mão de obra o que o torna ativo no combate ao desemprego estrutural. Afora isso, por depender das paisagens e lugares bem conservados e ser uma

oportunidade de diálogo multicultural o TS se mostra uma alternativa concreta de sustentabilidade.

Pelo contato entre alteridades o Turismo pode ajudar no aprendizado de práticas participativas de planejamento e condução das atividades, condições centrais da definição do TS assim como a repartição dos benefícios gerados de modo equitativo entre todos os envolvidos. A capacitação, organização e empoderamento dos atores locais são de fundamental importância na medida em que parceria e diálogo devem se dar com uma base comum de conhecimento que permita o diálogo. Tais premissas têm orientado Programas e Projetos para o setor provenientes de ONGs, governos e até de empresas preocupadas com o sucesso de seus investimentos. Essa busca tem norteado as discussões rumo à certificação dos serviços turísticos.

Assim como aponta a discussão no capítulo 6 sobre participação, suas diversas possibilidades e limites estão dados, há o consenso sobre sua necessidade e importância para qualificar como sustentáveis os processos, bem como a consciência da distância entre discurso e prática e de como ainda se tem poucas iniciativas bem sucedidas nesse campo.

Para Irving e colaboradores (2005):

“a educação é definida como 'um processo de aprendizagem de conhecimento e exercício de cidadania que capacita o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social'. Educar para o Turismo é, portanto, condição para iniciativas duradouras e para a repartição de benefícios no desenvolvimento turístico. Assim, pensar sustentabilidade no Turismo implica em idealismo e visão estratégica de longo prazo, mas também pragmatismo, a partir de experiências capazes de transformar utopia em possibilidade, discurso em prática cotidiana” (IRVING et alii, 2005:6).

Apesar do consenso sobre a imprescindível participação comunitária para a sustentabilidade do Turismo, assim como de quaisquer projetos sociais, as dificuldades prática, operacional, metodológica muitas vezes afastam os planejadores e implementadores de programas e projetos da sua viabilização. As

ONGs persistem nas iniciativas com boas intenções, mas muitas acabam suspendendo os projetos por falta de recursos já que a participação das comunidades demanda grandes somas de dinheiro, recursos humanos bastante qualificados, metodologias ainda em estudo e com resultados questionáveis, além de serem de longo prazo, o que, muitas vezes dificulta ou impede a visualização concreta de resultados ou a própria avaliação deles. Exemplos como os da CI e do WWF são claros quando mostram que a falta de respostas concretas e de sustentabilidade financeira dos projetos os impediu de dar andamento às experiências, mesmo que bem sucedidas sob outras perspectivas.

"Nas estatísticas do Turismo, não é possível a distinção entre o 'sustentável' e o 'insustentável'. O discurso político tende a privilegiar o 'sustentável', da mesma forma em que o pulveriza, em sentidos e significados diversos, capazes de banalizá-lo, transformando-o em utopia contemporânea. Mas existe uma direção possível que transcende os imediatismos políticos e busca consolidar a participação cidadã, em escalas local e global. É nesse movimento cidadão que o Turismo poderá se consolidar como veículo de transformação social, que transcende fronteiras políticas e atinge o campo da ética global" (IRVING, et alii, 2005:7).

Turismo e ONGs estão em um mesmo movimento: ainda com muito a aprender, dotados de enorme potencial para implementar novas dinâmicas, novos projetos, porém com grandes possibilidades de falhar. Ambos mexem com imaginação, com estruturas de desejo, e não se furtam a isso. As críticas e as promessas não são ameaças. Aos dois, Turismo e ONGS, o caminho seria a prática reflexiva contínua, capaz de assimilar os ensinamentos provenientes de todos os cantos. Essa tarefa, se bem conduzida, poderá extrapolar as promessas de salvação, na mesma medida em que as elas são constantemente desconstruídas pela racionalidade vigente que as taxa de utópicas e por isso as invalida.

Já existe um curto caminho percorrido pelas ONGs na questão do Turismo Sustentável, com uma origem no Brasil que data dos anos de 1980, quando começa a haver a prática e o debate, como se verá a seguir.

3.2 As ONGs ambientalistas e o Turismo Sustentável

O Turismo Sustentável, desde a década de 1980 é uma atividade reconhecida como instrumento de conservação da natureza nos vários documentos globais, estando atrelada aos paradigmas ambientais de promoção da diversidade, de integração entre povos e sustentabilidade. Isso se dá através de ações e estratégias que buscam valorar a natureza, reconhecer limites de seu crescimento, buscar participação, governança, democratização e emancipação social. Além disso, o TS é reconhecido como ferramenta de Educação Ambiental visando mudança de valores, comportamentos e atitudes dos envolvidos, como ecoturistas, agentes, operadores, guias entre outros.

Pode-se dizer que no TS, de maneira geral, as empresas privadas mostram-se pouco comprometidas, praticando um Turismo convencional esverdeado e cheio de contradições e incoerências, mesmo sem tocar no aspecto ético. Da mesma forma, os órgãos governamentais que contribuem com políticas e diretrizes, não acompanham o ritmo acelerado do crescimento da atividade, além de apresentarem descontinuidade nos projetos na troca de governos.

O tema da sustentabilidade do Turismo vem à tona com popularização do segmento de Turismo de natureza, a partir da década de 1980.

Em 1994, representantes de entidades governamentais e não governamentais, a convite dos Ministérios do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e da Indústria, Comércio e Turismo, definiram o Ecoturismo como:

"Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas"
(BRASIL, 1994).

Em 1996, quando a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e o Conselho da Terra divulgaram a *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo*, passaram a enfatizar e recomendar a necessidade de se formatar parcerias entre os três setores envolvidos com a questão turística.

Nestes documentos oficiais nacionais e internacionais sobre TS, as ONGs ambientalistas têm papel preponderante, seja em conjunto com o Estado e a iniciativa privada ou em separado, visando à conservação da bio e sociodiversidade, com participação e envolvimento em várias estratégias. Entre estas, destacam-se: envolvimento na proteção da natureza e da cultura de comunidades locais; controle da qualidade das atividades ecoturísticas; captação de recursos e financiamento; Educação Ambiental e sensibilização dos envolvidos; intercâmbio de informações entre atores locais, regionais e globais; elaboração de diretrizes e de diagnósticos; capacitação e apoio à participação comunitária; na pesquisa e difusão de conceitos, métodos e técnicas; cogestão e apoio às áreas protegidas e até com a operação do TS⁶⁰.

A presença das ONGs no desenvolvimento responsável do TS foi corroborada no *Acordo de Mohonk sobre Turismo Sustentável* (2000), no qual se afirma que todas as ações dependem necessariamente da participação da sociedade civil, especialmente a representada pelas ONGs.

A *Declaração de Québec*, Canadá, gerada a partir da Cúpula Mundial de Ecoturismo promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002, traz recomendações específicas para as ONGs que atuam com o tema, legitimando-as como atores significativos. Tal documento apresenta uma seção inteira sobre as ONGs, repetindo inúmeras vezes a necessidade de parcerias e da colaboração destas entidades.

Este documento, oficializado em Johannesburgo, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), e que se constituiu em um elemento norteador das políticas internacionais para os próximos dez anos, foi elaborado por especialistas em TS de todos os segmentos, incluindo as ONGs.

⁶⁰Para maior detalhamento a respeito da contribuição das ONGs para o ecoturismo ver: RABINOVICI; LAVINI, (2005).

Há no Brasil desde meados dos anos de 1990, certo investimento dos órgãos públicos para desenvolver o TS responsável, ao incluírem-no como meta nas agendas políticas. Estas metas, diretrizes e ações aparecem detalhadas em vários documentos, entre os quais se destacam: *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (1994), *Diretrizes para a Política Estadual de Ecoturismo-SP* (1997), *Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal* (PROECOTUR) (1999), *Pólos de Ecoturismo do Brasil* (1998).

Em setembro de 2008, como uma estratégia para viabilizar algumas UCs, o Governo Federal lançou um Programa de Incentivo ao Turismo, com investimentos em seis parques nacionais, considerados por ele prioritários: Aparados da Serra, SC/RS, da Chapada dos Veadeiros, GO, dos Lençóis Maranhenses, MA, da Serra dos Órgãos, RJ, do Jaú, AM e da Serra da Capivara, PI. Os parques de Fernando de Noronha, PE, Abrolhos, BA e o de Foz do Iguaçu, PR, também estavam por receber, durante o período de conclusão da redação desta tese, atenção para o fechamento de contratos de concessão de serviços.

Este Programa objetiva modificar uma realidade muito complicada que é a de se ter Parques belíssimos, mas fechados ou sem estrutura adequada para visitação. Assim, perdem-se oportunidades de gerar divisas, além das de educar ambientalmente os visitantes. O investimento está previsto para continuar por cinco anos, quando se espera que pelo menos dois terços dos parques nacionais tenham infraestrutura interna e de acesso para o Turismo.

As iniciativas ocorridas nos primeiros dez anos de 2000 eram ainda pouco frequentes em 2009 além de descontínuas. Muitas vezes se resumem a colocar no papel diretrizes e projetos visando à sustentabilidade do segmento, com a implementação das iniciativas, geralmente pelas ONGs ambientalistas já que paralelamente há um mercado ecoturístico se expandindo, sem uma discussão mais abrangente envolvendo seus diversos atores sociais (SERRANO, 2005), tal como observado por um sujeito desta pesquisa:

“Eu acho que realmente política pública pé no chão não existe. Acho que tá começando agora e a gente tem uma esperança... Acho que nós vamos reverter o jogo, sou

altamente otimista apesar de tudo...” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Essa pouca influência de políticas públicas e iniciativas privadas para a área conduz à participação de ONGs no setor, que passam a ter importância crucial no seu desenvolvimento, integrando os princípios e recomendações a práticas realmente sustentáveis de Turismo (LAVINI, 2002).

O TS depende de paisagens naturais com beleza cênica capaz de sensibilizar os visitantes, a ponto de conseguir ressignificar o lugar, tendo potencial de extrapolação rumo a novas práticas territorializantes e cidadãs. Esse é, para algumas ONGs, o principal motivo de trabalharem o TS, como demonstra o depoimento a seguir:

“WWF identifica que era uma região importante para a conservação, e o que poderia ser feito, e havia um ponto em comum que eram regiões de beleza cênica consideráveis” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

A atuação das ONGs e o reconhecimento dos seus esforços podem ser constatados pelos diversos prêmios que recebem: Prêmio *Ford Motor Company* de Conservação Ambiental, o Prêmio Senac de Turismo Ambiental, o Prêmio Ambiental von Martius, o *Conservation International Ecotourism Excellence Award*, entre outros.

No tocante às ONGs transnacionais atuantes no Brasil investindo recursos financeiros, humanos, tecnológicos e inserindo as florestas brasileiras no chamado sistema financeiro verde, temos como pioneira em projetos e programas de TS, o WWF-Br, que em 1971, iniciou suas ações em projetos em Turismo, seguido por outras ONGs, somando grandes quantias em dinheiro doados ao Governo, institutos de pesquisa e ONGs locais, como representantes de interesses coletivos, responsáveis pela gestão dos recursos naturais.

Independentemente do que se diga, a globalização da política ambiental e do Turismo, no Brasil, tem contribuição indiscutível, com a formação de coalizões em torno de questões específicas, a mudança da percepção sobre a floresta, a influência de padrões internacionais de proteção ambiental sobre estrangeiros

que, entre outros, são citados por Viola (1999) como vetores decisivos na nova agenda global ambiental.

Conflitos nas comunidades inseridas nos locais onde o TS ocorre, ou próximas a UCs, podem explicitar diferentes expectativas e valores não identificados da sociedade, assumidos por alguma ONG que porventura a represente. Segundo Touraine (1989), para se caracterizar como movimento social, estes interesses teriam que ser claramente identificados, assim como os atores, seus adversários e o campo de disputa no qual se desenrolaria o conflito proposto. Estas divergências não podem ser absorvidas como demandas de ONGs, sem uma ampla discussão social. As ONGs constituem agentes de mudança capazes de eleger lutas e mobilizar pessoas, recursos e instituições em defesa de determinada causa.

Resta saber: quais são esses atores? Já estariam estabelecidos ou estariam se constituindo na medida em que o conflito avança? Para Alonso e Costa (2000), *“é crucial compreender que os principais agentes do debate e dos conflitos ambientais não estão dados. Tanto agentes quanto alianças se constituem e se refazem ao longo do processo político”* (ALONSO; COSTA, 2000: 130).

Para Ferreira (2004):

“Há uma arena especificamente ambiental, orientada pelo processo decisório, que estabelece normas e regras de utilização de recursos, e esta arena é constituída pela interação de diversas arenas também conflituosamente estabelecidas (BENTLEY, 1949)” (FERREIRA, 2004:48).

A arena ambiental é corresponsável pelo estabelecimento do debate. É ela que definirá as condições e os papéis iniciais de cada um dos envolvidos. Estes, após o início dos debates, estabelecidas as interações, como peças de um jogo, assumirão identidades diversas, em função das demandas, das possibilidades e do aprendizado em construção. Assim, lembrando Laclau (1986), os agentes ou atores sociais, assumirão ora um ora outro papel, podendo, inclusive mediar, conforme a arena. Sendo a preocupação ambiental a razão de ser da arena, em

torno dela serão estabelecidos e restabelecidos os papéis de cada um, a depender dos rumos da ação em curso.

A preocupação com o ambiente deve ser fundamentalmente, a razão de ser do TS e nesse sentido, todos os atores envolvidos com a atividade devem firmar parcerias para a obtenção de bons resultados. As ONGs seriam as catalisadoras de ações em prol da conservação ambiental, oferecendo melhores condições por, geralmente, trabalharem em parceria com as comunidades locais podendo contribuir para o desenvolvimento dos municípios em seus aspectos sociais, culturais e econômicos; além de atuar em parceria com empresas, universidades e governo.

Outro aspecto importante é o de as ONGs do setor geralmente atuarem de forma representativa, democrática e participativa, preceitos que devem nortear as ações em conjunto com as comunidades locais na gestão do Turismo, aceitando-as como participantes e interlocutoras desta gestão, desde o início dos trabalhos, e não somente legitimando-os após sua implementação (RABINOVICI; FERREIRA, 2008). Para Rodrigues (2008):

“O âmbito institucional, de onde surgem propostas participativas para o ordenamento territorial em áreas protegidas, influencia direta ou indiretamente as ações a serem realizadas ‘na ponta’ - seja em planos de manejo específicos para uma determinada área, seja na criação de políticas públicas mais amplas destinadas ao ordenamento de um bioma específico. A política interna da instituição responsável pela administração da área (...) de maneira direta ou indireta, interfere no grau de participação social a ser alcançado nos processos de gestão ambiental das unidades” (RODRIGUES, 2008:8-9).

Desse início de trabalhos em parceria ONG e comunidade é que será possível algum sucesso ou resistência. Durante esta pesquisa, que cobriu o período temporal de 2006-2009, não se identificou um marco inicial para a relação ONGs e comunidades para tratar de Turismo que muitas vezes se deu por conta da pesca ou outros e, depois passa a ser tema e foco dos trabalhos. Também não identificamos resistências explícitas ao Turismo ou às ONGs por parte das

comunidades; elas são posteriores, advindas do discurso salvador da sustentabilidade. Segundo Vicente Neves⁶¹ (em entrevista à autora em 2008), a prática hoteleira em Silves era muito fragilizada, com um tipo de Turismo muito ruim e por isso as comunidades não queriam saber da atividade à época. Muitos sequer sabem o que é Turismo ou tem uma imagem fantasiosa deste:

“Um dos indicadores do Plano de Manejo, ou dessas pessoas que trabalham lá há muitos anos, é que essa comunidade em particular queria fazer Ecoturismo... Com certeza eles não sabiam o que era (...) então a primeira coisa que nós fizemos foi tentar discutir isso aí (...)” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Porém, o depoente afirma que não há, no geral, resistência ao Turismo na Amazônia, pois:

“Não, aqui em Belém não tem por uma simples razão: não existe pressão de demanda... não existe Ecoturismo na Amazônia no que se orientar... em Manaus existe pouca coisa, que é Ecoturismo... não um turismo disfarçado de qualquer outra coisa... e então, não tem! As pessoas nem sabem o que é um Ecoturismo de verdade. Silves é uma referência, Mamirauá ou outros lugares... nem sei como está a eco-floresta... parece que desandou... Mas... não existindo pressão de demanda, eu acho que não tem esses problemas” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

O Projeto Bagagem (PB), por exemplo, afirma que negocia sua intervenção no local escolhido, em função dele já ter algum tipo de organização comunitária em funcionamento, e ter, de certa forma, o fluxo de visitantes iniciado, conforme entrevista de Cecília Junqueira S. Zanotti⁶² (em entrevista à autora em 2008):

“Nós sempre trabalhamos com ONGs que não desenvolvem Turismo, entra, essa é a parceria, o que o Bagagem tem para oferecer é isso, é iniciar o trabalho de Turismo de Base

⁶¹Vicente Neves é Secretário Executivo da ASPAC, Silves, AM, formado como professor, ministra aulas de história e de filosofia para escola estadual.

⁶²Cecília Junqueira S. Zanotti é Diretora do Projeto Bagagem (PB). Para maiores detalhes, seu currículo no site do PB: http://www.projctobagagem.org.br/2009/quem_somos.asp?cod=6

Local, em geral são ONGs que recebem visitas porque muitas pessoas, financiadores, sempre querem visitar as experiências, então são ONGs que já tinham essa vontade porque têm demanda de visita dos próprios parceiros só que eles não tinham isso como uma das estratégias da ONG” (ZANOTTI em entrevista à autora em 13/05/2008).

No tocante aos impactos concretos do TS praticado no Brasil, a contribuição dos debates propostos está na intervenção e problematização das ações que incidem nos territórios onde é praticado. Há o ideal de se transformar as populações locais em sujeitos atuantes e inseridas na construção de pactos sociais e políticos. Nestes, a conservação dos recursos naturais pelas comunidades, investimentos em qualificação profissional para a gestão dos mesmos, inserção no mundo global, acesso a bens econômicos e culturais e o fortalecimento de identidades entre outras, seriam questões cruciais a serem atingidas, saindo do plano discursivo e complexo por definição.

3.3 As possíveis contribuições das ONGs ambientalistas para o Turismo Sustentável

São diversas as contribuições das ONGs para o TS apontadas nos diversos documentos, segundo Rabinovici e Lavini (2005) e aqui ampliados de acordo com pesquisa documental e empírica. Geralmente remetem à:

- a. Proteção da natureza e da cultura tradicional das comunidades locais;
- b. Educação Ambiental e sensibilização dos turistas e comunitários;
- c. Cooperação com os setores públicos e privados que desenvolvem atividades de TS em áreas protegidas e de alta biodiversidade;
- d. Integração das comunidades locais no planejamento das atividades turísticas, através de um planejamento representativo e participativo;
- e. Incentivo à integração e colaboração entre os vários agentes participantes da atividade ecoturística, como as operadoras de Turismo, outros prestadores de serviços e as comunidades com intercâmbio de informações sobre assuntos relativos ao Turismo entre atores de projetos locais, regionais e globais;

- f. Pesquisa em TS e seus impactos, com posterior geração e difusão de informações, conceitos, métodos e técnicas em TS;
- g. Capacitação de organizações e comunidades locais e apoio à participação comunitária;
- h. Desenvolvimento de mecanismos para obtenção de recursos que possibilitem a perpetuação das políticas e planos desenvolvidos para o TS;
- i. Controle da qualidade da operação do TS;
- j. Elaboração de diretrizes e de diagnósticos para o TS;
- k. Cogestão e apoio às áreas protegidas através de seu desenvolvimento econômico pelo TS;
- l. Criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) com potencial para influenciar a decisão de se implantar novas UCs no seu entorno;
- m. Busca de soluções para problemas sociais advindo do Turismo tais como a exploração do Turismo sexual e as desigualdades de gênero.

As parcerias de todos os tipos são fundamentais e, para as ONGs, representam um desafio constante:

“Para atingir os pressupostos do Ecoturismo em áreas naturais, as ONGs seriam as instituições que oferecem melhores condições, pois geralmente trabalham em parceria com as comunidades dos locais em que atuam, contribuindo para o desenvolvimento dos municípios em seus aspectos sociais, culturais e econômicos, além de atuar em parceria com empresas, universidades e governo” (RABINOVICI; LAVINI, 2005:113).

Porém, essas parcerias e a legitimidade são questionáveis. Segundo Lavini (2002):

“a gestão democrática e participativa do Turismo é condição básica para o seu verdadeiro desenvolvimento, e isso passa por uma organização social que só pode ser alcançada pelas ONGs. Essas entidades têm a capacidade de formar o elo que falta entre a sociedade e o Estado, devido principalmente à sua capacidade de aproximar técnicos dos

órgãos públicos, ambientalistas e populações locais“
(LAVINI, 2002:62).

A legitimidade buscada junto às comunidades e à sociedade em geral, muitas vezes provém das ações das ONGs. Já são diversas as iniciativas em nível global ou local que podem ser estudadas.

A seguir detalhamos algumas destas contribuições das ONGs ao TS:

3.3.1 Controle da qualidade das atividades ecoturísticas

Processo iniciado em 1999 por uma coalizão de ONGs, iniciativa privada, universidades, comunidades, operadores, governos e especialistas da área, o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) promoveu a discussão e a elaboração de padrões de sustentabilidade para a atividade no Brasil rumo ao estabelecimento de um sistema de certificação.

A certificação é um mecanismo não governamental, independente, de controle de produtos e de destinos turísticos baseado em avaliação de desempenhos sociais, econômicos e ambientais, sendo que ao CBTS é conferida legitimidade para propor, executar, avaliar e monitorar este processo de certificação do Turismo no país.

Várias ONGs atuam nesse processo no Brasil, destacando-se a Conservação Internacional (CI) e o WWF-Br, que participam em seus conselhos técnicos.

No momento da redação desta tese, até início de 2009, o processo de construção da certificação encontra-se parado e em descrédito declarado, por parte de importantes membros das ONGs participantes, tais como WWF e CI. As mesmas apontam a dificuldade em se criar os critérios necessários para a certificação, de se ter um corpo avaliador, afirmam que o mercado está fechado a isso, de que os custos aumentam muito e, portanto pode excluir as comunidades locais da possibilidade de obterem o selo e, por isso perderem mercado para as que o possuem, que a certificação impõe certa padronização, que pode constituir ameaça à autenticidade dos atrativos, ao mesmo tempo em que busca a

autocertificação de formas distintas, inclusive aliando-se à ONGs com boa imagem e beneficiando-se delas.

De acordo com Salvati (2004) a certificação do Turismo conta com mais de 250 tipos de mecanismos entre prêmios e selos que atestam a qualidade de seus produtos e serviços. Essa quantidade de mecanismos evidencia, por um lado o interesse e valor da certificação, mas por outro, confunde a todos os envolvidos, podendo gerar descrédito ou simples abandono do esquema.

As ONGs usam e são usadas por empresas nessa questão da certificação e do *marketing* possível de ser realizado em torno das parcerias. Muitas ONGs têm programas específicos para estabelecer parcerias com empresas e assim viabilizar sua manutenção e campanhas. O valor agregado é algo indiscutível. Os benefícios mútuos são amplos, assim como aumenta a margem de crítica e de se localizar possíveis incoerências nestas, alimentando teorias conspiratórias e importantes críticas, as quais inclusive são usadas pelas ONGs que se recusam a receber doações de pessoas jurídicas. O *Greenpeace* é uma das ONGs que atesta a incapacidade das ONGs de saber sobre a transparência das empresas, sua responsabilidade socioambiental, de testar e verificar os produtos que serão associados à sua imagem, entre outros alertas e por isso não recebem doações corporativas.

Os empresários ganham diferencial em relação aos concorrentes, visibilidade, melhoram sua reputação, garantem o reconhecimento da imagem e credibilidade por meio das ONGs, aumentam sua vantagem competitiva, aproximam-se dos seus clientes podendo até criar campanhas de fidelização. No *site* na Internet da WWF há uma sessão específica para empresas^{63 e 64}, na qual a ONG faz apresentação, baseada nos itens acima, para aproximar-se delas. Na página citada, na sessão “*por que participar seja parte da solução*”, o WWF cita como vantagem das parcerias: “*Integrar um network internacional de know-how e experiências no campo da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável*”.

⁶³http://www.wwf.org.br/empresas_meio_ambiente/porque_participar/ Acesso em 01/05/2009.

⁶⁴Outra ONG citada nesta tese e que possuem em suas páginas na Internet sessões similares: a *The Nature Conservancy* tem o link: Sustentabilidade corporativa (<http://www.nature.org/wherewework/southamerica/brasil/activities/art26178.html>)

Há diversos *links* na página da Internet para evidenciar a importância da associação de uma empresa com a WWF, explicando o valor da marca e sua vinculação com a sustentabilidade.

No texto consta:

“A marca WWF é reconhecida internacionalmente pela força e simpatia que a imagem do panda irradia. É uma marca considerada símbolo de conservação da natureza e desenvolvimento sustentável. Dotado de encanto, a logomarca WWF transmite com positivismo e sucesso conceitos como preocupação, responsabilidade e credibilidade. Isto demonstra seus valores emocionais e comerciais intrínsecos às propriedades da logomarca que, por si só, se encarrega de refletir os valores e crenças da organização.(...) O status atingido pela marca WWF permite que empresas parceiras sejam valorizadas e que consequentemente tenham suas imagens de marca fortalecidas (...) Estudo realizado pela WWF Reino Unido (Let them eat the cake - Satisfying the new consumer appetite for responsible brands, 2006) indica que a sustentabilidade pode atuar como um diferenciador entre marcas, encorajando lealdade e até mudando a percepção das pessoas. Para utilizar este potencial comercial, valores ambientais e sociais devem ser construídos no DNA das marcas (...) O estudo apresenta evidências de pesquisas e estudos acadêmicos que o sucesso comercial e a liderança de mercado cada vez mais demandam que as empresas incorporem a sustentabilidade nos valores de suas marcas - assim como os consumidores estão incorporando em suas vidas pessoais”⁶⁵.

Soluções de mercado, a constatação de que, sem as grandes corporações não há como viabilizar a sustentabilidade, são assumidas por diversas ONGs. Neste quesito, é bastante similar a feição de empresas. Facilmente se confundem os discursos, a imagem, dificultando ao grande público diferenciá-las das grandes corporações. Isso é uma das inspirações para os tantos críticos à procura de polêmica, ou, que querem provocar uma crise de legitimidade nas ONGs para atender a outros interesses, ou ainda, por legítima desconfiança em relação a seus objetivos.

⁶⁵http://www.wwf.org.br/empresas_meio_ambiente/porque_participar/marca_wwf/ Acesso em 01/05/2009

3.3.2 Captação de recursos e financiamento do Turismo Sustentável

A captação de recursos é uma das grandes questões definidoras do perfil das ONGs, do alcance e sucesso dos Programas e Projetos. Cada ONG tem sua forma de captação de recursos, e, no caso das ONGs deste estudo, cada qual tem suas estratégias próprias, diferenciadas. Uma tendência observada são as ONGs transnacionais captarem recursos e repassarem aos parceiros técnicos. As ONGs encontram dificuldades na captação buscada através da contribuição de afiliados, colaboradores e organismos internacionais, além de organizações da iniciativa privada.

O Projeto Demonstrativo (PDA) implementado pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), com patrocínio da Cooperação Internacional Alemã tem lançado editais que apóiam iniciativas de TS, como é o caso da verba arrecadada pelo Instituto Vitae Civilis. Porém, a incessante busca pela autossustentabilidade dos projetos e programas é perseguida por todos e, nesse sentido, o TS como prestação de serviços, é tido como alternativa que, associada a outras formas de geração de renda, pode ser autossustentável, logo nos primeiros momentos da implementação dos programas e projetos.

Aqui é crucial o papel também de ONGs específicas para a captação de recursos em nível internacional com repasse às ONGs parceiras.

No caso do Terramar, na Prainha do Canto Verde, CE, Neuhaus (em entrevista à autora em 2008) diz que foi fundamental o apoio das ONGs de fora, que apostam e procuram por projetos que estejam voltados à geração de renda, como ocorre no Turismo Comunitário:

“ONGs de fora apoiaram, isso foi muito importante, eles conseguiram aprovar projetos, porque é muito interessante você ter projetos para os financiadores que vão gerar renda. Aí é fantástico, o financiador adora, então eles conseguiam apresentar projetos que iam gerar renda para comunidade, conseguiram muita coisa” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Assim, o Turismo é um potencial recrutador de verbas, bastando para isso a construção de projetos em consonância com os interesses dos financiadores, que, além do quesito de geração de renda, costumam gostar dos projetos localizados em locais belos e com natureza abundante. Mesmo assim, apesar de uma suposta facilidade, os casos estudados indicam uma dificuldade cada vez maior na captação de recursos em função da complexidade que os projetos apresentam e da demora em se verificar os resultados, como demonstra o depoimento a seguir:

“Os relatórios de prestação de contas diziam assim: ‘olha, conseguimos formar tantos monitores, desses tantos monitores tantos estão atuando com Turismo, o que indica que eles têm uma nova ocupação’. Então no caso de Veadeiros (Chapada dos) conseguia comprovar por meio de indicadores sociais e de renda. No caso de Silves, era a pousada que demorou dois anos para ficar pronta, então começou a apresentar resultados depois de dois anos, por meio de índices de ocupação, e coisas parecidas em termos de resultados de ocupação por ano, e viabilidade econômica. Mamirauá se desligou rapidamente porque o Instituto Mamirauá, que tinha bastante gente envolvida e financiamento próprios do CNPq e de outras universidades, eles andavam com pernas próprias, coisa que o WWF acha ótimo, sempre quis, que os projetos caminhassem por conta própria. Então nos primeiros anos não havia questionamento dos financiadores, eles estavam entendendo que estávamos formando, está havendo ocupação, são indicadores razoáveis. Mas quando esses indicadores começaram a ficar estáveis, continuava investindo e os indicadores continuavam estáveis, não havia melhora, aí sim passaram a questionar, foi bem na época em que eu estive por lá quando percebeu que havia necessidade de fazer um reforço de marketing, foi exatamente o momento que eu cheguei então comecei a trabalhar para tentar montar um site na Internet, tentar convencer os parceiros que eles tinham que profissionalizar o seu contato com o mercado, que os operadores estavam reclamando de falha de comunicação, e isso o mercado não perdoa...” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Embora a captação de recursos seja fundamental para a manutenção das práticas de Turismo nas ONGs, ela tem sido a principal causadora de críticas, da perda de legitimidade perante todos, incluindo os financiadores, cada qual por

suas razões. Uma questão que as ONGs têm que se perguntar, é sobre a necessidade da manutenção da lógica dominante de se fazer Turismo. Até porque, como se verá mais adiante, o Turismo, assim como outras atividades econômicas, não pode se constituir na principal fonte de renda da comunidade, contradizendo o investimento alto para alavancá-lo. Ao reproduzir a dinâmica capitalista, as ONGs e o Turismo poderão estar subvertendo a identidade comunitária, tida como atrativo e, com isso, poderá perdê-lo.

3.3.3 Educação Ambiental e sensibilização do turista

O TS tem potencial transformador na medida em que funciona como estratégia de aproximação entre pessoas e natureza, pessoas e pessoas. Durante as atividades, se bem dirigidas, vivenciadas, pode ocorrer a revisão de valores e aprendizagem. A Educação Ambiental é pressuposto da atividade ecoturística, o caracteriza e deve ser aproveitada ao máximo como estratégia de integração com o meio, com as culturas locais, de forma agradável (NEIMAN, 2007; NEIMAN; RABINOVICI, 2008).

Neiman e Rabinovici (2008) apontam como desafios da inserção da Educação Ambiental na prática do TS: a compreensão da ação educativa, a identificação das estratégias apropriadas ao TS, tendo a sensibilização dos ecoturistas como foco, a necessidade de um planejamento integrado e participativo das atividades, a qualificação dos envolvidos rumo a sua emancipação, a superação da dicotomia natureza e sociedade, o resgate do espaço natural como vital e com valor existencial, não apenas utilitário (NEIMAN; MENDONÇA, 2000).

Tais preocupações desdobram-se nos cuidados com o espaço, especialmente nas UCs abertas à visitação, sobretudo na implementação de trilhas para interpretação e/ ou sensibilização. Identifica-se que as trilhas devem

"estar planejadas e implementadas para atender a públicos diferentes e oferecer experiências mais integradoras no contato com a Natureza. Essa experiência não é transferível. Ela é de uma tal amplitude que não se pode traduzi-la em

palavras. Tornar-se-á mais rica ainda, quando incorporar em seu percurso (do planejamento à prática ecoturística) os diversos olhares locais e dos visitantes sobre a mesma, assim como questionar as noções de função e de sentido das mesmas" (NEIMAN; RABINOVICI, 2008:81-82).

Para Luchiari (2002) a gestão social do lugar, poderia trazer a sua ressignificação, fortalecer a organização da comunidade, ser um ponto de partida e reação às forças do mercado, podendo até mesmo, iniciar um processo de reterritorialização, consentido por todos.

Essa busca de ressignificação, de estratégias educativas que envolvem a todos os atores do TS (planejadores, prestadores de serviço, visitantes e visitados), não costuma ser preocupação das agências de viagens e até das instituições educacionais que visitam os destinos com finalidades educativas. Tem sido sim, preocupação de várias ONGs e das instituições gestoras das UCs, que tentam conduzir as atividades segundo essas premissas, experimentar possibilidades de atuação, refletir sobre as mesmas, sistematizar e divulgar as experiências.

No caso do Instituto Physis, no PETAR, o formato de roteiro, criado junto com os monitores ambientais locais, redefinindo a própria maneira de elaborar roteiros, conduzir grupos, realizar interpretação ambiental e o modelo de guiagem, incluindo a questão educativa e de segurança, influenciou não somente a atuação dos guias locais, como a de todas as agências de Turismo que operam na região. Neste caso a ONG delineou o *modus operandis* do Turismo na localidade.

Assim, o TS, a Educação Ambiental e a participação são caminhos, e pressupostos, para a busca da qualidade de vida e a prática dos princípios da sustentabilidade ambiental propagados e perseguidos pelas ONGs ambientalistas, entre outros atores, em um longo processo, ainda em estágio inicial.

3.3.4 Intercâmbio de informações sobre assuntos relativos ao Turismo entre atores de projetos locais, regionais e globais

O Intercâmbio, a troca de informações entre os diversos atores envolvidos e atuantes no TS tem sido impulsionado e incentivado em diversos eventos, redes e

fóruns, como uma maneira eficiente de dialogar. Nesse sentido destacamos as seguintes redes e fóruns: Rede Brasileira de Ecoturismo (Ecoturismo-Br), Proecotur, Programa de Certificação em Turismo Sustentável, Instituto Virtual do Turismo, Rede de Destinos de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), Rede de Turismo Solidário Comunitário do Brasil (Rede Turisol), Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum) e a Sociedade Brasileira de Ecoturismo entre outros.

Todas as Redes acima têm características comuns. Dentre elas destacamos:

1. Constituem-se como rede de comunicação, cooperação e troca de informações sobre o TS no Brasil mediante a constituição de redes de relações entre pesquisadores, professores, estudantes, colaboradores e instituições afins ao seu horizonte de atuação;
2. Buscam divulgar eventos e debater questões como planejamento de produtos e destinos;
3. Formam e capacitam profissionais;
4. Tentam envolver e beneficiar comunitários;
5. Buscam conservar recursos naturais e culturais e contribuir para a conservação da biodiversidade e a proteção dos atrativos ecoturísticos;
6. Monitoraram impactos da visitação, investimentos públicos e privados;
7. Participam da regulamentação e da certificação o mercado e fomentam diretrizes para o Turismo Sustentável, com uma base normativa para o aprofundamento de estudos referentes à temática de forma a impactar Políticas Públicas e Promoção e Comercialização.
8. Geram alternativas para as atividades degradadoras do meio ambiente, criar empregos, renda e oportunidades de negócios de natureza sustentável;
9. Implementam infraestrutura básica de serviços;
10. Avaliam o mercado nacional e internacional;
11. Estimulam a utilização de tecnologias apropriadas;

12. Valorizam as culturas locais buscando propiciar a autogestão do Turismo, de modo que as comunidades assumam o protagonismo no planejamento, operação, supervisão e desenvolvimento;
13. Apóiam os empreendedores do Turismo a responder aos novos desafios do setor e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país;
14. Promovem formas de oferta turística local para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais.

“Emerge, então, a necessidade de reformulação de políticas em busca de maior articulação interna, de capilaridade regional, estimulando a inovação social na medida em que são incentivados projetos locais que conduzem ao protagonismo, colocando-se em prática o planejamento, a co-gestão, a programação, a parceria e a avaliação frequente dos resultados, para a reorientação dos projetos, quando for o caso” (RODRIGUES, 2007:22)

Estas propostas todas, quando colocadas em prática, promovem enorme aprendizado coletivo, fundamental para a viabilidade da sustentabilidade e da consecução dos objetivos propostos. As redes têm sido intensamente aproveitadas pelas ONGs e projetos de Turismo espalhados por todos os países. No caso brasileiro, a inclusão digital de boa parte das comunidades tem viabilizado esta participação, na medida do interesse comum. Muitas das parcerias citadas nesta pesquisa se deram mediante contatos e acordos nas redes.

3.3.5 Elaboração de diretrizes e de diagnósticos para o Turismo Sustentável

A elaboração de diretrizes para o TS não é uma tarefa exclusiva dos órgãos públicos. Já em 1997 as Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo, documento produzido pela SMA-SP, é assinado por muitas ONGs, pesquisadores, profissionais, indivíduos da sociedade civil não organizada.

As lacunas das políticas públicas para a área são muitas vezes complementadas pelas iniciativas das ONGs, como se observa nos casos estudados.

As ações das ONGs permeiam todas as etapas, do diagnóstico à implementação dos programas e projetos ecoturísticos e perpassam todos os biomas brasileiros. As agendas de Ecoturismo são construídas coletivamente. Como exemplo disso há a *Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira*, coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração (CEPAM), com uma articulação entre várias instituições governamentais e não governamentais que produziu estudos para o planejamento e fomento ao TS na região que se constituiu como referência, do mesmo modo que o *Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape*, elaborado pelo Instituto Socioambiental, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e que o *Projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar*, implementado pela Fundação SOS Mata Atlântica, com a participação de empresas privadas.

As Redes têm procurado assumir este papel catalisador conforme se viu no item anterior e têm conseguido relativo sucesso como o caso da elaboração de editais específicos para Turismo Comunitário.

3.3.6 Capacitação e apoio à participação comunitária

O TS pressupõe mão de obra qualificada dos envolvidos, por isso a comunidade local passa a ser alvo de treinamentos e capacitações visando a sua profissionalização e a sua atuação responsável, ética e coletiva. Em sua grande parte, os programas e projetos das ONGs são de capacitação profissional ou a incluem visando a geração de renda e sustentabilidade dos projetos, dos locais e dos envolvidos.

Grandes projetos foram empreendidos por ONGs nesse sentido e entre eles destaca-se o *Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo* (MPE), financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), para capacitar e treinar multiplicadores que atuam como equipes multidisciplinares em diversas

comunidades locais e tradicionais, associações, cooperativas e em Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPNs), assim como micro e pequenos empresários que possuam projetos localizados em áreas de alta biodiversidade, interessados em fazer TS. Como um dos produtos o programa gerou o *Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo*, disponível para consulta na *internet*⁶⁶.

Outro Programa de capacitação muito importante foi encabeçado pela WWF-Brasil que desenvolveu o *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*, também amplamente divulgado e disponibilizado na *Internet*⁶⁷. Essa mesma entidade coordenou um projeto integrado de conservação e desenvolvimento no Cerrado, mais especificamente no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, GO em parceria com a Associação de Moradores de São Jorge (ASJOR), em que uma das atividades era a capacitação das comunidades locais, através do apoio à Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV), na formação de condutores de visitantes da comunidade e também implantou o primeiro projeto de visitação e Educação Ambiental em Fernando de Noronha, PE.

Os Programas e Projetos das ONGs estudadas têm a capacitação dos envolvidos como foco de ação principal.

3.3.7 Cogestão, influência e apoio às áreas protegidas através de seu desenvolvimento econômico pelo Turismo Sustentável

A partir da implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os órgãos gestores das UCs deveriam produzir os planos de manejo e implementar os conselhos consultivos e/ou deliberativos para a sua gestão. Desde então, em 2000, quando o SNUC é regulamentado, verifica-se a abertura oficial para a participação das ONGs que antes ocorria informalmente, assim como a legislação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que prevê a possibilidade da parceria - cooperação. Outro fato decorrente disso são os programas oficiais prevendo a participação das ONGs e

⁶⁶Disponível em www.mpefunbio.org.br.

⁶⁷Disponível apenas sob solicitação no site www.wwf.org.br.

empresas na cogestão parcial das UCs, fato, por exemplo, previsto no Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da SMA e de uma parceria proposta com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com execução a cargo do Instituto Florestal e da Fundação Florestal, entre outros órgãos da Secretaria.

Segundo Rabinovici (2002a) diversas ONGs e agências transnacionais têm sido convidadas ou buscam parcerias com os órgãos públicos responsáveis por estas áreas, inclusive chamando para si a responsabilidade pela conservação de recursos naturais através da aquisição de grandes áreas (transformação destas em áreas particulares sob seus domínios), com finalidades de conservação. Em alguns casos, reivindicando o manejo, mesmo que indireto de grandes porções de territórios, especialmente nos países em desenvolvimento, declarados estratégicos, *Hotspots* ou outros. Muitas delas almejam o manejo integral de áreas protegidas. A maioria, porém, se atém às áreas de sua especialidade que podem ser: Educação Ambiental, TS, pesquisa, manejo da visitação de UCs (com predominância do lazer e do TS), entre outras. O TS em UCs acaba sendo uma importantíssima ferramenta para educar e expandir as fronteiras do conservacionismo e por isso, esta é uma das explicações para que seja amplamente buscado pelas ONGs que atuam com educação e preservação ambiental.

Como exemplo pode-se citar a WWF Brasil no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, GO, Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, PE, PETAR, SP, e o Parque Nacional da Serra da Capivara, PI, cogerido pela Fundação Museu do Homem Americano (FUNDHAM), que estabeleceu uma política de proteção que inclui a integração da população circunvizinha do Parque às ações de conservação e implementou também um projeto de desenvolvimento econômico e social, que visa educar e preparar as comunidades para que possam participar do mercado de trabalho motivado pela UC: obras de infraestrutura, manejo e Turismo ambiental e cultural.

Cogerindo áreas, formalmente ou informalmente, existem vários outros casos a serem citados: o da Fundação Vitória Amazônica (FVA), no Parque Nacional do

Jaú, AM, e o da Sociedade Civil Mamirauá (SCM), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM, ambos com planos para o TS implementados.

Influenciando a criação de novas áreas protegidas temos como exemplo uma RPPN na região do Rio Cristalino, no município de Alta Floresta, MT, que, ao se transformar em uma das principais iniciativas para a conservação da região, inclusive com a descoberta de novas espécies de plantas, estimulou a criação do Parque Nacional do Cristalino, MT⁶⁸.

3.3.8 Busca de soluções para problemas sociais advindo do Turismo tais como a exploração do Turismo sexual e as desigualdades de gênero

A eliminação do Turismo sexual é um dos grandes desafios das políticas públicas da área, inclusive nos destinos ecoturísticos e as ONGs têm buscado soluções, como é o caso da Casa Renascer (CRN) que junto a parceiros diversos, desde 2003, têm atuado como entidades incubadoras do Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Criaram a ONG Resposta, para coordenar as ações do Código. Entre as várias ações realizadas, está a adesão ao Código de Conduta por vários empreendimentos turísticos do Rio Grande do Norte; a publicação do Código em seis idiomas, tido como referência pelo Ministério do Turismo/Embratur; e a inserção da obrigatoriedade de adesão ao Código para a concessão do Selo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Qualidade em Serviços Turísticos.

Desde 1999, a ONG Iniciativa de Gênero promove o monitoramento de projetos financiados por instituições multilaterais no Brasil, avaliando seus efeitos sobre as mulheres e as desigualdades de gênero provocadas pelo Turismo. Com atuação nacional, é integrada por várias organizações feministas, em parceria com a Rede Brasil e o apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Em 2008 a Iniciativa possuía grupos em cinco Estados e três diferentes programas. Promoveu seminários para debater a questão como o *Seminário Dimensões da*

⁶⁸GIRARDI, G. Turismo protege e gera negócios. Jornal O Estado de São Paulo, Vida, p. H6, publicado em 06/11/2008

Desigualdade no Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, realizado no contexto do monitoramento do Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur). Para tal, considera que a realidade das comunidades, atingidas por programas de desenvolvimento turístico, contradiz o que vem sendo apregoado por distintos órgãos: o Turismo pode ser uma ameaça e um risco, ao invés de uma oportunidade, tanto do ponto de vista social e laboral, quanto do ecológico. Além de representantes dos movimentos ambientalistas, sindicais, feministas, pesquisadores de universidades, participaram representantes de outras Regiões, com o objetivo de avaliar o modelo de Turismo de massa proposto pelo Prodetur para todo o Brasil.

3.3.9 Inovações, reflexões, tendências, questionamentos para a área de Turismo em geral

Novas reflexões, tendências e filosofias são propostas e exercitadas por algumas ONGs, que, diferentemente de buscar agregar valor ou diferenciação no mercado do Turismo, podem inovar, arriscar-se em direção a novos horizontes e propostas. Uma delas é o *slow travel*⁶⁹, que deriva do *slow food*, ambas as filosofias contrárias à submissão e aceitação ao ritmo de vida moderno, à correria, à premiação da velocidade sobre a qualidade, costumes e outros impostos pelo modo de vida moderno. O movimento *slow travel* propõe que se ande na contramão do Turismo, retornando aos mesmos lugares, sem pressa, ansiedade por conhecer muitos atrativos diferentes e simultâneos, padronizados, baratos, nos quais o turista pode rodar o mundo inteiro em poucos dias, gastando pouco, seguindo trilhas já percorridas por outros semelhantes, sem surpresas, tudo pré-estabelecido, contumaz.

Viajar é sair da rotina, poder se distanciar do cotidiano, repensar o dia a dia e com isso provocar mudanças importantes e significativas no ambiente em que se vive. A viagem, quando potencializada com propostas de vivências diversas promovidas pelos organizadores, no caso as ONGs, com sua possibilidade de criar e testar novos métodos e propor novidades, criam tendências cujas

⁶⁹Informações disponíveis no site: www.slowtrav.com, acessado em 20/03/2008.

propostas trazem ao segmento a possibilidade de inovar e de repensar a sociedade, os destinos, os costumes, a modernidade e têm potencial para ativar mudanças sociais, na medida em que são experimentadas e aceitas por várias pessoas, com poder de modificar sua realidade e de seu entorno.

As questões ambientais, sendo o tema mais propagado desde o início do século XXI, têm despontado como uma questão do Turismo. No começo com a incorporação dos ditames e discursos da sustentabilidade e, depois com a necessidade da incorporação dos seus ideários às suas diversas práticas, que vão desde a mudança dos combustíveis das aeronaves, a busca por roteiros mais próximos que minimizem seu uso, a procura por destinos não poluídos, ou até ameaçados pelas mudanças climáticas. A disponibilidade para a troca de experiências, ao diálogo, ao convívio social e com diferentes culturas, à disponibilidade de se pagar mais caro pelo que se supõe sustentável, até a possibilidade de convivência com a natureza e o descanso são outras questões levantadas. ONGs como a WWF, a *Sustainable Travel International*⁷⁰ têm feito parcerias com empresas aéreas para efetivar mudanças em suas políticas e práticas. Estão sendo trabalhados projetos para o investimento em compensações ambientais, novos trajetos, revisão do consumo de combustível, de embalagens, de água, cuidados com o descarte de resíduos, plantio de árvores, modernização da frota e doação de dinheiro para institutos de pesquisas comprometidos com a busca de soluções para essas questões.

Segundo dados levantados por esta pesquisa, outra possibilidade criada por ONGs é a de se trabalhar nos destinos, ser voluntário de algum lugar, alguma causa, como o faz a ONG inglesa i-to-i⁷¹ que já enviou voluntários ao Brasil. Outras ONGs têm sido parceiras de agências e de moradores de destinos turísticos para captar doações, incluir a realidade local nos trajetos, que podem ser em favelas por exemplo, de modo a divulgá-los, cuidando da correta exposição de sua imagem, e captar fundos para transformá-los de acordo com diagnóstico feito com a comunidade, de possíveis soluções.

⁷⁰www.sustainabletravelinternational.org, acessada em 20/03/2008.

⁷¹www.i-to-i.com, acessada em 20/03/2008.

3.3.10 Pesquisa e difusão de técnicas em Turismo Sustentável

Cada vez mais as ONGs contribuem com a construção de conhecimentos que alimentam a prática e a pesquisa na área de TS, resultando em um número crescente de publicações de experiências, as quais têm gerado um significativo aprimoramento das práticas deste segmento turístico.

As redes, sociedades e fóruns presenciais ou virtuais proliferam diariamente com a divulgação de experiências, pesquisas, e resultados que servem como referência e transformam, muitas vezes, o conhecimento gerado, em campanhas pela sustentabilidade do Turismo.

As ONGs têm participação ativa em orientações de pesquisas, apoio às universidades, organização e realização de eventos que congregam pesquisadores e na divulgação ao grande público, através de sua facilidade de inserção na mídia, além de publicações especializadas, produção de documentários cinematográficos e televisivos. Algumas ONGs também vêm incentivando a pesquisa através do oferecimento de bolsas de estudo e possibilitando a realização de intercâmbios, como é o caso da WWF e da CI-Br.

Afora isso, a ampliação em quantidade e qualidade de eventos de divulgação na área é uma das consequências do aumento da produção de conhecimento sobre o TS, sobretudo a feita pela academia e por ONGs⁷².

Para este estudo destacamos dois importantes eventos nos quais participamos para observar e assim tecer um panorama. Os eventos foram escolhidos pelo seu grau de impacto junto à opinião pública, visando complementar a pesquisa: o IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC) e VIº Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) que ocorreram simultaneamente, de 08 à 11 de novembro de 2007, em Itatiaia, RJ e o IIº Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), que ocorreu em 12 a 15 de maio de 2008, em Fortaleza, CE. Os dois

⁷²Tratando da temática do ecoturismo, somente entre 2007 e 2008 tem-se o registro dos seguintes eventos: VIº Congresso Nacional de Ecoturismo e IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação – EcoUC, o X Encontro Nacional de Turismo de Base Local, o IIº Seminário Internacional de Turismo Sustentável, IIIº Simpósio de Turismo Sertanejo, IIº Congresso Nacional de Trilhas, Iº Congresso de Ecoturismo na Amazônia, IIº Fórum Nordestino de Ecoturismo, entre outros.

eventos tiveram abrangência nacional, presença de algumas das ONGs estudadas. As observações sobre os eventos compõem apêndice desta tese.

Até aqui, frisamos contribuições possíveis e desejadas das ONGs ao Turismo, porém, sem maniqueísmos, as ONGs também desencadeiam processos destrutivos, negativos ou simplesmente aguçadores de novos conflitos a serem enfrentados pelas comunidades, o elo mais fraco nesta relação. A seguir procuramos exemplificar.

3.4 As possíveis contribuições das ONGs ambientalistas para a Insustentabilidade do Turismo

“O que se tem pra mostrar é o modo de vida local, se você modifica o modo de vida para atender o Turismo, você está indo contrariamente a tudo. É claro que provavelmente eles se entreguem ao Ecoturismo na medida em que isso gera renda mais rápido, mas isso vai ter que ter um avanço e um revés para eles irem aprendendo” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Muitas vezes as ONGs se colocam como agentes catalisadoras de ações de conservação ambiental e assim oferecem melhores condições de tocar projetos, arrecadando somas significativas de recursos financeiros e humanos, buscam parceria com as comunidades locais, além de atuarem junto a empresas e governo. Consequência disso, muitas vezes é a desmobilização da comunidade que passa a depender da sua tutela, ou incorpora uma agenda diferente da original apostando em alternativas técnicas, sem sentido para elas. Esse fato é confirmado por Neves da ASPAC (em entrevista à autora em 2008) que afirma em depoimento que, embora o Projeto estivesse caminhando bem durante a época em que o WWF era parceiro, já se previa o seu desmantelamento do mesmo, a dependência total do WWF, segundo ele, em função da falta de capacidade comunitária para tocar as ações:

“Queriam fazer um monte de coisas e o WWF pagava, e, assim criaram uma situação insustentável, com estrutura

impossível de se manter com os próprios pés. Assim, com a saída de cena do WWF, um pequeno grupo se associou para montar uma cooperativa (...). Dissolvemos aquele monte de gente que estava trabalhando, era um modelo bem capitalista, aí começa realmente uma nova fase” (NEVES em entrevista à autora em 14/05/2008).

O Instituto Peabiru afirma se preocupar com a questão:

“Bom, o nosso modelo é exatamente o oposto... é o modelo de ‘quebrar a cara’, desde o início... se vira! Desde o primeiro dia eles têm que se virar. E aí nós brigamos bastante... reclamam...” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Pode ocorrer também a acomodação da comunidade, que deixa de cobrar do Governo, para cobrar da ONG:

“Quando chega uma ONG lá com dinheiro e tudo é deixado na mão da ONG, acontece acomodação” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Esta cobrança, acomodação típica de um processo assistencialista, foi observada durante os dezoito anos de atuação do Instituto Physis no PETAR, quando a comunidade, acostumada a receber cursos, doações e favores, cobrava constantemente de sua equipe a realização de todo o tipo de oficinas. Nas atividades que foram realizadas gratuitamente, reclamavam caso não houvesse lanche e pequenos presentes equivalentes aos que tinham recebido em outros momentos.

Os impactos negativos e positivos têm a mesma origem, a depender da condução dos trabalhos, com potencial desestruturador ou estruturador da comunidade. A mudança produzida nas comunidades é intensa, sejam os impactos positivos ou negativos. No tocante aos impactos concretos do TS, a contribuição dos debates está na intervenção e problematização das ações que incidem nos territórios onde é praticado, com o potencial de transformar as populações locais em sujeitos atuantes e inseridos na construção de pactos sociais e políticos para a conservação dos recursos naturais. Além disso,

investimentos em qualificação profissional para a gestão dos mesmos, inserção no mundo global, acesso a bens econômicos e culturais e o fortalecimento de identidades, seriam metas para sair do plano discursivo e complexo por definição e criar condições emancipatórias.

Segundo Campos (2006) as transformações socioambientais pautadas nas interações, ocorrem em todos os sentidos, para os sujeitos envolvidos nos processos conflituosos. Assim, os agentes externos, tais como as ONGs, influenciam e são influenciados. Criam-se tendências diversas de mudança, que podem resultar na manutenção e abandono de práticas locais de manejo dos recursos.

No Turismo é muito comum observar mudanças significativas na percepção das comunidades de moradores, quando estas passam a conviver com diferenças, aceitando posturas totalmente contrárias às suas, valorizando determinadas paisagens e aspectos das culturas locais, correndo sempre o risco de folclorizá-las, criando ou tirando sua autenticidade, alterando radicalmente seus modos de vida e a chamada “Alma do Lugar” (YÁZIGI, 2001).

Por conta da questão empresarial, é que as experiências recentes de TS ainda não avançaram. Dirão os técnicos, que, com capacitação e tempo, as comunidades se adaptarão. Dirão as comunidades e algumas ONGs, que, por conta dessa racionalidade, perde-se a sua essência, não só “atrativa” as olhares dos turistas, como no funcionamento e reprodução social e cultural comunitária, que, em longo prazo, inviabilizariam o Turismo.

Essa tão propagada vertente empresarial recomendada às comunidades locais pelas ONGs que as assistem, na verdade, constitui uma grande falha nas próprias ONGs, mesmo as transnacionais como demonstra o seguinte depoimento:

“Não é só da CI a leitura que eu faço. Do que eu conheço da WWF é a mesma coisa: o que acontece, ONG, é muito boa, sabe trabalhar com indicadores, sustentabilidade, principalmente na parte de impacto ambiental, a maioria do pessoal que trabalha nas ONGs é biólogo, ou é ecólogo, mas na hora que você vai para a gestão do negócio, é uma falha enorme que tem, e no caso do Ecoparque (do Una) foi

onde pegou! Eles contrataram consultoria na época, para fazer um plano de negócios e aí, é minha leitura, não em relação a essa consultoria específica, mas a muitos planos de negócios que eu já vi, é que é o seguinte: as vezes você paga o cara para ele te falar aquilo que você quer. Foi o que aconteceu lá. Você pagou o cara para ele te falar que o negócio era viável, então ele fez e mostrou que era viável, mas era completamente inviável. Então realmente é isso, na parte financeira o projeto foi um fiasco” (...) “Em relação ao Rio Negro também não foi diferente, foi outra consultoria que fez, e eles também fizeram uma super estimativa em relação ao mercado consumidor potencial, esses que eu conheço mais. Dos projetos que eu conheço da WWF também não foi diferente. Eu trabalhei num específico como consultor nas Pedras Negras de Curralinhos (RO) e também, quer dizer, você tinha uma expectativa de mercado muito difícil de acontecer. .. então acho que tem essa falha nos projetos que eu conheço no Brasil, faltou essa leitura de mercado, os projetos são muito bonitos, mas eles não são financeiramente viáveis” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Como então impor essa racionalidade sabendo que ela pode ser uma das causas principais do fracasso das iniciativas de Turismo nas ONGs melhor estruturadas? Salvati (em entrevista à autora em 2008) destaca as dificuldades dos envolvidos na TS:

“Obviamente, as pessoas que trabalham com meio ambiente são pessoas que têm pouca noção, pouco conhecimento do funcionamento do mercado, têm pouca noção da elaboração e do funcionamento de um produto: é muito fácil de você pensar num produto ecologicamente correto, mas é muito difícil pensar como você coloca esse produto numa carteira de uma operadora. Como você convence um viajante comum a conhecer a região, então conseguir esse investimento inicial era fácil, no começo dos projetos de Ecoturismo da WWF, o dinheiro era imenso, tinha dinheiro, o financiamento vinha sem muito questionamento por parte dos financiadores” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Essa dificuldade é muito maior para a comunidade, correndo-se o risco de interpretações preconceituosas por parte dos técnicos das ONGs ou realistas, dependendo do caso, como exemplificam os trechos abaixo:

“Então, uma avaliação que faço é de que é muito difícil a apropriação pelos parceiros nesse empreendedorismo com Turismo. Eles são caboclos, são caiçaras, outros são mineradores no caso da Chapada (dos Veadeiros), e eles têm uma dificuldade de ter uma visão empresarial, uma visão de empreendedor. O fato de não haver um controle de qualidade, de não haver um mecanismo efetivo de contato com o mercado, que é um mercado que é muito dinâmico e que precisa ser muito profissional, e isso começou a gerar problemas práticos, problemas de perda de cliente, problemas de estabilidade e até então perda de índices de ocupação” (...) “Porque Mamirauá deu certo? Porque você tem lá sete ou oito técnicos com grana do CNPq bancando, que tão lá respondendo e-mails, atendendo turistas, qualquer projeto que você tem técnicos 100% do tempo acompanhando dá certo! Isso é claro para mim: pessoas de fora, que resolvem problemas, que fecham negócios. Se o instituto sair de Mamirauá, ele não vai com as pernas sozinho, e aí fica aquela dúvida: é Turismo de base comunitária? Não sei... Turismo de Base Comunitária tem que ter controle por parte da comunidade, de boa parte do negócio... tudo bem, benefícios ficam lá bastante.. ficam, claro... mas ainda há uma tutela, sem dúvida. Silves está capengando porque eles estão sozinhos.. e eu me convenci que para mexer com Turismo tem que ter uma pessoa do Turismo, do mercado porque as comunidades demoram muito para entender como funciona o mercado” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Pode ocorrer que a tutela esteja vinculada a uma insegurança, com base real, concreta, ou preconceituosa, para além de simplesmente interesses das ONGs proponentes em continuar trabalhando e sobrevivendo, como demonstra depoimento de Meirelles Filho (dado à autora em 2008), revelador talvez, destas três questões conjuntamente:

“Nós não pretendemos entrar diretamente no negócio, então aqui em Curuçá, por exemplo, já foram realizadas

operações, nas quais ou operadores de fora ou de Belém contrataram diretamente os grupos ainda informais. No caso de Curuçá, nós esperamos que eles formalizem, nós estamos trabalhando para isso, criando-se cooperativas, agências, ou empresas, ou outro formato jurídico... Pode ser que nós entremos como sócio deles... Em outros projetos entramos de sócio, como no mel... e aí acho que somos sócios, players importantes, pois sem nós, a cabeça do time, acho que não vai funcionar no mel... porque são comunidades muito dispersas, com recursos muito grandes, com capital extensivo... nós não podemos imaginar que uma comunidade vai trabalhar com isso... O Ecoturismo é diferente... então talvez nós sejamos donos de uma operadora para fazer o meio de campo aí... Mas isso não está claro. No caso do mel e outros produtos, como o reflorestamento, isso está claro. Em Monte Alegre, com certeza, nós vamos abrir uma empresa, para poder apoiar logisticamente lá. Em Curuçá é aqui, fácil, mas Monte Alegre é muito complicado a logística” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

São muitas incoerências, pois, a insegurança e os preconceitos são incompatíveis com o discurso bem elaborado de emancipação comunitária feito para financiadores e comunidade na apresentação dos projetos.

“O mais importante é conectar as comunidades no mercado mundial... Nós queremos que eles façam negócio com a ALCOA, direto, lá em Nova York, sem a nossa participação. Então esse é nosso objetivo... Porque essas comunidades, na globalização, elas estão isoladas do mercado. E a salvação é, sem filantropia, eles entrarem no mercado para negociar...” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Ou simplesmente estão a cargo de aptidões pessoais no que diz respeito à gestão de negócios. Tudo isso pode conduzir à perda da dimensão socioambiental ou simplesmente ao fim dos projetos em andamento, sem levar em conta sua amplitude e as consequências mais brandas, menos perceptíveis ou, até uma compreensão limitada do potencial educacional e irradiador das iniciativas a despeito do seu custo imediato. Segundo depoimento de Alexandre Prado:

“Quando eu entrei para a CI, no começo de 2003, como eu gosto um pouco mais dessa parte de gestão de negócios e tudo, a parte que eu sempre tenho essa tendência, então eu vim para dar essa visão nesses projetos de Ecoturismo em que a CI estava atuando e também dar uma olhada em projetos que poderiam acontecer em outros lugares. Então desses dois projetos que já estavam há mais tempo, que era a Rio Negro (RN) e o Una, então a minha leitura foi a seguinte: nós temos que parar de botar dinheiro nisso e foi o que a CI parou de fazer, tanto no Una como na RN, porque a RN agora está temporariamente fechada, porque eu acho, que tem recurso, atualmente, para projetos de conservação, então o doador ele quer proteger uma espécie, ele quer trabalhar com mudança climática, ele quer proteger uma área. Eu não posso pegar (essa é minha leitura ética, óbvio que eu posso justificar tudo, a gente pode justificar tudo), eu não posso pegar um dinheiro de um cara lá nos Estados Unidos que doou para um projeto de conservação e fazer uma piscina na fazenda RN, que é umas das coisas que precisaria fazer para deixar aquilo mais interessante como negócio, só que da minha leitura como ONG não faz sentido. Esse cara deu dinheiro para eu proteger a ema, a arara azul. Então eu posso até pegar esse recurso e fazer a cerca da RN, isso eu faço, eu posso pegar esse dinheiro e comprar combustível pra fiscalização na RN, isso eu posso fazer, mas eu pegar esse recurso e fazer uma piscina, para um hotel, que atende um estrangeiro, que vem dos Estados Unidos ou da Europa, no meu entender não faz sentido.... isso pode ser que dê algum rendimento, pode ser mas, pode ser que também não dê, como não deu, então eu acho que é um risco muito grande” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Ainda prevalece nas ONGs uma visão muito limitada de TS. Obras mais convencionais que remetam ao Turismo de Massa, como por exemplo fazer piscinas ou outros equipamentos de lazer pode ser uma imposição de uma lógica de mercado a uma atividade que pode superá-la e ainda ser sustentável. Isso, claro, quando se aposta nas consequências de um fazer que rume a uma mudança de visão de mundo e atitudes que esta prática, realizada de forma original, sem abrir mão de seus princípios, pode propiciar.

“Devido ao condicionamento cultural pode-se exigir certo padrão de conforto e segurança; mas é preciso tomar cuidado

para que isso não mascare, não encubra o medo de experimentar outras possibilidades de viver e de pensar. É preciso que o Ecoturismo deixe de “preparar” os locais para receber o visitante e passe a preparar o visitante para conhecer os locais. O ecoturista que for educado a compreender e conviver com a diferença saberá reconhecer a riqueza dessa experiência” (MENDONÇA; NEIMAN, 2002:170).

Essa visão estritamente comercial é a que pode culminar em uma postura idêntica à do mercado e que leva ao fracasso da atividade, e, como consequências traz uma marca de desilusão para com a área, desnecessária.

“Muitas vezes, um atendimento comumente considerado como “de qualidade” pode tornar a experiência do visitante totalmente previsível. Uma pousada com televisão e frigobar no quarto, um guia muito bem treinado, bem vestido e bem equipado, constituem serviços de qualidade como se espera que sejam, em qualquer lugar. Mas, se o visitante não sabe o que significa entrar em contato com a alma do lugar fica sem poder desejar essa experiência” (MENDONÇA; NEIMAN, 2002:170).

Esta opção não foi bem sucedida nos projetos apresentados o que demonstra que a aposta no TS tem que ser mais arrojada e fiel aos seus preceitos, sob pena de ser identificada com as contradições e problemas enfrentados pelo mercado, como demonstra o trecho do depoimento abaixo:

*“Nós temos custos... e **nossos concorrentes** não tem!” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).⁷³*

A face mercadológica aparece como uma incoerência, ou, evidencia o fato de que a conservação é a prioridade, e, a aposta no Turismo, feita tão somente em função dela, por ONGs estritamente conservacionistas, está condenada ao fracasso, ou, que algumas conquistas importantes no que tange ao Turismo e Educação Ambiental, podem ser desconsideradas ou bem menos prioritárias.

⁷³Grifo da autora.

“Bem ou mal você vem como uma estratégia de conservação como referência. No caso do Pantanal poderia ter ido muito mais longe... como as outras pousadas. Não foi, porque estava muito focado na gestão do negócio, porque tinha prejuízo, então não dá, ou você faz uma coisa ou você faz outra. Acho que foi um dos motivos de nós termos parado de botar dinheiro. No meu ponto de vista como ONG tem que pensar na gestão do bioma, na conservação do bioma, não faz sentido gastar tempo desgraçado na gestão de um negócio, que não vai dar certo” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Além da concorrência com o mercado, a disputa entre as ONGs gera uma série de novos problemas. No caso do PETAR houve clara competição, ou, no mínimo falta de diálogo entre as ONGs (Physis, Ing Ong, Sociedade Brasileira de Espeleologia, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica entre outras) que, em 1997 e 1998, ofereceram cursos de capacitação para a formação de monitores ambientais locais com conteúdos similares, nos mesmos dias, competiram pelos alunos oferecendo vantagens e, assim, formaram muito mais monitores do que a demanda local à época, criando enorme frustração dos formados que continuaram desempregados apesar do esforço.

As ONGs nem sempre consideram o momento, o ritmo e os aspectos culturais das comunidades em sua busca por autonomia, liberdade, participação e uso dos recursos. Seus projetos, questionados em sua legitimidade, podem acirrar disputas pré-existentes.

As comunidades também têm dificuldades em compreender o tempo dos projetos, e, como muitos demoram em ser implementados, ou até para serem negociados junto às comunidades, de forma realmente participativa, as mesmas tendem a se desiludir e desacreditar do Projeto e da ONG. Este aspecto, no caso de pequenas ONGs pode ser fator crucial para a sobrevivência da parceria. O Instituto Physis não conseguiu, até o momento desta tese, realizar um projeto, chamado de Uniparque, principalmente por conta do tempo demandado para construir um processo participativo na fase de planejamento. Assim, foram imensas as dificuldades para se trabalhar sem financiamentos uma etapa

fundamental, e, chegada a hora de captá-los, ONG e comunidades inexperientes para isso, não puderam esperar e toda a mobilização foi sendo desfeita aos poucos até o abandono temporário do Projeto.

Outro fator crucial para acirramento dos conflitos é o desconhecimento de como superar as barreiras culturais para que ocorra diálogo produtivo para todos. Os entrevistados de Silves, WWF e Terramar são unânimes em citar os limites e as diferenças dos atores locais em trabalhar questões técnicas e mercadológicas do Turismo.

“Você não encontrava uma pessoa que tivesse esse perfil dentro da comunidade e, para o Turismo dar certo você, precisa ter esse perfil, uma pessoa que gerencie a qualidade do produto, de forma rígida. Dois dias antes de o turista chegar, você tem que abrir o quarto, arejar, tirar o sapo, os besouros, porque o turista chega lá e encontra o sapo no banheiro, encontra um besouro andando na cama... Eles não tinham essa visão de que o turista vem do meio urbano e eles estavam no meio rural” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Mas, por mais que sejam ensinadas, não se espera que absorvam tudo, se equivalham aos mestres - seria uma surpresa se estas comunidades superem os seus professores. Há um limite que pode ser real em alguns casos, ou fruto de preconceitos ou até constatação de diferenças aceitáveis e respeitadas, no mínimo deve demorar...

“Mas nós esperamos que este grupo receba... aumente o seu quadro, no caso de Curuçá... E até se divida, se multiplique, e crie lá uma empresinha de bicicleta, ou é um outro que as vezes tem um passeiozinho, as vezes é uma família... Nós não temos a exigência de que eles reproduzam nosso modelo de ONG... nós esperamos até pelo contrário: que eles criem pequenos negócios. Então, ensinar empreendedorismo, a parte de gestão, a parte comercial, é mais importante do que ensinar as técnicas de Ecoturismo. Como é mais importante do que ensinar as técnicas de meliponicultura, que é mexer com abelhas sem ferrão. Essa é a parte fácil! Ensinar viagem é fácil, eles aprendem rápido... agora ensinar como montar uma empresa, como

atender um cliente, como ser pró-ativo, demora...”
(MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Mais motivos para o acirramento de disputas e conflitos são a questão financeira e de poder (inter-relacionadas) resultante da proximidade de membros da comunidade com as ONGs, especialmente os comunitários que participam mais ativamente nas ONGs. Outro ponto de tensão são as diferenças de visões e técnicas provenientes da interação entre ONGs, comunidade e turistas e comunidade, especialmente diante da fragilidade comunitária e da imposição de novos pontos de vista e estilos e modos de vida distintos.

O incremento na renda de alguns em detrimento de outros não aptos e não interessados no Turismo também pode resultar em grave problema, especialmente quando oferece condições desiguais de emprego e renda, criando novas desigualdades.

“Agora, a entrada do dinheiro é outro ponto forte de conflito, porque quem tem dinheiro tem poder. Aqueles que manipulam o dinheiro em nível local têm o poder. Então as pessoas procuram quem tem informação e quem tem dinheiro... ele convoca reuniões, convoca outras pessoas para dividir informações... nós exigíamos que fosse decidido em plenária, o dinheiro é um problema na sociedade como um todo” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Entre os impactos diretos ou indiretos do Turismo e com grande potencial conflituoso percebidos por Peralta (2005) em Mamirauá estão: as novas fontes de renda incentivando a permanência da população na área rural, bem como o crescimento populacional e migração de retorno o que, fará com que aumente a pressão pelos recursos naturais e por isso há que se atentar por construir novas políticas de ocupação. A autora também constatou abalo nas relações de poder e intensificação da estratificação social entre as unidades domiciliares na medida em que são produzidas novas formas de hierarquia e fontes de poder na comunidade. Esta situação muitas vezes culmina em processos de resistência ao Turismo.

Peralta (2005) ressalta os possíveis impactos positivos que a atividade turística pode ter. Afirma que ela pode vir a ser um incentivo à conservação dos recursos naturais somente caso os moradores percebam na proteção dos recursos uma forma de geração de benefícios econômicos. Isso já ocorre em Mamirauá, AM, através de:

“um sistema de perdas e ganhos onde o respeito às normas de manejo, a organização comunitária e a participação em atividades de fiscalização são diretamente recompensados com incentivos econômicos. Será necessário, entretanto, um estudo de abundância de algumas espécies-chave na área para monitorar se esta situação realmente produz resultados positivos sobre as populações através dos anos. Para que a atividade tenha realmente efeitos sobre a diminuição da pressão antrópica sobre recursos-chave, será necessário que um maior contingente da população esteja envolvido com os benefícios econômicos da atividade, seja através da prestação de serviços, venda de artesanato, ou produtos agrícolas, pois se os benefícios estiverem concentrados haverá um efeito inverso, onde os segmentos da população que estão de fora violarão mais as regras, pois não são beneficiados diretamente com a conservação” (PERALTA, 2005:187).

O mesmo é apontado por Born (2002) quando insiste que comunidades que vivem em áreas protegidas ou no seu entorno devam receber compensação por serviços ambientais:

“Atividades como Ecoturismo ou agricultura orgânica ou em sistemas agroflorestais ainda não remuneram a população local, pois a sociedade em geral não quer pagar um preço justo por mercadorias e serviços que são oferecidos com o custo de proteger o ambiente, os monumentos históricos, a cultura e a paisagem” (BORN, 2002:53).

A dependência da comunidade em relação à ONG e também do Turismo, a primeira temporária, o segundo sazonal, pode trazer enormes problemas e desestruturação. Muitas vezes a dedicação exclusiva ao Turismo pode se revelar

como um dos piores impactos, pois pode incorrer no abandono de outras práticas geradoras de renda ou de subsistência.

Uma questão citada nas entrevistas é a aposta ou priorização equivocada de temas menos importantes ou até sem sentido para as comunidades. Na medida em que os financiadores apoiam somente sob determinadas condições, muitas vezes são realizados projetos para atender aos editais e financiamentos que nada tem a ver com as demandas e interesses comunitários. Muitas vezes, caminhos iniciados pela comunidade são abandonados em função de outros menos interessantes ou, existe a possibilidade de que os projetos das ONGs consigam maior visibilidade do que os locais. Estes, comumente, são citados pelas ONGs como ineficazes e ruins para justificar os financiamentos ofendendo sobremaneira a atuação e minimizando as conquistas dos comunitários e garantindo até prêmios para a ONG em cima de projetos “comunitários” desconhecidos pela comunidade.

Assim como impertinentes, há os projetos equivocados, apenas de interesse da ONG e não da comunidade, formatados para receber verbas como mostra o depoimento de Neuhaus:

“Às vezes a ONG desenha um projeto não em função da real necessidade das comunidades, mas em função do tipo de financiamento que ela consegue ter, acontece. Você vai desenhar realmente o que precisa, não vai conseguir financiamento então você vai adequar, desenhar para conseguir financiamento, pronto, aí você vai ter dificuldades e, outro problema é você ter vários que já tem financiador lá então a comunidade vai lá e ouve que já tem essa ONG lá, fazendo e tal e vocês não precisam. Tem isso, as ONGs tem que sobreviver então optam em fazer um projeto assim” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Poderiam ser citados vários exemplos dos impactos acima, além de outros mais sutis ainda, porém foi feita a opção de aprofundá-los adiante no capítulo 5, o qual trata especificamente de conflitos.

Parte II – As Organizações Não Governamentais pesquisadas

“Nós surgimos contra a globalização neoliberal e ela está derretendo. Há nove anos atrás, nós éramos chamados de arautos do impossível, por pregar um outro mundo, mas as mudanças que se operaram na conjuntura mostram que estávamos no caminho certo. Hoje, a junção das diversas crises - ambiental, financeira etc. - e esse contexto de desmonte que revela a não sustentabilidade da economia real só dão razão à necessidade urgente e incontornável e mudar o mundo” (...) “Aqui no FSM continuamos em festa, com a alegria de viver e de construir um novo mundo. Portanto, no momento em que estamos vivendo, o mundo parece se inverter a nosso favor” (Cândido Grzibowsky, Diretor-geral do Ibase e membro do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial, Belém, PA, 27 de janeiro, 2009)⁷⁴.

⁷⁴In: THUSWOHL, M. “O mundo parece se inverter a nosso favor”, Agência Carta Maior, 28 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15523 acessado em 28/01/2009.

Capítulo 4: Organizações Não Governamentais atuantes no Turismo, diferenças de visão e atuação

Neste capítulo será apresentada uma seleção de ONGs, escolhidas por sua representatividade na atuação com TS no Brasil. A intenção é levantar dados sobre sua existência e as principais atividades desenvolvidas por elas, relacionadas à sustentabilidade socioambiental nos projetos de Turismo. Como a localização e a atuação delas são dispersas por todo o território nacional, não foi possível uma pesquisa *in loco* em cada uma das experiências. Assim, a observação não ocorreu de modo padronizado e longitudinal em todos os casos; ela foi mais assimétrica do que sistemática quanto à ênfase, aos detalhes e aos instrumentos comparativos utilizados.

Ressalta-se também a constante aparição de novas experiências de ONGs e comunidades com TS. Muitas ainda em fase de projeto. Não há a possibilidade de acompanhar a criação e o propósito de todas elas. Fato interessante é que, por um lado elas estão sendo impulsionadas por eventos, financiamentos e todo o tipo de oportunidade, inclusive mercadológica, por outro, o crescente interesse e criação de novos projetos tem estimulado, por sua vez, uma nova rede de financiamentos e apoiadores.

Durante o IIº SITS no Ceará (2008), foram realizadas oficinas para dialogar sobre a criação de um edital de apoio a Projetos de Turismo Comunitário, com uma quantia limitada de dinheiro a ser doada pelo Governo Brasileiro através do Ministério do Turismo (MTur). Durante o evento, o lançamento foi bastante divulgado. Posteriormente houve uma Chamada Pública de Projetos 01/2008 e a participação foi surpreendente. O total de propostas recebidas foi de 518. A etapa de pré-seleção, de caráter eliminatório, foi realizada pela equipe de técnicos do MTur, sob coordenação do comitê técnico, designado por portaria. Foram pré-selecionadas 140 propostas.

Foi aprovado o apoio financeiro a 50 projetos, com recursos do Orçamento Geral da União para o Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social. O MTur tinha expectativa de recebimento de aproximadamente

120 propostas e a programação orçamentária para apoiar até 15 projetos. Face ao recebimento de tantas propostas e da qualidade e relevância social de um número considerável de projetos, os técnicos avaliaram a necessidade de ampliação do número de projetos para serem apoiados. Desta forma, optaram por dividir a ação de apoio a projetos de Turismo de Base Comunitária em duas fases: 25 projetos com recursos do orçamento de 2008 e a 25 projetos com recursos de 2009.

Na relação dos projetos aprovados aparecem algumas das iniciativas aqui citadas (Instituto Terramar, com o *Projeto Turismo solidário - conservando a Floresta com Araucária*; Instituto Peabiru, com o *Projeto Deslocamentos: Ecoturismo de base comunitária no litoral norte do PR*; Instituto Vitae Civilis, com o *Projeto Rede de Ecoturismo para a vida!*; e Associação Projeto Bagagem, com o *Projeto Nossa Terra Nossa Arte*). Além deles, receberão recursos, uma série de novas iniciativas que este estudo não teve a oportunidade de investigar, a maioria delas encaminhada por ONGs, algumas poucas feitas por comunitários e muito poucas por governos e somente uma por universidade. No caso dos projetos com comunidade, alguns foram encaminhados por aldeias indígenas, caixaras e quilombolas. Há projetos que são de comunidades inseridas em UCs. Os projetos são de localidades espalhadas por todo o território nacional.

Em comunicação no evento “Sustentabilidade socioambiental: novas práticas na atividade turística”⁷⁵ a Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving, relatando sua participação como julgadora na seleção dos Projetos comentou, bastante entusiasmada pelo volume e qualidade dos mesmos, que eles encantam pela sua diversidade, pela inclusão do tema e preocupações com a juventude, por preverem capacitação da mão de obra local de acordo com suas reais necessidades e visando o médio e longo prazo. Constatou o regionalismo das propostas, com destaque para as regiões Sudeste e Nordeste, percebeu que as universidades estão praticamente ausentes do processo e de que há mecanismos indutores de políticas públicas. Além disso, calcula que cerca de 90% dos projetos foram encaminhados por ONGs e grupos associados.

⁷⁵Sustentabilidade socioambiental: novas práticas na atividade turística, promovido pelo SESC Consolação e EACH-USP em São Paulo, SP, de 16 à 18 de setembro de 2008.

Esses dados e informações dão a certeza de que este estudo, se continuado, terá um volume bem maior de casos a serem pesquisados, e que haverá dados suficientes, num futuro bem próximo, para perceber os impactos dos projetos.

A seguir o relato das experiências selecionadas:

4.1 Conservação Ambiental (CI-Brasil)



Para a CI-Brasil o trabalho com TS objetiva o benefício das comunidades locais com uma alternativa econômica que possibilita o seu bem-estar. Para que isso ocorra, afirma trabalhar com capacitação profissional das comunidades visando que os negócios sejam estabelecidos e gerenciados pelas populações locais. Com isso, acredita estar promovendo a conservação da biodiversidade.⁷⁶

Entre as principais iniciativas de TS apoiadas pela CI-Brasil citadas em seu *site* na Internet e que diferem das descritas pelo seu gestor, Alexandre Prado, estão: desenvolvimento do TS e do Turismo Científico na Fazenda Rio Negro (FRN) -Pantanal – segundo o próprio *site* e Prado (em entrevista à autora em 2008), estão paradas, com intenção de fechar definitivamente para a prática de Turismo; implantação de trilhas interpretativas e da trilha suspensa no Ecoparque do Una, BA (as trilhas foram feitas, mas o Parque está fechado, abrindo somente para grupos agendados e por conta de ONG local, o Instituto de Ecoturismo do Sul da Bahia (IESB), sem participação efetiva da CI); estabelecimento de padrões operacionais sustentáveis em parceria com a Brasil Aventura Expedições (sem atividades no momento); participação no Conselho Diretor e no Conselho de Normas Técnicas do Programa de Certificação em Turismo Sustentável, coordenado pelo Instituto de Hospitalidade e pelo Conselho Brasileiro de Turismo

⁷⁶Conteúdos extraídos do *site* da ONG na Internet: www.conservation.org.br, acessado em 27/10/2006.

Sustentável; e execução de Oficinas de Capacitação em Turismo Sustentável, em várias comunidades.

Não consta no *site* da Internet, mas foram relatadas na entrevista com Prado as seguintes atividades relacionadas ao Turismo: Projeto de infraestrutura na RPPN em Caratinga, ES - Projeto já finalizado em sua primeira fase; a segunda ocorrerá somente se houver interesse das outras partes; no Parque Nacional da Amazônia - se restringiu à implantação de uma trilha e reforma de um mirante em parceria com MMA, Alcoa e a ONG local Ecotapajós; em Porto Seguro, BA em uma RPPN da Mata Atlântica - está parado, dependendo de verbas de empresa de Celulose. Para 2008 estava sendo avaliado projeto para trabalhar com algumas UCs da Bahia, em parceria com a Embaixada Britânica, vinculado com a certificação, em Abrolhos e Canasvieiras, desenvolvendo algumas estratégias nestas áreas e com o mercado consumidor inglês. Segundo Prado, se não fosse aprovado, provavelmente não haveria nenhuma atuação em Ecoturismo em 2008 sendo que, até o início de 2009 não foi encontrado no *site* da CI nenhum anúncio de novo projeto de Turismo. Afora e inexistência de projetos em andamento, a Fazenda Rio Negro, um dos maiores pilares do Turismo na CI, está fechada, a ser decidido se definitiva ou temporariamente.

Os projetos recentes relacionados acima são todos bastante tímidos, pontuais, de apoio técnico, com captação de dinheiro para consultoria ou capacitação, pequenas reformas, nada mais. A depender de Prado, não há condições de focar no Turismo já que ele assumiu uma agenda muito maior, com outras demandas e temas.

Ressalte-se que a CI-Br já trabalhou e apoiou ações de qualificação, capacitação dos prestadores de serviços turísticos, adquiriu áreas como a Fazenda Rio Negro no Pantanal, que foi transformada em RPPN, para realizar trabalhos de TS, pesquisas científicas entre outros, servindo como projeto demonstrativo para a região, assim como ocorre na Bahia com o Ecoparque do Una, ambos descritos resumidamente abaixo.

4.2 O Ecoparque do Una⁷⁷ e a Fazenda Rio Negro



O Ecoparque de Una é uma RPPN, criada em 1997 pela parceria entre o Instituto de Ecoturismo do Sul da Bahia (IESB) e a CI. Seu principal objetivo era ser modelo de Turismo, sustentabilidade e desenvolvimento na Mata Atlântica do Sul da Bahia, influenciando os demais empreendimentos regionais. Atualmente atende somente a grupos agendados, com os poucos prestadores de serviço capacitados pelo Projeto atendendo o Turismo.

A Fazenda Rio Negro (FRN), segundo seu *site*⁷⁸, objetiva apresentar estratégias que promovam o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis para a região do Pantanal, compatíveis com a proteção dos ecossistemas naturais, levando em consideração as realidades locais e as necessidades particulares das comunidades pantaneiras. As atividades de TS valorizariam o resgate da cultura local bem como propiciam sustentabilidade econômica, ambiental e social.

4.2.1 Contexto da Fazenda Rio Negro⁷⁹

A FRN situa-se a 120 km da cidade de Aquidauna no Estado do Mato Grosso do Sul. A Fazenda, como a maioria das Fazendas da região, tinha na pecuária a sua fonte principal de renda, sendo que em 1990 já começava a receber visitantes como uma nova alternativa de renda para a Família Rondon, proprietária. Em 1999 a CI-Br adquire a área e já em 2000, passa a incentivar a visitação, cria uma RPPN que ocupa 90% da área total da Fazenda e passa a desestimular a atividade agropecuária. Ocorre então melhora da infraestrutura,

⁷⁷<http://www.ecoparque.org.br>, acessado em 21/03/2008.

⁷⁸<http://www.fazendarionegro.com.br>, acessado em 21/03/2008.

⁷⁹Dados extraídos de PRADO; LOURIVAL (2003).

adequação dos equipamentos, aquisição de mobiliário, ao mesmo tempo em que elabora uma parceria com o *Earthwatch Institute* (EWI), para o incentivo à pesquisa científica na área da Fazenda. Para tanto, são construídos quatro alojamentos, uma sala de trabalho/estudos e um laboratório para pesquisa com equipamentos específicos. A parceria culmina na criação do Centro de Pesquisa para Conservação da Biodiversidade, que apóia pesquisadores de diversas instituições de pesquisa e ensino sobre fauna e flora do local.

Desde sua inauguração até o seu fechamento em 2007, as atividades desenvolvidas na FRN foram o TS, a pesca esportiva (sistema de “pesque e solte”) e Turismo Científico. Sendo que no TS eram realizados passeios em veículos tracionados (*jeeps*), caminhadas, observação da fauna e da flora, cavalgadas, e passeios de caiaque ou botes de alumínio, entre outras atividades, tais como: palestras sobre o meio ambiente na região do Pantanal e rodas de tererê.

Prado e Lourival (2003) destacam

“uma grande preocupação quanto ao processo operacional relacionados à hospedagem e à Educação Ambiental dos visitantes. Tal fato pode ser exemplificado na utilização de produtos biodegradáveis, na redução da produção de lixo e na execução de palestras de sensibilização quanto ao meio ambiente do Pantanal” (PRADO; LOURIVAL, 2003:8).

Todas as atividades eram monitoradas e acompanhadas para fins de conhecimento da capacidade de carga e avaliação dos impactos que ocorrem. Para isso, previu-se a criação de um *Programa de Monitoramento de Impactos do Turismo Sustentável*, com a definição dos parâmetros, dos indicadores e das formas de avaliação dos impactos decorrentes desta atividade.

A CI-Br através da FRN pretendia criar alternativas sustentáveis visando aumentar a conservação da região.

Segundo Prado (em entrevista à autora em 2008), o fechamento do Programa de Turismo na FRN foi causado principalmente pelos os altos custos de manutenção da Pousada – entre elas o fiel cumprimento de toda a legislação trabalhista a que a CI se obriga enquanto a concorrência não necessariamente -, a

constante tarefa e custos de manutenção, a concorrência com as outras pousadas da região que obrigavam a criação de infraestruturas tais como piscina e outros, que, segundo Prado, não são estruturas que podem ser custeadas com os recursos captados para a conservação.

Assim, o principal Projeto de TS, a FRN, bem como o Ecoparque do Una, foram extintos, praticamente encerrando as atividades da CI com Turismo no Brasil.

4.3 Vitae Civilis, São Lourenço da Serra, SP



O Vitae Civilis, Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz é uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins econômicos, cujos objetivos são os de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis (aquelas que conciliam o desenvolvimento humano, em suas dimensões econômica, cultural, social, etc.) associado à conservação ambiental, tendo a democracia e justiça social como base.

O Instituto Vitae Civilis (VC) foi fundado em 1989, na cidade de São Paulo, Brasil, sua missão original é a de servir ao fortalecimento da cidadania e das organizações da sociedade.

Entre os projetos e programas do VC que têm o TS como tema, destacam-se, ao longo de sua história, os seguintes:

4.3.1. Projetos com Turismo Sustentável do Vitae Civilis

O Vitae Civilis está em seu terceiro e mais amplo Projeto de Turismo Sustentável: Projeto de Ecoturismo em São Lourenço da Serra (SLS), objeto de análise deste estudo. Os dois outros projetos ligados ao Turismo já concluídos

foram: 1) o Projeto Turismo Sustentável - Pólo Ecoturístico Caminhos do Mar⁸⁰; e 2) Formação do Grupo Consultivo de Ecoturismo do Vale do Ribeira, em parceria com o WWF-Br⁸¹.

4.3.2. Projeto Ecoturismo São Lourenço da Serra



Foi a partir da experiência acumulada por estes dois projetos diretamente relacionados ao TS, que o VC elaborou em parceria com comunitários, jovens, poder público local e empresários, o projeto *Ecoturismo em São Lourenço da Serra*, SP.

O projeto de Ecoturismo em Lourenço da Serra foi aprovado em 2005, em Seleção pública para o Programa Fome Zero da Petrobrás junto a um total de 3232 propostas, tendo somente 74 selecionados e foi um dos seis projetos aprovados entre os 514 submetidos em todo o Estado de São Paulo ao Edital do Programa Demonstrativo (PDA) Mata Atlântica.

4.3.3. Contexto do Projeto de Ecoturismo em São Lourenço da Serra

São Lourenço da Serra é o primeiro município que integra a região do Vale do Ribeira, localizado a 52 km da capital paulista. Sua área é de 192 quilômetros quadrados e cerca de 90% estão cobertos por Mata Atlântica. Por esses atributos o município está totalmente inserido dentro da Área de Preservação dos Mananciais e está submetido ao Decreto Federal 750/93 que define as regras de conservação e uso sustentável da Mata Atlântica. Dessa forma, o uso e ocupação

⁸⁰De 2000 a 2005, foi firmado convênio com a Empresa Metropolitana de Água e Energia S/A (EMAE), para o planejamento, a implantação e operação do *Empreendimento Caminhos do Mar – Pólo Ecoturístico*, localizado entre os municípios de São Bernardo do Campo e Cubatão na Serra do Mar, SP. Os objetivos foram os de garantir a conservação da vegetação local, levar desenvolvimento socioeconômico para a região e servir de opção de lazer para a população da terceira maior cidade do mundo, seus municípios vizinhos e Baixada Santista. Teve como principais resultados e produtos obtidos: estudo de viabilidade econômica; estudo jurídico; estudo de atividades de TS na área; folheto sobre a proposta do empreendimento para a distribuição especialmente junto a potenciais empreendedores.

⁸¹Consistiu em uma articulação que incluiu ONGs, alianças locais, empresas e prefeituras da Região Paulista do Vale do Ribeira, e Instituições envolvidas na promoção ou na execução de atividades de TS. Esse grupo foi formado no âmbito de um projeto do Vitae Civilis em parceria com a WWF – Brasil em 2001. O Vitae Civilis facilitou a formação das primeiras reuniões do grupo até 2003. Um dos produtos deste projeto é o livro: *Sociedade e Ecoturismo Na Trilha do desenvolvimento sustentável*.

do solo e o crescimento demográfico desse município estão condicionados às diretrizes legais ambientais. De sua área total (192 km²), apenas 0,4 km² constitui área urbanizada e possui 14.012 habitantes dos quais cerca de 2.200 são jovens com idade entre 15 e 19 anos.

Suas áreas de Mata Atlântica, de seus mananciais preservados, raros na Região Metropolitana de São Paulo, são vistos pela população local como um entrave para o desenvolvimento de atividades econômicas. O município enfrenta muitas dificuldades em oferecer oportunidades de emprego e geração de renda à população, especialmente aos jovens que deixam o município em busca de empregos.

A necessidade identificada pelo Vitae Civilis foi a de dinamizar iniciativas locais para a revalorização da identidade da população e seu meio e a de gerar trabalho e renda relacionados à conservação ambiental.

A opção escolhida foi a de concorrer, na forma de projetos de experiências demonstrativas de TS no município, junto à comunidade, especialmente de jovens.

As atividades estão sendo desenvolvidas desde 2006 nos bairros de Itatuba e Despézio. No primeiro, há uma população que tem alguma experiência em trabalhar em grupo e vários atrativos naturais. No segundo, selecionou-se o sítio Paiol Maria, com o qual foi assinado contrato de comodato para ser transformado na *RPPN Paiol Maria*, por ter uma significativa área de Mata Atlântica e assim, ao ser reformado, servir como ponto principal para o desenvolvimento dos produtos ecoturísticos.

O Projeto de Ecoturismo passou pelas seguintes frentes:

- Desenvolvimento Comunitário;
- Criação de RPPNs, como estratégia para estimular o Ecoturismo;
- Identificação de talentos locais;
- Criação de postos de trabalho;
- Formação de profissionais (artesãos, empreendedores, monitores ambientais);
- Empreendedorismo desenvolvido por habitantes locais;

- Preparação de áreas naturais e outros atrativos para receber os turistas;
- Comunicação: criação de *site* próprio para divulgar o Ecoturismo na região: www.ecoturismosls.org.br.

Para compor o Projeto diversas parcerias foram formatadas e foi formado um Conselho Consultivo, composto por moradores do município e por parceiros, que apresentam lideranças positivas e atuantes, com o objetivo de monitorar e avaliar o andamento do projeto e ajudar no fortalecimento comunitário. São 18 membros, sendo um titular e um suplente para cada instituição parceira do projeto. Para o bairro de Itatuba e para o centro de São Lourenço da Serra.

Bairro de Itatuba, ações/ atividades:

Itatuba é um dos dezesseis bairros que integram o município de São Lourenço da Serra e seu povoado começou com uma olaria e uma mina de macaxeta (mica).

Sua pequena vila está inserida em um vale cercado por Mata Atlântica, constituída por construções simples, em chácaras e sítios de pequeno, médio e grande porte, distribuídas em ruas sem asfalto. A maioria dos proprietários são moradores da capital paulista que vêm ao município nos finais de semana em busca de lazer.

O bairro possui aproximadamente 500 moradores, apresentando baixa renda familiar (em torno de dois salários mínimos). A comunidade destaca-se em atividades como artesanato, apicultura, comida típica, cultivo de plantas etc.

Itatuba foi identificada pelo Projeto por ter enorme potencial turístico, permitir o contato com uma vila bucólica inserida num cenário de beleza natural, tranquilo e seguro e por apresentar uma comunidade amistosa e receptiva.

Desenvolvimento Comunitário, Itatuba

O desenvolvimento e fortalecimento comunitário são o foco no Bairro de Itatuba. O Projeto tem como proposta melhorar a qualidade de vida da comunidade, oferecendo ferramentas para que os moradores deste bairro se

unam e se esforcem ativamente para consolidar os empreendimentos de geração de trabalho e renda, aproveitando seus potenciais.

Neste sentido foram realizadas diversas reuniões de sensibilização e mobilização que orientaram sobre o modo de vida da comunidade, seus pontos fortes, suas dificuldades e sonhos. Destas reuniões foram obtidos dois grupos organizados, o dos comunitários que reúne cerca de 20 famílias e o das mulheres com cerca de 40 comunitárias.

O grupo dos comunitários até setembro de 2007 contabilizava várias conquistas, entre elas destacamos: diagnóstico do bairro para orientar as ações do Projeto; avaliações constantes do projeto junto aos comunitários; ações diversas de integração e fortalecimento da comunidade; feiras de talentos, onde pessoas da comunidade apresentaram seus trabalhos para o município e turistas; Identificação e reformas de infraestrutura, com criação e lançamentos de pontos de visitação nas casas de alguns comunitários que receberam apoio técnico e reformas nas suas residências para incentivar o projeto e atuar como demonstrativo; confecção de portal e sinalização dos atrativos identificados; registro de depoimentos de lideranças locais; participação de membros da comunidade em cursos diversos incluindo aí a Formação em Monitoria Ambiental; mutirão de limpeza do Bairro e a criação do “Circuito - Arte, Aventura e Natureza”, para fomentar o potencial turístico da região que abrange os municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba.

O grupo das mulheres da comunidade foi criado após ser constatado que elas eram de extrema importância ao Projeto, por serem vistas como lideranças, terem relacionamento positivo com os outros integrantes do bairro, ser responsáveis por prover e manter a estrutura familiar.

O Projeto, em seus documentos, afirma pretender conseguir com este trabalho que a comunidade se mantenha fortalecida, que tenham iniciativas próprias, que desenvolvam esforços pessoais e que aprendam a importância de se ajudarem mutuamente, evitando dependências de terceiros.

Há por parte da equipe do Projeto a preocupação constante de manutenção dos trabalhos e autonomia comunitária a partir do encerramento do mesmo (fim dos financiamentos e patrocínios ocorreu em fevereiro de 2008), porém com uma série de articulações acontecendo visando dar continuidade a algumas das atividades.

Bairro Despézio, ações/atividades:

Em Despézio fica localizado o ponto principal do Projeto, o Sítio e RPPN Paiol Maria.

No Paiol Maria aconteceu uma reforma na infraestrutura com instalação de sistema de captação de água de chuva, colocação de placas de energia solar e outras alterações para viabilizar e melhorar o potencial de receber visitas e transformar-se num Centro de Educação Ambiental (CEA) (alojamento, cozinha, banheiros, espaço para cursos e refeições). Lá também foram abertos novos atrativos: mapeadas e criadas quatro trilhas contemplativas e interpretativas para Ecoturismo e Educação Ambiental de forma participativa (NEIMAN; CARDOSO-LEITE; PODADERA, 2009), (caminhadas e ciclismo) com ponte pênsil, tibetana, passarelas suspensas e um plano de monitoramento de impacto de visitação.

Foram feitas limpezas e paisagismo nas áreas, criado um viveiro de espécies nativas da Mata Atlântica e encaminhados todos os trâmites necessários para a transformação da área em RPPN, foi ministrado em suas dependências o curso de formação de monitores ambientais (iniciado em maio e concluído em setembro com a participação de 25 jovens).

Entre as atividades comuns a Itatuba, Despézio e outras localidades, a capacitação foi a tônica, e foi bastante trabalhada a imagem para fortalecimento do Projeto e futura captação de recursos visando a sustentabilidade econômica do mesmo. Neste sentido o Curso de Monitoria Ambiental foi o grande destaque na medida em que, através dele os encontros de formação serviram para criar as alianças no Grupo, já que foram meses de curso (maio a setembro de 2007), em imersão com 25 jovens selecionados, permitindo, inclusive que o conhecimento local dos alunos-monitores, juntamente com o conhecimento científico e práticas

pedagógicas dos educadores-facilitadores, culminasse no processo de construção da temática das trilhas. “*Isso deverá garantir que a difusão destes conhecimentos, seja feita de forma espontânea alcançando assim os objetivos de sensibilização, educação do visitante*” (NEIMAN; CARDOSO-LEITE; PODADERA, 2009:30)

Para a formação, foi costurada parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Sorocaba e com o Instituto Physis que criaram a grade do curso e contrataram os professores do mesmo. A certificação dos estudantes ocorreu em dezembro de 2007 pela UFSCar, como um curso de extensão.

Dez dos monitores formados foram selecionados para a continuidade do Projeto, vinculando-se a trabalhos remunerados junto ao Vitae Civilis.

Além desse curso destacaram-se a formação e a contratação de profissionais da região para o trabalho na execução do projeto ou como beneficiários dele (pontos de visitação, guias turísticos, monitores ambientais etc.).

E também o trabalho de divulgação com o *Site* do Projeto, participação em eventos, feiras, palestras entre outros.

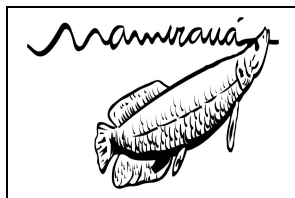
O Futuro do Projeto

Diversas iniciativas vêm sendo implementadas no sentido de buscar dar sustentabilidade ao Projeto finalizado em fevereiro de 2008 e a principal ferramenta utilizada é o Plano de Negócios formatado pelos membros do Projeto e seus parceiros. Propostas foram encaminhadas e algumas já aceitas para o *Prêmio Empreendedor Social Ashoka McKinsey* 2006 (o Vitae Civilis foi uma das 20 organizações do Brasil selecionadas pelo Prêmio, que se constituiu em três seminários de formação e orientação para a elaboração de planos de sustentabilidade econômica de iniciativas da sociedade civil), para o HSBC, para o próprio Ministério do Meio Ambiente, PDA entre outros.

Também aconteceram entre 2007 e 2009 a implementação do plano de manejo do Paiol Maria, do plano de interpretação das trilhas; a criação de um plano de comercialização com vídeos institucionais e promocionais já prontos e três livros derivados do projeto foram lançados em abril de 2009⁸².

⁸² Os três livros são de autoria de Gemima Born, coordenadora do Projeto e seus títulos são: "Segredos da Mata Atlântica", "Ecoturismo na Mata Atlântica" e "Dá tempo e tem jeito". Vide: www.vitaecivilis.org.br

4.4. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM



“No caso Mamirauá, pode-se observar um aspecto importante do regime, principalmente quando se trata de conservação in situ, que é a conexão profunda entre a dimensão global e local do problema. Enquanto os princípios e as regras são decididos e aceitos globalmente, por influência de atores governamentais e não-governamentais, e os conceitos são desenvolvidos no âmbito de redes conservacionistas transnacionais, o que se faz, na prática, deve obrigatoriamente ser no local” (INOUE, 2003:320).

“Exemplo típico de ação no âmbito de um regime global de biodiversidade” (INOUE, 2003:320), Mamirauá é uma iniciativa no nível local, em que atores transnacionais, como pesquisadores e ONGs, desempenham um papel chave ao propor e implementar um projeto de conservação e desenvolvimento, sem a participação direta do Estado nacional.

Segundo o olhar de responsáveis por outros projetos em outras instituições, Mamirauá não pode servir como referência a nenhum outro por suas condições atípicas: possuir apoio permanente de órgãos de financiamento de pesquisa, um trânsito internacional que lhe garante projeção, equipe permanente e pesquisadores independentes constantemente trabalhando lá, apoio governamental, com espaço dentro de Universidade Federal do Pará entre outras características.

Para Meirelles Filho (em entrevista à autora em 2008), Mamirauá é uma ONG “Chapa Branca” mantida pelo governo:

“Eu não conheço, gostaria de conhecer mas eu acho que é um empreendimento 'Chapa Branca', porque, como o Tamar, projetos lindos, maravilhosos, mas têm o Ibama por trás que é um Instituto federal e isso disfarça, não deixa ver o plano de negócios deles, a sobrevivência no mercado. Nós temos

que tirar da miséria dois milhões de pessoas na Amazônia e rapidamente, se não elas vão para a pecuária. Então as Reservas Extrativistas (Resex) que o Chico Mendes criou só têm boi hoje em dia, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) tem boi, está tudo errado, todas as Resex da Amazônia estão no mesmo caminho de atividades predatórias, então, eu não acho que Mamirauá ajude muito, pode ser bonitinho, deve ter comunidades que estão ganhando com isso, dando certo, mas é um projeto 'Chapa Branca', com alto subsídio governamental. Isso não pode servir de exemplo. Acho que a experiência de Silves, com todos os seus percalços, é muito mais válida, o Bagagem aqui, são muito mais reais e transmissíveis a outros do que o de Mamirauá que é igual ao Tamar, nós não conseguimos reproduzir o Projeto Tamar em outros lugares porque é Ibama, é governo federal, é uma ONG colada no Ibama, então nós temos que ir para o mundo real: Mamirauá não está no mundo real” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Para Neuhaus (em entrevista à autora em 2008): *“Mamirauá é mais sustentável do que comunitário, as pessoas não são nem de lá. Parece que Silves é mais de base realmente”* (NEUHAUS em entrevista à autora em 2008).

No entanto estas colocações não entram no mérito da atuação e sim no que se refere à possibilidade de se ter Mamirauá como exemplo de ação para os seus Projetos.

Afora isso, a riqueza natural e a beleza cênica também tornam Mamirauá um destino único.

4.4.1. O Instituto⁸³

A origem do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) está no Projeto Mamirauá, elaborado por uma equipe de pesquisadores no final dos anos de 1980. No projeto foi proposto um novo modelo de conservação da biodiversidade definido pelo estabelecimento e implementação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), no qual o manejo baseia-se em pesquisa científica, sólida e contínua, para o zoneamento da área e para a normatização do

⁸³Dados sobre Mamirauá extraídos do site: www.mamiraua.org.br, acessado em 20/07/2007.

uso dos recursos naturais locais, prevendo a intensa participação da população local no uso desses recursos e na gestão da área protegida.

O IDSM foi criado em maio de 1999 com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de implementação que já vinham sendo realizados pelo Projeto Mamirauá. O IDSM objetiva promover a conservação das Reservas Mamirauá e Amanã por meio do uso participativo e sustentado dos recursos naturais e promover a melhoria da qualidade de vida das populações residentes na área, além de produzir conhecimento para subsidiar a gestão participativa, com base científica, de áreas protegidas e recursos naturais na Amazônia.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é, desde 2001, uma das unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o qual tem um contrato de gestão com metas e indicadores pré-estabelecidos.

O IDSM realiza atividades de pesquisa, organização e capacitação de produtores, assessoria à comercialização e monitoramento. Além das atividades de pesquisa, o IDSM atua com o manejo de recursos naturais através dos programas de manejo de pesca, manejo florestal, Ecoturismo, artesanato e agricultura familiar.

4.4.2. O Programa de Ecoturismo em Mamirauá



O Programa de Ecoturismo, que existe desde 1998, tem como objetivos principais constituir-se em uma das estratégias para a sustentabilidade do Instituto Mamirauá, uma fonte de renda para a população local, e uma das alternativas econômicas ao uso tradicional de recursos naturais. Para atingir seus objetivos, o programa promove a participação local nos processos decisórios, a capacitação e utilização da mão de obra local, venda de artesanato e compra de produtos agrícolas.

Desenvolveu as seguintes ações: pesquisas e estudos de viabilidade para o planejamento turístico, implantação de infraestrutura de mínimo impacto, promoção da capacitação do pessoal local e sua organização comunitária, geração de benefícios socioeconômicos para a população, monitoramento ambiental e social para a minimização dos impactos gerados pela atividade (PERALTA, 2002).

O Programa de Ecoturismo conta com a Pousada Uacari, cujo planejamento e desenvolvimento foi realizado pelas comunidades locais, pesquisadores e técnicos do Instituto. A Pousada Uacari gera renda através da venda de produtos e serviços locais, sendo que o lucro é dividido entre o sistema comunitário de vigilância e as comunidades locais - que investem sua parte em projetos para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Os serviços buscam o mínimo de impactos sociais e ambientais e por isso, o Programa recebeu em 2003, o prêmio de Melhor Destino de Ecoturismo (revista americana *Conde Nast Traveler*) e o prêmio de Turismo Sustentável na categoria conservação (*Smithsonian Magazine* e *Travelers Foundation* e *United States Tour Operators Association - USTOA*). A participação comunitária e as bases científicas têm sido fatores fundamentais no sucesso do Programa.

A Pousada Uacari é composta por um conjunto de sete estruturas de madeira e cobertas com palha, construídas sobre toras de madeira flutuantes. Todas as edificações são interligadas através de passarelas flutuantes. A Pousada foi desenhada visando o mínimo impacto ambiental, com instalação de tecnologias apropriadas, como a coleta de água de chuva, placas solares para geração de energia e aquecimento da água, e sistema de filtragem de dejetos.

A pousada possui dez suítes e capacidade de hospedar até 20 pessoas. A Pousada tem um flutuante central com recepção, restaurante, bar, sala de TV, sala de apresentações, e uma piscina de água natural e telada⁸⁴. Além disso, existem dois flutuantes que abrigam pesquisadores durante a estadia em campo. Afora isso, a Pousada apóia os projetos de pesquisa locais que fornecem subsídios científicos para a conservação da área natural.

⁸⁴A tela em questão serve para separar o trecho de rio para a segurança dos turistas.

São sete comunidades rurais que participam da atividade de Ecoturismo, situadas na área do Setor Mamirauá, próximas à Pousada Uacari. Os comunitários participam do projeto de Ecoturismo de várias formas: na prestação de serviços de hotelaria e condução de visitantes, no gerenciamento da Pousada, nos processos decisórios, através da Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo (AAGEMAM), pessoa jurídica contratada para o trabalho na Pousada, dividindo os excedentes gerados pela atividade, fornecendo produtos para a Pousada, recepcionando turistas nas suas comunidades e vendendo artesanato.

O Ecoturismo incentiva a preservação da identidade da população ribeirinha através de ações direcionadas ao ordenamento do intercâmbio e integração entre as populações locais e os turistas visitantes.

Em Mamirauá, os benefícios econômicos gerados ao longo de sua implantação foram significativos o bastante para demonstrar a importância da conservação do local. O TS contribuiu indiretamente para a manutenção de populações naturais de vertebrados como pirarucu, jacarés e onças, como parte de uma estratégia de conservação que inclui fiscalização, Educação Ambiental e as alternativas econômicas para a população.

Segundo Peralta (2007), em estudo sobre os impactos do Ecoturismo e a produção agrícola, os efeitos têm dois aspectos diferenciados, pois, se por um lado se observa uma tendência de diminuição da produção de alguns itens do consumo doméstico (principalmente entre os que se dedicam à prestação de serviços), por outro, a atividade incentivou a diversificação do plantio de espécies agrícolas e o aumento da renda gerada através da venda de produtos à Pousada Uacari. Afora isso muitos não produzem nem mesmo para sua subsistência, o que, segundo a autora:

“quando as pessoas deixam de cultivar, as relações sociais com a terra são afetadas, e o direito de uso pode ser perdido se não há o vínculo com a terra assegurado pelo trabalho. As lideranças comunitárias estão atentas a estas questões e procuram promover a agricultura familiar na comunidade. O programa de Ecoturismo tem promovido ações para mitigar estes impactos” (...) “A diversidade de estratégias econômicas é uma característica importante para a economia

doméstica camponesa e tem sido a razão do sucesso de sua reprodução social em muitas sociedades (SAHLINS 1997, CHAYANOV 1966). Se uma atividade econômica modifica a diversidade de estratégias econômicas realizadas por determinada comunidade camponesa, pode estar interferindo na sua reprodução social. O Ecoturismo pode diminuir a diversidade e concentrar a dependência econômica da comunidade em uma atividade, mas pode também diversificar as estratégias econômicas provocando uma sinergia com outras atividades como o artesanato, a agricultura e a pesca” (PERALTA, 2007:11).

Segundo Peralta (2007) o Turismo afeta as atividades econômicas tradicionais e ressalta que, embora haja geração de renda pelo Turismo, por outro, novas despesas provenientes da compra de produtos antes cultivados terminam por diminuir a vantagem. Assim a mesma vai se inserindo no mercado, como produtora e consumidora. Segundo Inouê (2003):

“Um cenário ideal seria de uma nova ordem mundial sócio-ambiental, construída em torno de novas interações sociedade/natureza e padrões diferentes de produção e consumo, com diversos regimes operando em prol de um planeta mais sustentável e justo. Contudo, isso está longe de tornar-se realidade, mas é necessário continuar a caminhar e ir 'fazendo' os caminhos, assim como ocorreu na experiência de Mamirauá e em outras espalhadas pelo planeta” (INOUE, 2003:324).

As contradições são muitas e permanecerão assim enquanto for opção dos proponentes dos projetos, manter a lógica dominante, a qual faz do Turismo Sustentável, apenas um segmento do Turismo de Massa feito na natureza, sem incorporar as possíveis visões de mundo e lógicas diferenciadas porventura existentes nas comunidades com as quais trabalha e pactua. As ONGs em grande parte são responsáveis por esta imposição, na medida em que elas mesmas aderem a esta lógica e a repercutem na profissionalização das comunidades.

4.5. Duas ONGs do Nordeste: Instituto Terramar⁸⁵ e Amigos da Prainha do Canto Verde⁸⁶

4.5.1 Terramar



“O Terramar se formou e se consolidou muito junto com a Prainha do Canto Verde, é muito vinculado, foi uma construção conjunta, o Turismo começou bem depois, não faz muito tempo, a grande questão do pessoal do Terramar é a pesca, eles entenderam que o Turismo era uma oportunidade, se adaptaram” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

O Instituto Terramar é uma sociedade sem fins lucrativos, fundada em 1993, a partir do Projeto S.O.S Sobrevivência.

Atua de forma extensiva no litoral do Estado do Ceará situado na região Nordeste do Brasil, em uma faixa de aproximadamente 573 km de extensão. De maneira intensiva a intervenção da entidade concentra-se em duas frentes de trabalho: frente leste situada a 120 km de Fortaleza, na comunidade da Prainha do Canto Verde (Beberibe), Praia Balbino e Batoque, frente oeste na comunidade de Flecheiras (Trairi), Guagiru e Embuaca.

Todas as ações desenvolvidas passam por um Conselho Geral Diretor, o qual se vincula a equipe de trabalho no planejamento e acompanhamento da execução das atividades. A equipe de trabalho é composta por quatro assessorias: de desenvolvimento institucional, educação e cidadania, políticas públicas e organização e desenvolvimento e tecnologia.

Tem como principais atividades: projeto de formação para liderança no litoral cearense; acompanhamento no gerenciamento costeiro e da política

⁸⁵<http://www.terramar.org.br>, acessado em 10/03/2008.

⁸⁶<http://www.prainhadocantoverde.org>, acessado em 10/03/2008.

pesqueira no litoral; certificação da lagosta; captação e comercialização de lagosta viva; Projeto Catamarã de monitoramento de embarcações artesanais; Projeto algas e peixes "Alternativas de renda para as comunidades litorâneas"; Ecoturismo socialmente responsável; Projeto de intervenção pedagógica; campanha educativa de combate à dependência de álcool e drogas; e oficina de alta estima para mulheres.

O Terramar foi o organizador das duas edições do Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), cuja versão em 2008 é objeto deste estudo.

Suas experiências são referência para o Turismo Comunitário e, trabalhando com diversas comunidades do Ceará, a mesma criou a Rede Tucum, já apresentada anteriormente.

4.5.2 Amigos da Prainha do Canto Verde



“Tem que ser comunitário no sentido de que a comunidade realmente tem controle, então, a Prainha do Canto Verde {CE} é realmente uma experiência muito única, então fiquei falando com muita gente, na Índia não vi nada, não tem organização social, é muito difícil: para você chegar a uma experiência de Turismo comunitário, geralmente é uma trajetória de 20/30 anos de organização social preliminar” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

“Lá tem um grupo, porque uma das pessoas que está lá e que mora na comunidade, é o René (Schärer), ele foi fundamental, com certeza, sem ele não teria sido assim a história da Prainha do Canto Verde {CE}, ele criou um grupo lá de amigos na Suíça da comunidade.... é ele que faz o Turismo andar, lógico, ele conhece bem, ele aproveitou dessas estruturas e conseguia trazer dinheiro, ele foi importante” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Localizada no litoral leste a 120 km pela CE-040 de Fortaleza, no município de Beberibe, CE. Com histórico de luta e politização por conta de conflitos pela posse da terra, em 1989 é fundada a Associação dos Moradores da comunidade. Já em 1993 acontece uma viagem de protesto contra a pesca predatória, da jangada S.O.S Sobrevivência com quatro jangadeiros e duas mulheres acompanhando de carro até o Rio de Janeiro. Em 1995 Prainha do Canto Verde foi o berço do Fórum dos Pescadores do Litoral Leste. Diversas batalhas foram travadas pela comunidade que constituiu diversas arenas para tratar de seus problemas. Além das já citadas, fundaram também: a Fundação Pró-Lagosta, o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste e do Comitê de Pesca do Estado do Ceará, um Programa para Formação de Lideranças do Litoral Cearense, o Conselho de Manejo Marinho (*Marine Stewardship Council*⁸⁷), para chegarem aos projetos ligados ao Ecoturismo já bastante politizados.

Seus 1400 habitantes são um exemplo de mobilização social de sucesso. Ganharam também, em 2006, no Supremo Tribunal de Justiça, o direito pela posse da terra das famílias que habitam a praia colocando fim a uma luta de mais de 30 anos contra grileiros. Segundo Neuhaus:

“Eles conseguiram ter a posse da terra, tem vários elementos que são de fundo coletivo: fundo rotativo de dinheiro pra construir coisas pro Turismo, têm um fundo comunitário que vai investir em projetos sociais, cada um tem sua pousada mas eles têm uma ideia de coletivo, melhoram muito o aprendizado, as estruturas, tem Turismo de eventos, eles trabalham juntos, com muitas dificuldades, tem conselho comunitário e tem um grupo que cuida do Turismo mas eles se conversam entre si, isso é um elemento importante” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

As primeiras discussões comunitárias sobre o Turismo aconteceram em 1993/1994. Com uma pesquisa de campo na própria comunidade e em três praias do litoral, por adolescentes da comunidade ficou claro de que o Turismo de Canoa Quebrada, Praia das Fontes ou até Parajuru não era modelo para a Prainha, que

⁸⁷<http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/frame.htm>, acessado em 10/03/2008.

almejava articular, construir, organizar e ser condutora e proprietária dos projetos, ações e empreendimentos:

“Perto da Prainha (do Canto Verde, CE), tem Canoa Quebrada, bem próximo, e do outro lado tem Morro Branco, eles estão entre essas duas comunidades, então eles entenderam que os que não se armam para ter uma estratégia, vai acontecer uma coisa que aconteceu nos outros lugares que é uma invasão, especulação de terras, invasão de turistas, criação e construção de resorts, áreas de proteção, ia acontecer de qualquer forma, eles tinham que fazer alguma coisa, e junto tinha a preocupação de ter uma renda complementar porque a pesca está muito complicada lá, não tem mais peixe como já teve 10-20 anos atrás” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

De acordo com Mendonça (2004), o alto nível de articulação comunitária verificado, supera a baixa escolaridade das pessoas da região. Em sua pesquisa a autora verificou que há uma forte articulação política, motivada pela luta pela posse da terra em uma dinâmica que diferencia o local de outras realidades turísticas da própria região e do país. Assim, os moradores constituíram o que a autora chamou de capital social:

*“esse 'capital social' resultou na criação de um modelo turístico que se apresenta como a expressão do desejo de seus habitantes, denominado por muitos, como “nosso turismo”. Os moradores da Prainha do Canto Verde não são apenas habitantes do local herdado, mas sim seus construtores. Eles não são atores sociais, eles são **sujeitos sociais**, que atuam também como autores de seu destino, pois criam, escrevem, roteirizam e atuam na sua história”* (MENDONÇA, 2004:165).

Não existe consenso, nem homogeneidade entre os moradores locais. Mendonça (2004) constatou a existência de conflitos, porém, observou atitudes que expressam elevada autoestima e confiança na consecução dos objetivos e resultados esperados. Lá, a comunidade é sujeito de sua história.

Como modelo de Turismo, na Prainha, se trabalha com três tipos de hospedagem: quartos domiciliares, pousadas ou casas para aluguel, todos de

propriedade da comunidade, assim como os restaurantes e passeios oferecidos. Assim, o lucro proveniente do Turismo fica na comunidade, como atividade complementar de renda para as famílias de pescadores.

Ali foi criado o Conselho de Turismo da Prainha do Canto Verde com mais de 70 membros. Este deve se transformar em Cooperativa de Turismo e Artesanato. O apoio para os projetos de Turismo vieram de ONGs, entre elas o Instituto Terramar, Amigos da Prainha do Canto Verde e da Universidade Estadual do Ceará. Há também a participação de René Schärer, um suíço que é considerado personalidade fundamental para a mobilização comunitária e criação da ONG sediada na Suíça, de apoio à Prainha, a Amigos do Canto Verde e suas parcerias em nível internacional.

A Prainha do Canto Verde mantém contatos com ONGs no mundo inteiro através da internet, de onde atrai a atenção mundial, conquista parceiros e turistas de todos os cantos e através do qual se tornou conhecida a ponto de receber ajudas e prêmios internacionais, entre eles o *Prêmio TO DO!99* de Turismo Socialmente Responsável, da ONG Alemã *Studienkreis für Tourismus und Entwicklung* (Grupo de Estudo sobre Turismo e Desenvolvimento), em 2000 em Berlim. Neste prêmio são levados em consideração os empreendimentos turísticos que garantam a participação da população local no planejamento, desenvolvimento e a execução do projeto, considerando os interesses e as necessidades de todos os envolvidos. Além do fortalecimento da percepção dos moradores no que se refere aos impactos positivos e negativos do desenvolvimento do Turismo, a participação dos moradores nos benefícios econômicos, sociais e culturais, o reforço das estruturas sociais e culturais da vida comunitária e dos costumes e tradições, entre outros. Nas palavras de Neuhaus:

“Em 2004 eu fui para o Fórum Social da Índia, porque esta questão do Turismo desde que iniciou no Terramar, a articulação foi muito internacional, talvez até mais que nacional, porque como eu falei, nacional tem muita dificuldade, hoje até que já está em rede, no Ceará tem rede: rede dos destinos comunitários, e no Brasil tem o grupo de trabalho com Turismo Sustentável, que é do Fórum Brasileiro de ONGs então, nós tentamos conectar com

experiências do Brasil todo, mas sempre foi muito internacional, com vários contatos, acho que foi uma questão de pessoas que tinha no Terramar e que já tinham contatos com a Europa, conectou, e, no Fórum Social da Índia, organizamos uma série de eventos sobre TS e eu fui lá com duas pessoas: uma da própria comunidade da Prainha do Canto Verde e alguém de Mamirauá, a Nelissa, o que eu fiquei sabendo, conhecendo, lá tinha realmente, era uma articulação que tinha até nome: Fórum Global sobre Turismo (alguma coisa assim), criou-se esta articulação, então ficou todo mundo animado com as entidades no mundo todo que trabalham sobre Turismo, porque tem ONGs fora que só trabalham sobre Turismo sempre e estavam lá, então, trocando experiência e tal, eu não vi nenhum caso como esse que tem na Prainha do Canto Verde, não vi. É comunitário, mas se você vai lá ver a infraestrutura, é a ONG que controla, por exemplo, é Ecoturismo, hoje todo mundo faz, o que tem que ser é comunitário...” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Mendonça (2004) concorda com o grande significado que tem a história e o exemplo da Prainha do Canto Verde e que o torna emblemático e reconhecido para os demais processos em construção. A autora, no entanto, enfatiza a necessidade de melhoria das condições de escolaridade e profissionalização comunitária para diminuir a sua dependência dos diversos agentes externos que apóiam a comunidade:

“A comunidade da Prainha do Canto Verde construiu assim o modelo de turismo que desejava. Apesar desse modelo ainda não estar associado a um padrão de qualidade satisfatório, segundo a ótica do mercado, a história de participação e organização dessa comunidade transformou o conceito de turismo de base comunitária em realidade. Realidade que já tem servido de modelo para outras comunidades do litoral cearense, do Brasil e do mundo. O projeto turístico de base comunitária da Prainha do Canto Verde tem sido referência para a construção de um modelo que viabiliza a inclusão das comunidades do litoral no desenvolvimento do turismo e que contribui para a melhoria dos padrões sócio-econômicos, respeitando as tradições e a cultura dos “Povos do Mar” (MENDONÇA, 2004:167).

4.6 Projeto Bagagem⁸⁸



“Nosso sonho era criar um processo de transformação social através do Turismo de Base Comunitária” (ZANOTTI, em entrevista à autora em 13/05/2008).

O Projeto Bagagem (PB) é uma ONG que visa à criação de uma rede de economia solidária de Turismo de Base Local no Brasil. Sua principal estratégia é apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiem prioritariamente as comunidades visitadas através da geração de renda e participação direta da população local. O PB começou em 2002 como uma ação de apoio a ONGs já existentes e foi formalizado como Associação Projeto Bagagem no ano de 2004 em São Paulo, SP.

Tem como missão principal a de tornar-se modelo nacional na proposta de alternativas de desenvolvimento local por meio do Turismo e de contribuir com o fortalecimento de comunidades no Brasil por meio do Turismo de Base Comunitária.

Segundo Zanotti (em entrevista à autora em 2008), o Projeto Bagagem atua com ONGs para garantir o sucesso do trabalho que é à distância. Para isso contata ONGs já existentes, identificadas, porém com dificuldades em sua atuação e que por isso podem ser ajudadas pelo PB. Nas localidades apoiadas já existe ONG, muitas delas inclusive recebem visitantes, mas é o PB que introduz o Turismo formalmente, profissionalmente. As ONGs geralmente já tinham identificado vontade e demanda de participação, mas o Turismo não era tido como estratégia interessante. Zanotti afirma que, quando não existe uma entidade forte

⁸⁸<http://www.projetobagagem.org>, acessada em 05/10/2007.

presente na comunidade, o PB costuma “*dar um empurrãozinho*” para associação se fortalecer.

Assim o PB atua exclusivamente com ONGs e não com comunidades organizadas. A equipe do PB que é muito pequena e, inicialmente estava concentrada em São Paulo (agora possui membros espalhados pelo Brasil), pode trabalhar à distância, na medida em que é complicado trabalhar com comunidades de longe. A parceria com ONGs locais serviu para estruturar a sua área de Turismo Comunitário, de modo que este passe a ser um novo programa, dentro daquela ONG, naquela região.

As fundadoras do PB já conheciam os projetos anteriormente por conta da suas experiências profissionais:

“Normalmente nós falamos com as pessoas que estão na coordenação da ONG, apresentamos a proposta, nos apresentamos, mandamos um e-mail perguntando se podemos fazer uma visita de campo, e aí, até agora, todas as parcerias que nós fizemos foram muito tranquilas, muita receptividade, daí nós fazemos a visita de campo e começamos a estabelecer como vai ser aquela parceria, se vai ser só organização de viagens, se vai ser outro tipo de apoio, se vai fazer formações... aí nós ajudamos a ONG a estruturar um roteiro de Turismo de Base Comunitária (TBC), isso dura uns seis meses mais ou menos, aí vão ser feitas pesquisas, levantamentos junto à comunidade, para ver o interesse delas. Nesse primeiro momento nós começamos a buscar que as comunidades criem as atividades que podem ser feitas lá, imaginar onde pode ser feita a hospedagem, alimentação, como vai ser distribuído o dinheiro, tudo isso é um processo de discussão que dura mais ou menos uns seis meses e aí depois disso, nós começamos a divulgar já um roteiro piloto, e levamos um grupo de visitantes numa experiência para valer, e aí, a partir da visita que nós vamos estruturando o projeto, é um processo ao mesmo tempo assim: a visita, a prática e o planejamento e desenvolvimento. Depois avaliamos e vamos corrigindo (...) Nós apresentamos o que é o conceito de TBC com as lideranças das associações, pessoa jurídica, pedimos para a liderança nos apresentar para a comunidade... não é literal” (ZANOTTI em entrevista à autora em 13/05/2008).

A equipe do Projeto tem como proposta de atuação, a identificação de ONGs com projetos socioambientais diversos, que sejam referência no Brasil, e com suas comunidades, cria roteiros de Turismo e convivência para a troca construtiva entre os envolvidos da comunidade e turistas, além de servir como fonte de renda para a comunidade.

Seus roteiros devem apresentar três componentes: destino, visitante e viagem especiais. O destino obrigatoriamente deve reunir experiências de mobilização comunitária, no qual o visitante deseje vivenciar um Turismo diferente, com uma viagem simples na qual se privilegie o conhecimento e a vivência com a comunidade e a realidade local. A viagem deve ser especial, procurando fortalecer valores de cooperação, colaboração, flexibilidade e com a criação de uma relação de confiança com as ONGs parceiras e membros das comunidades.

São sete os princípios norteadores que guiam sua metodologia e suas ações: Turismo da comunidade; Turismo para a comunidade; Atração Principal = Modo de Vida; Partilha Cultural; Conservação ambiental e Parceria Social com Agências de Turismo.

São três os programas que visam a criação de uma Rede de Turismo Comunitário, onde se busca a parceria com Núcleos de Jovens das ONGs parceiras, como demonstra a Figura 1:



Figura 1: Programas de criação de uma Rede de Turismo Comunitário – Projeto Bagagem.

Fonte: <http://www.projetobagagem.org/>

O PB costurou diversas redes, entre elas a de Destinos de Turismo de Base Comunitária, de Agências e Organizações Parceiras e de Visitantes.

A Rede de Destinos de Turismo é formada pela Amazônia Ribeirinha, Ceará Mar e Sertão, Gurupá Terra das Águas e Bagagem na Chapada - Trilhas Griôs.

A Rede de Agências e Organizações é formada por parcerias sociais com agências de Turismo e cooperativas de TS nacionais e internacionais que têm interesse em apoiar a iniciativa, divulgar os roteiros do Bagagem e formar grupos de visitantes com o objetivo principal de gerar renda para as comunidades visitadas. O PB busca com esta rede inverter a lógica do mercado de Turismo, valorizando custos, distribuindo renda e buscando com que todos os elos da cadeia de Turismo destinem parte de seu ganho para as comunidades e para a Rede de Economia Solidária de Turismo de Base Comunitária.

A Rede de Visitantes é formada pelos visitantes que participam das viagens do Projeto Bagagem, com o objetivo de que eles continuem apoiando a Rede de Economia Solidária de Turismo de Base Comunitária e as Comunidades mesmo depois de voltar para casa.

O PB tem apostado na criação de coletivos de Jovens que possibilitará que os mesmos liderem e gerenciem o Turismo. Assim, na preparação de roteiros e destinos, ocorrem sempre viagens de capacitação para roteiros já estruturados, pesquisas sobre as riquezas culturais e naturais locais, criação de atividades de troca cultural entre a ONG parceira, a comunidade, os próprios jovens e os visitantes, criação das regras de gerenciamento e distribuição da renda gerada com as viagens, ensaios para o recebimento dos grupos e condução das viagens e produção de fotos e vídeo. Entre a formação e o início das atividades, o PB demora até seis meses, para que a prática se inicie logo, sem frustrar expectativas geradas.

O Projeto Bagagem formatou alguns projetos especiais, entre eles cabe destacar o *Bagagem de Lá pra Cá* que é um roteiro invertido, onde um grupo da comunidade do destino turístico visita a cidade de São Paulo, intercambiando com turistas que os visitaram visando aperfeiçoar aspectos do seu Turismo, como por

exemplo, o artesanato. Assim, em uma semana em São Paulo, participam de oficinas especialmente criadas, entram em contato com lojas de artesanato e comércio justo. Também participam de atividades de lazer.

O PB depois de seis anos de associação, começa a investir mais na comercialização, já que as viagens são instrumentos para garantir a sustentabilidade do Projeto como um todo. Durante cinco anos a ONG se manteve com as viagens e trabalho voluntário. No sexto ano passou a ser financiada pela *Fundação Kerllogs*.

4.7 Instituto Peabiru⁸⁹



“Acho que as pessoas têm uma imagem sobre ONGs que ela acaba depois sendo desarmada.... Mas, na verdade, nós estamos interessados, ali, não no Ecoturismo, mas estamos interessados no aumento de empoderamento, no fortalecimento adicional da comunidade, ampliação e geração de renda... Ecoturismo é uma consequência. É um pouco diferente o nosso olhar” (...) *“Nós nos parecemos muito mais com as ONGs que cuidam dos índios... nós trabalhamos muito mais na área de “baixo” assim da sociedade do que com Ecoturismo. Ecoturismo é uma ferramenta para nós. Apesar de eu ter toda essa formação... o Ecoturismo faz parte da cesta”* (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

O Instituto Peabiru, criado em São Paulo, SP, em 1998, é uma OSCIP que tem como missão educar para a valorização da bio e sociodiversidade das florestas tropicais, em especial da Amazônia. Atua com Ecoturismo e educação.

⁸⁹ www.peabiru.org.br, acessado em 01/12/2008.

Desde 2004 possui sede em Belém, PA, mas mantém um escritório em São Paulo.

Os projetos na e pela Amazônia são vários e de longo prazo já que há intenção de se trabalhar com uma grande amostragem de comunidades tradicionais montando cadeias de valor com Turismo, meliponicultura (abelhas nativas), açaí, artesanato de biojóias, aquicultura, reflorestamento e produção cultural para quilombolas e populações tradicionais no Pará e Amapá. O foco são mulheres e jovens.

O Instituto Peabiru trabalha conforme as necessidades de cada comunidade:

“São 30.000 comunidades tradicionais na Amazônia, com dois milhões de pessoas... é muito trabalho... tudo junto são 20 a 30 comunidades... tem vezes mil ainda... então, uma cadeia de valor só se monta com R\$ 500.000,00 e cinco anos de prazo... custa muito caro, porque na verdade, isso não importa, pode ser babaçu, pode ser Ecoturismo, pode ser mel... o grande custo é de capacitação, não é questão de equipamento, que é sempre a menor. E no caso de Monte Alegre tem muita viagem... a gente gasta uma fortuna em avião, barco, logística... e na Amazônia é meio assim mesmo, não tem como... e isso usando técnicos do Pará, moradores daqui da Amazônia... não estou falando nem de trazer técnicos de fora. Então, tendo essa consciência de que é um processo caro e trabalhoso, ele é todo dedicado a algumas poucas comunidades. E espera-se que essas comunidades sejam reprodutoras para outras. Em Curuçá nós escolhemos outro caminho... Curuçá é uma cidade que tem 72 comunidades, na acepção amazônica de comunidade. E nós estamos trabalhando com jovens que se voluntariaram e se interessaram. Então eles vêm de diferentes contextos, seja ele urbano (tem gente que mora na cidade, apesar de ser uma pequena cidade, mas totalmente inserida no âmbito de uma Unidade de Conservação), e muita gente que mora em pequenas comunidades. Então é diferente de Monte Alegre onde nós estamos trabalhando com 60 famílias daquela comunidade. Então é um Ecoturismo de Base Comunitária sim, só que o grupo é formado de um diferente contexto” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Preocupado com a Amazônia brasileira, o Instituto Peabiru divulga dados sobre suas riquezas, sobre seus problemas, certo de que o TS (para eles Ecoturismo) constitui a maior solução para a região, podendo gerar divisas, criar novos empregos, aumentar a renda familiar e melhorar a qualidade de vida das populações locais. Por isso tem publicado textos para circulação nas diversas redes, na mídia eletrônica, no *site*, em livros, eventos e demais iniciativas buscando a divulgação dela como destino e além de outras campanhas, propondo-se a colaborar no fortalecimento do Ecoturismo para a Amazônia. Foram feitas algumas campanhas publicitárias, com *slogans* como “*Amazônia: Você está vendo o problema, nós estamos vendo a solução*”, ou “*Visite a Amazônia hoje para seu filho visitá-la amanhã*”.

Além do *Programa Amazoniapé*, que é um conjunto de iniciativas para colaborar na transformação da Amazônia em um dos principais destinos ecoturísticos do Planeta. Este programa atua em seis frentes de trabalho: capacitação profissional; certificação de serviços turísticos; divulgação da Amazônia como destino ecoturístico; criação de parques ecoturísticos; produção de vídeos e publicações e realização de expedições esportivas e científicas. Este Programa objetiva promover o Ecoturismo na Amazônia, garantindo a geração de empregos, a melhor distribuição e aumento da renda familiar, a diminuição da pressão sobre o meio ambiente, o fortalecimento das culturas locais e promoção da educação ambiental.

Outros projetos do Peabiru são a criação de Parques Ecoturísticos, com projetos de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável em propriedades privadas. Entre os projetos em funcionamento estão: Bodoquena, em Bonito, MS e Pedra do Baú (São Bento do Sapucaí, SP) e Parque das Neblinas (Bertioga, SP). Há também o Programa de Capacitação Profissional, cujo objetivo é o treinamento de profissionais de organizações ambientalistas.

Atualmente, o Peabiru tem projetos preliminares em Cotijuba, Belém, Curuçá e Monte Alegre, todos no Pará.

Segundo apostila do Peabiru, a decisão pelos locais e comunidades se deu pela vulnerabilidade social e pela vocação para o Turismo, além da perspectiva de apoio financeiro e parcerias:

*“o município de Curuçá representa um importante destino ecoturístico por ser uma área de manguezais, praias, trilhas em meio à mata e pela cultura local, dos pescadores, das marisqueiras e dos saberes e fazeres. Diante deste cenário, o Instituto Peabiru, dentro do Projeto Casa da Virada, do edital Petrobrás Ambiental 2006, decidiu apoiar o desenvolvimento do Ecoturismo no município de Curuçá e capacitar a comunidade para a prática do Ecoturismo”*⁹⁰

Além disso, para além do potencial, a vulnerabilidade ambiental, a ameaça também são forte agente motivador,

“na verdade o Peabiru optou por trabalhar primeiro com comunidades tradicionais, onde não existe Ecoturismo, não existe opção de Turismo... segundo isso é um forma de geração de renda... terceiro (não tem uma ordem, assim), em áreas críticas... na verdade o Peabiru trabalha na Amazônia devastada... Curuçá é 99% desmatada (é pior do que Mata Atlântica), e Monte Alegre também, região altamente devastada e impactada pela pecuária no caso de Monte Alegre, e Curuçá pela agricultura, há muitos anos. São regiões muito ameaçadas, de grande densidade populacional, em termos rurais, mas que tem um potencial absurdo... Para mim Monte Alegre é o lugar mais impressionante de toda a Amazônia (na Amazônia as coisas são muito dispersas), porque junta todos os grandes atributos da Amazônia num único lugar. (...) Então eu acho que nós pretendemos ficar em Monte Alegre. O Peabiru costuma assinar convênios de 50 anos com as comunidades... e nós cumprimos...” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Como metodologia se utilizam das *Cadeias de Valores* buscando implementá-las segundo a vocação da comunidade, definida por ela mesma através de encontros prévios, para depois as mesmas gerarem renda. No

⁹⁰ Apostila: “Práticas de Ecoturismo”, Curuçá, PA. Elaborada por: Gabriela Carvalho Cunha Castro. Belém, PA, Março de 2008.

depoimento de Meirelles Filho (em entrevista à autora em 2008), ele enumera suas intenções, vocações que relacionam grupos empresariais e comunidades carentes, sob intermediação do Instituto, ou até são trabalhadas separadamente em agendas paralelas. De toda forma, apesar dos dez anos de existência do Peabiru (em 2008), são todas ações ainda sendo iniciadas operacionalmente. Ainda segundo Meirelles Filho:

“E nós temos outras intenções... trabalhamos com grandes grupos econômicos, por exemplo, a mineração de Juruti, que está ao lado de um lago que é fantástico, dá para fazer Ecoturismo... a AgroPalma, que é uma grande empresa que tem dendê e uma área incrível de floresta, e tem pássaros que estão ali dentro, então a gente imagina trabalhar e tem interesse... Tem uma agenda aí... os quilombolas do Amapá querem trabalhar com Ecoturismo... a empresa com a qual nós trabalhamos com açaí também quer trabalhar... então eu acho que nós iremos... esse modelo que nós não inventamos, ele foi criado... essa teoria – cadeia de valor (value chain) – foi desenvolvida pelo Royal Tropical Institute - KIT, da Holanda, e foi trabalhada no mundo inteiro, para várias situações, com vários produtos e serviços... nós estamos “aclimatando” essa metodologia, e já estamos trabalhando no mel há dois anos... e provavelmente com isso desenvolvemos nossas próprias metodologias... e essa metodologia de cadeia de valor é que nós vamos implementar e que está em todas as nossas propostas... ela é isso, basicamente... eu diria que aqui no Brasil não tem ninguém ainda trabalhando, que nós saibamos, com metodologia de cadeia de valor com Ecoturismo de Base Comunitária... Estão trabalhando com outras metodologias. (...) Essa nossa história tem muita ligação com o meio empresarial, não com o trade empresarial do Turismo... mas o alicerce, o grande capital, as grandes empresas: Petrobrás... Nós deveremos trabalhar com Ecoturismo nas comunidades que trabalham com gente... tem uma história por aí prevista, que os grandes empreendimentos na Amazônia deverão ter o Ecoturismo como uma das alternativas de renda” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Os aspectos comunitários para o Peabiru são fundamentais, e, sua visão empresarial da demanda externa e das múltiplas possibilidades que a Amazônia tem faz com que o Instituto estabeleça metas de longo prazo, acompanhando as agendas definidas dos parceiros quando eles as possuem, ou criando uma, no caso das comunidades. Estas estratégias foram traçadas a partir de sua experiência de dez anos, mas, principalmente nos quatro anos de sua presença na Amazônia e no contato com o meio empresarial. Para Meirelles Filho:

“Então na verdade é assim: o Peabiru, em termos de Ecoturismo na Amazônia, tem discutido isso há bastante tempo, desde que ele nasceu. Porém, projetos práticos, nós temos pouco tempo para mostrar resultados... Já tem resultados interessantes. No caso de Monte Alegre muito pouco. No caso da comunidade de Curuçá nós temos resultados... porque foi engraçado... nós fizemos um curso de Ecoturismo a pedido deles, dos jovens, que definiriam o que queriam... primeiro eles queriam voleibol, esportes, dança... aí que eles perceberam que isso não ia pagar a conta!... dá para fazer as mesmas coisas, esporte, dança, só que com alguma renda... esse grupo começou com cerca de 30 pessoas, e à medida que o curso foi avançando (...) alguns deixaram... isso é natural, e hoje tem um grupo de cerca de 17 pessoas... e foi interessante porque no dia que concluiu, coincidentemente o curso, chegou o primeiro grupo de visitantes de uma ONG canadense... e que eles puderam praticar tudo que eles aprenderam... que foi muito pouco, foi muito pouco tempo. Eles são mais ‘monitores’, não estamos falando de ‘guia’... Nós estamos longe de formar guias ainda... é um desejo, mas é uma aspiração futura... (...) na verdade nosso princípio é de fazer, discutir... pesquisa e ação... então o ideal seria treiná-los durante muitos anos... mas não dá. Tem que ser meio na prática. E agora eles já estão pensando em fazer sua própria barraca na praia, porque às vezes algum pescador não funciona, dá problema... Já estão pensando, enfim, em ter transporte... começam a criar os grupos dentro do grupo e tentando se formalizar. E neste próximo ano nós pretendemos estruturar a cadeia de valor com eles. Então as decisões serão deles, e eles que vão assumir isso aí. E o Peabiru se pauta muito nisso aí” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Essa metodologia exposta no depoimento acima é explicada pelo Peabiru em seus documentos como sendo uma metodologia de desenvolvimento de cadeia de valor para erradicação da pobreza, desenvolvida pela *Royal Tropical Institute (KIT)* e aprimorada para a Amazônia pelo Peabiru desde 2006, a partir da realização do Programa Abelhas Nativas, parceria da KIT e Peabiru, com a implementação de cadeia produtiva para comunidades tradicionais de pequenos agricultores e pescadores de Curuçá, PA e de quilombolas de Macapá, AP.

A metodologia se constitui de cinco etapas: *mapeamento da cadeia e avaliação; construção de parcerias; desenvolvimento de cadeias produtivas; monitoramento e avaliação de cadeias produtivas e aprendizado e inovação.*

Esta ONG, que começou como Instituto Peabiru de Ecoturismo, também, assim como a WWF e a CI, passou a tratar de outros temas e incluiu o Ecoturismo em meio a um Programa de Negócios Inclusivos que trabalha com possíveis cadeias produtivas e de negócios a serem implantados, entre eles o Ecoturismo. A proposta maior é a de inserir comunidades tradicionais no mercado global através dos negócios sustentáveis que gerem renda e emprego locais, conservar a biodiversidade, valorizar a cultura e recuperar áreas degradadas. Desde 2004 tirou o Ecoturismo do nome, e, na Amazônia, os projetos vinculados ao Ecoturismo estão em fase inicial, sendo que a implementação da cadeia produtiva de mel já tinha, em 2008, dois anos de experiência a ser transportada para o Turismo.

Assim, foi criada a *Agência de Fermentação*⁹¹ que tem como meta incorporar ao menos uma nova turma de 30 comunitários por biênio, prevendo-se número equivalente de participantes e comunidades. No prazo de 10 anos, em cinco ciclos de dois anos, espera assistir cerca de 30 comunidades, capacitando 150 lideranças comunitárias, de acordo com proposta encaminhada para o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

⁹¹ *Agência de Fermentação* de Negócios Inclusivos de Ecoturismo de Base Comunitária. Desenvolvimento de negócios inclusivos de ecoturismo de base comunitária para seis comunidades tradicionais da APA de Paytuna, no entorno do Parque Estadual Monte Alegre, Monte Alegre Pará. Proposta para o Ministério do Meio Ambiente como interveniente a Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Instituto Peabiru, Belém, PA, dezembro de 2008.

4.8. WWF – Brasil⁹²



O WWF-Br é uma ONG brasileira que integra a Rede WWF, com atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de cinco milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários. Dedicase à conservação da natureza visando harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos. Criada em 1996 e sediada em Brasília, DF, a instituição desenvolve projetos em todo o país.

4.8.1 Ecoturismo e WWF

O WWF até o ano de 2005 mantinha o Programa de Turismo e Meio Ambiente para trabalhar com Turismo onde havia ameaças à conservação ou onde o Turismo ajudaria na busca por soluções. Para suas ações, estabelecia parcerias com o mercado, organizações governamentais multinacionais e não-governamentais e comunidades locais, visando à busca da sustentabilidade por meio de estratégias de capacitação empresarial e comunitária, educação de consumidores, regulamentação governamental, gestão da visitação em áreas protegidas e mecanismos de certificação.

Em uma tendência verificada em outras ONGs transnacionais como a CI, o Turismo deixou de ser um projeto e/ou programa e passou a ser inserido nos projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PADS).

⁹²Informações obtidas no *site* da WWF Brasil e em suas diversas publicações divulgando os Projetos, além dos relatórios anuais, disponíveis em www.wwf.org.br. Acessos em 05/08/2003 e 21/03/2008.

Até isso acontecer, foram diversos os projetos e atividades desenvolvidos com diferentes parceiros. Somente na região do Vale do Ribeira foram feitos⁹³:

- Capacitação em Ecoturismo de Base Comunitária, por meio de cursos baseados no Manual de Ecoturismo de Base Comunitária;
- Apoio para participação na Rede de Turismo Comunitário - www.turismocomunitario.org.br;
- Planejamento do Ecoturismo em Unidades de Conservação, com o apoio para a implementação do Uso Recreativo no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR);
- Projeto *Modelos de Ecoturismo* com foco no fortalecimento da base comunitária, gerando o *Plano Estratégico do Ecoturismo no Vale do Ribeira* e o livro *Sociedade e Ecoturismo*;

No Brasil como um todo foi feito:

- Apoio à Campanha de Mínimo Impacto em Áreas Naturais, promovendo os princípios de conduta consciente em ambientes naturais com parceria com o Centro Excursionista Universitário (CEU) na criação e divulgação do *Pega Leve!*, Um programa dedicado a construir a conscientização, apreciação e respeito pelas áreas naturais brasileiras;
- Participação no *Projeto Certificação em Turismo*, assegurando o envolvimento no processo de certificação em TS, inclusive por meio da publicação *Certificação em Turismo Sustentável*;
- 1996 - Projeto Veadeiros com foco em Ecoturismo, agrofloresta, Educação Ambiental, criação e implementação de áreas protegidas em seis municípios da Chapada dos Veadeiros, GO;
- 1997 - Início do Projeto de Ecoturismo na comunidade de Silves, AM, em parceria com a ASPAC;

⁹³Informações sobre o Vale do Ribeira retiradas do Relatório Técnico CPS 632-2003, referente ao Contrato WWF-Br e Instituto Physis – Cultura & Ambiente, sob coordenação Geral de Sérgio S. Salvati (WWF-Br) e do Responsável Técnico: Zysman Neiman (Instituto Physis – Cultura & Ambiente), Maio de 2004.

- 1998 - Apoio na infraestrutura (embarcações, base flutuante e centro de visitantes) para a implementação do plano de manejo do Parque Nacional do Jaú, AM;
- 1999 - Instalação do Comitê Gestor da Estrada Parque, iniciativa contou com o apoio do WWF-Br para incentivo ao desenvolvimento do Turismo responsável no Pantanal;
- 2003 – *Projeto Sociedade e Ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável*, parceria com Vitae-Civilis, um planejamento estratégico participativo de Ecoturismo para o Vale do Ribeira, SP;
- 2003 – Lançamento do *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*;
- De 1994 a 2003 - *Programa Natureza e Sociedade* – concessão de bolsas de estudo;
- 2004 - Inauguração das obras de infraestrutura da Trilha do Chapéu, no Núcleo Caboclos, Apiaí, SP, com base no plano de uso recreativo do PETAR;
- 2004 - Realização de expedições de campo e diagnóstico socioambiental da pesca e do Turismo no vale do Guaporé, RO, em parceria com a Associação Ecológica Guaporé (Ecoporé);
- 2004 – Apoio técnico e financeiro para a formatação, em conjunto com a ONG Instituto, *Projeto Implementação da 1ª fase do Plano de Manejo do PETAR: formação do Grupo Interinstitucional de Apoio*;
- 2005 - Encerramento do projeto Educação Ambiental para a Sustentabilidade do Entorno da Reserva Biológica do Una, no sul da Bahia, com o lançamento do livro *Transformando Olhares: o mato que virou mata*.

Além disso:

- O WWF buscou a cogestão e apoio às áreas protegidas através de seu desenvolvimento econômico pelo Ecoturismo. Nesta linha de atuação, vários exemplos podem ser citados, como o da WWF-Br no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, GO, e no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, PE. Nestes projetos ocorreu o desenvolvimento de estudos e

projetos para estabelecimento e implementação do uso recreativo dos Parques com o estudo da área; traçado e o desenvolvimento de trilhas terrestres e roteiros; "tradução" (ou interpretação ambiental), através de diferentes recursos; organização das informações sobre os ecossistemas para os visitantes; controle da forma e intensidade de visitação de acordo com a fragilidade do ambiente visitado; otimização do potencial de visitação da área e o desenvolvimento de atividades educativas associadas a ações recreativas. Além disso, na Chapada dos Veadeiros, contribuiu para a criação e implementação da Reserva da Biosfera na região. Também ajudou a desenvolver um modelo de manejo de áreas protegidas e de entorno, baseado na ampla participação das comunidades e do governo. Apoiou a consolidação e promoveu a criação de reservas particulares contíguas ao Parque Nacional. No Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, PE, desenvolveu estudos e projetos para estabelecimento e implementação do uso recreativo deste Parque;

- Trabalhou na promoção de Intercâmbio de informações sobre assuntos relativos ao Turismo entre atores de projetos locais, regionais e globais;
- Participou da elaboração de diretrizes e de diagnósticos para o Ecoturismo e realizou pesquisas e difusão de conceitos, métodos e técnicas em Ecoturismo.

4.9 Associação de Silves para Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC)⁹⁴



“A maioria das comunidades quer entrar no Programa (de Turismo), mas não temos um fluxo de visitação regular, a

⁹⁴Informações obtidas no site da ASPAC, <http://www.viverde.com.br/aldeia.html>, acessado em 21/03/2008.

Associação completou 15 anos, mas é comandada por nós, por caboclos, somente nos últimos quatro anos” (NEVES em entrevista à autora em 14/05/2008).

A ASPAC é uma ONG brasileira, sem fins lucrativos, formada por comunidades de ribeirinhos e seus membros, residentes numa região de lagos amazônicos do entorno da ilha de Silves, AM. A ASPAC trabalha com as comunidades tradicionais da região de Silves no desenvolvimento do Ecoturismo para que os recursos e benefícios advindos desta atividade possam ser revertidos para a proteção de seus lagos de pesca.

Com o *Projeto Ecoturismo Comunitário de Silves*, a WWF, juntamente com a ASPAC, apoiou a integração das comunidades locais através da construção do Hotel Aldeia dos Lagos, situado numa ilha do Rio Amazonas, em Silves, a 300 Km de Manaus. O hotel que é de propriedade de ribeirinhos, organizados pela ASPAC, promove atividades ambientais e destina 20% do lucro para a preservação de 12 lagos, barcos, gasolina e sinalização. O hotel visa garantir o emprego e renda a cinco comunidades ribeirinhas que somam 500 habitantes. Ali vigora o ideário do segmento de Ecoturismo participativo. Os hóspedes, 90% dos quais são norte americanos e italianos, trabalham duas horas por dia em hortas, abertura de trilhas e paisagismo.

A experiência de Silves é emblemática em diversos sentidos, nos seus sucessos e fracassos ela é precursora daquilo que outras experiências ainda atravessarão, na medida em que ela seguiu todos os passos recomendados rumo ao que se pode chamar de Turismo Comunitário, já passou pelas benesses e problemas causados pela tutela de ONG transnacional e, agora, experiente, madura, inicia o duro caminho rumo à sua sustentabilidade e busca de identidade.

O que, em determinado momento histórico parecia ser o melhor caminho, mostrou reflexos e reflexões inesperados, impactos negativos de onde menos se esperava, inclusive do que foi considerado bem sucedido enquanto projeto, mas que na realidade não foi o esperado, como por exemplo, a renda ser excessiva e acabar virando opção única da comunidade, em detrimento de outras, como demonstra o depoimento de Neves (dado à autora em 2008):

“Tudo isso que nós estamos fazendo é para diminuir a pressão sobre o Turismo, como quem paga as contas geralmente é o ele precisa de certa forma tirar a pressão dele, pra que possamos realmente responder os apelos originais, todo esse trabalho que estamos fazendo fora do Turismo é pra que nós possamos de certa forma nos sustentar não apenas do Turismo” (NEVES em entrevista à autora em 14/05/2008).

O enfrentamento de questões como tutela de ONG parceira, o ter que caminhar com as próprias pernas e lidar com aspectos mercadológicos do Turismo, participar do mercado mundial com o Turismo e demais produtos, fazem de Silves pioneira no enfrentamento destas temáticas tratadas neste estudo, como demonstram os depoimentos abaixo cheios de reais contradições, que contam o histórico da ASPAC:

“No começo da ASPAC eu não estava, depois da Eco-92 a urgência de organizar as comunidades era muito forte, tem coisa que a Igreja não se mete, pessoas muito humildes, constituíram a Associação, hoje ASPAC, fundada por agricultores, pescadores, professores. Em 1993 era pouco direcionada pela Comissão Pastoral da Terra falaram que era importante fazer um projeto pra profissionalizar, entrar dinheiro, era só voluntário, fizeram projeto de conservação e na ebulição de Brasília, embaixadas incentivando Amazônia e o governo da Áustria bancou, três anos, gasolina etc., zoneamento, monitoramento, mas não tinha a parte da sustentabilidade... Acabou o projeto e o dinheiro, aí viram que o Turismo estava acontecendo, resolveram fazer estrutura para depois subsidiar... precisava de uma entidade para dar o recurso, a instituição que representava o governo da Áustria que pediu ao WWF para receber, não eram conhecidos, precisava de um veículo, um ente, cheio de técnicos, ASPAC via WWF coletou os recursos, em 1996 WWF-Br apresenta para WWF-Suécia proposta de continuidade com capacitação, equipe etc., para dar start no processo” (NEVES em entrevista à autora em 14/05/2008).

“O WWF a partir que ele viu que tinha um potencial de organização comunitária, começaram a investir, até 2000 investiram, fiz capacitação itinerante, Tamar, Mamirauá, Poço das Antas, capacidade de carga, infraestrutura, três

anos de capacitação... era a Sylvia Mitraud... no momento que a Sylvia sai teve uma baixa realmente, nós não tínhamos autonomia, a dependência era total. A partir de 2001 fizemos uma reunião em Manaus: o projeto não deu certo, aparentemente estava tudo certo, dinheiro no bolso, mas fizemos um cálculo que ia quebrar, não posso dizer que foi paternalista, o grupo não tinha capacidade, queria meter o bico em um montão de coisa, como a Camaçari Turismo. WWF chegava lá e fazia pagamento, extinguir a Camaçari, botar de emergência uma cooperativa virtual, demitir todo mundo porque tinha um gerente, subgerente etc.” (NEVES em entrevista à autora em 14/05/2008).

“Quando você não tem autonomia não dá para se envolver totalmente, a maioria dos nossos colegas era tipo funcionário, mas tinha um grupo que estava se organizando, fizemos com 20 sócios uma Cooperativa. Dissolvemos aquele monte de gente que tava trabalhando, era um modelo bem capitalista, aí começa realmente uma nova fase. Meu lance era ser guia, fazer inventário turístico, começamos a desenvolver e, a partir de 2000 o WWF saiu, todo mundo sabia” (NEVES em entrevista à autora em 14/05/2008).

“Foi um choque, nesse momento o Turismo estava realmente começando a dar certo, Cooperativa, a coisa ficou um pouco diferente, eu me doeie para a Cooperativa que se tornou o motor da ASPAC, a partir daí a ASPAC era a burocracia e a Cooperativa fazia tudo, pagava por hora. No modelo de administração, de pagamentos a WWF pagava todo mundo: quebrava o motor, a WF consertava, aí terceirizamos lancha, começamos a dividir o pessoal no gerenciamento das lanchas melhorando a parte econômica, organizamos o empreendimento que é nosso, coletivo, é de todo mundo, se quebrar nós quebramos junto, nós nos organizamos, não tínhamos energia, não tinha nada, conseguimos ligar 1200m de energia, transformador, através da WWF fizemos projetinho, a primeira-dama da Inglaterra deu dinheiro para reformar a pousada, nos organizamos do nosso jeito, o pico de trabalho nosso é... para se manter, o WWF foi a interferência. Caravana Mergulhão e a coisa pior era a cobrança para que a coisa desse certo... Nós tínhamos autonomia, digam para mim onde vocês... o WWF naquele momento não tinha responsabilidade. Nós não deixamos de escrever projetos, o WWF fez um apoio ainda, acordos de pesca, WWF deu consultor, um dos melhores, de Santarém o manejo aconteceu em 2007” (...) “Depois o relacionamento foi muito bom, a partir de 2001 a WWF

tornou-se um parceiro, a interferência foi total, ainda tem o logo da ASPAC no WWF. Nós não usamos o logo do WWF” (NEVES em entrevista à autora em 14/05/2008).

O ideal é o que aparece no depoimento de Neuhaus com relação à intervenção do Terramar:

“As pessoas de Mamirauá não são nem de lá, são de fora, mas também é importante, às vezes precisa justamente do apoio da ONG por um certo tempo, como o Terramar fez lá na Prainha do Canto Verde (CE), deu apoio dez anos ou mais, e agora não precisa muito mais ir lá, porque a ideia é que se auto-sustente, se auto-gerenciem e hoje eles conseguem. O Terramar está hoje mais organizando outras comunidades, as trocas de experiências com outras comunidades que são seis” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Além das ONGs descritas acima existem muitas outras de importância indiscutível para este ou futuros estudos, mas que não puderam ser incluídas por limites de tempo e de espaço. Para citar algumas delas: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), Instituto EcoBrasil, Ação Ecológica Guaporé (ECOPORÉ), Instituto Physis – Cultura & Ambiente, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e Cooperaguará Ecotur.

4.10 O que as experiências destas ONGs têm em comum?

Muitos aspectos visualizados nos projetos destas ONGs são comuns. Apesar da diversidade de experiências, localizações distintas, estratégias, pode-se enumerar vários padrões que se repetem, quase que em um modismo, e que são encontrados nos diversos manuais⁹⁵ que servem de base e são citados em todos os trabalhos desde a década de 1990, conforme classificação abaixo:

As metas mais comuns dos Projetos de TS geralmente são:

⁹⁵Especialmente nos: Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE), disponível em www.mpefunbio.org.br; e Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável, disponível apenas sob solicitação no site www.wwf.org.br.

- a) Cursos de capacitação diversos, sendo as temáticas mais comuns: Metodologias participativas, formação em Turismo Sustentável, cadeia produtiva de Turismo, empreendedorismo, Estruturação dos atrativos (especialmente trilhas interpretativas), monitoria ambiental e outros para atenderem a profissionalização para o TS;
- b) Elaboração de Planos de Negócios e de comercialização diversos capazes de gerar renda para a comunidade;
- c) Criação de RPPNs ou outros tipos de UCs e elaboração de seus planos de manejo;
- d) Visitas técnicas e intercâmbios a outros empreendimentos e experiências comunitários similares ou diferentes, para se ter possibilidade de comparação e troca;
- e) Conhecimento e valorização dos patrimônios locais (ambiental, cultural);
- f) Conservação da biodiversidade com eliminação de práticas destrutivas;
- g) Criação ou o fortalecimento de organizações locais comunitárias relacionadas ou não ao TS de base comunitária;
- h) Organização de Roteiros de Ecoturismo TS;
- i) Criação de indicadores para avaliação e monitoramento dos Projetos;
- j) Lançamento de produtos de comunicação relacionados a estas atividades (*website*, *blog*, folheto básico, publicações entre outros);
- k) Influência de políticas públicas municipais e estaduais.

Dentre as metas e resultados mais individualizados, complexos e de longo prazo estão geralmente previstos:

- a) Capacitação de pessoas para a replicação dos ensinamentos, dando continuidade à proposta e avaliando-a;
- b) Elevação da autoestima;
- c) Engajamento com a questão ambiental, da sustentabilidade como um todo e com a conservação dos patrimônios socioambientais e culturais;
- d) Canalização das iniciativas e vocações para a sustentabilidade socioambiental da região;

e) Criação de novos protagonistas e cidadãos.

Outra questão que se repete é o foco nas mulheres e nos jovens, o que, em muitos casos são possíveis fontes de novos conflitos pela distinção que fazem com a criação de desigualdades ou, consequências problemáticas como, por exemplo, mulheres e jovens chefiando famílias, em comunidades onde os homens, especialmente os mais velhos, culturalmente são reconhecidos como os responsáveis.

Foram anos estudando e criando estratégias, metodologias, indicadores e replicando-os em todos os biomas brasileiros, para apresentar resultados, redigir manuais, como conclusão de um processo que agora começa a ser questionado nesta tese, na medida em que um novo momento histórico, possível a partir da conclusão desta etapa, na qual se testou de tudo, deve ser iniciado.

O questionamento que se pretende aqui é parte de uma constatação de que, as iniciativas experimentadas deram poucos frutos e conquistas das quais comunidades, ONGs, pesquisadores e turistas, podem afirmar, com toda a certeza, de que foram totalmente bem sucedidas, sendo quase impossível para especialistas no assunto, identificar um só exemplo unânime a ser replicado.

Claro que o histórico e as iniciativas em si configuram por si excelentes frutos, sem eles não estaríamos a ponto de questioná-los. E, os gestores dos projetos e as comunidades sabem bem disso, conhecem muito bem as limitações que apareceram e que devem, a partir de agora serem repensadas e retrabalhadas.

O principal foco de mudanças são as estratégias participativas, na medida em que, dependendo da aplicação delas, muitos projetos não são bem construídos, assim, a seguir, especialmente no capítulo 6 desta tese.

Parte III – Conflitos e participação no Turismo Sustentável

“O perigo da liberdade moderna é que, absorvidos no deleite de nossa independência privada e na busca pelos nossos interesses particulares, nós possamos abrir mão muito facilmente do nosso direito de participar do poder político” (CONSTANT, 1988:326).

Capítulo 5: Conflitos e Sustentabilidade nos projetos de Turismo realizados por ONGs

Os conflitos provocados pela qualidade da participação promovida pelas ONGs e também pelas características específicas do Turismo serão tratados neste penúltimo capítulo. Primeiro tentamos definir conflitos por recursos naturais, em escala local, os quais atingirão todos os envolvidos, no caso as ONGs e as comunidades, que, por sua vez, podem valer-se deles para seu aprendizado e acordos futuros e também para lidar com as possíveis resistências às parcerias e projetos comuns.

Aqui são enumerados os vários impactos e situações típicos e específicos do Turismo e da qualidade da relação entre comunidades e ONGs, como as principais causas dos conflitos. São detalhadas as especificidades destes. É problematizada a questão da tradicionalidade no Turismo e como ela pode transitar entre ser um valor agregado e/ou ser uma motivação de permanência e revitalização da tradição cultural.

5.1 Os cenários, a tradicionalidade e os conflitos

“Os territórios turísticos são a um só tempo o lugar das estratégias para o capital, do espetáculo e do embevecimento dos visitantes e das resistências dos residentes. Nem todos os residentes resistem, a maioria se adapta ao sistema de produção do Turismo. Essa divisão pode ser interna à comunidade. A seleção de lugares e pessoas desencadeia uma série de conflitos sociais e de usos, pela posse da terra, e por oportunidades. Em contraposição, porém fez surgir os Turismos alternativos: das comunidades, das favelas, dos índios, dos acampamentos dos sem-terra. Portanto, todos estão incluídos na mesma sociedade, no mesmo modo de produzir; o que muda é a forma como cada classe ou grupo

se inclui, e como os níveis⁹⁶ de conflitos produzem resistências ou não” (CORIOLANO, 2006:219).

As localidades onde geralmente ocorre o Turismo na natureza são potencialmente conflituosas: áreas remotas, habitadas por moradores com modos de vida e projetos heterogêneos, considerados tradicionais ou pré-modernos, enfrentando problemas para gestão e acesso dos recursos naturais, por conta da limitação, escassez e restrições impostas ao seu uso, sofrendo pressões diversas, inclusive por conta da influência proveniente de indivíduos e instituições com diferentes propósitos. Estas comunidades, à margem ou mesmo incluídas na sociedade, não são prioridade para todos os setores governamentais, recebem atenções e intervenções desiguais e, a condução de seus destinos, está longe de ser um consenso para qualquer um dos envolvidos.

É nesse palco, ornado com belos cenários naturais e comunidades aparentemente tranquilas, que ONGs buscam intervir, colaborar à sua maneira. As mudanças são a única certeza; os processos interativos de negociação, participativos, são variados.

Campos (2006) afirma que a influência externa se dá tanto pela permeabilidade da própria comunidade, que demanda e muitas vezes solicita intervenções visando reforçar e legitimar poderes locais, quanto pela imposição da participação de agentes externos. Nestas interações, a pesquisadora observou alterações na percepção dos moradores, a ponto de os mesmos deixarem de valorizar ou, contrariamente, supervalorizarem determinadas questões.

Normalmente, há por parte dos planejadores e nas ONGs (de fora do lugar), uma perspectiva favorável à tradicionalidade que, segundo Campos (2006) nem sempre é suficiente para garantir a conservação socioambiental, além de correr o risco de ser injusta quando determina suas escolhas e prioridades.

No Turismo, a tradicionalidade é uma forte tensão, embora questionada por diversos autores (FERREIRA, 2005; CUNHA; ALMEIDA, 2000; ALMEIDA; CUNHA, 2001, CREADO et al, 2008). Nos segmentos turísticos ela não pode ser

⁹⁶Divergimos de Coriolano no uso da expressão **níveis** de conflito. Entendemos que o que produzirá resistências e conflitos será a qualidade da participação comunitária nas diversas arenas decisórias e não uma questão de nível.

ideia descartada à medida que a tradição constitui um dos principais atrativos, logo transformada em valor agregado dos segmentos de Turismo de base local, etnoturismo (ou Turismo étnico) e do Turismo cultural.

Sendo atrativo, através da tradicionalidade configuram-se novos motivos para acirrar conflitos, a partir das grandes questões que a antropologia do Turismo tem estudado: encenação, autenticidade, folclorização, fetiche, banalização, exotização e outras questões culturais, étnicas que a tradição carrega⁹⁷ (WEST; CARRIER, 2004, WEST; IGOE; BROCKINTON, 2006).

Assim como em outros campos, nos quais a questão da tradicionalidade é polêmica e vem sendo apontada ora como primordial, ora como irrelevante, como nas questões de demarcação de terras para indígenas e quilombolas, dependendo do ponto de vista, no Turismo a ideia de tradição precisa ser cuidadosamente trabalhada, inclusive quando tratada como um valor agregado. Se for valor agregado simplesmente, a tradição poderá compor uma mercantilização da tradicionalidade, que transforma o indígena em índio turístico, a comunidade em comunidade turística, sem, no entanto, ser questionado o valor da tradição em si, quando o Turismo não está presente.

Campos (2006) aponta que o Ecoturismo se equivoca quando busca promover a sustentabilidade (econômica e ambiental) através da agregação de valor a produtos e paisagens, pois pressupõe que, satisfeitas as necessidades básicas, a população impactará menos o local. A autora ressalta que o comportamento humano não vive somente de necessidades, mas também de desejos, e, satisfeitas as necessidades, a comunidade terá mais recursos de tempo e de dinheiro para atender e se dedicar às novas demandas, muitas vezes trazidas pelos agentes externos, em seus estilos de vida, que em nada se assemelham à tradicionalidade que defendem para as comunidades locais.

⁹⁷ São vários os exemplos de possíveis conflitos relacionados à questão da tradicionalidade, citando alguns: a apresentação, por parte de especialistas (de ONGs, Universidades e outros), da natureza como um objeto estático, separado do ser humano, a qual pode acarretar na desnaturalização da cultura e fazer com que os impactos das atividades humanas na natureza seja caracterizado como não natural. Outros exemplos comuns são: a transformação das comunidades em atrativos a serem consumidos; os diversos novos papéis assumidos pelos comunitários, com formas diferenciadas de acordo com motivações, faixa etária, relações de gênero; a assimilação de discursos ambientalistas; as novas desigualdades criadas em função das receitas e novas despesas (por conta de mudanças nos hábitos alimentares, por exemplo) e da própria dependência do Turismo.

Essas interações têm potenciais diversos, contraditórios, concomitantes que, se por um lado caminham em direção à sustentabilidade, por outro, afastam-se dela em passos largos. O morador que teve sua rotina alterada, seu sustento garantido, talvez não tenha mais sonhos ou, o contrário, passe a dedicar-se a eles e até deseje coisas antes sequer imaginadas. O cotidiano é modificado, novos conflitos aparecem e/ou se transformam para reaparecer novamente, sob novas configurações e com atores sociais sendo constantemente formados na própria dinâmica dos conflitos.

Acsehrad (2004) ressalta que o conflito é inevitável quando são confrontados grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação dos recursos naturais, ameaçando-se mutuamente. No caso do Turismo, tanto a tradicionalidade como a transformação de determinadas localidades em atrativos, especialmente as inseridas em UCs (DIEGUES, 1994), excluindo os moradores do seu manejo e de sua gestão, às vezes até de sua circulação no local, são campos abertos para conflitos.

Nestes contextos e cenários, conflitos ambientais são criados e poderão lançar os moradores à condição de atores sociais que se constituirão continuamente ao longo dos processos políticos, tornando-se cada vez mais conscientes de sua especificidade, das fronteiras, das diferenças e dos seus papéis nas diversas arenas (XIMENES, 2006; FERREIRA, 2001, 2005, 2006; ALONSO; COSTA, 2000; ACSELRAD, 2004).

Nas localidades turísticas, as que incluem ou não áreas protegidas, a pressão sobre os usos diversos de seus recursos naturais aumenta na medida de sua valorização para uso turístico. Isso se deve basicamente à escassez dos atrativos, pelo *déficit* de natureza nas grandes cidades, pelo modismo e crescimento comercial da atividade entre outros fatores, que culminam por constituir novos processos decisórios, assim como formar atores sociais visando a resolução dos problemas ambientais através de mobilizações coletivas (SCHMINK; WOOD, 1992).

Entre os impactos gerados pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico e social, o Turismo seria um fator a mais para a desestruturação dos

espaços comunitários, pela sua usurpação em benefício dos interesses das populações urbanas. A desorganização das relações entre essas comunidades e a natureza seria uma consequência da sua dependência quanto ao sistema capitalista.

Para Rodrigues (2002) a questão da dominação capitalista não só é a base do que se faz com o Turismo, como será a base de muitos conflitos, a serem superados pelos atores capazes de lidar com o sistema:

“As estratégias de produção e consumo do espaço, subordinadas aos interesses políticos-econômicos, reforçadas por elevado grau de tecnologia, vendidas por campanhas muito bem engendradas de publicidade e marketing, nada mais são do que visíveis manifestações da luta pelo poder e dominação hegemônica do capitalismo transnacional” (...) “No bojo de tais estratégias cria-se um conflito de tal magnitude, profundidade e alcance, que somente seus atores têm prerrogativas de superar a crise, tratando de manter sua posição de liderança, graças ao conhecimento, controle, capacidade financeira e tecnológica que têm sobre as intervenções” (RODRIGUES, 2002:10).

Também ocorre no Turismo o fato de que nele há muitas atividades sem especialização, profissionalização, falta de códigos e regras explícitos para concorrência, o que gera vulnerabilidade, facilita o ilícito, que por sua vez alimenta os conflitos.

Conflitos sociais podem ser definidos pelo reconhecimento coletivo de interesses que congregam ou agregam grupos mais ou menos homogêneos e que parecem diferenciá-los de outros agrupamentos. Eles carregam em si o germe da transformação da ordem social. A Teoria da Ação Social de Habermas (1990) denomina esta capacidade de ‘Auto-organizativa’ e a orientação à mudança da ordem social de ‘Emancipação’.

Antes da composição enquanto sujeitos coletivos, Rodrigues (2008) afirma:

“contradições entre interesses individuais e coletivos estão na base dos dilemas da chamada ‘ação coletiva’. Dilemas sociais ocorrem sempre que indivíduos ou instituições fazem

determinadas escolhas que maximizam benefícios próprios de curto prazo, levando, via de regra, todo o grupo a uma situação conflituosa” (RODRIGUES, 2008:3).

Rodrigues (2008) trabalhou em UCs de São Paulo com a hipótese de que determinados arranjos institucionais podem desencadear ações coletivas favoráveis à sustentabilidade da área, além de terem o potencial de representar avanços nos processos participativos de ordenamento territorial.

O uso de recursos naturais envolve interesses, expectativas, interpretações, interações e pactos em nível local ou transnacional (FERREIRA, 2002, 2005, 2006). Constituem entraves ao desenvolvimento, têm interação multilinear, são feitos por grupos complexos, eles mesmos constituídos por múltiplas interações. A organização social não é mais polarizada (Estado x sociedade) e sim multipolarizada, complexa e produzirá conflitos novos e constantes para usar os recursos naturais.

Ferreira (2005, 2006) se pergunta: como os grupos e os sujeitos estão se organizando (disputando e estabelecendo pactos) para tratar da temática do uso dos recursos naturais? A autora afirma que somente a comunicação não é mais suficiente para iluminar o debate. Deve-se buscar compreender as interações e conflitos como fundamentais para a produção de mudanças, sem esperar que os mesmos sejam resolvidos e nem finalizados. Será a complexidade das interações que produzirá as dinâmicas sociais, as situações de ação e, a partir delas, a possibilidade de compreender a sua composição, as posições dos atores e os padrões que poderão se reproduzir em outros contextos.

Para Ferreira (2005, 2006), a forte disseminação de pesquisas e projetos na área ambiental focalizando as divergências de opinião, interesses e metas sociais coletivas sobre os sistemas naturais levou a uma banalização exagerada do conceito de conflito social, que perdeu sua força como categoria analítica, corroborando muitas vezes o tratamento analítico de conflito e problema como sinônimos.

Esse tratamento, nas diversas localidades turísticas, conduz imediatamente, a uma necessidade de amparo, de apoios diversos necessários para a sustentabilidade do local. Nesse aspecto os conceitos de sustentabilidade,

de participação, os formatos de apoio, a definição de prioridades, serão os pontos nodais dos passos a serem tomados, que conduzirão a soluções diferenciadas de acordo com aqueles que mais rápida e eficazmente conseguirem implementá-las. Nesse quebra-cabeça complexo concorrem, na busca de soluções, indivíduos, comunidades, poder público, empresários e ONGs, um contra ou convergindo com o outro, e, cada um deles, disputando e pactuando entre si.

Ferreira e colaboradores (2002) apontam que há um aspecto arbitrário que faz emergir de todos os cantos do mundo guardiões das florestas e das comunidades, com seus projetos específicos que não necessariamente consideram os padrões de conservação adotados localmente. Segundo os autores, tais guardiões muitas vezes partem do pressuposto de que a conservação do local não é um direito reivindicado pelas coletividades que vivem e moram nos limites territoriais de suas esferas de atuação.

No Turismo esta ponderação é fundamental: dificilmente encontra-se qualquer forma de consenso sobre a necessidade e a viabilidade da implantação do Turismo como atividade nas diversas localidades, até porque ele favorece os grupos sociais de forma muito desigual, pressupõe investimentos em infraestrutura, investimento pessoal em capacitação, alguns tipos de atividade que nem todos têm aptidão ou mesmo perfil para desenvolver. Até mesmo questões culturais, religiosas, entre outras, constituem, muitas vezes, motivos para a resistência ao Turismo.

Para iluminar este debate, Vayrynen (1991) apresenta dois modelos conceituais sobre as relações possíveis entre Conflito, Integração e Diferenciação que ele denomina de: *Conflict transformation* (CT) e *Conflict resolution* (CR). Sendo que o primeiro, CT, considera os conflitos inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores das mudanças; o consenso é apenas uma contingência e não há possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito. Já o *Conflict Resolution* afirma que os conflitos são distúrbios na ordem de sistemas sociais; demandam esforços para o desenvolvimento de estratégias para neutralizá-los ou mitigá-los e as análises e consequentes intervenções levam em

consideração um grau de desvio a partir de algum estado original considerado ótimo (VAYRYNEN, 1991).

Saber que os conflitos não se resolverão tem o potencial de tornar apática toda e qualquer iniciativa que tente dar um passo adiante no amadurecimento da questão tratada. Pensar nos conflitos como constantes e inevitáveis nas arenas nas quais participam, pode também resultar na possibilidade de se tentar prever o que poderá acontecer, preparar os protagonistas para lidar com constantes e inevitáveis mudanças, normais a todo e qualquer processo histórico. Em localidades turísticas nas quais os olhos do mundo fotografam, aprisionam, folclorizam, introjetar a ideia de processo, mobilidade e dinâmica constante já constitui grande novidade – para todos. Ao mesmo tempo pode desapontar um turista em busca de um cartão postal estático e, surpreendê-lo, a cada visita, caso os conflitos e as arenas não ameacem a permanência dos sentidos identitários do lugar, de suas diferenças e características próprias.

No Brasil, programas de conservação ou de recuperação de sistemas naturais foram sendo concebidos e implantados alheios e/ou em confronto com os moradores de áreas sob proteção legal, ou áreas impactadas por grandes empreendimentos ou ainda, por consumidores dos serviços dos ecossistemas a serem recuperados e, até pelos interessados em ajudar, como as ONGs. As propostas de conservação ou recuperação formuladas foram altamente politizadas. Os moradores, novos atores, passam a ter que se organizar em entidades para (re)assumirem o controle sobre o seu futuro.

Exemplos de conflitos no Turismo não faltam, ao olharmos para a Jureia, SP e litoral paulista como um todo, para o Vale do Ribeira, SP, para Fernando de Noronha, PE, e muitos outros, percebe-se de longe, e até para o mais desavisado dos olhares, as disputas e os conflitos. O mesmo vale para os casos aqui estudados.

Na esteira dos conflitos, atores e grupos especialmente organizados criativamente vão buscando alternativas, muitas vezes com as melhores intenções. Algumas ONGs foram criadas para debater questões localmente, porém muitas extrapolaram os debates iniciais, ganhando espaço e força para

tratar de outros temas e/ou de outros lugares. Outras ONGs locais ou de fora, disputam poder, recursos e influência.

Porém os efeitos esperados do Turismo, trabalhados por ONGs nem sempre aparecem. É muito comum que impactos não desejados se sobressaíam, sendo eles conflitos ou problemas ligados à qualidade da participação comunitária⁹⁸ nos projetos das ou junto às ONGs conforme relatos a seguir:

“A presença do WWF sempre gerou conflitos porque nós chegávamos com técnicas modernas de intervenção, de atuação perante o meio ambiente e o problema social, nós forçávamos um pouco a barra para as nossas ideias, então nós implantávamos Turismo de forma participativa, mas chegávamos com todos os dados e, fotos e números maravilhosos, isso para dizer que o Turismo era uma coisa interessante, deixávamos eles decidirem, mas nós meio que apontávamos o caminho... Isso não tem como resolver, você sabe que não existe facilitador e moderador que é neutro, e nem deve ser neutro porque se você está com um planejamento participativo com a comunidade e ela decidir implantar um Turismo de massas, você tem que intervir enquanto moderador – responsável ... se a comunidade começa a pender para um lado, você tem que intervir” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

A participação comunitária, dependendo da forma como será conduzida nos projetos tem potencial altamente conflituoso, e esse potencial é ampliado quando se trata de projetos de Turismo. Assim como nos perguntamos qual participação? Quais projetos? Quais ONGs? Devemos nos questionar sobre qual Turismo!

Não é só a opção ou não por ter Turismo como atividade na comunidade, mas qual Turismo? Em qual escala? Neste estudo verificou-se que o Turismo por si só é uma alternativa potencialmente conflituosa posto que pode demandar mudanças profundas no modo de vida dos grupos comunitários, especialmente na sua organização, métodos e ritmo de trabalho, nem sempre compreendidos pelos envolvidos e pelas ONGs. É comum observar mudanças significativas nos comportamentos das comunidades quando passam a conviver com diferenças, aceitando posturas contrárias às suas, valorizando determinadas paisagens e

⁹⁸Sobre conceitos e a qualidade da participação, ver capítulo 6 desta tese.

aspectos, mudando suas dietas, realçando ou negando sua autenticidade, sua identidade, aumentando de modo diferenciado a renda comunitária e, muitas vezes trazendo novas desigualdades sociais (WEST; CARRIER, 2004; WEST; IGOE; BROCKINTON, 2006).

Os depoimentos dos membros e dirigentes das ONGs coletados por esta pesquisa ilustram alguns dos conflitos comuns aos projetos de Turismo: renda, mesmo que aumentada, muitas vezes sai do controle, atinge somente determinados segmentos sociais; nos empregos privilegiam-se faixas etárias, gênero e até padrões de beleza física; ocorre empoderamento de alguns atores que participam diretamente dos projetos junto às ONGs, especialmente no tocante ao controle do dinheiro e também na relação que passam a ter com os parceiros de fora e que lhes dá poder perante a comunidade. A posse da terra é apontada como um grave problema.

As forças sociais e políticas que se desenvolvem nos projetos participativos das ONGs nas comunidades, são bastante complexas e difíceis de compreender na prática e também analiticamente. Só por isso, já facilitam a emergência de novos conflitos.

São muitas as orientações aos atores, especialmente as comunidades, as quais podem ter sido influenciadas por diferentes orientações anteriormente fornecidas por outros agentes e mediadores. Em um projeto de manejo de pesca realizado pela WWF e IPAM (2006) esta questão é citada como crucial:

“Embora os líderes comunitários muitas vezes estivessem aptos a mobilizar a população para pressionar os órgãos governamentais visando obter concessões, eles eram influenciados pela orientação preservacionista e de subsistência da Teologia da Libertação e tinham tendência a encarar os mercados como um problema a ser evitado, e não como o meio pelo qual os grupos devem atingir seus objetivos econômicos. Frequentemente havia conflitos entre a cultura comunitária e relações sociais necessárias às organizações locais para produzir com eficiência e competir com sucesso em mercados regionais e nacionais. Em decorrência disso, a lua-de-mel entre organizações de base e grupos conservacionistas durou pouco, e as partes desse casamento vêm se confrontando ao longo de uma estrada

bastante pedregosa nos últimos dez anos, procurando superar suas deficiências individuais e coletivas. Nesse processo, o idealismo inicial deu lugar a uma perspectiva mais pragmática acerca de como conciliar os objetivos de conservação ambiental e as aspirações da comunidade” (WWF-Brasil; IPAM, 2006:4).

São mundos distintos, e as diferenças percorrem um longo caminho que começa com as diversas formas de se relacionar com a natureza, visões de mundo, projetos de futuro e expectativas. Afora isso, o histórico de cada um dos envolvidos, na nova arena irá se revelar de formas distintas, especialmente no início dos diálogos, quando a desconfiança gerada pelo mútuo desconhecimento e os preconceitos existentes dificultam os trabalhos. Vale lembrar que muitas comunidades já foram atendidas por projetos distintos, alguns deles possivelmente identificados como sendo paternalistas, clientelistas, e que podem ter manipulado ou até enganado as comunidades.

As ONGs muitas vezes são cobradas pelas comunidades por resultados rápidos, vantagens, remuneração e benefícios diversos, o que pode constituir em uma armadilha para ela mesma e para as demais que vierem, visto que geralmente o tempo dos projetos é longo e de difícil assimilação imediata por parte da comunidade. Assim, fazer este tipo de concessão, se por um lado tem a possibilidade de viabilizar o projeto, na medida em que os comunitários recebendo vantagens iniciais aderem, por outro lado, o contrário pode ocorrer, e assim inviabilizar a parceria e o projeto.

Outro dilema determinante para as parcerias é a existência ou não de algum tipo de organização política comunitária democrática anterior à parceria, conforme ressaltado por Touraine (1989a). O Projeto Bagagem, por exemplo, não inicia os trabalhos enquanto não houver esta condição e, o Peabiru apóia o fortalecimento destas durante a parceria. A CI, por sua vez, conforme depoimento de Prado⁹⁹, caso não haja organização, ela cria. A WWF recomenda a criação de associações através das quais formatarão as parcerias técnicas.

A organização local não seria somente uma forma jurídica necessária para viabilizar contratos. Supõe-se que, em havendo organização, a comunidade tem

⁹⁹ Vide capítulo 6. Item 6.1

estrutura e o hábito de dialogar visando solucionar, de forma democrática, as suas demandas. Além disso, por força das demandas que levaram à criação da organização tiveram, em algum momento, que elencar suas prioridades e opiniões sobre determinados temas. Afora isso identificaram os atores, representantes e lideranças, e buscado formas de consenso e atuação enquanto grupo, já com experiência na colaboração e às vezes na resolução de conflitos.

Mais um aspecto crucial a ser mencionado para a qualidade da participação e a diminuição de conflitos é a projeção de uma estimativa adequada de tempo para negociar, inclusive com liberdade para eventuais e necessárias prorrogações. A pressa das ONGs proponentes, geralmente devido a exigências dos financiadores no cumprimento das etapas e metas, é, como se diz popularmente, inimiga da perfeição. A assimilação completa da proposta é fundamental.

O WWF e o IPAM (2006) relatando suas experiências de manejo participativo na Amazônia ressaltam:

“A tendência cultural das comunidades ao lidar com pessoas de fora é querer agradar, concordando com qualquer proposta para evitar conflitos. Isso não deve ser confundido com concordância. As pessoas não raro parecem concordar e depois da reunião voltam a fazer o que estavam fazendo antes, não porque não entenderam, mas porque não concordam e não querem explicitar esta posição. Para evitar situações como essa, a equipe do Projeto deve assumir um papel de mediação, explorando as possibilidades em vez de defender uma determinada posição. A equipe deve começar mapeando a visão que os participantes têm da situação. Os membros da comunidade precisam sentir que suas opiniões são compreendidas e respeitadas” (WWF – Brasil; IPAM, 2006:23).

Alternando a posição de atores e de mediadores, as ONGs farão suas articulações, colocarão seus projetos em ação, independentemente da sua aceitação e dos conflitos, a não ser que haja resistência e boicote explícitos aos projetos. Há pouca literatura sobre isso, raros relatos concretos nos quais a ONG deixou de cumprir sua meta inicial junto aos financiadores, embora haja projetos não concluídos, considerados fracassados, como os da CI que aparecem nos

depoimentos de Prado, os quais acarretaram, inclusive, a retirada do Turismo e da maioria dos demais projetos participativos, da pauta de trabalho da ONG, com a extinção do cargo que havia na CI de articulação social e comunitária.

Existindo associações, organizações comunitárias, há que se descobrir se estas estão interessadas na temática proposta? Na ONG proponente? Têm outras prioridades? Estão dispostas e aptas a multiplicar e continuar o projeto depois de acabado? São muitas as questões a serem conversadas com as comunidades antes de iniciar os trabalhos, incluindo questões de ordem técnica e jurídica, que podem demandar novas prioridades aos projetos, como, por exemplo, criar associação jurídica nova, modificar acordos locais, entre outros.

Todos os itens citados anteriormente remetem a um bom senso, respeito mútuo, conhecimento e abertura para as diferenças e para adaptações e mudanças de rumo constantes. Também a atenção aos jogos de poder existentes na comunidade e que serão reformulados na nova arena criada. Há que se ter claro para isso as prioridades. Além disso, segundo Deponti e Almeida (2008):

“(...) alguns grupos são selecionados para serem empoderados, sem uma análise cuidadosa do conhecimento da dinâmica de implicação do poder nos projetos dos atores envolvidos. O empoderamento não depende, no primeiro momento, de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de experts que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que interrelacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de interface e de negociação (LONG, 1994;1995)” (DEPONTI; ALMEIDA, 2008:7-8).

A descontinuidade e as especificidades do trabalho com o Turismo geram um tipo de relação de dependência das comunidades para com as ONGs. Estas são vistas como promotoras do segmento, muitas vezes aceitas pelas comunidades sem resistência, às vezes à revelia e/ou apesar de resistências comunitárias. Ao proporem o Turismo como salvação, muitas vezes escamoteiam seus impactos negativos, produzindo e disseminando um discurso favorável a ele. Para Coriolano (em depoimento à autora, 2008), quando as ONGs propõem a

salvação, terminam por inviabilizar a existência, a subjetividade daqueles que buscam assistir. Assim quando Coriolano cita que as ONGs no Turismo ocupam espaços que o capitalismo ainda não ocupou, as mesmas, muitas vezes, impedem que empreendimentos sejam feitos em determinadas regiões, ao mesmo tempo em que a elas é permitido comprar terras e destiná-las aos usos que lhes convém.

São muitas as contradições existentes na relação ONG - comunidade, e, à medida que os atores vão se constituindo, os conflitos oriundos desta parceria vão se estabelecendo.

“Entretanto, as contradições estão presentes. Embora a ASPAC seja uma organização não governamental, parte de seus recursos advém de recursos do Governo Federal e do WWF Brasil, o que talvez seja um dos fatores responsáveis por algumas assimetrias de poder, pois os responsáveis pela concepção dos projetos possuem privilégios sobre aqueles que somente foram incluídos posteriormente, ou que estão na periferia da ASPAC, como os representantes das comunidades ribeirinhas. Embora boa parte das ações da ASPAC seja participativa, algumas são orientadas por atores externos, que desconhecem os meandros políticos locais, bem como as sutilezas das características culturais locais. Sendo assim, alguns temas prioritários para as comunidades, não são considerados e outros são inseridos nas pautas discutidas. As fontes externas de recursos também vêm gerando um processo de dependência, que mobiliza e articula as lideranças locais e as comunidades como um todo, mas quando estes recursos terminam há um processo de desmobilização dos grupos locais” (SANSOLO, 2006: 149).

A ASPAC se desestruturou com a saída do WWF, durante alguns anos ficou sem apoio e, desde 2007 está se reestruturando sendo que em 2008 estava sendo financiada pelo Governo Brasileiro e pela Comunidade Europeia.

Há nas ONGs sempre o ideal de emancipação, de 'ensinar a pescar' que nem sempre é fácil e ocorre de modo eficaz, como exemplificam os depoimentos de membros do WWF¹⁰⁰:

¹⁰⁰E, ao longo da tese, da ASPAC e do Terramar

“A ideia do WWF era que eles continuassem com pernas próprias. Eles aceitaram o desafio de implementar o Ecoturismo, que eles mesmos ajudaram a construir, da forma como nós colocamos no Manual, e nós imaginávamos que eles fossem conseguir seguir, mas eles tinham uma série de dificuldades, de gente, de pessoal, financeiras, enfim...” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

O início de tudo é determinante: são poucas as comunidades que optaram pela alternativa econômica do Turismo, ao mesmo tempo em que são as principais atingidas pelos conflitos decorrentes dele:

“O Turismo podia ser uma dessas rendas complementares, agora interessante porque para mim, Turismo sempre foi uma coisa boa, aí eu percebi que não (...). Eles não queriam Turismo, mas não tinha como, e, mesmo hoje que eles [Praia do Canto Verde, CE] têm essa proposta diferenciada, você vai lá num domingo, tem 40 ônibus perto da praia, chegando lá, com turistas de um dia, que fazem barulho, sujeira e a comunidade não se beneficia com nada” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Também, a vocação turística não é necessariamente um consenso e, assim, as ONGs às vezes o indicam e defendem em detrimento de outras possíveis atividades produtivas. As justificativas dos projetos são criadas pelas ONGs com as facilidades que as mesmas detêm, independentemente de suas boas intenções. No caso de Monte Alegre, PA, o Peabiru baseia-se em estudos preliminares realizados em pesquisas para plano de manejo feito por membros do próprio Peabiru contratados para isso como mostra o trecho abaixo:

“A região de Monte Alegre, de acordo com estudo preliminar realizado pelos técnicos do Instituto Peabiru, João Meirelles Filho e Natascha Penna (2005 e 2006), parte integrante de plano de manejo do Parque Estadual de Monte Alegre, coordenado por Regina Oliveira, pelo Museu Goeldi, aponta que o Ecoturismo de base comunitária é o mais indicado para a região”¹⁰¹.

¹⁰¹ Agência de Fermentação de Negócios Inclusivos de Ecoturismo de Base Comunitária. Desenvolvimento de negócios inclusivos de ecoturismo de base comunitária para seis comunidades tradicionais da APA de Paytuna, no entorno do Parque Estadual Monte Alegre, Monte Alegre Pará. Proposta para o Ministério do

De toda forma observa-se que, independentemente da vocação, a comunidade, amiúde, não tem alternativas. Como aponta o mesmo documento afirmando que os jovens e outros comunitários, mesmo insatisfeitos, não possuem condições adequadas de empregabilidade nas grandes cidades por conta da competitividade desigual, ao mesmo tempo em que suas atividades ligadas à sobrevivência estão comprometidas em função da diminuição dos estoques de recursos naturais ou mesmo pelas limitações impostas pela conservação.

Nas entrevistas com Neuhaus, Salvati e Zanotti (dadas à autora em 2008) observam-se com clareza a dificuldade em se trabalhar subjetividades, mesmo com todo aparato das metodologias participativas, fato que também traz uma série de conflitos.

Para Neuhaus sobressai o aspecto das diferenças criadas na comunidade:

“Quando você vai trabalhar lá, sempre algumas pessoas se beneficiam mais do que outras, então isso pode criar ciúmes, tem algumas pessoas que podem ficar com raiva, aí eles podem se voltar contra a ONG. Eu, por exemplo, fui assaltada lá (Prainha do Canto Verde, CE)... Trabalhamos lá anos e fomos assaltados porque sempre tem gente que não concorda e coisa e tal, não quer pessoas de fora lá... acontece...”
(NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Salvati ressalta aspectos humanos como competitividade, ciúmes, disputas por poder, por espaço e liderança, assumindo a falta de percepção do WWF como ingenuidade:

“Havia uma coisa que nós não levamos em conta: foram aspectos intrínsecos do ser humano, como competição, questionamentos de liderança, concorrência entre eles. Achar que as comunidades são todas ‘boazinhas’ e todas ‘do bem’... que elas não pecam, não tem os vícios que a sociedade urbana tem, em termos de competição por trabalho, por liderança, foi uma coisa que eu dei como uma ingenuidade da WWF. Nós demoramos a perceber, que quando chegávamos lá na localidade, para fazer planejamento estratégico, nós discutíamos responsabilidades, o papel deles e tentávamos deixar claro que o WWF era apenas um apoiador, que eles

Meio Ambiente como interveniente a Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Instituto Peabiru, Belém, PA, dezembro de 2008.

teriam que caminhar com as próprias pernas em determinado momento, quando a gente saía de lá eles se comiam, se autodevoravam, com briga por quem detinha informação, geralmente aquele que tinha um contato maior com o WWF, que tinha informação, então ele era a pessoa que tinha o poder e outros ficavam enciumados... ou aquele que manipulava o dinheiro, estavam mais ligados na direção da ONG tinham um poder de discutir com a WWF os caminhos do investimento do dinheiro” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Zanotti (em entrevista à autora em 2008) destaca a questão da participação comunitária ou não como elemento de disputa, de novas desigualdades:

“Às vezes o que acontece é que as comunidades, elas têm suas associações e nem todas as famílias da comunidade estão na associação então é comum aparecerem conflitos entre famílias que não estão envolvidas, e as que estão mais envolvidas na associação então isso é uma coisa que não é muito difícil de acontecer em nenhum projeto” (ZANOTTI em entrevista à autora em 13/05/2008).

Além disso, as ONGs, especialmente as transnacionais que trazem novas ideias, impostas ou simplesmente expostas à comunidade são fonte potencial de conflitos, bem como o dinheiro e o poder a ele associados, a forma de se comunicar com as comunidades, a transparência desejada e nem sempre suficiente são questões que Salvati, já fora da WWF, reconhece como fontes de conflitos:

“Você pega essas regiões geralmente de baixo (Índice de Desenvolvimento Humano) IDH, baixo investimento público, baixo nível de organização social, e você chega com uma ONG poderosa como a WWF, que já tem por natureza preconceito, de achar que é uma ONG internacional, quando na verdade a gente é uma ONG nacional, todas as decisões sobre investimentos são feitos em nível nacional, técnicos brasileiros enfim, tem um preconceito muito grande em relação a isso, que vem da imprensa que vende muito essa imagem de ONG internacional, ou coisa parecida, e quando você chega com ideias, e com técnicas inovadoras: Turismo, empreendedorismo, monitoramento ambiental, Educação

Ambiental, oficinas de planejamento estratégico, participativo, quando se lida com ideias novas, mexe com as pessoas, e quando você chega com dinheiro especificamente, isso já é motivo para gerar conflitos naturalmente, o WWF demorou a perceber isso, e teve dificuldades para lidar com essa situação, nós ficávamos sem saber como lidar com os egos locais, nós sempre achávamos que tinha uma unidade de pensamento no local, mas não havia, nós demoramos para perceber (...). A WWF sempre foi muito transparente, mesmo assim não era suficiente, nós tínhamos dificuldade de fato em lidar, em ter um trabalho de comunicação eficiente em nível local” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Partindo das questões formuladas por Ferreira (2005, 2006) que indagam sobre qual a influência dos grupos sociais, das ONGs, sobre a sustentabilidade dos recursos naturais ameaçados por mudanças e transformações, e, pensando em quais estratégias, projetos, vínculos e relações de conflito e cooperação essas negociações se darão, estes exemplos demonstram a influência na criação e acirramento de conflitos, que este estudo se propôs a verificar. Agora resta saber: nestas disputas e pactos, as ONGs, têm sido bem sucedidas, transformando conflitos e/ou influenciando soluções adequadas rumo à sustentabilidade ambiental e à emancipação social comunitária? Mais adiante, ao final do capítulo 6, tentamos refletir um pouco mais sobre o assunto, considerando a questão da falta de indicadores.

5.2 Algumas especificidades do potencial conflituoso do Turismo

O estudo do fenômeno turístico, a partir das teorias de conflitos sociais pelo uso dos recursos naturais, é imprescindível. O Turismo promove interação entre grupos sociais diversificados levando o projeto moderno de racionalização até localidades onde possa ocorrer a incorporação dele pelos atores locais. Assim, há a possibilidade de fazer com que os mesmos passem a se contrapor à ordem global vigente, servindo inclusive como blindagem e resistência à globalização, aderindo ou questionando a lógica da mesma assim como a dicotomia entre sociedade e natureza (RABINOVICI; FERREIRA, 2008).

Outra contribuição, ainda a ser aprofundada por estudos em Turismo é a ideia de mobilidade/fluxo no espaço globalizado como formadora de novas interações, identidades, medos, políticas de segurança e migração, liberdade e controle. A partir de contextos concretos e que produzem novas políticas com consequências para setor do Turismo, qual poder a fluidez tem para modificar as identidades, a própria prática das viagens e os encontros com 'o(s) outro(s)' (BAUMAN, 1999, 2005).

O Turismo, tanto o alternativo como o convencional, produz dissonâncias: destruição e crescimento (simultâneos) da conservação dos patrimônios naturais e culturais, com seu uso pelo Turismo, os custos de sua manutenção, a necessidade de inovar, de crescer. Além da convivência dos seus praticantes (turistas e trabalhadores do Turismo) com o passado, presente e futuro num mesmo local e o desejo por raízes e identidade, sejam elas autênticas, resgatadas ou inventadas.

A despeito do interesse dos turistas, costuma ocorrer a substituição de atividades tradicionais por outras vinculadas ao Turismo, ou a quebra da autenticidade das mesmas (LABATE, 2000; RIBEIRO; BARROS, 1995; BANDUCCI Jr.; BARRETTO, 2001). Falta muito para o Turismo tornar concretas ações para a conservação de patrimônios. Ao pensarmos a sociedade como portadora do fazer histórico, cada ação social isolada reflete e influencia outras sociedades e o Turismo contribui muito com essa divulgação e difusão de projetos e interesses.

Pode ocorrer com o Turismo, a integração das esferas local, regional e nacional favorecida pelas comunicações, que transformará a composição dos habitantes das comunidades, possibilitando a alteração do quadro de forças e de situações de poder, dinamizando os conflitos sociais.

A participação comunitária, como diretriz obrigatória no planejamento, implantação e gestão das atividades turísticas, em especial em pequenas comunidades, e vinculadas com UCs (RUSCHMANN, 1997; SEABRA, 2007), provoca uma série de novas composições, entendimentos e desentendimentos entre comunidades, na medida em que o reconhecimento das populações como sujeito da conservação ambiental, inseridas no debate e nas prioridades políticas

e econômicas, pode promover a justiça social e ambiental de fato ou simplesmente a promoção de novos conflitos, dependendo de como se dá a negociação. A formação dos conselhos consultivos e/ou deliberativos nas UCs, a partir do SNUC é exemplo interessante da composição de arenas e da introdução de novos conflitos e por isso tem sido estudada com grande ênfase a partir de 2005, quando havia a obrigação da implementação dos conselhos^{102 103}.

Rodrigues (2001, 2008) estudou a atuação dos Conselhos Gestores em três UCs na Mata Atlântica, do litoral do Estado de São Paulo: Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Núcleo Picinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una (no Mosaico da Jureia) onde constatou a complexidade que envolve ações de ordenamento territorial, quando se leva em conta perspectivas dos moradores locais, além de outros atores sociais portadores de interesses distintos relacionados à conservação dessas áreas.

No caso do PETAR a autora desta tese teve a oportunidade, através do Instituto Physis, de presenciar alguns momentos da criação do Conselho Consultivo do Parque em 2003. Para começar, o Conselho foi imposto à comunidade, como cumprimento à legislação vigente. Antes de estourar o prazo da formatação do Conselho, reunião para este fim foi convocada às pressas. Os moradores chegaram na hora estipulada pelo IF sendo que seu técnico, responsável pela implementação dos conselhos e Planos de Manejo do Estado de São Paulo, chegou horas atrasado e com pressa para sair. Trouxe uma apresentação pronta, em *power point*, não muito apropriada à escolaridade da comunidade e disse que, para compor o conselho de lá, utilizaria como referência o exemplo, considerado bem sucedido pelo IF, do Conselho do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Assim, de uma sala cheia de pessoas interessadas em participar, foram sendo, aos poucos, excluídos um a um todos os participantes,

¹⁰²Para conhecer a dinâmica dos conselhos de UCs da Mata Atlântica ver Rodrigues (2001, 2008) e, para pensar aspectos participativos nos conselhos dos Parques Nacionais ler os estudos coordenados por Irving (2006), especialmente IRVING M. de A., COZZOLINO, F., FRAGELLI, C. e SANCHO A. Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M. De A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, pp. 41-75.

¹⁰³O IIIº Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão social (SAPIS), ocorrido em 2007 teve como tema principal a gestão participativa de áreas protegidas com um convite especial à reflexão sobre o papel dos conselhos na gestão, das UCs no Brasil. Maiores informações vide: <http://www.ivt-rj.net/sapis/>, acessado em 10/10/2007.

pois, no entendimento do técnico quanto menos pessoas, melhor. No caso das ONGs houve longo debate que concluiu pela participação de apenas uma ONG local e outra de fora da região.

Este início culminou em uma série de futuros desentendimentos, com a fragmentação do grupo em vários grupos de trabalho para tratar de temáticas definidas e, com o tempo as reuniões passaram a não ter quorum, ficaram espaçadas e, a comunidade, mais desunida. Esse processo teve inúmeras consequências graves, inclusive o atraso na confecção do plano de manejo da UC culminando no embargo das cavernas do Parque pelo IBAMA¹⁰⁴.

Até então havia um processo, ainda em andamento em 2009, no qual a comunidade foi se politizando, criando instâncias diversas para se fazer representar (surgiram várias associações locais de monitores ambientais, de pousadas, conselhos, grupos de trabalho etc.), buscando autonomia para resolver seus problemas. Houve tal empoderamento que a própria comunidade começou a afastar aqueles que rotulou como sendo ‘de fora’. Esse processo foi bem visto pelo poder público, que, na época nomeou membro supostamente da comunidade para chefiar o Parque. Assim, instituições que foram criadas especialmente para dialogar com a comunidade naquela região foram descartadas. Eram épocas de intenso fluxo turístico. Durou pouco, problemas pré-existentes foram aumentando, inclusive ocasionando acidentes fatais. A comunidade voltou a conviver com o desamparo governamental, somado ao afastamento das entidades não governamentais. Pobreza, desemprego, violência, desilusão com o futuro fizeram aparecer e acirrar muitos conflitos entre a própria comunidade e dela com o poder público e privado.

Essa assimetria entre os ‘de dentro’ e os ‘de fora’, é a mesma que separa os locais dos turistas, dificultando o diálogo.

A geração de espaços sociais híbridos, com apropriação da paisagem recriando-a ou formatado-a em função das demandas socioeconômicas se dá nas

¹⁰⁴ Sobre esta questão a autora da tese manifestou-se publicamente, junto com colega, em artigo publicado no site www.oeco.org.br, o qual teve grande repercussão e suscitou amplo debate e foi reproduzido por muitos *blogs* e listas de discussão. O artigo, intitulado “Embargo as cavernas de São Paulo”, autoria de Rabinovici, A e NEIMAN, Z. Está disponível em: http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/64-colunistas-convidados/16815-oeco_26326

localidades com Turismo (SERRANO; BRUHNS; LUCHIARI, 2004). Esse consumo de espaços gera uma série de conflitos de interesses, à proporção em que promove o relacionamento assimétrico entre visitantes e visitados, com dificuldades de diálogo e entendimento em torno de interesses (CAMPHORA, 2004).

O Turismo incita à distinção de dois tipos de sujeito em interação: o que possui mobilidade e o fixo, restrito à sua condição local. Estas e outras dicotomias identificam as comunidades locais e os turistas como categorias contrárias e culminam por facilitar a percepção de conflitos entre os interesses e valores envolvidos nessas relações. Essa perspectiva dicotômica tem potencial para dificultar possíveis pactos, influências e interações (CAMPHORA, 2004).

De acordo com Camphora (2004), o confronto de diferenças gerado no encontro entre essas identidades e alteridades distintas configura e é compreendido como conflito e desequilíbrio.

A noção da existência de outros, diferentes, ressalta que a diversidade constitui a vida social, à medida que esta se efetiva através das dinâmicas das relações sociais. Assim sendo, a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito. Esta oposição dicotômica entre turistas e comunidades pode simplificar e encobrir a complexidade da questão da sustentabilidade turística, a qual envolve múltiplos olhares.

No entanto, deve-se salientar a existência de uma grande variedade de categorias, interações e modos de reagrupamento, assim como de técnicas, papéis e instituições, na atualidade. O deslocamento do foco de problematização sugere uma menor preocupação com a delimitação de categorias e fronteiras: moderno/tradicional; artesanal/industrial; natural/social; local/global; e maior atenção com relação à pluralidade e à dinâmica das interações, que se revelariam como condições significativas da atualidade.

Os conflitos têm origens diversas e a abordagem dicotômica certamente contribui, porém pode derivar diretamente em alguns impactos sociais específicos tais como: mudança nas relações de família e de gênero com a demanda do Turismo por mão de obra feminina e de jovens; representações sociais dos grupos

a respeito do outro, seja estrangeiro, seja de outro grupo socioeconômico gerando preconceitos e estereótipos; inversão de valores na sociedade de consumo que creditam ao “pagante” todos os direitos possíveis; marcas deixadas pela escravidão em determinadas sociedades com a maior parte dos empregos gerados pelo Turismo servis e pouco atraentes, e até antigas lutas, como no caso da Prainha do Canto Verde, CE, que são citadas como originárias de um histórico de organização social e luta, capaz de, na atualidade, fazer frente aos impactos.

O TS seria uma consequência direta da estratégia de dominação da natureza, com bases científicas, modernas, de responsabilidade de entidades conservacionistas, não mais populares.

“O exemplo de Silves demonstra que a proteção da natureza associada ao Turismo, tem, em sua origem, a luta pela sobrevivência e, representa ao mesmo tempo, uma possibilidade de renda extra, mas, sobretudo, se configura como um processo de proteção da paisagem com história, a presença humana é a essência da paisagem, e não a natureza desumanizada. De maneira geral, o Turismo se tornou uma possibilidade de apoio a uma luta de subsistência, mas também um meio de fortalecimento da auto-estima, da valorização do patrimônio cultural dessas comunidades, apresentado, com orgulho, aos que ali vem visitar” (SANSOLO, 2006: 149)

As crises civilizatórias e ambientais vividas na modernidade obrigam a repensar as sociedades fora das dicotomias, de superar a separação sociedade e natureza. Devem-se buscar abordagens múltiplas, transversais, complexas para dar conta de compreender as diversas comunidades e seus saberes (LATOUR, 1994; GEERTZ, 1997).

O Turismo pode ter papel fundamental na constituição desses olhares, na medida em que aproxima e promove o contato entre identidades e alteridades. Tem potencial de relativizar as diversas assimetrias, os eixos estabelecidos de poder ocidental podendo propor um esforço para repensar os paradigmas vigentes (LATOUR, 1994).

Nos processos de globalização/mundialização/colonização, as diferentes possibilidades de homogeneização e hibridização de culturas são reais. No Turismo, a transculturação, o culto e ressurgência do étnico, o universalismo, a padronização, a fluidez, são viáveis, independentemente do projeto traçado (SHIVA, 2001 e 2003; POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998; ORTIZ, 2005).

Há a opção de se contrapor ao conceito de diversidade cultural, caminhando rumo aos conceitos de inter, multi, pluri e transculturalidade, que, diferentemente de propor a garantia às diferenças delimitadas em identidades, propõem dinâmicas de contatos, fluidez. Quando 'nativos' se tornam cidadãos, quando quilombolas têm acesso à gestão de uma UC, com autonomia, identidade e direitos, outras formas de desigualdade, conflitos de poder, pressões e influências emergem de interações e intercâmbios múltiplos (GEERTZ, 1997; BAUMAN, 1999, 2005; ORTIZ, 1994).

No Turismo é relativamente simples acompanhar e compreender como as diferentes culturas vêm sendo afetadas, na medida em que muitas vezes ainda é possível registrar e caracterizá-las antes e durante os processos de contato com outras culturas. Assim, as múltiplas situações de contato devem ser identificadas, observadas as dinâmicas e os contrastes gerados entre as supostas dicotomias envolvidas na atividade: sendo os turistas associados à fluidez, movimento, velocidade, descontextualização, raízes superficiais e as comunidades locais, pessoas simples, que inseridas, cuidam da paisagem, são fixas e sem ideais de mudança (BAUMAN, 1999).

Uma redefinição dos princípios hierárquicos modernos atribuídos à diversidade cultural sugere que mecanismos de dominação podem dar lugar a mecanismos de emancipação.

Teriam então, as ONGs, o potencial de transformar e/ou resolver conflitos? De criá-los? Na medida em que novos atores e problemas são uma constante nos processos conflituosos, como podemos avaliar seu papel? A quem caberia avaliar? Aos novos atores formados? Às próprias ONGs? À comparação com o antes ou o depois? Com outras localidades? Os atores em conflito seriam os potenciais geradores de mudanças e de soluções na medida em que a interação

de grupos diversificados, de projetos se dá em torno dos usos possíveis dos recursos naturais? (FERREIRA, 2002, 2005, 2006; VAYRYNEN, 1991).

Além disso, a formação de demandas sociais por qualidade ambiental, e a organização de cidadãos para reivindicá-las enquanto direito, fez com que, para a maioria dos especialistas em conservação e algumas ONGs, a floresta e os ecossistemas a ela associados adquirissem *status* de reivindicação política, já que as coletividades que vivem em seus domínios apresentam ainda uma economia bastante dependente da floresta (FERREIRA, 1996) ou do Turismo quando a natureza se torna atrativo.

Privilegiar os conflitos como categoria analítica, partindo da abordagem do conflito como resultado das mudanças sociais de grupos homogêneos constitui um avanço frente à abordagem que privilegia a participação na gestão dos problemas como mediadora dos mesmos, na tentativa de superá-los. As práticas adotadas por ONGs e governos partem geralmente desta perspectiva e buscam e/ou impõem sempre novas estratégias e ferramentas de ação participativas. É o que se tem observado: coleções delas (estratégias e ferramentas participativas), longas, cansativas, caras e pouco eficazes.

Espera-se com este aparato participativo, além de garantir recursos, criar uma linguagem única, a partir de um suposto diálogo, para encontrar um consenso às ações definidas coletivamente. Este é o objetivo principal por trás das estratégias, mas impossível de ser atingido, como se verá no Capítulo 6 sobre participação.

Para Ferreira (1999b; FERREIRA *et al.*, 2002), o sucesso das políticas de conservação depende mais da ação coletiva nos sub-sistemas social e político dos atores em confronto do que das características culturais dos usuários diretos e indiretos dos recursos a serem conservados. São os pactos no nível dos grupos sociais locais e nos grupos institucionalizados, que definirão as leis e o padrão de ação dos agentes e entidades.

“A politização não se dá através da agregação de sujeitos em torno de uma identidade política ou cultural, mas por um tipo de ação coletiva conflituosa racionalmente orientada por

um tipo de conhecimento híbrido (BECK, 1992), predominante em todas as arenas pesquisadas” (...) “Como essas características consideradas comuns são as bases de uma ação orquestrada, só elas podem transformar os sujeitos sociais em agentes de uma mobilização política coletiva” (FERREIRA, 2004:62).

Às ONGs caberia repensar a universalidade na ação e nos seus propósitos. Depois de anos com práticas orientadas à resolução de conflitos, busca de consensos, criação, aplicação e avaliação de um enorme cardápio de ferramentas participativas, consideramos que o momento é de problematização a estas questões, a fim de se reformatar, e essa é tarefa para muitos, práticas menos impositivas. Tais reformulações, conferindo maior autonomia e liberdade às comunidades, conduzem à sua liberdade e emancipação.

Capítulo 6: Conceitos e estágios de participação e a legitimidade pretendida

"A capacidade de poder ver, analisar, refletir, escolher..., enfim, participar se aprende. Aprende-se com oportunidades e experiências participativas" (FURLAN, 2000: 280).

A qualidade (escala ou tipo) da participação é o ponto principal para o sucesso dos projetos e das parcerias, ou o seu contrário. Neste capítulo final, discorreremos sobre os conceitos de participação, os tipos e escalas existentes, em uma visão crítica sobre a participação, a qual questionará sobre a possibilidade da participação ser um modismo, uma forma de manipulação e imposição, por vezes irrefletida, por parte das ONGs e dos financiadores. Por fim, discute-se o quão necessários são indicadores que permitam avaliar a influência das ONGs na temática do Turismo ou em outras afins.

6.1 Os conceitos de participação

Participação é um conceito em constante mudança, e palavra de ordem nas diversas instâncias que tratam da temática aqui proposta. Não há projeto ou programa na área ambiental e especificamente em TS, que exista sem o requisito e a comprovação da participação comunitária. São muitos os níveis e estágios de participação, por isso a palavra, comumente, vem acompanhada de uma complementação que lhe confere sentido como, por exemplo: participação passiva, com consulta, funcional, interativa, entre outras.

Rodrigues (2001:44), ao analisar diversos documentos relativos ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) entre outros projetos ambientais governamentais ou não-governamentais, observa que o discurso sobre participação permeia a maioria dos projetos, porém o sentido do conceito é peculiar a cada um deles. Segundo a autora:

“Assim, a polissemia que envolve a noção de participação contrasta com um discurso homogêneo, repetitivo e aparentemente consensual, veiculado pelos mais variados meios de comunicação de massa no momento” (RODRIGUES, 2001:46).

Independentemente das diferenças existentes dentro dos discursos e práticas da participação, a mesma ainda não é criticada em sua essência. Assim como as ONGs, a participação é sempre vista como algo positivo perante a opinião pública em geral, mas nem sempre pelos atores com caminhos percorridos e impostos. Provavelmente os questionamentos, os mesmos que começam a ser feitos às ONGs e projetos das mesmas, por elas e outros atores, sejam, brevemente feitos, com objetivo de repensar suas práticas. Assim como Rodrigues (2001) contextualiza historicamente alguns momentos de diferentes entendimentos sobre a participação, propomos, neste estudo, que a década de 2000 seja aquela na qual o foco da quase imposição irrefletida sobre a participação seja repensado e rearranjado a partir das inúmeras experiências ocorridas durante a década de 1990.

Para Rodrigues (2001),

“o fato que considero mais relevante é nunca ter havido, ao longo da história, um significado único atribuído à participação. Em certos casos, participação é vista como autogestão, um corolário questionando a onipresença do Estado. Em outros, políticas de reformas estruturais são acompanhadas pela ênfase dada à participação das comunidades e da família – sendo que na década de 80 valorizou-se em especial a participação das mulheres. De forma geral, a participação que nos anos 60 e 70 havia se espelhado nos ideais de emancipação popular é ‘desenraizada’ de suas bases sócio-culturais originais. No contexto mais contemporâneo, segundo Majid Rahnema, ‘participar se reduz ao ato de compartilhar de mesmos objetivos de mercado e dos arranjos sociais necessários ao desenvolvimento econômico’ (Rahnema, 1992:120)” (RODRIGUES, 2001:32).

Rodrigues (2001) ressalta que Rahnema é um dos únicos autores que faz uma leitura crítica com relação à legitimidade das metodologias participativas, ao caráter manipulativo e muitas vezes arbitrário que a utilização do conceito de participação pode incorrer. Rodrigues (2001) cita conversas suas com Carlos Rodrigues Brandão nas quais ele questiona os sentidos atribuídos à participação e aponta a desigualdade geralmente existente entre os participantes como um entrave à participação equilibrada.

Touraine (1989a) adverte que *“a predominância das políticas de participação sobre as políticas de representação indica uma profunda fragilidade da democracia, pois acarreta a supremacia do Estado com sua capacidade de manipular as demandas sociais”* (TOURAINÉ, 1989a:511).

Rahnema (1992) afirma que por trás desse percurso desejado de mudança, há geralmente agentes (no caso aqui estudado, as ONGs) que atuam sob uma influência ideologizada e baseada em percepções próprias do mundo, compondo um ideal pré-definido de mudança. Sendo assim, a liberdade, fundamental para a participação ocorrer, estaria ainda distante.

Essa ideologização fica clara inclusive se verificarmos o ponto de partida dos projetos em TS, que, normalmente não são escolhidos pela comunidade e sim pela ONG proponente que precisa ao menos “dar um empurrãozinho” como demonstra a fala de Zanotti (em entrevista à autora em 2008):

“O (Projeto) Saúde e Alegria (S&A) ficou apreensivo mas topou fazer um teste, a questão levantada foi: gente de São Paulo vir tirar foto e depois vender em São Paulo nós não queremos... Eles se convenceram... numa avaliação onze gostaram muito mas disseram que agora tem que continuar, ter frequência, a cada seis meses, desde 2002, foi o que começou a área do Turismo no S&A que hoje tem vários parceiros, treze comunidades, diagnóstico participativo, Turismo que eles querem, foi um empurrãozinho... nos outros lugares foi mais tranquilo...” (...) *“Sempre no começo da relação, lógico, você não conhece a comunidade, a comunidade não te conhece, então só fazendo mesmo pra você construir a confiança, e fazendo de um jeito transparente, de um jeito que a comunidade acredite que é*

interessante para ela como pra gente, fazer” (ZANOTTI, em entrevista à autora em 13/05/2008).

Rahnema (1992) afirma que há uma ideologia por trás das metodologias participativas que determina o tipo de poder que se quer hegemonizar. Esta ideologia culmina por desvalorizar formas diversas e tradicionais de poder e assim tem potencial de acabar com possíveis formas de resistência locais, na medida em que desmobiliza instituições já existentes ou formas de tomada de decisão muito mais democráticas e participativas do que as propostas pelos Projetos.

Ainda por trás das metodologias, considera-se fundamental debater aqui a motivação para a participação proveniente da comunidade, assim, propomos pensar sobre algumas questões importantes que nem sempre são formuladas:

- O que conhecemos sobre a comunidade que será convidada a participar? Será que diagnósticos, por mais sofisticados que sejam, dão conta de compreender os interesses locais em relação a temas específicos? Os casos estudados não passam mais de seis meses dialogando, muitas vezes por *e-mail* com as comunidades, porém, a maioria já chega para trabalhar, exceção feita ao Terramar que tem longa história de parceria com as comunidades com as quais atua.
- Como é a mobilização local em relação ao tema proposto? Ela existe? Existem problemas anteriores relacionados ao tema e aos proponentes e similares? Foi verificado que o Turismo e as ONGs de fora geralmente são rejeitados *a priori*, até por conta de experiências anteriores de promessas não cumpridas ou, pelo conhecimento de um Turismo degradador e de turistas que causaram péssima impressão aos comunitários.
- Quem costuma participar? São sempre os mesmos? Como fazer participar quem nunca participou? A identificação dos possíveis parceiros, geralmente é superficial e atende às cartilhas que recomendam tais e tais sujeitos, de acordo com o grau de influência deles na comunidade, o que nem sempre se revela pertinente na prática.

▪Qual é o grau de homogeneização e identidade comunitária? Se mais homogênea mais chances de sucesso e participação? Aqui muitas vezes falam os preconceitos, a pressa aliados às técnicas participativas, que, muitas vezes são identificadas pelos comunitários que respondem a elas de acordo com seus interesses individuais ou coletivos.

▪O que ensina a comunidade sobre democracia e participação? Dificilmente essa pergunta é feita. Quando há instâncias participativas comunitárias elas são facilmente ignoradas, ou aproveitadas no sentido de atender aos interesses novos da ONG, geralmente representada por jovens “facilitadores” que pouco ou nada sabem sobre a comunidade e suas práticas. Há histórias de jovens técnicos de ONGs irem ensinar técnicas e ferramentas participativas em conselhos de anciãos indígenas, por exemplo, acostumados a se reunir diariamente, durante horas, para debater e decidir cada um dos temas que envolvem a comunidade.

Tudo isso se revela extremamente perigoso caso a comunidade esteja vulnerável, porém, muitas delas já acostumadas às interferências de ONGs e de pesquisadores sabem como reagir, conhecem o discurso, como aponta Salvati (em entrevista à autora em 2008):

“A comunidade é muito boa para disfarçar, ela fala o que quiser, e essas metodologias (participativas) são muito fáceis para ela falar o que você quer escutar, ela inventa historinhas, fala qualquer coisa, elas não querem ficar mal na história, eles mentem na ‘cara dura’, eles ficam assustados com essas metodologias, com esse tecnicismo que a gente chega, e elas falam o que você quer escutar, poucos lugares você vê as pessoas de fato se abrirem, por isso quando a gente ia embora a coisa se desmilinguia, se desfacelava porque tudo o que eles falavam se desmentia entre eles e o conflito ficava aberto, então era uma forma que nós tínhamos de provocar mais conflitos, usava desse tecnicismo todo, forçava uma situação, as pessoas falavam aquilo que não era uma realidade, e depois que nós íamos embora virava uma guerra, um queria comer o outro, olha que loucura, né? (...) eu acho que essas intervenções nossas são muito perigosas” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Reforça-se aqui a necessidade de flexibilizar os projetos e ferramentas participativos de modo a que estes abram espaço e foquem as pessoas e suas aspirações e projetos enquanto indivíduos e coletivo. Deve-se ponderar sobre o que, além do plano racional te levaria a embarcar numa ideia, em um projeto, de modo a conferir-lhe legitimidade?

Buscar um equilíbrio entre o racional, o sentimento, o prazer é crucial para iniciar diálogo de algum projeto de futuro, emancipatório. No caso do Turismo isso é tão importante na medida em que ele, como atividade econômica pode fazer sentido, mas, enquanto atividade de lazer, de busca por prazer, hedonismo, pode não fazer nunca sentido para a comunidade que dele dependerá, ajudando a cristalizar a dicotomia que os separará dos turistas para sempre. Para quem teve pouca ou nenhuma oportunidade de lazer e de viagem, como nas comunidades pequenas, fixas, presas ao cultivo de suas roças e culturas, o Turismo é algo que dificilmente faz sentido.

Cuidar das triangulações (pessoas, organizações e processos), bem como cuidar do formato dos trabalhos, do que devem ter de beleza, leveza e de prazer, não somente econômico e racional. São detalhes que podem costurar a legitimação e garantir a possibilidade de sucesso no Turismo, já que o mesmo tem como atrativo, além do que existe como patrimônio natural, histórico a parte cultural e o que Yázigi (2001) chama de alma do lugar.

O Turismo tem poder de alterar para sempre a rotina diária da comunidade. Seria interessante que ele fosse portador de sentido para ela. Não sendo, pouca chance terá de dar certo, e, poderá, facilmente, transformar-se em estopim para novos conflitos e desarticulações.

Todas essas informações, diagnósticos no que eles têm de técnico e no que eles devem ter de humanos, precisam percorrer, de alguma forma, um caminho longo para ter alguma chance de legitimação. Há um tempo de “encaixe” dos conceitos e informações anteriores ao início de qualquer projeto que se pretenda participativo, tempo suficiente para todos julgarem sua importância e como deverão ser construídas suas etapas e metodologias, e como será avaliado e monitorado e por quem. Na medida em que começam a ser gerados mais

saberes nos processos de relações intersubjetivas, aumentam as chances de todos os lados se abrirem e se exporem ao diálogo, confiarem:

“Pode-se perceber a confiança como um laço fundamental que vai substituindo o discurso vago das boas ideias trazidas de fora. Ela é o cimento da durabilidade dos grupos e nem por isso precisa ser estática. Nos processos da realidade, as ideias de como deve ser o grupo e como deve ocorrer a participação só vão fazer sentido na consciência quando o imaginário coletivo daquela experiência for se preenchendo de laços além de racionais e funcionais. O sentimento de pertença parece um conceito antigo da sociologia, mas se aplica ainda para dimensionar o quanto o grupo pode estar sendo um espaço para o novo e para a satisfação pessoal” (GOMES, 2002:19).

Mesmo sabendo as comunidades não costumam se valer do apoio de instituições externas para buscar empoderamento, a não ser em momentos onde as opções se esgotam, as ONGs tem aparecido e tornado um elemento a mais como alternativa de barganha e projetos. As mesmas têm que estar atentas e trabalhar bastante sua retaguarda na medida em que querem ampliar seu acesso à comunidade.

Como otimismo é necessário em momentos de mudança, considera-se as ONGs, em seu caráter educativo e reflexivo, como cruciais para o desenvolvimento do conceito de participação, de sustentabilidade, como um papel educativo, na articulação e criação de esferas de participação deliberativas, em conselhos e outros que facilitem o aprendizado da participação, que a questionem, o envolvimento, a eventual recusa da participação, os participantes, a divisão de poder possível, a criação de mecanismos e ferramentas de participação, incluindo aí ferramentas já utilizadas na comunidade (como por exemplo, mutirões, reuniões comunitárias, associações entre outros) e a avaliação do ferramental participativo entre todos os envolvidos.

Espera-se que as ONGs não sejam desarticuladoras do que houver na comunidade de participativo, de envolvimento e de democracia.

Assim como elas muitas vezes desconhecem o que ocorre na comunidade, é de se esperar que a comunidade nada saiba sobre elas. Embora muitas ONGs

afirmem trabalhar nos locais, por vezes em pesquisas e levantamentos sobre participação¹⁰⁵, demonstram que as mesmas não são sequer citadas espontaneamente pelas comunidades e população em geral, dando margem a uma série de perguntas sobre a legitimidade das mesmas, sobre o fechamento da comunidade a iniciativas de fora.

Meirelles Filho (em entrevista à autora em 2008) afirma que o Peabiru deixa a comunidade à vontade para dizer sobre o seu interesse em trabalhar cadeias de valores e com eles:

“Dizemos que nós estamos ali, se eles quiserem... se não quiserem nós vamos embora no dia seguinte... e que tem muita gente querendo...” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

O Diretor do Peabiru reconhece a falácia de se prometer coisas, o que o Turismo representa de ilusões e afirma deixar isso claro para os interessados e, também, qual é o papel de cada um, das ONGs, comunidade e suas associações:

“Nós não fazemos isso (promessas de salvação). Primeiro nós discutimos questões do Turismo... Mostramos que às vezes é preferível receber um casal do que muitos... Daí nós começamos a mostrar que é muito sazonal. Mas na verdade eles vão percebendo quais são os nós. Se uma cadeia de valor (uma cadeia de valor tem nós)... aí eles vão percebendo quais os nós que tem problemas... Em Curuçá, está muito claro para eles... que acomodação é um problema sério... Transporte... Então agora eles estão começando a pensar ‘puxa... E se minha casa fosse aberta para o pessoal?’... Aí nós entramos com técnico: ‘está bem, para você se adequar você tem que seguir esta norma..’ .Então nós somos muito mais um ‘técnico’, um conselheiro... ‘Então, vamos fazer um orçamento?’, ‘vamos escrever um projeto!’. Então eles participam de certa maneira desse processo. Claro que isso é muito recente... Mas essa é a intenção... Claro que tem projetos que, naturalmente, nós escrevemos

¹⁰⁵ Este tipo de informação pode ser verificado em diversos documentos e relatório de pesquisas publicadas (referências completas na bibliografia) tais como: Relatório de Campo da Tetraplan (2003), especialmente no relatório de campo das oficinas de conflito, realizado para compor o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha; Nos resultados das pesquisas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto de Estudos da Religião (ISER) (1992, 1997, 2001, 2006) sobre “O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente, biodiversidade e desenvolvimento sustentável e, na publicação da WWF (2001). **Desenvolvimento e Conservação do Meio Ambiente:** pesquisa de opinião com lideranças e a população da Amazônia.

sozinhos, que saiu da minha cabeça, ou da cabeça de um técnico, pois nós temos que começar de alguma maneira! Mas o trabalho em áreas de altíssima qualidade de atrativo de base internacional, que é para competir no mercado mundial... Pode até não ser para o mercado mundial, mas se precisar nós competimos lá... E obviamente onde tem uma situação social dramática, que precisa de uma intervenção urgente” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

No depoimento anterior fica claro que, apesar de todos os cuidados tomados pela ONG, a comunidade não tem muitas opções.

A participação não pode ser um fim em si mesmo e nem uma imposição dos financiadores, muito menos quando se leva em conta o depoimento de Neuhaus que demonstra a superficialidade das escolhas feitas pelos financiadores e que tanto influencia as escolhas das ONGs pelo Turismo em lugares bonitos e não necessariamente importantes para a conservação ambiental: “(Os financiadores têm uma) visão muito comercial eles querem apoiar projetos bonitos, Brasil é um país megadiverso...” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

No caso da busca por legitimidade já seria um avanço um projeto cuja demanda partisse das próprias comunidades, o que vez por outra tem acontecido, na medida em que a comunidade opta pelo Turismo e busca apoio técnico para sua implantação. Geralmente em instituições governamentais, ou instituições de empreendedorismo e universidades, no caso das ONGs estudadas, as ONGs foram buscar as alianças nas comunidades para seus projetos, nenhuma foi procurada inicialmente por comunidades. Como exemplo conhecido temos os índios Xavante de Mato Grosso, que buscaram apoio técnico para implantação do Turismo em uma universidade e, tendo recebido uma proposta, estão avaliando e debatendo¹⁰⁶.

A busca comunitária geralmente se dá pela falta de opções de renda e sobrevivência, e no interesse coletivo em melhorar a situação local.

¹⁰⁶Conforme informações obtidas de Siridiwê Xavante em comunicação oral no dia 17/10/2007 sobre a implantação de Turismo nas aldeias Etenhiritipá, Pimental Barbosa, Wederã, Caçula e Tanguro na Terra Indígena Pimentel Barbosa, MT.

“Contudo, se está havendo essa necessidade do poder público e organizações sociais de tentar se relacionar de outro modo com a população na implementação de suas políticas, metas e interesses, é porque há uma crise de legitimidade da ação do Estado e do próprio papel das organizações. Porque não dizer também que há uma premência por um algo a mais, oriundo das relações humanas para que se amplie a governabilidade sobre as coisas” (GOMES, 2004:229).

A razão da existência das ONGs, e delas em projetos comunitários, devem ser conformadas pelas necessidades da comunidade na qual elas estão inseridas, bem como os processos políticos e socioeconômicos nacionais. As ONGs, para justificar sua presença e importância nas comunidades poderiam se manter flexíveis e abertas à adaptação de seu enfoque e metodologias utilizadas (JOUBERT, 2002). Seria interessante que houvesse, por parte das ONGs, disposição para compartilhar de seu poder e dos recursos abertamente, apoiando e capacitando adequadamente os envolvidos. Além das ONGs é fundamental que nesse processo educativo, os financiadores também possam se reeducar. A maioria dos financiadores exige a participação em prazos curtos, não prevê tempo nem verbas que possibilitem a participação e isso, em editais para captação de recursos é facilmente observado, quando se pede todo um trâmite para participação e não se dá prazo, ou não se cria condições de real participação comunitária, por exemplo. As ONGs podem até ter sensibilidade para esta prática e condições de fazê-lo corretamente, mas acabam adaptando-se às exigências dos financiadores:

“Nós não conseguimos financiamento de cinco anos. O máximo que eu consegui foi de 2 anos... é muito sério...” (...)
“Mas isso é um problema de toda cadeia de valor, não é específico do Ecoturismo” (...) *“mel nós só conseguimos dois anos, e ele é mais fácil, mais demonstrável... é um problema dos financiadores em geral. Eles têm que financiar a cadeia de valores completa, e não um pedacinho... Esse convênio mesmo com o Ministério é de ano... espero que tenha continuidade e que nós sejamos capazes de buscar lá para frente...” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).*

Ao mesmo tempo, o próprio Peabiru, talvez por conta da dificuldade em conseguir uma solução ótima entre prazo–recurso–necessidades e etapas do Projeto, é bem rápido em sua proposta como mostra o trecho abaixo:

*“A primeira etapa do projeto consiste no planejamento geral das atividades. A própria seleção dos participantes será um processo de grande importância ao envolver as comunidades no projeto e tornando-as co-responsáveis pelo seu sucesso. Esse é o momento para: preparação e organização dos cursos (editais de contratação de instrutores, organização da logística etc.), mobilização do grupo de participantes, construção das parcerias, elaboração do plano geral de trabalho, etc. Nesta etapa é fundamental a definição de critérios em parceria com as associações comunitárias (ou seus representantes, como no caso de Paytuna, que não possui associação). Essa etapa está prevista para ser realizada nos primeiros **dois meses** do projeto. **Esta etapa depende, igualmente, de respeitar o tempo das comunidades em se envolverem no processo proposto**”.*¹⁰⁷

As gestoras do Projeto Bagagem apontam seu histórico profissional na área social como facilitador para a formatação de parcerias, conforme depoimento abaixo:

“Nós viemos da área social, então nosso projeto se construiu como um projeto social. Nós temos a mesma linguagem, temos os mesmos princípios, os mesmos objetivos... então é muito imediata a afinidade, sabe? Nossos parceiros são pessoas que nós admiramos muito, é uma relação de muita admiração, acho que isso facilita muito o trabalho” (ZANOTTI em entrevista à autora em 13/05/2008).

Para o Vitae Civilis, o envolvimento comunitário é algo complexo, depende muito da sensibilidade, da aposta, do otimismo, como revela o depoimento de Gemima Born¹⁰⁸:

¹⁰⁷Extraído do documento: *Agência de Fermentação* de Negócios Inclusivos de Ecoturismo de Base Comunitária. Desenvolvimento de negócios inclusivos de ecoturismo de base comunitária para seis comunidades tradicionais da APA de Paytuna, no entorno do Parque Estadual Monte Alegre, Monte Alegre Pará. Proposta para o Ministério do Meio Ambiente como interveniente a Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Instituto Peabiru, Belém, PA, dezembro de 2008). P. 31. Grifos da autora

¹⁰⁸Gemima Cabral Born é Coordenadora de Projetos do Instituto Vitae Civilis. Bióloga, mestre em Botânica e doutora em Saúde Pública Ambiental pela Universidade de São Paulo. Com experiência em trabalhos comunitários, nacionais e internacionais. Desde 1989 coordena a equipe do Vitae Civilis para a realização de projetos em desenvolvimento sustentável, manejo de florestas e educação ambiental como instrumento para o fortalecimento e autonomia de grupos / comunidades, urbanos e rurais. No Vitae Civilis tem realizado

“É algo que leva muito tempo, não é de uma hora para outra que você vê envolvimento da comunidade. Nós estamos trabalhando com uma só comunidade, é caríssimo envolver a comunidade, é mais barato construir um empreendimento tirando fora a comunidade. A comunidade será envolvida só nos trabalhos que ela possa desenvolver, então naqueles menores, porque o que é que significa envolver a comunidade? É promover cursos de capacitação, é principalmente trabalhar com a moral da comunidade... elevar a autoestima das pessoas... as pessoas precisam acreditar então nós... se você não acreditar muito, porque tem muitas falas ao contrário, tem muito negativismo” (BORN, gravado em bate papo dela com os monitores ambientais em 15/09/2007).

Em ONGs como a CI, porém, o papel dos financiadores é crucial, determinante inclusive para o abandono, às vezes prematuro, de projetos que poderiam ser bem sucedidos, ao menos em alguns aspectos, se não em todos.

“A minha leitura disso é que os doadores não estão interessados em projetos de Ecoturismo, não é uma demanda... Se for, é uma demanda eventual porque aprenderam muito, levaram muita porrada, perderam muito dinheiro e tem muito projeto parado, então eles sabem que não é a bola da vez, e com carbono vai acontecer a mesma coisa, eu tenho certeza” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Tecnicamente, entre as principais limitações das atuais estratégias de financiamento de projetos, Weigand Jr (2002) observa: participação insuficiente e diagnóstico fraco no processo de planejamento; as prioridades das agências financiadoras limitam a liberdade das comunidades em planejar e implementar projetos relacionados aos seus principais problemas e demandas, e podem distorcer ou enfraquecer a organização comunitária, levando comunidades a concentrarem seus esforços em ações que atendem a objetivos de terceiros em

atividades, cursos e seminários para a qualificação e preparação de técnicos, educadores, lideranças comunitárias e funcionários na interação com o meio ambiente, processos participativos e pesquisas multidisciplinares. Tem larga experiência em coordenação executiva, administrativa e financeira de projetos e instituições do Terceiro Setor. Para maiores detalhes, seu currículo no site do IVC (www.vitaecivilis.org.br).

vez dos próprios; a sobreposição entre fontes de financiamento governamentais e de agências financiadoras na promoção do desenvolvimento comunitário leva à ineficiência na mobilização de recursos pelas comunidades; entre o planejamento comunitário e a liberação dos recursos decorrem longos períodos de espera, minando os benefícios da participação comunitária; os cronogramas definidos pelas agências financiadoras são impostos, forçando a execução das atividades antes que estas estejam amadurecidas entre os participantes; descontinuidade na assessoria acaba com bons projetos antes que estes apresentem resultados.

Como alternativa, o autor propõe outra estratégia de financiamento que: apóie as populações em planejamento participativo e implementação de planos comunitários; fortaleça a capacidade de planejamento e implementação participativa, envolvendo a facilitação (agentes externos), a participação e a auto-organização (comunidades); haja empoderamento das comunidades através de apoio a novas iniciativas, favorecendo o aproveitamento de recursos e potenciais locais e regionais; permita a liberação de certo montante de recursos logo após o processo comunitário de planejamento, eliminando o lapso de tempo entre planejamento e implementação; proponha prazos flexíveis, mas com um acompanhamento mais próximo às comunidades; tenha continuidade na assessoria às comunidades.

Confiar nas comunidades também pode melhorar os resultados em comparação com o sucesso limitado obtido até hoje.

O TS muitas vezes é considerado a única possibilidade de sobrevivência para comunidades residentes em ambientes naturais conservados, além de ser menos impactante no uso da paisagem. Também é uma área de pouca importância na implementação de políticas públicas, e por estas razões, as ONGs, desde os anos de 1990, passam a incorporar a atividade em suas estratégias de conservação.

Nesse sentido, processos participativos, em escalas e graus variáveis, passam a ser considerados fundamentais para a legitimidade dos mesmos, porém sua aplicação ainda constitui uma falácia, já que as mesmas criam uma situação de dependência das comunidades em relação a elas, como atestam depoimentos

citados anteriormente de Neves da ASPAC e depoimento de Neuhaus (em entrevista à autora em 2008):

“O Terramar começou a trabalhar na assessoria à comunidade na questão do Turismo. Fizemos várias oficinas, eventos, para capacitar a comunidade porque tem muitas ONGs que fazem trabalho nessa questão do Turismo. Até hoje tem bastante, mas é difícil você achar projetos onde realmente a comunidade decide, faz, implementa, gerencia, é difícil, eu conheço várias experiências que as ONGs estão lá mas é a ONG que decide e gerencia as atividades turísticas. Então para mim é uma grande diferença, ser a ONG, que também tem um papel importante, ou ser a comunidade. Tem que capacitar as comunidades para que possam ser elas as protagonistas” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

Além da dependência da comunidade ou ONG local em relação à ONG de fora, a ONG de fora também depende completamente dos parceiros locais, pois sem eles não preenchem os requisitos para a obtenção dos fundos ou simplesmente não conseguem emplacar os **seus** projetos, conforme depoimentos abaixo.

Da CI, por exemplo:

*“Na Amazônia não tem jeito, ou você trabalha com comunidade ou você está perdido, por que a comunidade é que esta lá há muitos anos, e se você se bater com os caras eles vão tacar fogo no **seu** projeto, literalmente. Então é a forma mais barata, inclusive de você trabalhar, apesar de você gastar um investimento inicial alto, de reuniões e etc., e por aí vai, uma vez que o projeto está consolidado, você está muito mais tranquilo no gerenciamento, de recursos” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).¹⁰⁹*

Prado, em seu depoimento (em entrevista à autora em 2008) deixa claro que, não havendo organização comunitária, ONGs locais, elas serão criadas, sem problemas, para poderem viabilizar os projetos, sob o discurso de empoderamento e fortalecimento da organização local:

¹⁰⁹Grifo da autora.

“Quando não tem parceiro local nós criamos!” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

“Estamos pensando fase 2 (Projeto Parque Nacional da Amazônia), o chefe falou que a prioridade é a comunidade, então a ideia é fortalecer a Aiparna, que é Associação de Amigos do Parque, que foi criada dentro dessa 1ª fase. Vamos fortalecer a Aiparna para ela ter a relação com a comunidade, porque ela é uma associação formada (teoricamente, pelo menos) por representantes da comunidade. É o conselho também... se ela estiver fortalecida vai ser um canal de diálogo... daí a Alcoa também aparece com 200 mil reais” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

A interação com a comunidade depende totalmente de uma profissional específica, na época contratado com a função de gerente de Educação e Articulação Social que tinha bem menos recursos e condições de trabalho que os demais gerentes e que saiu de lá e não foi substituída, o que dá a clara dimensão da importância que a ONG dá às comunidades. O trecho abaixo do depoimento de Prado é extremamente ilustrativo desta questão:

“A equipe (CI) é muito boa, com excelentes técnicos. A nossa dificuldade qual é: no caso da Vivi (Viviane Junqueira, ex-gerente de Educação e Articulação Social), era pegar esses excelentes técnicos, uns super biólogos, e colocar essa equipe em contato com comunidades, e não é porque, lá na trilha nós sabemos isso muito claramente, nós não estamos na trilha por que???..... nós estamos porque são obrigados a nos ter por lá. Porque eles preferem ter relações com empresas a ter com comunidades, chega uma hora, o cara esta lá na Amazônia e ele diz: 'ou eu trabalho com esse ribeirinho, ou o projeto não vai dar certo de conservação de uma espécie e tal'... então aí 'chama a Vivi!', entendeu? Vai para Juriti ... ele não tem muito por onde escapar, mas a priori eles não gostariam de ter essa relação, não é uma coisa que ... na CI é assim, na WWF e na TNC já é diferente. Na CI nós preferimos 'ambiental' porque nós atuamos com cada bioma e tal. O nosso recurso é muito pequeno, para um bioma, nós apagamos mais fogo do que qualquer outra coisa” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Noutro momento da entrevista Prado assume um discurso mais simpático à questão comunitária:

“Nosso doador, a (Fundação) Moore, o maior doador da CI, uma das exigências deles é que nós trabalhemos consolidando ONGs locais, o que para nós é muito bom porque é uma coisa que nós gostamos de fazer. Então nós trabalhamos sempre com ONGs da região. Eu acho ‘jóia’, excelente isso para nós” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

No entanto, observa a prioridade de se trabalhar conforme os ditames mercadológicos o que, no final das contas fez extinguirem os projetos e programas de Turismo na CI-Brasil.

“Nós não entramos em projetos sem essa leitura de mercado” (...) “Precisa ter operadora que toque o produto, as ONGs e a CI podem fazer o produto, mas não vão vender” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Mesmo assim, priorizando a questão mercadológica, alguns projetos são feitos sabendo que não são viáveis por terem recurso já captado, como mostra outra parte de seu depoimento sobre um projeto no Espírito Santo, que, embora claramente não tivesse chance de ser bem sucedido, foi implementado:

“Outro projeto que nós temos é lá no Espírito Santo... Já acabou... nós sempre trabalhamos com parceiro local; lá era com... esqueci o nome... sei que fica lá na universidade de Vitória lá... a ideia é fazer conexões entre essas pequenas manchas, mini corredores, eles queriam trabalhar com o Turismo como opção de conexões, observação dos muriquis. ‘Qual a expectativa de vocês?’ Ou entram com estratégia, ou baixamos a bola (deles). Eles diziam que era bonito, lançaram o produto, fizemos famtur e não pegou, por -n-motivos, operadoras que trabalham com bird watchers estão em SP e MG e têm roteiros fechados... mais uma coisa colocada só se fosse muito interessante, não faz muito sentido em termos de atratividade. Mas graças a Deus eles sabiam disso desde o começo: uma tentativa com alto grau de risco, a chance de pegar é pequena, mas tinham recurso, fizeram” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Para Prado, as ONGs precisam de pessoas de negócios para ser administradas, assim como as empresas precisam de pessoas da área socioambiental, como demonstra o depoimento dele quando questionado sobre a entrada de pessoas da área ambiental em grandes empresas:

“Muito legal isso aí, que bom que estejam fazendo isso, porque, estão tirando o pessoal formado em administração, focado em negócio, que basicamente o que eles faziam era corromper as comunidades, para botar pessoas que pelo menos têm uma sensibilidade ambiental e social maior, são biólogos, ecólogos, tirando o cara que acha que comunidade você dá o hospital e o cara pára de te encher, ou uma quadra de tênis ou futebol e passa a ter uma relação melhor” (PRADO em entrevista à autora em 24/01/2008).

Esse trecho demonstra uma faceta assistencialista que, mesmo sem ser a prática da CI, ainda é bem conhecida por todos. Nesse sentido, a interação ONGs com empresas, com pessoas da área socioambiental, com universidades, é realmente muito positiva podendo incorrer numa melhor avaliação destas interações e melhoria de suas práticas.

6.2 Os tipos, escalas e os graus de participação

Fundamental é conhecer bem as nuances e práticas, às vezes muito sutis da questão da participação. Pimbert e Pretty (1995) qualificam a participação como sendo: passiva, participação como extração de informação, participação com consulta, por incentivos materiais, funcional, interativa e auto-mobilização.

O que se busca na gestão participativa dos recursos naturais é a substituição da participação passiva, simples, padronizada, rígida, pelo debate, participação interativa e espontânea de fato. Assim tem-se tentado incorporar a diversidade de práticas e discursos locais, complexas e flexíveis de modo a priorizar um manejo participativo dos recursos que contribua em longo prazo com a conservação, não só da biodiversidade como também da sociodiversidade (RABINOVICI, 2002b).

Participação e exclusão são os dois limites possíveis nas diversas arenas onde se dialoga sobre o TS. Pode-se afirmar independente de estudos específicos, que a exclusão, mesmo sendo prática proibida nas diversas esferas, é mais comum do que a plena participação dos diversos atores. Esta pesquisa revelou que é comum, na grande escala de participações possíveis, a população alvo dos projetos participar (até porque a condição de repasse de recursos prevê a obrigatoriedade da participação da população alvo, desde meados dos anos de 1980)¹¹⁰ com "*caráter cosmético ou utilitarista sem coerência alguma com o 'ideário da sustentabilidade'*" (VIANA, 2000).

Rodrigues (2001) afirma que o grau de participação das comunidades locais dependerá do estágio em que as mesmas serão incluídas no processo, ressaltando que raramente isso se dá na fase de planejamento dos projetos.

Segundo Viana (2000), reuniões de última hora, em horários excludentes, em condições adversas muitas vezes ocorrem com o intuito de legitimar as decisões já tomadas anteriormente com a intenção de cumprir burocraticamente, as exigências impostas pelos doadores internacionais. Em vários casos também, essa participação se dá para que possa ocorrer a transferência do conhecimento das comunidades para os novos defensores da conservação dos recursos, mas, muito raramente as populações são envolvidas para compartilhar as decisões em todas as etapas de um projeto de intervenção: concepção, implementação e avaliação e, muito menos, são tomadas medidas para promover a possibilidade de diálogo simétrico, em condições de igualdade entre os atores.

As questões pragmáticas da participação são sempre citadas, ora como entrave, ora como estimuladoras, sendo criticadas por serem custosas, demoradas, às vezes são citadas como de baixo custo, na medida em que, sendo bem feita e sucedida, a comunidade colabora e assim viabiliza o projeto; noutras vezes, a eventual resistência, ou o aproveitamento e a ansiedade pelo cumprimento da etapa da participação, devem-se ao fato de que muito se apostou naquela etapa, e, cabe à comunidade compreender e aceitar a pressa, ou rejeitá-

¹¹⁰Segundo Rodrigues (2001), a discussão no final dos anos de 1980 sobre participação é reiniciada, sendo que no início dos anos 1990 diversas agências multilaterais de cooperação passam a utilizar métodos participativos de gerenciamento influenciando outras instituições, tal como o Banco Mundial, a fazê-lo também.

la. O fato é que dificilmente há compatibilidade entre necessidade, metas e a prática da participação, por melhores que sejam as intenções.

“Então, é um sistema de educação na marra assim, no sentido... não na marra... no sentido de ‘meio solto’ aparentemente, mas que ele é livre desde o início. Eles acham que aprendem muito rápido. Primeiro porque nós não tratamos ninguém assim como retardado... não é um sistema mais lerdo... nosso sistema é mais de choque mesmo. Porque primeiro nós não temos dinheiro... segundo aquela capacitação não vai ter nunca mais... então nós somos muito realistas... tudo é feito mais no tratamento de choque. Quer, quer; não quer, vamos embora. Tem muita comunidade querendo, e então... Acho que tem que ser mais por aí”
(MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

O renascimento da participação, segundo Chambers (1995) teria como causa os fracassos de políticas desenvolvimentistas não adequadas às realidades locais, à crença de que a participação minimiza os custos, viabiliza e promove continuidade dos projetos além do fato de que profissionais envolvidos nos diversos projetos e programas estarem convencidos da possibilidade emancipatória proveniente da participação nos projetos. A proliferação de metodologias e ferramentas participativas seria a comprovação desse ressurgimento da participação.

Cada vez mais buscadas as metodologias participativas são criadas e testadas, visando à viabilidade de diálogo produtivo, até pela constatação de que o sucesso de cada Projeto ou Programa está relacionado diretamente com a participação.

Em todos os projetos e programas de Ecoturismo das ONGs estudadas nesta pesquisa, as metodologias participativas foram buscadas e utilizadas em maior ou menor grau. A intenção formal e que orienta os discursos e os projetos é o aprendizado e a preparação para a cidadania, participação, empoderamento dos atores sociais, criação de arenas com diálogo e tomada de decisões visando a possibilidade de emancipação contínua:

“O princípio, a base de tudo, é que tudo é muito discutido, através de metodologias participativas, então na própria proposta que eu escrevi ontem, para a Secretaria de Meio Ambiente... eu não digo que vai ser criada uma cooperativa, uma agência e nem que vai ser criada uma organização... nós só indicamos que é possível que dali surja uma organização... por exemplo, o primeiro passo, a ‘licença para operar’ (license to operate) do projeto, é primeiro ir à comunidade e perguntar se ela quer, se ela entende de Ecoturismo, e explicar o que é, os riscos, os prós e os contras, e aí discutir com a comunidade o plano de negócios da comunidade... Se é Ecoturismo, porque ali está tão evidente, como no caso do Parque Estadual de Monte Alegre, mas o ecoturista passa ali e só deixa a poeira para eles (é assim que eles se colocam, não fomos nós que inventamos essa frase, que é muito boa), nós temos que ajudá-los a pensar de que maneira eles se inserem no contexto” (...). “Nós procuramos mostrar que o Ecoturismo é extremamente complexo, dinâmico, diferente de criar abelha, plantar açaí, ou fazer reflorestamento. Essa complexidade é bastante complicada (sic)...” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

A questão da emancipação e da cidadania justifica as ações:

“O que o Terramar faz bem mesmo é mobilização social, assessoria mesmo, ir lá e empoderar as pessoas, não importa o que vai vir depois, o importante é a comunidade se sentir unida, isso é muito difícil... é uma tarefa muito complicada” (NEUHAUS em entrevista à autora em 03/06/2008).

As boas intenções são sempre ressaltadas, até para justificar práticas nem tão participativas como aparecem nos discursos:

“Dizer que o WWF é neutro, não é! Nós chegamos com as técnicas e meio que direcionamos. E isso é muito perigoso... não tem como dizer que isso não é perigoso. Nós fazemos isso para o bem, para o lado que nós entendemos como o mais responsável” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

As dificuldades são muitas:

“A WWF no começo achou que fosse mais simples, mas logo percebeu que devia de fato empoderar. Acho que desde o começo havia a intenção de empoderar... O fato de a WWF apoiar a criação de uma ONG na Chapada (dos Veadeiros) e equipar essa ONG, dar treinamento para ela em termos de contabilidade, de planejamento estratégico, enfim, tudo isso foi feito logo no começo do projeto. Mas acho que foi insuficiente e também isso se repetia (nas diferentes localidades). Acho que na Chapada foi mais grave por liderança e acho que houve problemas inclusive com desvio de dinheiro, com apropriação indébita do dinheiro da WWF, por isso que nós perdemos o financiamento lá durante um bom tempo. Houve ONGs lá que trapacearam mesmo, que fizeram uso particular do dinheiro, mas também o dinheiro era muito, mas nós confiamos demais, nós achávamos que estava tudo bem... não tinha o controle tão sério financeiro. Em Silves, acho que tanto houve empoderamento que os líderes locais cresceram pessoalmente e profissionalmente. O Vicente (ASPAC) era o Vicente pescador, um simples caboclo amazônico e hoje ele é professor de história, se formou em universidade, teve um ganho técnico muito grande. Mas ele não tem capacidade gerencial: ele é uma pessoa que tem dificuldade gerencial. Ele tinha dificuldade de gerenciar relacionamento com empresas de Turismo, de negociar (era da natureza dele mesmo)... ele não era um negociador, não era um gerente técnico da pousada e não era um gerenciador de negócios” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

É possível afirmar que o processo de construção democrática no Brasil, a partir de década de 1970, marcou o aparecimento da sociedade civil com toda a sua heterogeneidade dando sempre ênfase à construção de uma nova cidadania que coloca, entre outros, os cidadãos como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade e de seus espaços (DAGNINO, 2002).

Pimenta e Corrêa (2001) analisam a história brasileira no tocante à participação e legitimidade, afirmando que nossa sociedade, acostumada à tutela do Estado, contribui para a fragilidade de sua constituição enquanto cidadãos,

para a assimilação da desigualdade como um fato dado, do conflito como legítimo, havendo a aceitação da hierarquia e das diferenças de direitos.

Assim, nossa sociedade deve buscar novos significados e sentidos (em termos culturais e simbólicos além dos políticos) a conceitos e práticas como dominação, exclusão e conflito. Cabe e espera-se das ONGs, entre outras entidades, papel importante nesse processo de tomada de consciência, e construção de novas arenas de participação, cidadania, democracia e legitimidade. Compete muitas vezes às ONGs, a tarefa árdua de pensar estas questões, traduzi-las em práticas cotidianas em seus trabalhos internos e externos, sendo exemplo coerente da prática destes conceitos em oposição, muitas vezes, de seus apoiadores, parceiros, público alvo e sociedade como um todo.

As dificuldades são grandes quando se trata da capacidade de mobilização e organização da sociedade civil, mas muitas experiências têm contribuído para o estabelecimento de um processo de aprendizado e de prática da formatação de espaços públicos, onde ocorre o diálogo e o processo participativo e de democratização, com o exercício efetivo da cidadania (DAGNINO, 2002:12).

As ONGs e outras entidades, assim como os movimentos sociais, são fundamentais para o avanço dos processos de construção democrática e têm se movimentado no sentido de criar estas esferas e arenas bem como metodologias e estratégias de participação.

Uma das questões derivadas que este estudo traz é até que ponto esses encontros e parcerias implicam de fato, em mudanças nas relações de poder? A participação real conduz à divisão e o repensar sobre o poder que se tem, que se aspira e que se quer compartilhar.

São diversas as tipologias e escalas de participação, sendo todas permeadas pela necessidade de se reconhecer o papel das comunidades, a garantia de participação, desde o início das discussões, promovendo um campo de transformação social que reconheça e forme identidades, amadureça as possibilidades de participações mais efetivas. A questão de fundo é a concepção de democracia e de cidadania que se projetou através da palavra participação.

Seguindo-se as várias possibilidades existentes de participação, teóricos como Pimbert e Pretty (1995) relacionaram diversos tipos de parcerias possíveis em uma escala, desde o ponto em que a participação pode ser praticamente inexistente, caracterizando o caráter estético, cosmético e utilitário do conceito, como é o caso da participação denominada passiva, até a possibilidade de auto-mobilização da comunidade em torno de seus interesses conforme nos mostra a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Diversos tipos de participação

Tipologia	Componentes de cada tipo
1. Participação passiva	As pessoas participam por avisos do que está para acontecer ou já aconteceu. É uma informação unilateral através de uma administração ou projeto; as reações das pessoas não são levadas em conta. A informação que é dividida pertence apenas aos profissionais externos.
2. Participação como extração de informação	As pessoas participam respondendo a questões feitas pelos pesquisadores e administradores de projetos que usam questionários de coleta de dados ou sistemas similares. As pessoas não têm a oportunidade de influenciar os procedimentos, já que as descobertas da pesquisa ou plano do projeto não são compartilhados ou verificados em sua acuidade.
3. Participação com consulta	As pessoas participam sendo consultadas, e agentes externos ouvem os pontos de vista. Esses agentes definem os problemas e as soluções, e podem modificá-los conforme a reação das pessoas. Tal processo consultivo não compartilha nenhuma tomada de decisão e os profissionais não têm obrigações de considerar a visão das pessoas.
4. Participação por incentivos materiais	As pessoas participam oferecendo recursos, por exemplo, força de trabalho, em retorno de incentivos como comida, dinheiro, ou outras coisas. Muitas pesquisas <i>in situ</i> e bioprospecção caem nessa categoria, já que as populações rurais oferecem os recursos e não são envolvidas na experimentação ou no processo de aprendizado. É muito comum encontrar essa chamada participação, ainda que as pessoas não tenham interesse em prolongar as atividades quando os incentivos acabam.

Continua...

...Continuação.

5. Participação funcional	As pessoas formam grupos para coincidir objetivos pré determinados relacionados ao projeto, o que pode envolver o desenvolvimento ou que promovam organizações sociais externamente iniciadas. Tal envolvimento não tende a acontecer nos estágios iniciais de planejamento e ciclos do projeto, e sim depois que grandes decisões foram tomadas. Essas instituições tendem a ser dependentes dos incentivadores externos, mas podem tornar-se independentes.
6. Participação interativa	As pessoas participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e à formação de novos grupos locais ou no fortalecimento dos já existentes. Tende a envolver uma metodologia interdisciplinar que busca múltiplas perspectivas e faz uso de um sistemático e estruturado processo de aprendizagem. Esses grupos assumem o controle acerca das decisões locais, de modo que as pessoas adquirem o interesse em manter as estruturas e as práticas.
7. Auto-mobilização	As pessoas participam tomando a iniciativa para mudar sistemas, independentemente das instituições externas. Tal automobilização e ação coletiva pode ou não desafiar a distribuição não equitativa dos recursos e do poder.

Fonte: modificada com base Pretty (1994)

Essa tipologia implica uma ampliação do conceito de participação, que deve ser usado sempre complementado pela sua qualificação mais apropriada. A esse quadro, têm sido acrescentados novos enfoques e métodos na tentativa de ampliar a participação às comunidades locais mediante novos enfoques e princípios que, de acordo com Pretty (1994) são:

- Metodologia definida e um processo sistêmico de aprendizagem através do qual todos os participantes podem construir conhecimentos de forma cumulativa;
- Múltiplas perspectivas - implica em aceitar as várias interpretações dos problemas e as soluções diferentes encontradas nos múltiplos discursos de forma a não desprezar a diversidade e a complexidade das visões;
- Processos de aprendizagem em grupo - todos os atores devem entender o ponto de vista dos outros e a complexidade dos fenômenos;

- Contexto específico - dar flexibilidade a cada caso para adaptar a diversidade de soluções;
- Especialistas facilitadores e participantes - procurar no grupo em questão, uma linha de discursos que contribua com a solução dos problemas. Isso é feito por um facilitador que pode ser um especialista ou um participante das discussões;
- Conduzir a ações sustentáveis - através da ampliação do debate e do aprendizado torna-se possível a busca de soluções em conjunto, incorporando todas as percepções dos participantes, trazendo soluções muitas vezes mais complexas e informadas.

O desafio de substituir a não participação de acordo com essa desejável hierarquia é fundamental para a conservação da bio e sociodiversidade. Para isso há que se pensar a participação como um fim e como um meio, assim as diversas ferramentas metodológicas participativas podem constituir-se num arsenal de referência para cada projeto.

Sempre adaptadas e recriadas, tais ferramentas vêm sendo largamente utilizadas por empresas, ONGs e mediadores ligados a Projetos Governamentais que envolvem comunidades.

Uma aposta recorrente é o intercâmbio de experiências e a replicação. Vários projetos de ONGs colocam visitas técnicas a outras localidades para conhecer realidades distintas, projetos bem sucedidos ou até o contrário para que se espelhem e definam seus padrões, no que Meirelles Filho (em entrevista à autora em 2008) chama de caboclo ensina caboclo:

“Então no caso, tanto de Curuçá, quanto de Monte Alegre, é que estão previstas visitas técnicas a outras comunidades, como Silves, como Bagagem... E sentir na prática, não um técnico como nós, que ele até se acostuma, mas como outro igual, que passou por aquilo, ou uma comunidade que passou por aquilo. Essa metodologia do ‘caboclo ensina caboclo’ é fundamental” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

As ONGs e seus membros precisam ser avaliados internamente, ser coerentes com o que se propõem quando falam em participação, democracia, transparência. Como isso se dá dentro da ONG? Nos seus quadros de pessoal? Entre seus associados? Especialmente quando se sabe que ser membro de ONG não quer dizer participar e conhecê-la de fato.

O descrédito em relação às metodologias, reconhecido alguns anos depois do seu apogeu e banalização e, quiçá, no momento exato de ser repensado e melhorado é um alerta à necessidade de um salto qualitativo na questão como evidencia o depoimento de Salvati (em entrevista à autora em 2008):

“Por isso que eu nunca dei muita importância para as metodologias participativas, essas que já vêm prontas, porque vai muito da sensibilidade do técnico, da sua articulação em nível local, de você sentir o momento em que eles estão, da forma como eles se reúnem para tomar as decisões deles. Isso exige muita sensibilidade, visitas prévias de você ser um ator menos intervencionista nos primeiros contatos, acompanhar mais a forma como eles se reúnem, e aí sim você pede, numa oficina, para ser feito dessa forma, no formato da reunião deles, com aquelas tais pessoas” (...) “Eu me sinto muito incomodado quando as pessoas falam, ‘olha, novas metodologias de planejamento participativo’... Acho que tem alguns instrumentos que são bons, você pode usar com equipamentos, com ilustrações,... mas tem tanta coisa antes com as quais nós temos que nos preocupar... a confiança e a interação entre o agente interventor e o que está recebendo benefício que precisam de aproximação muito grande para dar certo essas metodologias, se não vira uma farsa (...) Por isso que eu acho que tem que ter um sociólogo, um antropólogo junto desses projetos, quando é Turismo de Base Comunitária, principalmente quando as comunidades são mais isoladas” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Nas diversas ONGs, Rodrigues (2001), citando esboço de Carlos Rodrigues Brandão, aponta três estilos de participação em projetos ambientais no Brasil: o primeiro ocorre quando o projeto é conduzido exclusivamente pelo Estado com envolvimento comunitário inexpressivo, o estilo mais comum; o segundo é o consorciado e a participação associada, ambos apresentam a convocação da

comunidade por parte das ONGs e do Estado em alguns momentos. É um estilo bastante comum nos projetos ambientais, conferindo papel central às ONGs; o terceiro é o estilo com maior participação popular, quando a entidade ambientalista elabora o projeto e o implementa sem a intermediação do Estado e de ONGs. Nesse terceiro tipo ocorrem parcerias diversas que podem, muitas vezes, impor interesses setoriais dos parceiros.

Uma ponte entre esses dois últimos estilos parece ser a busca do que propõem os programas e projetos que estão sendo estudados, na medida em que as demandas podem originar-se da comunidade e/ou da ONG simultaneamente, ou, que a origem seja uma delas, a associação, a parceria são fundamentais para viabilização das iniciativas.

Nos projetos e programas de TS de base local ou comunitária vêm ganhando gradativamente importância a discussão e a prática da participação. Estas podem ser observadas nas diversas experiências aqui relatadas e em outras que lhes serviram como inspiração. Cada ONG, como se verificou através das propostas de atuação, e nas entrevistas, baseia-se em conceitos diferenciados de participação, de poder e em metodologias diversificadas. Também aconteceram em momentos distintos da implantação dos projetos, conforme se verifica no seguinte exemplo:

“Então, em Monte Alegre nós estamos mostrando, iniciando um trabalho, que pretendo mostrar que ela (a comunidade) pode participar do Ecoturismo, só oferecendo marmita, só oferecendo o barqueiro, ou o cavalo, ou o alimento... ninguém na verdade vai conseguir muita coisa nessas comunidades... primeiro são muito pobres... segundo não tem qualquer infraestrutura, a maioria não tem nem luz... na verdade quando nossa técnica vai para lá ela leva água e comida, porque não tem comida... há lugares que falta comida. Então nós estamos trabalhando com o setor mais inferior da sociedade. Então nós priorizamos mulheres e jovens, na medida do possível, isso quando a própria comunidade deixa, ou a própria mulher quer, enfim... Mas nós estamos mostrando que são oportunidades de renda que surgem... Então, no caso de Monte Alegre, o turista tem que comer! Dormir num lugar confortável! Então nós mostramos que ‘será que não tem uma oportunidade de negócio?’ Mas

isso é um processo. Vai demorar... uma cadeia de valor você organiza em cinco anos. Em Curuçá nós estamos há um ano discutindo Ecoturismo... Em Monte Alegre nós estamos há 3 meses...” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

6.3. As especificidades da participação das ONGs no Turismo Sustentável

Será que há algo específico no TS e nas ONGs que atuam com a temática que diferencia suas práticas relacionadas à participação? O Turismo é classificado como uso racional dos recursos, mas, será que sempre a comunidade busca a racionalidade no uso dos recursos naturais? E na forma de trabalhá-los? Será o Turismo é a melhor alternativa? O Turismo é uma ideia e um argumento de mobilização? Tem apelo ao plano racional e sentimental da comunidade, apelo que possibilitará alguma legitimidade enquanto projeto? Será que a comunidade sabe o que é Turismo?

“Na verdade o que nós queremos quebrar é o ciclo do dominado-dominador porque na verdade, quando na Amazônia e na maior parte do Brasil, quando a pessoa sobe um grau na escala e passa a reproduzir aquele sistema de dominação e, na verdade, o que nós queremos é que a própria comunidade tenha vez... Nós esperamos que o Ecoturismo seja uma maneira deles mudarem de vida para valer, deles terem voz, vez e voz e ele (o Ecoturismo) é interessante porque ele é bastante atraente, ele traz coisas novas e eu diria que, entre as opções, é uma das menos perigosas, das menos ameaçadoras porque o tipo de turista que nós estamos imaginando, o que gosta desse tipo de coisa, o que topa fazer isso, ele é um turista menos perigoso. Tem problemas, claro... mas eu vejo com muita esperança o Ecoturismo. Nós temos um desafio aí: nós não podemos deixar a Amazônia virar pasto, garimpo e o Ecoturismo é uma concepção, complicada, difícil mas ela tem que ser perseguida” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Em algumas comunidades onde o mesmo ocorre, foram coletados depoimentos onde o Turismo aparece como algo totalmente desconhecido,

assustador, com poder de amedrontar comunitários. A possibilidade de deslocamento de indivíduos, com finalidades desconhecidas ao olhar de quem está fixo, preso em algum lugar e que conhece o deslocamento para fins de trabalho, de resolver problemas de saúde ou outros que implicam em viagens, onde a rotina diária de trabalho impede que se fique longe, o dinheiro não dá para sair ou deixar de ganhar, o que há de simbólico em buscar novas paisagens, tão comuns aos moradores locais, os atrativos, que não existem no seu local de moradia, que seja diferente... O fato de receber tantas pessoas, de origem desconhecida, tanto do lugar como dos laços de parentesco, de trabalho, geram desconfiança enorme com os turistas e os técnicos-profissionais que vêm a reboque. O linguajar, os costumes, as roupas diferentes, o que, entre tantas diferenças tem poder de mobilizar?

Não há como negar que nesse diálogo forçado entre culturas, os processos de interferências nas relações sociais assumidos por agentes externos, pelas ONGs, visam promover a transformação da realidade, por um lado, ao mesmo tempo em que buscam a permanência de certos aspectos eleitos como interessantes, fundamentais para os objetivos do Turismo, muitas vezes sem a compreensão e a aceitação da comunidade. Aqueles aspectos culturais, ambientais da paisagem que algum tipo de turista, naquele dado momento (isso muda sempre), prefere ver no local.

O fato de serem ONGs geralmente constituídas por ambientalistas oriundos de movimentos sociais com práticas idealistas, e, em muitos casos, bastante próximos da comunidade que adotaram como sua, terá consequências importantes no processo e talvez (nesse estudo não há como afirmar) seja um fato que diferencie o Turismo e as ONGs que com ele atuam, de outros temas.

A sustentabilidade do Turismo, no tocante à questão da participação, implica na mobilização comunitária e no desejo de enfocar o ambiente como um bem coletivo a ser preservado em suas dimensões econômica, ecológica e social (IRVING, 2002).

Ao mesmo tempo, os projetos turísticos, privilegiam relações entre poderes públicos e interesses privados, tornando a presença do cidadão comum ou

morador local em fóruns de decisão algo recente e imposto pelos novos padrões e concepções de sustentabilidade e participação, muitas vezes alheios e impostos a todos os atores do processo, inclusive às ONGs e comunidade. A prática da participação inicia-se como uma imposição, a tirania da participação, a todos os envolvidos que ainda estão experimentando sua prática, suas vantagens e desvantagens e sua filosofia. Essa imposição pode vir a refletir, da parte dos que estão com poder, em quebra de práticas e saberes comunitários sobre participação. Com o fim das dinâmicas internas participativas existentes, com poder de gerar novas correlações de poder causando desarranjos, e, com isso, a geração de novos conflitos comunitários, ou a quebra de parcerias existentes e baseadas em laços construídos em outras bases, quer sejam elas assistencialistas ou não, mas que, aos olhos da comunidade, funcionavam, eram legítimas e autônomas.

“Iniciativas técnicas, governamentais, e de ambientalistas semearam discórdias por toda a parte e muitas vezes, nem serviram como desequilíbrio da visão de mundo seja dos técnicos ou dos agricultores que pudessem estimular, na busca de um novo equilíbrio, a construção de novos conhecimentos ou de uma nova maneira de encarar os problemas e desafios. Ao contrário, criou-se um sistema explicativo, coisificado e consolidado para a ‘apatia’ ou a ‘participação’ (GOMES, 2004:232).

Interesses simultaneamente naturais e sociais, mobilizados a partir de uma perspectiva de sustentabilidade, implicam o reconhecimento da participação prioritária de atores historicamente excluídos dos cenários de decisão – as comunidades locais e o meio ambiente. Esses objetivos que, segundo Irving (2002), pressupõe responsabilidade social e ética, coparticipação e avaliação do custo-benefício por todos aqueles que estejam envolvidos, sejam ou não considerados beneficiários, conduziram a um desenvolvimento controlado, qualitativo, em longo prazo, com controle local.

O modelo participativo, considerado como premissa para o reconhecimento e a valorização da singularidade do imaginário e dos saberes locais, aponta para

processos que, uma vez deflagrados, podem se configurar de forma irreversível. A participação comunitária, que segundo Irving (2002), envolve o acesso à educação e a informações para ações sociais conscientes, integra o prazer de compartilhar e medidas eficientes para a obtenção de resultados. Mas não existem mecanismos pré-fabricados para essa tarefa, que implica um amadurecimento social gradativo em direção à capacitação e a uma postura política responsável.

“A concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais” (IRVING;2002: 35).

Hall (1998), assim como Rahnema (1992), afirma que o controle comunitário e as decisões comunitárias são poucas. No caso do Turismo a oportunidade de negar a entrada dos projetos, das ONGs e dos agentes externos que propõem a participação é rara. Há um longo caminho de aprendizagem a ser percorrido no sentido de possibilitar a negação e a aceitação da negativa por parte das ONGs ou governo e das comunidades, que se propõem a trabalhar participativamente na região. Estas ONGs muitas vezes aparecem já no momento em que o problema constitui um fato e que a solução depende de ajuda urgente de vários interessados, com caminhos e percursos definidos em função de emergências.

Para completar este estudo, como então mensurar a participação? A influência das ONGs parceiras? A seguir uma tentativa de resposta.

6.4 A falta que fazem os indicadores

Esse é um dos desdobramentos necessários para esta pesquisa, em um futuro próximo: construir e testar indicadores que permitam avaliar a influência das ONGs nesta ou em outras temáticas afins.

Aqui, tentaremos refletir e questionar os indicadores utilizados pelas ONGs estudadas, sendo que, entre elas, somente Mamirauá, CI e o WWF explicitaram os indicadores utilizados por seus financiadores para avaliar os projetos, deixando claro que os mesmos não eram os mais adequados para os projetos de Turismo Sustentável. Inclusive, apontam que estes indicadores foram os responsáveis pelo fim do financiamento dos mesmos.

Os relatórios das ONGs citadas usam indicadores para medir aspectos quantitativos do tipo número de monitores formados e atuantes, geração e aumento da renda, visitação em trilhas x presença da fauna, índices de ocupação das pousadas, procura dos atrativos pelo mercado, acesso aos *sítes* na internet entre outros.

Para Peralta (2005),

“as principais mudanças sociais e possíveis indicadores estão relacionados aos padrões da produção da unidade domiciliar, no trabalho e organização comunitária, às relações sociais, familiares, entre gêneros, relações de poder entre unidades familiares, além de mudanças no uso dos recursos” (PERALTA, 2005:186).

Da parte de financiadores, ONGs, comunidade, é importante a definição de indicadores, sejam eles quais forem, de forma a se poder monitorar e avaliar o alcance das metas dos projetos, mas, neste caso também, observa-se uma tentativa fracassada da construção de consensos conceituais e programáticos, apesar do esforço feito por muitos para se ter indicadores comuns e objetivos, que aparecem nos diversos manuais.

“Isso é discutido, quais são os atrativos deles, o que eles têm para dar, para mostrar ou contar. Isso é a parte principal. Porque nós tentamos mostrar que o turista vai para lá para vê-los como eles são... não para eles pintarem a casa... é claro que tem que ter higiene, banheiro limpo... isso faz parte do aprendizado de conquista social.” (...) “Então o processo de Educação Ambiental é ao vivo assim, é real, não é... as comunidades não leem, não vão ter acesso à leitura nos próximos anos. Então é tudo na prática. Saturação de atrativo é na prática. Então não tem ‘manual’. O manual é

construído com a comunidade. Os indicadores são construídos em conjunto. Tanto indicadores bióticos (sic) quanto sociais. A construção dos indicadores é a parte inicial. 'Onde vocês querem chegar?', 'O que é mudança para vocês?' Então essa é a grande discussão. Então acho que isso muda tudo, porque primeiro a gente já chega não prometendo nada..." (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Corell e Betsill (2001) buscam compreender como mensurar e comparar de forma sistemática a influência que ONGs exercem nas negociações internacionais sobre desertificação e mudanças climáticas. Segundo as autoras, uma revisão da literatura demonstra grande discrepância entre os estudos e os tipos de indicadores existentes e suas evidências, de modo a impedir comparações e conclusões confiáveis. Para tentar resolver essa deficiência, elas desenvolveram um estudo analítico comparativo das ONGs na esfera internacional, para assim demonstrar que a procura por padrões permite a comparação, que é fundamental para identificar estruturas e fatores explicativos que contribuam para compreender a variação de poder que as ONGs têm em várias arenas, sendo o caso por elas estudado, a esfera ambiental internacional.

A estrutura analítica é uma aproximação complementar que combina a verificação da participação das ONGs em suas atividades, o acesso que as mesmas possuem às negociações e seus recursos, além da verificação se as metas e objetivos por elas propostos foram ou não atingidos. A influência pode ser vista no conhecimento e informações construídos usados pelas ONGs intencionalmente para exercer sua influência. De posse dessa estrutura analítica, será possível fazer julgamentos qualitativos.

Primeiro se recomenda determinar qual arena política a ONG pretende influenciar; explicitar a definição de influência especificando quais tipos de evidências esta poderá ter como indicativos para sua análise e explorar a existência de tipos de mecanismo casuais entre as atividades das ONGs, considerando que nem sempre elas são responsáveis sozinhas pelas eventuais mudanças percebidas nas suas esferas de atuação. No caso do Turismo, sempre

existem múltiplas pressões influenciando nas comunidades, desde a mídia, os turistas, as políticas públicas, pressão econômica e muitas outras além das ONGs.

As autoras pontuam que, enquanto governos exercem sua influência através de recursos políticos e militares, o setor privado o faz através do seu poder econômico, às ONGs resta a provisão de conhecimento e de informação para a exercerem. No caso de ONGs transnacionais atuantes em países em desenvolvimento, porém, sabe-se que a questão financeira e política também são fortes coadjuvantes, vide exemplo do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que, embora proposto pelo Governo Brasileiro, só foi possível como um compromisso e uma aliança firmada com o Banco Mundial e a WWF. A WWF além de informações e conhecimentos doou uma soma significativa de dinheiro.

Assim é necessário definir o que é influência e como identificá-la. Há poucos indicadores consensuados conforme evidenciam depoimentos dos entrevistados ao falarem das especificidades do Turismo nas comunidades. Suas falas indicam que seus trabalhos foram extremamente interessantes e impactantes sob alguns aspectos, enquanto outros se mostraram inviáveis, ao menos sob o olhar dos financiadores.

A partir de indicadores, especialmente os financeiros, copiados de indicadores estritamente comerciais, que não levam em conta as particularidades de projetos de TS, os mesmos não valorizam os impactos consideráveis na conservação ambiental e na Educação Ambiental comunitária e dos turistas, independentemente dos lucros. Além de não compreenderem os prazos maiores para que inclusive, se possa ter a sustentabilidade financeira do projeto, incluindo lucro.

No caso deste estudo, buscou-se verificar o poder que exercem na escala local, comunitária e, pretendeu-se visualizar uma possível influência na escala política, no nível da elaboração de políticas públicas para o Turismo Sustentável. Sabe-se que as ONGs usam de estratégias específicas para dar conta de seus objetivos, entre eles o de intervir. Assim, a intenção delas, verificada nos métodos e ferramentas utilizadas, é que deve embasar a análise das possíveis influências e de outras consequências não previstas. Como saber então se houve mudanças,

novos conflitos, impactos, através da atuação das ONGs? Houve alteração nos destinos dos comunitários? Na definição das estratégias de sobrevivência da comunidade? No modo de implementar um determinado tipo de Turismo?

Somente a verificação das estratégias, do processo participativo e de negociação poderá ajudar a responder a tais questões, só o resultado final não é capaz de responder já que as mudanças ocorridas podem ter várias causas concomitantes. Assim pode ser possível analisar se eventuais mudanças têm relação com os intuítos e estratégias das ONGs. É recomendável e importante uma análise com grupo de controle, parecido, que não tenha contado com a presença das ONGs, para saber se os rumos foram alterados em ambas.

Apesar de não terem sido estudadas para esta tese, algumas comunidades vizinhas dão pistas interessantes sobre isso, como as presentes ao longo do Rio Tapajós, Santarém, PA, que, em poucos metros de distância umas das outras, sofrem influências diferentes de acordo com presença estatal, por estarem em uma Floresta Nacional, a FLONA Tapajós, outras por participarem de projetos junto à ONGs diversas como o Projeto Saúde & Alegria, o Projeto Bagagem, entre outros. Aos olhos de turistas desatentos, a diferença é perceptível, só para citar como exemplo as comunidades de Maguari e Jamaraquá.

Outras comunidades influenciadas por ONGs no Turismo que são extremamente visíveis aos olhares menos atentos, são as do litoral cearense, que, sendo todo ele um enorme atrativo turístico, tem praias que trabalham somente com o Turismo de Massa, grandes empreendimentos, nada comunitários e outras, sob influência de ONGs, atuam com o Turismo de Base Local, resistindo às pressões corporativas e governamentais.

Para Corell e Betsill (2001) a influência pode ser quantificada em alta, moderada ou baixa de acordo com uma triangulação que compare os tipos e as fontes dos dados e a metodologia utilizada pelas ONGs.

Uma pesquisa que queira verificar a influência deverá então considerar como as ONGs fizeram para transmitir suas informações à comunidade; quais oportunidades foram dadas para cada ONG e para a comunidade; quais condições foram dadas para a comunidade participar de fato das negociações

(incluindo-se aí recursos para capacitação, para participação em reuniões sem prejuízo à comunidade e em condições de igualdade), entre outras questões a serem elaboradas a cada caso.

A título de contribuição desta tese para estudos futuros, baseadas nos estudos de Corell e Betsill (2001) feitos para analisar a influência das ONGs na escala internacional ambiental, e totalmente reformulados para esta tese, recomendamos, às ONGs e comunidades atuantes com Turismo em nível local, os seguintes passos:

1. Definir influência e a escala e escopo do que se quer medir;
2. Definir uma comunidade próxima e similar à estudada que não esteja sendo influenciada por ONGs para se ter como comparar;
3. Definir indicadores, que, no caso de Turismo Sustentável em comunidades locais, podem ser: (a) presença das comunidades e ONGs nas negociações desde o início dos projetos; (b) condições para a presença das comunidades nas negociações e decisões – com igualdade de meios e recursos para participação comunitária nas reuniões através da capacitação prévia e ressarcimento ou compensação pelo tempo dedicado às reuniões e demais atividades, e, considerando os formatos e instâncias participativas e decisórias existentes nas comunidades; (c) soma de recursos humanos e financeiros disponibilizados pelas ONGs para fortalecimento e organização comunitárias; (d) recursos disponibilizados à comunidade para implantar o Turismo conforme acordado, incluindo reformas em empreendimentos existentes e de posse de comunitários; (e) criação de oportunidades da comunidade conhecer e intercambiar com experiências turísticas similares e diversas para que a mesma possa compreender um pouco dos cenários possíveis para ela; (f) criação de uma Agenda comum que não comprometa os anseios comunitários; (g) reserva de tempo necessário para a comunidade compreender os processos, se posicionar, tomar decisões livres – inclusive a de não querer ter o Turismo como opção de sobrevivência, além do tempo necessário para a implantação dos mesmos;

(h) criação conjunta de um plano de sustentabilidade do Projeto, independente da ONG que deverá prever sua retirada do local, de acordo com a Agenda acordada por todos.

Estes indicadores não podem ser analisados individualmente se o objetivo é saber da influência como um todo, e sim devem ser estudados em conjunto. Os indicadores referem-se à aspectos da participação e da implementação concreta dos projetos, e, para os casos estudados, devem poder preencher vários destes indicadores favoravelmente. A criação de mecanismos participativos efetivos, de condições mínimas para iniciar o projeto e a previsão de auto-sustentação do mesmo, com emancipação comunitária são aspectos cruciais para a influência se dar positivamente.

Para Corell e Betsill (2001), a baixa influência pode ser caracterizada quando a ONG participa do processo, mas com pouco ou nenhum efeito sobre a comunidade; a moderada pode ser verificada quando a ONG tem algum sucesso nos processos negociatórios; e a alta se caracteriza pelos resultados das negociações quando os mesmos refletem os objetivos iniciais propostos pelas ONGs.

Obviamente a variação da influência, além da condução dos projetos, deve considerar as diferenças entre as ONGs, especialmente no que diz respeito à sua natureza, sua história, seu poder, sua fama, seu histórico na capacitação de recursos e de projetos, incluindo a valorização da temática no momento do projeto e, desta temática internamente na ONG, o que dará pistas à comunidade sobre os possíveis interesses desta. Outro fator crucial observado no caso brasileiro, é a resistência e desconfiança maior às ONGs transnacionais. Há que pontuar também a desconfiança e desilusão comunitária, em relação à projetos ambientais, muitas vezes pelas restrições impostas, pela confusão na separação do que é governo e o que é ONG, sendo todos geralmente chamados de “meio ambiente”, além de ser uma esfera onde muito se prometeu e pouco se realizou.

Com tudo isso, quando se pensa que se chegou a alguma solução, ela nem sempre se mostra viável na prática. A não utilização dos instrumentos e

indicadores especialmente criados pode se revelar como uma resistência comunitária, uma falta de aceitação e/ou compreensão dos mesmos, e uma resposta à possível falta de sensibilidade da ONG para com os instrumentos mais intuitivos, ou mesmo arraigados pela comunidade, como demonstra o trecho abaixo:

“Fernando de Noronha foi o único lugar que o WWF continuou investindo em monitoramento ambiental, nos outros lugares, deixou que eles continuassem a fazer por conta própria e eles nunca fizeram, ou faziam de forma parcial, sem aplicar aqueles instrumentos. Faziam por percepção, por relatórios. Então, algum tipo de monitoramento eles faziam, não tenha dúvidas. Eles identificavam se estavam com problemas. Quando eles não identificavam qual aspecto, nós perguntávamos também, cutucávamos um pouco eles, mas eles não seguiam aqueles instrumentos que nós elaboramos” (SALVATI em entrevista à autora em 13/10/2008).

Retomando o que fora dito anteriormente, são poucos os indícios concretos de mudanças na aplicação das metodologias e ferramentas de participação, no estilo de mediação, nas parcerias, especialmente se considerarmos mudanças qualitativas e não quantitativas, difíceis de mensurar.

O que, com certeza está em franco processo de transformação são os atores sociais e políticos. Neste caminho percorrido, o que temos pela frente são organizações, comunidades e atores sociais diversos amadurecidos por todo tipo de vivência, de conflitos. Após anos de experiências, é chegada a hora de se retomar as práticas, inclusive as que estão paradas, para dar um salto qualitativo e corajoso nas mesmas. Projetando participativamente atividades de Turismo coerentes e consistentes, com o perfil democrático.

Conclusão: As ONGs em seu diálogo com o Turismo Sustentável. Depois de tantas experiências, o que esperar?

“Não tem uma história boa para contar. Aliás, não tem nenhum projeto na Amazônia bom que você diga: 'isso deu certo'. Todos os projetos têm muitos problemas, porque eles olharam principalmente a oferta e não a demanda. Nunca viram o mercado, e, nós estamos olhando ao contrário: o que que o mercado quer... aí você vai oferecer um produto que o mercado quer” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Olhar ao contrário, para frente e para trás, ser otimista depois de tantas experiências interessantes, frustrantes, tantas contradições como evidencia o depoimento acima... Aquilo que está dito por Meirelles Filho, pode ser ampliado para além da Amazônia, para dizer que, no Brasil, temos de fato muitos exemplos, um caminho percorrido repleto de projetos, mas nenhum deles, mesmo o mais bem sucedido, pode se orgulhar de ter alcançado plenamente seus objetivos e metas e, ser revolucionário diante do *status quo*, como o que propõe o próprio diretor do Peabiru, em outro trecho de sua entrevista:

“Nós entendemos que o Ecoturismo é um ato de resistência, é uma maneira de ter uma voz própria, de se autodeclarar qual futuro que eles querem ou que a gente quer. Então, ele é revolucionário no nosso modo de ver. Tem que mudar a história da Amazônia... (...) Se deixar na mão de um caboclo minimamente treinado, ele vai mudar a história da Amazônia porque as pessoas vão ficar altamente impressionadas pelo ambiente mas, principalmente, pela maneira de se impor a Amazônia que nós queremos, então, é um trabalho político, é um trabalho que eu diria que é revolucionário. Se não, não estaria aqui... é uma missão” (MEIRELLES FILHO em entrevista à autora em 12/12/2008).

Quase vinte anos depois do início dos projetos pioneiros da década de 1990, dos avanços e revezes, é chegada a hora de uma pausa reflexiva, de um momento de avaliação para que se possam estabelecer novas tentativas em

direção, talvez, aos mesmos objetivos anteriores, porém, com novas estratégias, partindo da experiência acumulada.

São vários os exemplos que contradizem que o Turismo e as ONGs, seriam a salvação para as comunidades em localidades com atrativos naturais. A realidade observada nas comunidades atingidas por programas de desenvolvimento turístico nos mostra que, sob diversos aspectos, o Turismo e o mau uso dos processos participativos, podem ser ameaça e risco, ao invés de oportunidade, do ponto de vista social, laboral e ecológico (RABINOVICI, 2008c).

Assim, constata-se que o TS e a participação são caminhos e pressupostos para a busca da qualidade de vida e a prática dos princípios da sustentabilidade ambiental propagados e perseguidos pelas ONGs e demais atores. Porém, as experiências concretas estudadas demonstram que, para ser bem sucedido, além de seguir os passos recomendados à participação de fato, ele ainda tem que ser repensado em suas concepções e estratégias, para não cair no limite apontado por Rahnema (1992) no qual a ideologização e o ideal predefinido de mudanças são tidos como motivadores das parcerias. Muitas ONGs se enquadram nessa perspectiva, o que é visível nos seus projetos iniciais que já determinam onde querem chegar, o que alcançar, antes de dialogar com as comunidades.

Outro aspecto crucial é o aprisionamento de todas as experiências à lógica mercadológica, capitalista. À medida que ela impregna as propostas e objetivos das ONGs e até os sonhos das comunidades, pouco se pode alcançar em termos de avanços e conquistas.

Portanto, antes de se autodeclarar participativo, parceiro e optar pelas ferramentas, o próprio conceito precisa ser amadurecido por todos.

As ONGs ocupam papéis contraditórios nos projetos: buscam colaborar, mas, por vezes, acirram os conflitos já existentes, criam novas demandas e, com isso promovem retrocessos os quais podem ser extremamente doloridos para as comunidades.

West, Igoe e Brockington (2006) ao estudarem os impactos sociais, materiais e simbólicos das áreas protegidas sob os moradores dos seus entornos, afirmam que é decisiva a participação das ONGs nas transformações ocorridas.

Estas mudanças são perceptíveis na reescrita da legislação restritiva das áreas protegidas em nível mundial, com as UCs resignificando as formas das pessoas entenderem, experienciarem e usarem a natureza (a qual passa a ser chamada de meio ambiente) de forma separada da cultura, em uma nova cosmologia. As ONGs também influenciam com seus discursos conservacionistas, os quais passam a permear o cotidiano local podendo modificar as visões sobre ambiente por parte de alguns comunitários, o que, por sua vez, pode gerar inúmeros novos conflitos, na medida em que a apropriação dos discursos se dá de forma diferenciada por membros da comunidade, inclusive em função de sua sobrevivência, o que pode incorrer em parcela da comunidade que se apropria do discurso conservacionista e passa a conflitar com outros que mantêm atividades de caça e extração, e que passam a ser criminalizados pela própria comunidade.

Para West, Igoe e Brockington (2006) as ONGs que apóiam as estratégias mais comuns de conservação, tais como a implantação de UCs, pioram os conflitos entre os grupos, mudam práticas sociais, atribuem novos papéis às comunidades transformadas em atores sociais e provocam novos conflitos de gênero. O Ecoturismo para eles é uma atividade conectada e simbiótica às UCs. Segundo os autores, o Ecoturismo trabalha para criar imagens simplistas da população local e dos seus usos e compreensões do ambiente.

No entanto, mesmo assim, o comum é que no Turismo, as ONGs tenham o *status* de salvadoras. Assim promovem uma espetacularização em seus afazeres, tão superficial como a promovida pelas agências de Turismo, deixando a cargo do *marketing* as maiores responsabilidades.

Cabe às ONGs pactuar com comunidades, envolvê-las e serem envolvidas, não impor seus projetos sem anuência e real participação comunitária, deixando claro para todos, de que novos conflitos surgirão, de modo que o empoderamento e a possibilidade de lidar com eles são fundamentais.

Nem as ONGs, nem o Turismo constituem salvação para todas as mazelas das comunidades. Ao contrário, podem ser muito complicados somente por aparentarem ser a salvação. Causam todo tipo de impacto até quando nada de concreto é realizado.

As ONGs ambientalistas são muito diferentes entre si, porém, ao decidirem trabalhar com Turismo devem estar cientes dos limites a serem encontrados ao se conectar realidades muito diferenciadas e ao expor comunidades à sonhos e projetos complexos e que mexem muito com o cotidiano e orientação da sociedade.

Comunidades e sociedade civil como um todo estão de certa forma, cada vez mais mobilizadas para não aceitar projetos e políticas públicas vazias e anseiam por conhecimentos e soluções que possam ser compartilhados. Nesse sentido, ONGs são potenciais parceiras, caso estejam abertas ao diálogo, pois as comunidades, cientes de sua força, têm a opção de buscar outros parceiros, sejam eles outras ONGs, empresas, brasileiras ou de fora, e governo.

De toda forma, consideramos muito especial o atual momento: vinte anos do auge do ambientalismo no Brasil e de experiências diversas em TS, para resgatar todas as trajetórias percorridas pelas ONGs e comunidades em suas tentativas relatadas de promoção de um TS e participativo. Estas já contam com certo volume de história passível de ser avaliado, repensado, reorientado, especialmente quando se sabe do potencial que as ONGs têm para enfrentarem todos os percalços e mudanças conjuntamente. Ainda há muito a realizar nas áreas onde ocorre o TS e, apesar da quantidade crescente de conflitos, os mesmos têm orientado mudanças importantíssimas que poderão levar a um salto qualitativo em seu conjunto de práticas e concepções.

Somente a ação dos vários atores sociais organizados na busca de melhorias e ideais é que comporá um quadro capaz de reorientar a formação política, ambiental, tecnológica e mercadológica.

Os casos estudados exemplificam a hipótese inicial da emergência de novos conflitos nas localidades nas quais há atuação das ONGs com Turismo. De toda forma, não há a possibilidade de saber o que ocorreria caso as ONGs não estivessem presentes, além da impossibilidade de se isolar a influência exclusiva delas das demais possíveis fontes de impacto, como a mídia e a globalização.

“O Ecoturismo, assim como um cavaleiro do apocalipse, não cavalga sozinho como anúncio de modernidade, mas vem junto a outros cavaleiros, como os movimentos sociais, a comunicação em massa e a urbanização” (PERALTA, 2005:188-189).

Estes exemplos também revelam uma repetição constante de discursos, falas, estratégias em comunidades muito distintas numa tentativa de se criar uma unidade capaz de articular, ordenar, organizar um aparato teórico de experiências bem sucedidas dentro de uma heterogeneidade de comunidades e de ONGs. Não há a possibilidade de unidade em terrenos e identidades tão diferentes. A própria tentativa de que haja consenso por si constitui elemento para criar ou acirrar conflitos.

A imposição de estratégias únicas, a batalha pela sobrevivência e sucesso dos projetos, comunidades e ONGs são fatores iniciais cruciais para os confrontos e sucessos das parcerias e projetos.

Por parte das ONGs há uma tentativa de produção de um arsenal teórico-prático único, orientado por influências provenientes de fora do Brasil, com insuficiente adaptação à nossa realidade, mas fortemente identificado com o momento histórico de aposta no Turismo como uma das únicas formas de conservação de áreas naturais.

É desse momento histórico internacional também que se constroem e se começa a praticar noções de autonomia comunitária, empoderamento, participação. A origem de todas estas práticas se deu nos diversos movimentos sociais da década de 1970 e 1980, que, combinado com a crescente profissionalização das ONGs, a partir da década de 1990, na qual as agências financiadoras também modificam seus critérios e formatos de financiamento, além de iniciarem a aplicação de indicadores, refletiram sobremaneira nas experiências citadas.

O Turismo, a participação comunitária, a emancipação, a sustentabilidade são todos elementos com forte cunho simbólico e fantasioso, que resgatam o discurso da utopia, tanto em sua construção, como, ao contrário, por sua

desconstrução. No caso da desconstrução, estas práticas funcionam como mais um elemento que comprova o fim das utopias já que está repleto de exemplos de tentativas mal sucedidas, ingênuas e impossíveis de se tornar realidade. Passa a somar às demais justificativas para o fim das utopias, como a própria crise ambiental e desenvolvimentista.

Em um momento de necessidade identificada de mudanças nas características dos financiamentos e nos indicadores, sendo as ONGs grandes pulverizadoras de projetos e influenciadoras de políticas públicas, uma reflexão como a provocada neste estudo, com indicativos propositivos ainda a serem testados, revela-se oportuna.

Essas experiências são concomitantes a um período no qual a profissionalização das ONGs é parte de um projeto de criação de suas identidades, da sua sobrevivência e chegada de ONGs internacionais no Brasil, com suas necessidades de reconhecimento e aceitação através de um processo de 'abrasileiramento'. A WWF-Br, por exemplo, se autodefine como sendo uma ONG genuinamente brasileira desde sua criação no Brasil, em 1971¹¹¹:

“A construção da identidade das ONGs, nas últimas décadas, implicou na mobilização da comunidade discursiva em torno de um mesmo objetivo. Se, no seu início, as ONGs caracterizavam-se pelo seu caráter 'militante' e 'alternativo', nos anos 90, o profissionalismo vincula-se à crescente institucionalização. Nos manuais, projetos, encontros, busca-se a legitimação do discurso que pressupõe que os indivíduos pertencentes à comunidade discursiva das ONGs se coloquem em acordo sobre as representações de linguagem da prática da autonomia” (LYRA, 2005:144).

Os indicadores que dialogam diretamente com as linhas de financiamento, se repetem, são pouco eficazes e nem sempre pertinentes, especialmente quando aplicados pela própria comunidade, acostumada a monitorar impactos de forma mais intuitiva. Os manuais, idem: são esperados por todos como receita de felicidade e sobrevivência, mas que pela sua abrangência, acabam dizendo pouco

¹¹¹http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_brasil/ Acesso em 0/05/2009.

a cada uma das realidades que os leem e tentam aplicar. Assim, acabam abandonados pelos comunitários antes de testados, ou, logo após a saída da ONG ‘de fora’.

A trajetória das ONGs é fortemente influenciada pelos financiadores, que impõem as condições para o fornecimento dos aportes financeiros e, a partir do estabelecimento das condições, as ONGs montam seus projetos nos diversos locais do planeta. Além disso, estar dependente dos financiadores sujeita ONGs e comunidades às diversas crises internacionais, fato que torna vulnerável qualquer projeto.

Tendo como base que a autonomia buscada nas comunidades deve ser a mesma desejada para as ONGs, estas devem dialogar com os financiadores a respeito da necessidade de uma revisão geral dos critérios de repasse de recursos financeiros, dos prazos, estratégias e indicadores, apostando mais um pouco na ideia do Turismo como potencial fonte de conservação dos recursos naturais e culturais de diversas comunidades, ao invés do abandono da prática no Brasil.

Na medida em que houve avanços e ainda há claro potencial de mudança, mesmo a partir dos novos conflitos criados, muitos ainda desconhecidos ou pouco analisados pelas próprias ONGs, comunidades e financiadores, há que se buscar o ideal maior das ONGs. Este ideal ultrapassa o tema deste estudo, o Turismo, e deve ser ampliado em direção aos ideais de mudança política, cidadania, justiça...

Deste modo, as experiências relatadas e pensadas neste estudo têm potencial de refletir noutros campos e contextos.

“Fazendo uso de um conceito amplamente utilizado por Anthony Giddens e Ulrich Beck, a normatividade brota do exercício contínuo de reflexividade que os atores civis desenvolvem sobre o cotidiano. Eles são expressões típicas de uma época que se tornou problema para si mesma. São manifestações de autoconsciência histórica. Ainda que embrionária, a sociedade civil global coloca a humanidade diante do espelho, fazendo-a perceber os problemas fundamentais que a envolvem” (TREVISOL, 2007:269).

Essa reflexividade canalizada às questões propostas nesta tese conduz a mais algumas questões e provocações, para finalizar:

Com o crescimento constante do seu poder de influência, através da criação de arenas participativas ampliadas, as ONGs ambientalistas podem promover aumento quantitativo e qualitativo no debate das questões ambientais. A visibilidade e o maior poder de influência evidenciam algumas fragilidades das mesmas no tocante à sua legitimidade de atuação e representatividade. Tal problematização conduz ao questionamento da própria existência e da gestão das ONGs. Quais seriam então os limites reais de atuação das ONGs?

A visibilidade das ONGs na arena ambiental, pelo apelo que esta tem na sociedade e, pela insuficiente cobertura por parte do aparato estatal, faz com que haja enorme expectativa recaindo sobre elas, ao mesmo tempo que abundam críticas dos demais atores interessados. No entanto, as ONGs carecem de poder e de forças coercitivas e por isso trabalham orientadas pela busca de consensos em torno das suas bandeiras de luta e programas, por meio da influência.

Para alcançar seus objetivos precisam estar em evidência e prontas para mediar e/ou conduzir projetos e destinos comunitários/turísticos.

Haverá interação, formação de arenas específicas. Alguns resistirão, outros aderirão aos projetos e à sua lógica total ou parcialmente. Todo esse movimento pressupõe aprendizado comum, avaliação permanente e flexibilidade para mudanças. Pressupõe também o empoderamento de todos. Comunidade empoderada prescinde de ONGs, pode ter suas próprias associações. Essa é a lógica e seria a tendência, não fossem opções de poder e permanência de algumas das ONGs, poder este exercido através de tutelas providenciais, as quais contradizem a sua missão emancipadora, como o exposto anteriormente.

Assim tem sido: concomitantemente assistimos à práticas e propostas contraditórias, aprendizado, críticas construtivas e destrutivas, novos atores sociais e formatos de organização comunitária, em torno de velhos modelos de Turismo, vestidos com novas roupagens.

As novas formas de poder que aparecem na contemporaneidade extrapolam as teorias de autoridade e legitimidade de Weber. Há que se

incorporar a elas novas possibilidades de autoridade e legitimidade, provenientes do embasamento racional, revestido de legalidade formal e ancorados na dramática situação ambiental do planeta a qual demanda autoridades fortes e capazes de dar respostas rápidas e convincentes aos graves problemas contemporâneos. Além disso, o voluntarismo, a moral, a racionalidade epistêmica, a mídia e até a força dos ilícitos, tornam-se fontes alternativas de autoridade.

Assumidos estes desafios, as ONGs passam a ter legitimidade perante a sociedade, balançando os atuais eixos de poder. Empoderadas, dotadas de legitimidade, mesmo que questionada por tantos, precisam influenciar a sociedade para operar as mudanças por ela definidas.

O que acontecerá caso as ONGs consigam poder e isso em grande escala? Haverá solução dos problemas ambientais? Haverá sustentabilidade? Democracia? Superação de interesses conflitantes?

Como são questões que envolvem poder e influência, é necessário que haja muita experiência acumulada, reflexão e abertura para críticas. São muitos os interesses divergentes envolvidos, ambiguidades, contradições e conflitos.

O Turismo põe em destaque outros modos de vida. Divulga e apresenta-os ao mundo. Terão os comunitários o desejo, a ambição e o poder de influenciar o resto da sociedade? Especialmente enquanto comunidades remotas e facilmente convertíveis ao projeto moderno apresentado pelas ONGs? Será que há sensibilidade das ONGs a esta questão? Terão as arenas o potencial de se construir pactos e acordos respeitosos, destacando a manutenção das diferenças? Quais serão as ferramentas e metodologias para que isso ocorra?

O caminho percorrido, as arenas formatadas, os atores amadurecidos, empoderados, os conflitos estabelecidos, poderão traduzir-se em novas tendências de participação, de Turismo, de sustentabilidade, sem a perda das especificidade de cada um dos envolvidos, tal como acontece em um encontro de alteridades? Poderão subverter a lógica dominante? Colonizar os colonizadores em um processo inverso de exotização, tal como descrito por Sahlins (1997)?

Será que teríamos muitos opositores a um projeto mais radical de Turismo? Quais seriam estes? As ONGs mais radicais podem provocar menos críticas do

que as que se adaptaram ao neoliberalismo... a maioria das críticas mais exacerbadas, as que inclusive primam pelo tom conspiratório, são dirigidas exatamente às ONGs inseridas na lógica mercantil, confundidas com empresas, prestando serviços de governos, criticadas inclusive por outras ONGs... Às pequenas ONGs, tidas como radicais e revolucionárias são esquecidas pela comunidade, ou, de vez em quando, criticadas pela incompetência em funcionar profissionalmente, por seu caráter quase folclórico, seus ecochatos, militantes de esquerda, desempregados e inofensivos...

As pessoas amedrontadas com o futuro do planeta, sentindo falta da natureza, do prazer e do contato possível de ser trabalhado pelo Turismo fariam oposição a um projeto coerente de Turismo Sustentável?

O Turismo Sustentável, à medida que conseguir afrouxar os ditames e sua dependência do capitalismo, qual forma assumiria? Quais os tipos de pactos e atores necessários para tanta ousadia? Quantos conflitos precisaremos ter?

De toda forma não subestimemos a reação que já se observa por parte dos comunitários em relação aos projetos que os assistem. Seus interesses próprios vão sendo lapidados, amadurecidos, e, muitas vezes opções, como a de receberem projetos de cunho assistencialista são conscientes e livres.

“As comunidades não sofrem mudanças apenas de forma passiva, mas muitas vezes articulam reações de resistência à mudança. Em outras ocasiões acolhem mudanças que lhe são favoráveis, partindo de um processo de reflexão contínuo, onde por vezes os atores são os grupos sociais, as unidades domiciliares ou mesmo os próprios indivíduos, que escolhem quais mudanças são absorvidas e como. Esta articulação é muitas vezes dependente do nível de coesão e organização interna da comunidade. Isto demonstra que a modernidade, em suas diversas facetas e nuances, se impõe ao grupo na forma de mudanças que são absorvidas ou não, de forma diferente por diferentes comunidades” (PERALTA, 2005:188-189).

A liberdade, as escolhas comunitárias e a melhoria da qualidade de vida (de acordo com os critérios de qualidade de vida de quem os vivencia) seriam os

indicadores mais adequados para se avaliar o impacto das atividades em Turismo, das ONGs sendo que:

“a dimensão principal da avaliação das mudanças e dos papéis das mudanças em termos de melhoria de qualidade de vida deve ser em termos das capacidades dos indivíduos para levarem adiante seus planos de vida, ou seja, o grau de possibilidade que os indivíduos possuem em uma sociedade para escolher entre estratégias de vida. No caso das comunidades em questão, o Ecoturismo foi um instrumento da mudança que proporcionou aos moradores da área uma alternativa de escolha em resposta a ela: resistir, mudar ou moldar na forma que lhes convier. Isto é, a mudança em si é menos relevante do que a capacidade da comunidade e dos indivíduos de identificar e conduzir os caminhos que querem percorrer em resposta a estas mudanças: migrar para cidade ou não, trabalhar ou não, vender ou não, separar-se ou não, plantar ou não, pescar ou não. Existem escolhas que devem ser feitas. Para isso as comunidades devem continuar detendo o poder de decisão de seu próprio destino. Quando o Ecoturismo intensifica as capacidades da comunidade de escolher entre estratégias de vida, contribui para sua qualidade de vida” (PERALTA, 2005:189).

Dona Maria do Livramento Santos (D. Mentinha), pescadora, e líder comunitária da Comunidade de Curral Velho, Acaraú, CE, declarou o que é sustentabilidade para ela:

“Sustentabilidade para mim é felicidade” (D. Mentinha, em entrevista à autora em 13/05/2008)

Vale um lembrete final a todos os envolvidos com as questões aqui trabalhadas:

“Para serem felizes, os homens precisam apenas ser deixados em perfeita independência em tudo o que diz respeito às suas ocupações, aos seus empreendimentos, à sua esfera de atividades e às suas fantasias” (CONSTANT, 1988:104).

Referências Bibliográficas

ABDALA, F. de A. O Poder da Floresta: Ecologia e Política Internacional na Amazônia. 2000. **Dissertação** (Mestrado Departamento de Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, Campinas.

ABDALA, F. de A. Governança Global sobre Florestas: o caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 (1992/2006). 2007. **Tese** (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - UNB, Brasília.

ABRANCHES, S. **Conversa de Corredor**. Na Contramão Quem vigia os vigilantes? Encontrado em www.oeco.org.br, acessado em 21/06/2007.

ACSERALD, H. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed.Relume Dumara, 2004.

ALMEIDA, M. W. B. de ; CUNHA, M. C. da . Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, João P. R. e outros. (Org.). Biodiversidade Amazonica. Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001, Pp. 184-193.

ALONSO, Â. ; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. **Anais** do Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO, 2000, Rio de Janeiro.

ARAÚJO, S. M. Artifício e Autenticidade: O Turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI, A; BARRETO, M. (Orgs.). **Turismo e identidade: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001 (Coleção Turismo), pp. 49-54.

AYRES, H. H. F; IRVING, M. De A . O olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M. De A (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, pp. 77 – 90.

BANDUCCI JR, Â. ; BARRETTO M. (Orgs.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BARRETO, M. O imprescindível aporte das *ciências sociais* para o planejamento e a compreensão do *turismo*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.uazuay.edu.ec/bibliotecas/cibercultura/Aporte%20Ciencias%20Sociais%20a%20Planejamento%20e%20Compreensao%20Turismo.pdf>

BARROS, F. L. de. Banco Mundial e ONGs Ambientalistas Internacionais: interações sobre desenvolvimento, governança e participação. **Anais do IIIº ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**, Brasília, DF, 2006. (16 p.). Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA76-07032006-201259.DOC

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Z. **Identidade** (Entrevista a Benedetto Vecchi). Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005

BECK, U. Teoría de la sociedad del riesgo. *In*: Josetxo Beriain (Comp.) **Las consecuencias perversas de la modernidad: modernidad, contingencia y riesgo**. Anthropos, 1991, pp.201-222.

BENI, M. C. Planejamento Territorial e Dinâmica Local: Bases para o Turismo Sustentável . *In*: RODRIGUES, B. A. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997. Pp. 87-98.

BENI, M. C. . Política, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável do Turismo. *In*: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). **Turismo Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1999.Pp. 165-182.

BENI, M. C. . Conceituando Turismo Rural, Agroturismo, Turismo Ecológico e Ecoturismo . *In*: BARRETO, M.; TOMANINI, E.. (Org.). **Redescobrimo a Ecologia no Turismo**. Caxias do Sul: EDUCS - Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2002. Pp. 31-39.

BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (54): 225-240, 2005.

BERNARDO, M. B. Do monopólio dos sonhos aos descaminhos da política: Ambientalismo e Espaço Público, 1999. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, UNB, Brasília.

BORN, R. H. Compensação por serviços ambientais: sustentabilidade ambiental com inclusão social. *In*: BORN, R. H. *Et all.* (Org.) **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Peirópolis, 2002, pp. 49-66.

_____. Os regimes internacionais da Rio-92 (Agenda 21 e Convenções de Clima e de Biodiversidade): a participação de atores não governamentais, novos valores e instrumentos para a gestão do desenvolvimento humano. Tese de

doutorado em Saúde Pública. Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, novembro de 1998.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Embratur/Ibama, 1994.

BRASIL – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000.

BUTLER, R. W. Alternative Tourism: pious hope or Trojan horse? **Journal of Travel Research**, 28 (3): 40-45, 1990.

BUTTEL, F. Instituições Sociais e mudanças ambientais. *In*: Dossiê: a questão ambiental e as ciências sociais. **Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, pp. 9-37.

CAMPORA, A.L..Comunidades receptoras locais e comunidades de turistas: redimensionando responsabilidades para um Turismo Sustentável. **Boletim técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 5-11, 2004.

CAMPOS, S. V. de. A Influência de Atores Externos no Manejo de Recursos Naturais no Parque Nacional do Jaú, AM. **Anais do IIIº ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**, Brasília, DF, 2006.

CASTELLS, M. The Greening of the self: the environmental movement. *In*: **The power of identity: the information age: economy, society and culture**. Oxford, Blakwell Publishers, 1997, pp.110-133.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. *In*: LINDBERG, E. HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

CHAMBERS, R. Paradigm shifts and the practice of participatory research and development. *In*: NELSON, N. & WRIGHT, S. (Ed.) **Power and Participatory Development**, Intermediate Technology Publications, Londres, 1995.

CHIMIÉRE-DIAW, M. Escalas nas teorias da conservação: um outro conflito de civilizações?. *In*: DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008, pp. 105 – 112.

COHEN, E. Alternative Tourism – a critique. **Tourism Recreation Research** 12 (2): 13-18, 1987.

COMPAGNON, D. Administrar democraticamente a biodiversidade graça às ONGs?. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008, pp. 83-103.

CONSTANT, H. B. "The spirit of conquest and usurpation and their relation to European civilization" e "The liberty of the ancients compared with that of the moderns", In: **Political Writings**, edição de B. Fontana, Cambridge University Press, 1988, pp. 104 e 326.

CORELL, E.; BETSILL, M. M. A comparative look at NGO influence in international environmental negotiations: desertification and climate change. In: *Global Environmental Politics*. Massachusetts Institute of Technology, 1:4, November 2001. Disponível em http://www.scribd.com/full/7917960?access_key=key-1zjb1u38ic9gq9qz5xr2.

CORIOLO, L. N. M. T. **O Turismo nos discursos, nas práticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CREADO, E. S. J. et al. Entre "tradicionais" e "modernos": negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02/05/2009.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Indigenous people, traditional people, and conservation in Amazon. **Daedalus**, v. 129, n. 2, p. 315, 2000.

DAGNINO, E. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil e Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades.. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil** - São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 09-15 e pp. 279-301.

DAHL, R. A. Poder e influência; e O homem político. In: **A Moderna Análise Política**. Rio de Janeiro: Livradora, 1966, pp. 62-135.

DALE, P. Definindo ecoturismo... Para quê? Para Quem?. In: MENDONÇA, R. e NEIMAN, Z. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo, Ed. Manole, 2005, pp. 02-16.

DEPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/622.pdf>. Acesso em 10/04/2009.

DERNOI, L. A. Alternative Tourism: towards a new style in North-South relations. **Tourism Management**, 2:253-264, 1981.

DEWAR, E. **Uma demão de verde**: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios. Trad. Yára Nogueira Muller, Gildo Magalhães, Geraldo Luís Lino. Rio de Janeiro, Capax Dei, 2007, 528 p.

DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008, 193 p.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – USP, 1994, 163p..

DOWIE, M. Refugiados da Conservação. *In*: DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008, pp. 113-124.

DUPAS, G. “O poder dos atores e a nova lógica econômica global”. Ensaio preparado para a Conferência Brasil e União Européia Ampliada em setembro de 2004 (Rio de Janeiro). Disponível em: http://www.brasiluniao.europa.ufrj.br/pt/pdfs/o_poder_dos_atores_e_a_nova_logic_a_economica_global.pdf Acesso em 25/04/2009.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo**: uma introdução. São Paulo: Ed. Contexto, 2002, 281p..

FERREIRA, Leila C.. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006, 112 p.

FERREIRA, Lúcia C.. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. *In*: FERREIRA, Leila da C.; VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, pp. 178-241.

_____. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Revista Ambiente e Sociedade**, 5(2):35-54, 1999a.

_____. Remanescentes de um pretérito mais que perfeito. **Debates Socioambientais**. São Paulo, ACIMA e CEDEC - V (13): 20-21 - jul/out 1999b.

_____. *et al.* Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** – UNICAMP. Campinas, Gráfica do IFCH – UNICAMP, Ano 8(2), 2002, pp. 115-150.

_____. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, V. 7 (1) Jan./June 2004, pp. 47-66.

_____. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política**. V. 4 b. 7. 2005, pp.105-118.

_____. *et al.* Dimensões humanas da Conservação *in situ* da biodiversidade: usos e conflitos em áreas de proteção integral e uso sustentável na Amazônia Brasileira. Texto apresentado no RC24 (**Environment and Society**) of the ISA World Congress in Durban, July 2006.

_____. Importância da interdisciplinaridade para a sociedade. *In*: PHILIPPI, A.; HOGAN, D. (Eds). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000, pp. 197-207.

FINGER, M. NGOs and transformation: beyond social movement theory. *In*: PRINCEN T.; FINGER, M. **Environmental NGOs in world politics: linking the local and the global**. London: Routledge, 1994, pp. 48-65.

FURLAN, S. A. Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental - situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião - SP. 2000. 499f. **Tese** (Doutorado em geografia), FFLCH - USP, São Paulo. Volumes I e II.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa; Tradução de Vera Mello Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 366p..

GOLDMAN, M. Introduction: The Political Resurgence of the Commons and Inventing the Commons. *In*: GOLDMAN, M. (Ed.). **Privatizing Nature**. London. Pluto Press/TNI, 1998, pp.01-53.

GOMES, M. A. O. Participação e associativismo são caminhos para a inclusão? Uma interpretação do processo da ACAMAR. **Revista da Associação Brasileira Para a Promoção da Participação Participe**, Santa Cruz do Sul, RS: ano 2, n 2, 2002:14-21.

GOMES, M. A. O.; VILELA, G. F. Uma dimensão subjetiva da participação: o aprendizado como motivação nos processos participativos da extensão rural. *In*: BROS, M. (Org.). **Participação na Extensão rural**: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004, pp. 227-244.

GONÇALVES, H. S. O Estado diante das Organizações Não Governamentais. *In*: GONÇALVES, H. S. (Org.). **Organizações não governamentais**: solução ou problema. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, pp. 47 – 58.

GRÜNEWALD, R. de A. Turismo e etnicidade. Horiz. antropol. vol.9 no.20 Porto Alegre Oct. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832003000200008&script=sci_arttext

HAAS, E. **When knowledge is power**: three models of change in international organizations. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press 1990.

HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**. 46 (1):1-35, 1992.

HABERMAS, J. New Social Movements, **Telos** 49, Fall, 1990.

HALL, C. M. **Tourism and politics: policy, power and place**. Chichester, England: Wiley, 1998.

HANNIGAN, J. **Environmental sociology**: a social constructionist perspective. London and New York, 1995.

HOCHSTETLER, K.; KECK, M. E. Greening Brazil: environmental activism in state and society. Durham & London: Duke University Press, 2007. 283p.

IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Expulsão para a conservação da natureza: uma visão global. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008, pp.125 -193.

INOUE, C. Y. A. Construção do conceito de regime global de biodiversidade e estudo do caso Mamirauá: O papel da comunidade epistêmica da biologia da conservação em experiências locais que visam conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. 2003. 335 p. **Tese** (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) - CDS - UnB, Brasília.

IRVING, M. de A. Turismo, ética e educação ambiental: novos paradigmas em planejamento e Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A. & AZEVEDO, J. (Org.) **Turismo**: O desafio da Sustentabilidade. São Paulo: Ed. Futura, 2002, pp. 17-34 e 35-45.

IRVING, M. DE A., BURSZTYN, I., SANCHO A. P. E MELO, G. DE M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 5, (4):1-8, 2005.

IRVING, M. A. ; CAMPHORA, A.L. A sustentabilidade como tendência no discurso turístico do Estado do Rio de Janeiro e Turista, o sujeito oculto da sustentabilidade. In: BARTHOLO, R; DELAMARO, M.; BADIN. L.. (Org.). **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Garamond, 2005, pp. 309-328.

JOUBERT, E. Projeto Educacional Zingisa: lições em participação. **Revista da Associação Brasileira Para a Promoção da Participação Participe**, Santa Cruz do Sul, RS, ano 2, n 2, 2002: 50-55.

KRIPPENDORF, J. Towards new tourism policies. **Tourism Management**, 3; 135-148, 1982

LABATE, B. C. A experiência do 'Viajante-turista' na contemporaneidade, In: Olhares contemporâneos sobre o Turismo/ Serrano, C; Bruhns, H. T.; Luchiari, M. D. P. (Orgs.). Campinas, SP: Papirus, 2000, pp. 55-80.

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, n. 2 out, 1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm Acessado em 20/04/2009.

LAVINI, C. Ecoturismo e Terceiro Setor: atuação de ONGs ambientalistas do Estado de São Paulo. 2002. **Trabalho de Conclusão de Curso** (TCC) (Graduação em Turismo). Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes - USP, São Paulo.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Editora SENAC, 2000, 518p..

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Eds.). **Ecoturismo**: um guia para o planejamento e gestão. São Paulo: Ed. SENAC, 1995, 292p..

LINS RIBEIRO, G. Cultura e política no mundo contemporâneo. In: LINS RIBEIRO, G. **A condição da transnacionalidade**. Brasília, Ed. UNB, 2000, pp. 93-129.

LUCHIARI, M. T. D. P. A mercantilização das paisagens naturais. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). **Enfoques contemporâneos do lúdico**: IIIº Ciclo de Debates Lazer e motricidade. Campinas, SP: Autores Associados, Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2002, pp.25-41.

LYRA, C. **Ação política e autonomia**: a cooperação não-governamental para o desenvolvimento. São Paulo: Annablume; Terre des Hommes Suisse, 2005, 156p. MAC CHAPIN. Um desafio aos conservacionistas In: DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008, pp. 23-59.

MACHADO, I. J. de. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. **Rev. Antropol.** vol.47 no.1 São Paulo 2004

MARZOCHI S. F. Imagens ou espelhos? O ciberativista do Greenpeace. **Revista Cinética**, v.1, pp. 1-28, 2008.

_____. Estado, ONGs, organizações multilaterais: Imperialismo sistêmico-institucional?. **Comunicação e Política**, v. XI, n2, pp. 129-144, 2004.

MCNEELY, J. A (1995). **Expanding Partnerships in Conservation**. Washington D.C. , Island Press, 302 p..

MEIRELLES FILHO, J. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental. *In*: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs.) **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo, Ed. Manole, 2005, pp. 41-60.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. *In*: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri: Editora. Manole, 2002, 190p..

MENDONÇA, T. C. de Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?. 2004. 192 f.. **Dissertação** (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social)– Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP, Rio de Janeiro.

MILTON, K. (Ed.). **Environmentalism: the view from Antropology**. John Wiley & Sons. Sussex, 1995.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003, 454p..

NEIMAN, Z. A Educação Ambiental através do contato dirigido com a natureza. 2007. 138 f., 5 Anexos. **Tese** (Doutorado em Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia - USP, São Paulo.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Turismo em Análise**, São Paulo, V. 11 (2), pp. 98-110, 2000.

NEIMAN, Z.; CARDOSO-LEITE, E.; PODADERA, D.S. Planejamento e implantação participativos de programas de interpretação em trilhas na “RPPN Paiol Maria”, Vale do Ribeira (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.1, 2008, pp.11-34.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Trilhas na Natureza e Sensibilização Ambiental. *In*: COSTA, N. M. C., NEIMAN, Z. e COSTA, V. C. da. (Orgs.). **Pelas Trilhas do Ecoturismo**. São Carlos, SP. Ed. Rima, 2008, pp. 73-86.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Envolvimento sustentável em Comunidades de Conservação. **OLAM: Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, vol.8, nº 1 e 2, jan-junho/ 2008, pp. 6-30.

OLIVEIRA, V. L. **A impossível simetria**: distinção, dependência e poder na relação entre agricultores e mediadores sociais. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. PPGDR. UFRGS, 2004. 207 p.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

_____. A viagem, o popular e o outro. *In*: **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Ed. Olhos D'Água, 2005, pp. 29-47.

OSTROM, E. **Governing the commons. The evolution of institutions for collective action**. Cambridge University Press. Cambridge, 1990.

OSTROM, E; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, games, and common-pool resources**. Michigan: The University of Michigan Press, 1994. 369p.

OTTAWAY, D. B.; STEPHENS, J. Por dentro da TNC – Nature Conservancy: arrebatada milhões. Filantropia faz ativos em parceria com corporações. *In*: DIEGUES, A. C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub-USP, 2008, pp. 67-81.

PERALTA, N. A implantação de um projeto de ecoturismo na RDS Mamirauá, Amazonas, Brasil. **OLAM: Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 2, 2002.

PERALTA, N. Impactos do ecoturismo sobre a agricultura familiar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM. **Anais** do IIº Encontro de Ecoturismo em Unidades de Conservação (IIº Ecouc). Itatiaia, RJ, 2007, pp. 01-13.

PERALTA, N. B. Os ecoturistas estão chegando - Aspectos da Mudança Social na RDS Mamirauá, AM. 2005. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPA, Pará.

PEREIRA, M. E; ORNELAS, T. **Esteriótipos e Destinos Turísticos**: o uso de esteriótipos nos folders de uma agência de fomento ao turismo. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2009.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parks, people and professionals: putting 'participation' into protected area management. Discussion paper n. 57. Genebra: UNRISD/IIED/WWF-international, 1995.

PIMENTA, S. M. e CORRÊA, M. L. Novos olhares sobre gestão, trabalho e cidadania: as possibilidades de outras articulações. *In*: PIMENTA, S. M.; CORRÊA, M. L. (Orgs.). **Gestão, Trabalho e Cidadania – novas articulações**. Belo Horizonte: Autêntica/CEPEAD/FACE/UFMG, 2001, pp. 9-18.

PIMENTEL, A. O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina – PR. **Cadernos de Pesquisa**, 114:179-195, novembro/2001.

PIRES, E. V. **Impactos Socioculturais do Turismo sobre Comunidades Receptoras**: Uma Análise Conceitual. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2009.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. "Reconceptualising governance" Discussion paper 2. Nova Iorque, jan/ 1997, disponível em <http://www.pogar.org/publications/other/undp/governance/reconceptualizing.pdf> Acessado em 26/04/2009.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1998.

PRADO, A. C. A. ; LOURIVAL, R. . A Gestão do Ecoturismo e a Sustentabilidade: desafios na operação do ecoturismo na Fazenda Rio Negro no Pantanal do MS. **Anais** do VIIº Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2003.

PRETTY, J. N. Alternative systems of inquiry for sustainable agriculture. IDS Bulletin, 25(2): 37-48, 1994.

RABINOVICI, A. Organizações Não Governamentais, comunidades e turismo na Amazônia brasileira: conflitos e sustentabilidade. ST 1 - População Tradicional, Cultura e Conflito. **Anais** do Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento. Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Belém, PA, de 09 à 11 de dezembro de 2008a.

_____. Resenha: A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. DIEGUES, A. C. (Org.). São Paulo: Nupaub-USP, 2008, 193 páginas. Revista Política Externa, do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI) - USP, Ed. Paz e Terra, São Paulo, SP em 26/05/2008. Volume 17, n. 2 de SET/OUT/NOV de 2008b, pp. 157-161.

_____. Organizações não Governamentais e Turismo trilhando os conceitos de participação e sustentabilidade. **Anais** do IIº Seminário Internacional de Turismo Sustentável 2008. Local: Fortaleza – CE, junho de 2008c.

_____. Resenha: Uma demão de verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, 2008d, pp. 201-205.

_____. Articulações e Parcerias entre Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Unidades de Conservação (UCs). *In*: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio Ambiente, educação e ecoturismo**. São Paulo, Ed. Manole, 2002a, pp.41-70.

_____. As terras de todos e seus donos: desdobramentos possíveis das articulações e parcerias entre sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Unidades de Conservação (UCs). 2002b. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Ambiental) - PROCAM-USP, São Paulo.

RABINOVICI, A.; LAVINI, C. ONGs: ecos de um Turismo Sustentável. *In*: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo, Ed. Manole, 2005, pp. 105-130.

RABINOVICI, A.; FERREIRA, L. C. Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: participação e conflitos. **Anais IVº ENANPPAS** - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília, DF, 2008. CD Room “Mudanças Ambientais Globais: a contribuição da Anppas ao debate. Brasília, junho de 2008.

RAHNEMA, M. Participation. *In*: SACHS, W (Org.). **The development dictionary**. Zed Books Ltd. Londres, 1992.

RIBEIRO, G. L.; BARROS, F. L. de. A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Subjetividade na Contemporaneidade. **Humanidades**, 38: 338-345, 1995.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. Território, patrimônio e turismo com base local: uma relação inequívoca. *In*: SEABRA, G. (Org.) **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007, pp; 15-29.

RODRIGUES, C. L. Limites do Consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e gestão ambiental participativa. 2001. **Tese** (Doutorado em geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo.

_____. Abordagem Participativa e Arranjos Institucionais Voltados à Conservação na Mata Atlântica. **Anais IVº ENANPPAS** - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília, DF, 2008. CD Room “Mudanças Ambientais Globais: a contribuição da Anppas ao debate. Brasília, junho de 2008.

ROSENAU, J. N. **Turbulence in World Politics**: a theory of Change and Continuity. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

RUSCHMANN, D. V. D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997, 199p..

SAHLINS, M. .O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *Mana* vol.3 n.2 Rio de Janeiro Oct. 1997. Pp. 103-150. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nrm=iso

SALVATI, S. S. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. *In*: BORN, R. H. [Org.]. **Diálogos entre a esfera global e local**: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002.

SALVATI, S. S. Planejamento do Ecoturismo. *In*: MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF: WWF, 2003, 454p..

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no Município de Silves, Amazonas. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. 1 (1):39-50, 2003.

_____. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do Turismo no Brasil. *In*: IRVING, M. De A (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, pp. 131-155.

SCHWARCZ, L. M. Yes, nós temos nativos: Com "Slumdog Millionaire", Hollywood teria engolido a Índia, seu cinema e sua cultura milenar. Será?. O Estado de S.Paulo, Caderno Aliás, J3, 01 de março de 2009.

SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. *In*: VIOLA, E.; LEIS, H.; VIEIRA, P. F. (Orgs.) **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995, pp. 134 - 160.

SCHMINK, M. & WOOD, C. H. Contested frontiers in Amazonia: Introduction. *In*: **Contested frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press, 1992, pp. 01-32.

SEABRA, G. (Org.). **Turismo de Base Local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2007, 358p..

SERRANO, C.; BHRUNS, H.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2004, 206p..

SERRANO, C. M. T. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e

ambiente e A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em Unidades de Conservação. *In*: SERRANO, C.M.T.; BRUHS, H.T. (Org.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. 7 ed. Campinas: Papirus, 2005, pp. 11-26 e pp. 103-124

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

_____. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SMA. **Parceria para uma melhor qualidade de vida**. São Paulo, Gráfica do Governo do Estado de São Paulo, 1997.

SVIRSKY, E.; CAPOBIANCO J. P (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997, 111p..

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

TAVARES, E. M. F.; CUNHA, L. A. da. "Redes transnacionais e soberania nacional: a questão ambiental como base de políticas nacionais e ações de organismos multilaterais. **Anais** do IIº ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília, DF, 2004.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais, para evitar mal-entendidos. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 17: 06-18, jun/89.

_____. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas, SP: Editora Unicamp, 1989a, pp. 181- 526.

_____. **O que é a democracia**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1996, pp. 76-105.

TREVISOL, J. V. **Atores sociais e meio ambiente**: análise de uma rede transnacional de organizações da sociedade civil. Chapecó: Argos, 2007, 295p.

VAYRYNEN, R. (Ed.) **New Directions in conflict theory**: conflict resolution and conflict transformation. Newbury Park, Sage Publications, Inc. London, 1991.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. *In*: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. (Orgs.) **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: NUPAUB-USP e ESALQ – USP, 2000, pp.23-26.

VILLA, R. A. D. Formas de Influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 12:21-33, junho 1999.

VILLA, R. A. D. Os atores não-estatais frente às arenas de decisão social planetária. **Anais** do XXIIIº Encontro Anual da ANPOCS, (1:):130, Caxambú 1999.

VILLA, R. A. D.; TOSTES, A. P. B. Democracia cosmopolita *versus* política internacional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, (66):69-107, 2006.

VIOLA, E. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. *In*: AGUIAR, D.; PINHO, J. (Eds.). O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial. **Anais** do 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Brasília, Sober, 1999.

VIOLA, E. Confronto e Legitimação. *In*: SVIRSKY, E.; CAPOBIANCO J. P. (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: ISA: SMA- SP, 1997, pp. 27-35.

VIOLA, E. ; LEIS, H. R. Governabilidade Global Pós-Utópica, Meio Ambiente e Mudança Climática. Paper preparado para o seminário “De Rio a Johannesburgo: la transición hacia el desarrollo sustentable: perspectivas de América Latina y el Caribe” - PNUMA/INE-SEMARNAT/Universidad Autónoma Metropolitana, México, 6-8 de Mayo de 2002.

VIOLA, E. ; PIO, C. Doutrinarismo e realismo na percepção do interesse nacional: política macro-econômica, segurança e ALCA na relação Brasil-EUA. Artigo apresentado em REDES VI, Santiago de Chile, 27-30 de outubro de 2003. Disponível em: www.ndu.edu/chds/redes2003/Academic-Papers/1.Hemispheric-Security-Emerging-Threats/6.%20Viola-final.doc. Acessado em 23/05/2009.

VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL. Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Peirópolis, 2003.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP: Ed. Manole, 2001 (256p.).

WEAVER, D. B. Ecotourism in the small island Caribbea. **GeoJournal**, 31:457-465, 1993.

WEBER, M. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

WEBER, M. **Ciência e Política Duas Vocações**. São Paulo: Ed.:Pensamento-Cultrix, 1997, 132 p..

WEIGAND Jr. R. Por que as atuais linhas de financiamento limitam o desenvolvimento comunitário sustentável em reservas extrativistas. **Revista da Associação Brasileira Para a Promoção da Participação Participe**, Santa Cruz do Sul, RS: ano 2, n 2, 2002: 32-37

WEST, P.; CARRIER, J. G. Ecotourism and authenticity: getting away from it all? **Current Anthropology**. Vol. 45, n. 4, august-october, 2004. pp. 483-498.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINTON, D. Parks and peoples: the social impact of protected areas. **Annu. Rev. Anthropol.**, 2006. 35:251-77. Acessado em 16/01/2009 a partir do arjournals.annualreviews.org by CAPES.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL – WTTC. Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry Towards Environmentally Sustainable Development. Disponível em <www.wttc.org>. Acesso em: 29/10/2001.

WWF – Brasil; IPAM. Desenvolvimento de sistemas de manejo comunitário para a várzea Amazônica: lições que estamos aprendendo. WWF – Brasil e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. Brasília-DF, Santarém, PA: Radiola Design & Publicidade, 2006, 33p.

WWF. **Desenvolvimento e Conservação do Meio Ambiente**: pesquisa de opinião com lideranças e a população da Amazônia. SÁ, R. L. de ; VASQUEZ, R. (Coord.). Brasília: WWF, 2001. 100p.

XIMENES, T. A gestão de recursos naturais de uso comum e tipos de conflitos. *In*: **Anais** do IIIº ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília, DF, 2006.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**: Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo, Contexto, 2001.

YEARLEY, S. Social Movements and environmental change. *In*: REDCLIFT, M. and BENTON, T. (Ed.) **Social Theory and the Global Environment**. London, Routledge, 1994, pp.150-168.

_____. **Sociology, Environmentalism and globalization**. London: Sage, 1996.

ZHOURI, A. Árvores e gente no ativismo transnacional: as dimensões social e ambiental na perspectiva dos *campaigners* britânicos pela Floresta Amazônica. **Rev. Antropol.** São Paulo, 44 (1), 2001.

OUTRAS FONTES:

SITES:

<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/turverde.html> (Ministério do Meio Ambiente)
<http://www.pcts.org.br> (Programa de Certificação do Turismo)
<http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=3> (Instituto Virtual do Turismo)
<http://www.slowtrav.com> (*Slow Travel*)
<http://www.sustainabletravelinternational.org> (Sustainable Travel International)
<http://www.i-to-i.com> (i-to-i)
<http://www.conservation.org.br> (Conservação Internacional)
<http://www.fazendarionegro.com.br/> (Fazenda Rio Negro)
<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=1138&idConteudo=3635> (Ministério do Meio Ambiente)
<http://www.mamiraua.org.br> (Mamirauá)
<http://www.terramar.org.br> (Instituto Terramar)
<http://www.prainhadocantoverde.org/> (Prainha do Canto Verde)
<http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/frame.htm> (Fortalnet)
<http://www.projetobagagem.org/> (Projeto Bagagem)
<http://www.peabiru.org.br> (Instituto Peabiru)
<http://www.wwf.org.br> (WWF-Br)
<http://www.spvs.org.br> (SPVS)
<http://www.visiteguaraquecaba.com.br/> (CooperGuará Ecotur)
<http://www.physis.org.br/ecouc> (Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação)
<http://www.sits2008.org.br> (Seminário Internacional de Turismo Sustentável)
<http://www.viverde.com.br/aldeia.html> (ASPAC, hotel Aldeia dos Lagos)
<http://www.iesb.org.br> (IESB)
<http://www.ecoparque.org.br/> (Ecoparque do Una)
<http://www.ivt-rj.net/sapis/> (Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão social -SAPIS)
<http://www.abong.org.br> (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG)

DOCUMENTOS:

Apostila: “Práticas de Ecoturismo”, Curuçá, PA. Elaborada por: Gabriela Carvalho Cunha Castro. Belém, PA, Março de 2008.

Agência de Fermentação de Negócios Inclusivos de Ecoturismo de Base Comunitária. Desenvolvimento de negócios inclusivos de ecoturismo de base comunitária para seis comunidades tradicionais da APA de Paytuna, no entorno do Parque Estadual Monte Alegre, Monte Alegre Pará. Proposta para o Ministério do Meio Ambiente como

interveniente a Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Instituto Peabiru, Belém, PA, dezembro de 2008.

DECLARAÇÃO DE FORTALEZA. II SEMINARIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL. Fortaleza, CE, 12-15 de maio de 2008. Disponível em <http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/nota/92773> acessada em 20 de maio de 2008.

Relatório Técnico CPS 632-2003, referente ao Contrato WWF-Br e Instituto Physis – Cultura & Ambiente, sob coordenação Geral de Sérgio S. Salvati (WWF-Br) e do Responsável Técnico: Zysman Neiman (Instituto Physis – Cultura & Ambiente), Maio de 2004.

TETRAPLAN. Relatório de Campo: Oficinas de Conflito. Fernando de Noronha. 14 a 30 de Março e 24 a 31 de Maio de 2003. Consultora Responsável: Deborah Goldemberg. 41p.

Ministério do Meio Ambiente (MMA); Instituto de Estudos da Religião (ISER). “O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente e do consumo sustentável”, Relatório para divulgação, 2001. Disponível em: <http://www.repeams.org.br/downloads/uso%20sust.%20dos%20RN.pdf> Acessado em 23/05/2009.

Ministério do Meio Ambiente (MMA); Fundo Nacional para a Biodiversidade (FUNBIO); WWF; Instituto de Estudos da Religião (ISER). “O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade”, 2006. Resultados disponíveis em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?3640>. Acessado em 23/05/2009.

RELAÇÃO DE TRABALHOS VERIFICADOS NO IIº EcoUC e VIº CONECOTUR Anais do IIº EcoUC e VIº CONECOTUR, Itatiaia, RJ, 08 à 11 de novembro de 2007

Acessível em: <http://www.physis.org.br/ecouc/inscricoes.html>

- O Mico-Leão-Dourado (*Leontopitecus Rosalia*) – Um Raro Produto Para o Ecoturismo e a Conservação da Mata Atlântica
(*Aline Leite Nunes Et Alii*)
- A Experiência do Grupo de Ecoturismo e Meio Ambiente Bicho do Mato no Desenvolvimento do Ecoturismo no Corredor Ecológico Burarama-Pacotuba-Cafundó
(*Evie F. C. Negro, Leonardo Marcelino Ventura, Erica Rodrigues Munaro e Jayme Pacheco Henriques*)
- Monitoramento da Fauna nas Trilhas de Ecoturismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé, Amazonas.
(*Samantha Aquino Pereira, Alline Lima Storni e Nelissa Peralta*)
- Promoção do Ecoturismo Através da Capacitação Profissional Comunitária

(Francisco Albano Corrêa Junior, Carlos Humberto Pereira De Oliveira e Mozart Chalfun)

- Projeto Ecoturismo em São Lourenço da Serra: Conciliando Geração de Trabalho e Renda com a Conservação da Mata Atlântica.
(Gemima C. Cabral Born)
- Planejamento e Implantação Coletivos de Programa de Interpretação em Trilha na RPPN “Paiol Maria”, Vale Ribeira, SP.
(Diego Sotto Podadera, Eliana Cardoso-Leite e Zysman Neiman)
- Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico e Conservação Ambiental do Povoado da Gruta dos Brejões
(Eduardo Bruel Valente Rocha e Mauricio Guimarães Guedes)
- O Ecoturismo como Indutor da Conservação e do Desenvolvimento - Estudo de Caso: Chapada dos Veadeiros
(Luciana Lopes Cavalcante)
- ONGs e Ecoturismo no Estado de São Paulo
(Andréa Rabinovici e Jimena Risuenho Viana)
- Mico-Leão-Dourado, Contribuindo na Integração da Comunidade com as Unidades de Conservação.
(Vanessa Boucinha, Aline Leite Nunes e Caroline Ouro De Toledo)
- Meio Ambiente e Turismo Buscando Sustentabilidade e Melhoria da Qualidade de Vida. Um Estudo de Caso da APA do Litoral Norte da Bahia
(Rosane Oliveira Barreto e Lia Da Costa Alvim Alvarenga)
- Impactos do Ecoturismo Sobre a Agricultura Familiar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM.
(Nelissa Peralta)

ENTREVISTAS REALIZADAS:

- Alexandre C. de A. Prado, Gerente de economia da conservação da Conservação Internacional. Em 24/01/08 em São Paulo, SP.
- Cecília Zanotti, Diretora do Projeto Bagagem em 13/5/08, em Fortaleza, CE
- Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo, Professor Universidade Anhembi Morumbi, SP e pesquisador do Laboratório de Tecnologias e Desenvolvimento Social da COPPE da UFRJ. Em 15/05/2008, Fortaleza, CE.

- Esther Neuhaus, Secretária Executiva do Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e integrante do Instituto Terramar. Em 3/6/08 em Brasília, DF.
- João Meirelles Filho, Diretor Geral do Instituto Peabiru. Em 12/12/2008 em Belém, PA
- Sérgio S. Salvati, Consultor, coordenador e professor do Senac, SP, ex-gerente do Programa de Ecoturismo do WWF-Br. Em 13/10/08 em São Paulo, SP
- Vicente Neves, Secretário Executivo da ASPAC. Em 14/05/08 em Fortaleza, CE.

Depoimentos coletados:

- Gemima Cabral Born, Coordenadora de Projetos do Instituto Vitae Civilis e Coordenadora do Projeto de Ecoturismo em São Lourenço da Serra. São Lourenço da Serra, SP em 15/09/2007
- Profa. Dra. Luzia Neide Coriolano, Professora Universidade Estadual do Ceará. Em 15/05/2008, Fortaleza, CE.
- Francisco de Sales Coutinho, Associação Rede Cananéia, Mandira, SP. Em 15/05/2008, Fortaleza, CE.
- Dona Maria do Livramento Santos (D. Mentinha), Comunidade de Curral Velho, Acaraú, Ceará, pescadora, líder comunitária. Em 13/05/2008, Fortaleza, CE.
- Rubens Harry Born, Diretor Presidente do Instituto Vitae Civilis. São Lourenço da Serra, SP em 06/02/2008.

ANEXO 1 – PERGUNTAS QUE NORTEARAM AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS DA PESQUISA

Roteiro de perguntas comuns a todos(as) entrevistados(as):

1. Solicitação de autorização para a concessão da entrevista mediante a explicação do tema, objetivos, onde será apresentada e possíveis usos dos resultados em forma de tese e também de publicações.
2. Solicitação do nome completo, da formação profissional e acadêmica (se houver).
3. Solicitação da descrição do trajeto profissional em ONGs em geral, com turismo em geral, seguida de como chegou ao atual trabalho e função na ONG na qual atua.
4. Questionamento sobre a opção ou não por trabalhar em ONG.
5. Solicitação da descrição geral da atuação da ONG.
6. Solicitação de descrição da atuação da ONG no tema turismo, seus projetos mais relevantes, sua forma de atuar.
7. Solicitação de descrição das suas responsabilidades no atual trabalho.
8. Quais as prioridades do momento com relação ao turismo, e os projetos de médio e longo prazo.
9. Solicitação de descrição da relação da ONG com as comunidades com as quais atuam e problematização da mesma.
10. Como a ONG se mantém, e quais as relações dela com ONGs internacionais neste sentido e, como as ONGs internacionais e outros financiadores determinam suas agendas?
11. Qual é a visão de turismo sustentável da ONG?
12. Como são escolhidos os projetos e como são estabelecidas as prioridades
13. Como são escolhidos os parceiros locais?
14. Como são realizados a avaliação e o monitoramento dos projetos? Quem avalia? Qual a frequência das avaliações?
15. Houve incremento na conservação do ambiente local com os projetos? É possível mensurar? Como?
16. Observou conflitos comunitários a partir da implantação dos projetos de turismo da ONG? E outros impactos? Positivos? Negativos?

Questões específicas para Alexandre Curvelo de Almeida Prado:

1. Qual a dependência da CI-Brasil da CI-Internacional? Há autonomia?
2. Por que estão parados os projetos na Fazenda Rio Negro no Pantanal, em Ilhéus e os demais projetos de turismo da CI?
3. O que é turismo científico para a CI?
4. Há interlocutores locais para que eu possa entrevistar futuramente sobre os programas de turismo?

5. A CI, mediante a saída de funcionária responsável pelas articulações com comunidades, manterá esse cargo e função? Como estão os diálogos com as comunidades parceiras? Isso é tema de pauta da CI ou foi suprimido?

Questões específicas para Cecília Zanotti:

1. O que o Projeto Bagagem entende como turismo comunitário?
2. Por que a opção de ser ONG e não empresa?
3. Como é escolhido o destino e como são escolhidos os parceiros locais?
4. Como são tomadas as decisões do projeto em nível local?
5. Como estabelecem a relação de parceria, confiança e trabalho com as comunidades?
6. Como se iniciam os trabalhos nas comunidades? Há algum padrão fixo? Variações?
7. Está funcionando o “Bagagem de lá pra cá”?

Questões específicas para Sérgio Salazar Salvati:

1. Você consegue traçar um histórico da atuação das ONGs com ecoturismo no Brasil?
2. Quais os motivos para a sua saída do WWF e, como ficou o programa de turismo após sua saída?
3. Você tem alguma explicação para a diminuição dos trabalhos das ONGs transnacionais com turismo no Brasil?
4. Como foi e está sendo a atuação nas outras ONGs que trabalham com turismo?
5. Quais são as diferenças (se é que elas existem) da atuação das ONGs transnacionais com turismo no Brasil?
6. Quais seriam, a seu ver, as principais contribuições das ONGs com o turismo sustentável no Brasil?
7. Quais experiências emblemáticas de turismo sustentável feito por ONGs conhece?
8. Já percebeu resistência comunitária aos trabalhos das ONGs? E ao trabalho com turismo?
9. Como eram tomadas as decisões na comunidade sobre os projetos? Como você avalia a legitimidade das ações?

Questões específicas para João Meirelles Filho:

1. Há quantos anos atua com ecoturismo em ONGs e quais os principais aprendizados desses anos todos no Peabiru? Na SOS Mata Atlântica? No IEB? Com o Instituto Ecofuturo entre outros?
2. Você consegue traçar um histórico da atuação das ONGs com ecoturismo no Brasil?
3. Por que a Amazônia?
4. Como está o turismo na Amazônia?

5. Quais ONGs conhece que atuam com turismo na Amazônia?
6. Existe uma lógica norteando os projetos de turismo do Peabiru?
7. Como Peabiru tem trabalhado ao longo dos anos as questões de participação comunitária (quais métodos usam?), a avaliação e o monitoramento?
8. Quais são os critérios para a escolha das comunidades e dos Projetos?
9. Por que o Peabiru optou por ser ONG e não empresa?
10. Conhece exemplos de ONGs atuantes com turismo sustentável e de base comunitária ao redor do mundo e no Brasil?
11. A visão mercadológica do ecoturismo pode esvaziar sua essência?
12. Você tem alguma explicação para a diminuição dos trabalhos das ONGs transnacionais com turismo no Brasil?
13. Como fazer para haver um equilíbrio entre a lógica empresarial e a lógica por trás do ecoturismo com sustentabilidade socioambiental?
14. Já percebeu resistência comunitária aos trabalhos das ONGs? E ao trabalho com turismo?

Questões específicas Esther Neuhaus:

1. Quais projetos conhece de turismo realizado por ONGs no Brasil e fora do Brasil?
2. Esta questão é debatida no âmbito do FBOMS?
3. Como é a atuação do GT de turismo no FBOMS? Qual influência ele exerce?
4. Quais as principais contribuições que identifica na atuação das ONGs com a questão do turismo?
5. Há padrões que se repetem nestas ONGs?
6. Observou conflitos e desdobramentos nas comunidades de atuação das ONGs? Especificamente no caso do Terramar no Ceará?
7. Qual sua visão de turismo sustentável? Solidário? De base local?
8. Há diferenças nos modos de atuar com turismo nas ONGs locais e transnacionais no Brasil?
9. Você tem alguma explicação para a diminuição dos trabalhos das ONGs transnacionais com turismo no Brasil?
10. Já percebeu resistência comunitária aos trabalhos das ONGs? E ao trabalho com turismo?

Questões específicas Vicente Neves:

1. Como se deu a chegada e a saída da WWF?
2. Quais os impactos na comunidade da saída do WWF?
3. Houve e há resistência ao Turismo na comunidade?
4. Quais são os principais impactos do turismo na comunidade em Silves?

APÊNDICE: Algumas observações dos eventos de Turismo Sustentável

IIº ECOUC e VIº CONECOTUR



Realizado entre 08 e 11 de novembro de 2007, em Itatiaia, RJ, sob a organização do Instituto Physis, o IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC) e o VIº Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) se propuseram a promover um amplo debate entre o poder público e privado, operadoras, agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do TS voltado a práticas de mínimo impacto. Isto visou não somente avaliar o conhecimento daqueles que trabalham em UCs, como também promover uma relação espacial trans e interdisciplinar de aprendizado sobre os vários aspectos do seu meio físico-biótico, socioeconômico e político.

A transferência e troca desses conhecimentos foram de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos pelo uso público se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de conservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de educação ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

O Instituto Physis, que coordenou a Secretaria Executiva do evento, é uma ONG sem fins econômicos da área ambiental e, apesar de estar sediado em São Paulo, promoveu este encontro nacional no Rio de Janeiro.

Foram 562 pessoas presentes no evento (dos 761 inscritos ao longo do processo), sendo apresentados 64 trabalhos completos e 242 resumos. Todos os Estados brasileiros (menos o Acre) estiveram presentes, sendo RJ, MG e SP os Estados com maior presença (somando os três, 51% do total).

Dos 562 inscritos, 35 se registraram como representantes de ONGs em um evento onde a predominância era das Universidades, seguidas por funcionários ligados à gestão de UCs. Algumas dessas ONGs fazem parte deste estudo, entre elas: Instituto Physis, Instituto Vitae Civilis e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Como um evento acadêmico, a programação consistiu em Mesas Redondas, conferências e apresentação de trabalhos via pôster ou oral.

Dos trabalhos científicos aceitos¹¹², selecionamos para leitura e comentário nesta tese apenas os que foram escritos por ONGs e/ou falam de Turismo em ONGs. Dos doze textos, onze são relatos de experiências das ONGs, um, escrito pela autora desta tese em parceria com uma estudante universitária, divulga uma pesquisa na época em estágio inicial propondo diagnóstico e questões para conhecer o perfil das ONGs atuantes com Turismo no Estado de São Paulo.

Assim, destacamos que nos doze textos, listados no final da Tese junto à relação de documento, elaborados ou divulgando as atividades das ONGs, prevalecem os alguns conceitos, atividades e padrões, entre os quais: a ideia de que o ecoturismo é somente interessante na medida em que garante a conservação de espécies de animais (como no caso da ONG Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), Instituto Baleia Jubarte (IBJ) e do Projeto Tamar), no qual o Mico, a Baleia e a Tartaruga Marinha são tratados como produtos para o Turismo; e a concepção de que o Turismo é uma ferramenta para se fazer Educação Ambiental. Todos os Projetos apresentados preveem geração de renda,

¹¹²Todos os resumos e trabalhos completos aceitos no EcoUC estão disponíveis no site do evento: www.physis.org.br/ecouc.

na maioria para a comunidade envolvida e, em alguns casos, como no da Baleia Jubarte, apenas para a manutenção do Projeto, suas pesquisas e atividades.

Todos, até pelo perfil do Evento, ocorrem em UCs, especialmente em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Reservas Naturais do Patrimônio Natural (RPPNs); a maioria atua em parceria ou junto da comunidade; quase todos realizam capacitações com a finalidade de gerar renda, especificamente para guias e monitores ambientais; quase a maioria tem como meta e atividade a construção de trilhas interpretativas; o fortalecimento comunitário é objetivo comum a todos; apenas dois projetos realçam a atividade de monitoramento e construção de indicadores para pesquisa e mitigação de eventuais impactos negativos do Turismo (Mamirauá e Instituto Baleia Jubarte), o que demonstra projetos ainda em fase inicial, sem a sofisticação ou a percepção da necessidade de avaliação e monitoramento constantes.

Os textos referem-se às experiências na Amazônia, na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Goiás.

A maioria são projetos em andamento e por isso não se verifica uma relação de resultados práticos. Somente no caso de Mamirauá é que se percebe uma maturidade com resultados já consistentes partindo de um tempo de percurso e avaliação, e, no caso da Associação Mico Leão Dourado há inúmeras atividades em andamento, assim como no Projeto Tamar, descritas nos trabalhos.

Os relatos versam sobre a intenção de conservar espécies e o ambiente em geral, mas focam nas atividades, sem mostrar, no limite do texto, como monitorar a conservação e os resultados das mesmas.

Ressalta-se aqui que os autores dos textos são os técnicos e dirigentes das ONGs e não comunitários envolvidos nos projetos.

A leitura deles, somada às demais experiências pesquisadas, mostra uma repetição de atividades, em uma padronização de discursos e práticas tais como a ideia das espécies símbolo para atrair público, a criação de RPPNs e de trilhas interpretativas, só para citar alguns exemplos. Tais ideias parecem tiradas de um manual e, raramente aparecem inovações criativas a este modelo que se destaca a partir dos anos de 1990 no Brasil.

Afora os trabalhos, um momento de destaque emblemático para este estudo, foi a mesa redonda “Contribuições de ONGs para atividades de ecoturismo”, ocorrida em 9 de novembro de 2007, coordenada pela autora desta tese, com participação de Nátaly Noriler e Hernani Meira de Souza, dois representantes comunitários de Instituto Vitae Civilis, Nelissa Peralta coordenadora de Turismo representando o Instituto Mamirauá, e Sérgio S. Salvati, Coordenador do Programa de Turismo do WWF e especialista na área de ecoturismo, com atuação em diversas outras ONGs.

Para esta mesa haviam sido convidadas as ONGs CI, Projeto Bagagem e Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) que não puderam comparecer.

Esta mesa despertou enorme interesse da plateia que lotou o espaço, e foi seguida de acalorado e intenso debate, inclusive com posicionamentos de especialistas e de representantes de diversas ONGs presentes.

As Principais questões levantadas pela plateia referiram-se às possibilidades concretas de atuação das ONGs, inclusive a legalidade formal e jurídica desta prática. Muitos presentes, membros de ONGs pediram a palavra para divulgar as ações das suas ONGs, vários queriam saber mais detalhes sobre Mamirauá, especialmente sobre a renda gerada para as comunidades e, alguns buscaram travar um debate sobre as parcerias possíveis entre governo e ONGs, universidades e ONGs, com um tom de crítica ao jeito que as entidades ambientalistas têm conduzido suas ações e atividades sem a transparência necessária.

O evento teve grande importância, especialmente por ter colocado em contato ONGs, academia, governo, estudantes, comunidades. O diálogo aconteceu em muitos momentos, e a plateia teve a chance de dialogar melhor nos vários grupos de trabalho específicos e assim, além de poder expor seus trabalhos e dúvidas, teve a oportunidade de conhecer experiências quase todo o território nacional.

IIº Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS)



Realizado pelo Instituto Terramar e Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará no período de 12 a 15 de maio de 2008, em Fortaleza, CE, reuniu cerca de 500 participantes de diversos países e estados brasileiros, e vários expositores de outros países da América do Sul e Europa. O Seminário teve como tema central a discussão do Turismo comunitário como estratégia de valorização da cultura das populações tradicionais, da preservação ambiental e da economia solidária¹¹³.

Como continuação do processo de construção de novo modelo de Turismo, iniciado em 2003 com o Iº SITS, constituiu mais um momento de aproximação, diálogo e articulação com diferentes sujeitos sociais do Brasil e exterior (ONG's, movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, organizações ambientais).

O Seminário foi composto de painéis, espaços auto-gestionados com o intuito de proporcionar a troca de experiências entre os participantes, mostra de vídeos, apresentações de trabalhos científicos e apresentações culturais. Com essa programação buscou-se contribuir para a construção teórico-metodológica de um modelo de Turismo que rompa com a lógica dominante do Turismo convencional. Assim, possa construir outra perspectiva voltada à melhoria, estabeleça uma relação de interação e complementaridade com as atividades econômicas tradicionais e uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque sustentabilidade de longo prazo. Assim, de modo algum o evento tinha qualquer pretensão de neutralidade; ao contrário, estava engajado em construção de alianças para repensar e criar maior clareza e dar passos rumo à melhoria da prática do que denominam Turismo Comunitário e Solidário, apesar do evento ser chamado de Turismo Sustentável.

¹¹³Dados e informações extraídos do site do evento: www.sits2008.org.br, acessado em 20/05/2008.

Uma primeira constatação interessante ocorreu logo no início do evento: verificou-se a enorme separação existente entre o público do ecoturismo e o de Turismo Comunitário. As pessoas são outras, o discurso é outro, chegando quase a uma rivalidade e preconceito por parte do Turismo comunitário para com o ecoturismo, mesmo sendo o trabalho com a comunidade, um de seus pressupostos. Afora isso, em todos os momentos, no nome do evento, nos documentos, falas e discursos ocorreram confusões entre os conceitos de Turismo comunitário, solidário e sustentável.

Por ser comunitário, os gestores de projetos estavam geralmente acompanhados por representantes das comunidades nas quais atuam, chamando a atenção por isso. Segundo relatos, no Iº SITS os técnicos e gestores das ONGs iam sozinhos e agora apareciam em duplas ou até mais parceiros, sendo que nas apresentações, ora os técnicos falavam por eles (o mais comum) e ora com eles, poucas vezes a palavra era dada somente aos comunitários. Na plateia estavam sempre presentes comunitários, especialmente do litoral cearense, que eram constantemente convocados a corroborar com os discursos.

Será que no IIIº SITS a comunidade irá só? Caminho que parece natural até pela desenvoltura apresentada pelos comunitários que falaram e, principalmente, pelo interesse na plateia, cansada de ouvir a versão dos gestores. Sempre que havia fala ou ilustração dos projetos por parte da comunidade, a plateia se mostrava extremamente interessada, fato que fica evidente pela quantidade de fotos tiradas, perguntas feitas, entrevistas, aplausos sempre que a comunidade falava. É dela que veem as novidades, os exemplos mais curiosos e interessantes. O empoderamento parece ser consequência.

As comunidades presentes ao evento, especialmente a nordestina, se mostraram altamente politizadas, porém ainda folclorizadas. Esse foi um dos motivos que fez com que toda a atenção fosse dirigida às comunidades, principalmente quando caracterizadas, como no caso indígena, ou até nos quilombolas e membros de movimentos como o dos Sem Terra, em seus trajes, parafernália e até pela informalidade. Assim despertavam a curiosidade da plateia,

com uma imagem competentemente trabalhada pelos comunitários indígenas ou outros, já acostumados com o assédio e interesse.

As comunidades locais deram brilho, poesia, simpatia ao encontro, que, sem eles não teria sentido.

Os relatos dos nordestinos cearenses e do Rio Grande do Norte chamam a atenção pelas suas histórias de resistência, fortíssimas. Muitos contaram casos de verdadeiros combates ao Turismo e a turistas, com aspectos pitorescos como amarrar turistas aos postes, não vender água para evitar a sua presença.

Assim para o público presente, o SITS constituiu em excelente panorama sobre Turismo comunitário e solidário, representativo e diversificado, de grande proveito para a troca de experiências.

O evento permitiu pela forma de imersão na qual ocorreu, uma troca intensa entre os participantes, apesar da programação intensa. As articulações e conexões estão sendo feitas, em todos os níveis e entre todos, desde o conhecimento dos trabalhos mútuos, negócios, pesquisas, no entanto, com o papel da academia reduzidíssimo, quase inexistente, não fosse pela apresentação de painéis com trabalhos selecionados e pela última mesa redonda com a apresentação de trabalhos relevantes e coordenação da Universidade pública do Ceará. Ressalte-se que este pouco espaço (batalhado pela Universidade Estadual do Ceará, na pessoa da Profa. Luzia Neide Coriolano) para a universidade, ocorreu também na formatação da programação já que este foi o último painel, em meio a um cansaço geral, sem patrocínio para os apresentadores, concomitante à entrega dos certificados, com danças e outros eventos ocorrendo do lado de fora, com horário atrasado em função da penúltima mesa, quase hora do almoço. Por conta da programação, da falta de *Qualis*, também houve desinteresse da comunidade científica pelo evento, que, além da professora Coriolano, contou com um pequeno grupo de professores universitários e pesquisadores, inexpressivo face ao grande público.

O poder público também não estava presente, ou, quando esteve apareceu tímido, representado por pessoas críticas a ele, mas, mesmo assim elas foram duramente criticadas.

Desta forma também, todas as plenárias apresentavam participação do público, mas as questões levantadas eram geralmente sem problematização das questões apresentadas. Muitos queriam simplesmente contar suas próprias experiências ao microfone, sendo observada muita vontade de falar, de contar e conhecer a grande diversidade de experiências presentes.

Tudo isso demonstra que já há um caminho percorrido na área de Turismo comunitário. Já tem ONGs e redes em grande número. Os projetos e as ONGs presentes eram em grande parte bastante estruturadas, intelectualizadas, em sua maioria coordenada por estrangeiros, fora as ONGs suíças, alemãs, italianas presentes que financiaram o evento.

Um discurso pronto, bem apropriado, sustentado, consciente e repetitivo também caracterizou o evento, com a incorporação por todos dos discursos comunitários sem ainda tecer críticas. A questão social neste Seminário é prioritária em relação à ambiental, que, embora presente em tudo é tangencial e consequência das demais preocupações. Muitas vezes é uma estratégia de sobrevivência, porém a social é o agente motivador dos trabalhos. Ressalte-se que em alguns painéis o Turismo sequer foi citado ou debatido.

A formação de redes é a tônica, realidade, proposta e desejo. As redes são tidas como salvação e, nesse sentido, foi lançada durante o evento a Rede Tucum.

O aspecto “participativo” apareceu diversas vezes como sinônimo de “devagar”, isso na fala dos pesquisadores. No evento quase não se falou a palavra participação, levantando a dúvida se ela é uma invenção das ONGs, pesquisadores e intelectuais, já que ela não aparece na fala dos comunitários como prioridade. Uma hipótese é a de que ser comunitário já pressupõe a participação, ela só tem que ser inventada onde não existe de fato.

Assim, dois eventos com a temática Turismo Sustentável, um com foco no Ecoturismo e outro no Turismo Comunitário se mostraram eventos completamente diferentes, para públicos e discursos distintos. Ambos, no entanto contaram com a participação de ONGs com experiências a trocar e são também reveladores do estado da arte do que ocorre no momento com o TS.